



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE SÃO PAULO-SP**

José Bernardo Enéias de Oliveira

*A ação contra hegemônica da sociedade envelhecida ,para a garantia da
reprodução social, através do empreendedorismo.*

*Programa de Estudos Pós – Graduação
em Ciências Sociais*

Doutorado em Antropologia

SÃO PAULO

2015



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE SÃO PAULO-SP**

José Bernardo Enéias de Oliveira

Doutorado em Antropologia

*Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de Doutor em Antropologia, sob a orientação
do Prof. Dr. LUIZ EDUARDO W. WANDERLEY*

SÃO PAULO

2015



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Folha de aprovação da Banca Examinadora:

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Agradeço ao Prof.^a Dr. Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley, orientador e amigo, cuja capacidade intelectual e humildade, tornaram-me seu seguidor e admirador.

Com especial carinho e agradecimento, aos Professores Doutores Elisabeth Frohlich Mercadante; Maria Helena Villas Boas Concone; Mucio Whitaker; Nádia Dumara Ruiz Silveira; Maria Elisa Almeida Mariz; Júlio Cesar Gomes.

A Denise, minha esposa, que nas horas difíceis, soube ser companheira, apoiando nas pesquisas e nas madrugadas de insônia.

A minha filha Ângela, apesar da pouca idade, compreendeu o papai nas horas de estudo.

Ao Jornalista e Filósofo Jorge Espósito, pela sua erudição, compartilhou com diversos artigos.

Resumo

O projeto de pesquisa investiga um fenômeno social que se apresenta, hoje, em varias partes do mundo: o envelhecimento associado ao empreendedorismo e suas transformações num processo emancipatório.

Nosso foco é o Brasil, mais aprofundadamente no município de São Paulo-SP, que, reunindo grande diversidade de migrantes de várias outras localidades, amplia o universo para exame da condição do idoso, na égide de comportamento e relações sociais, no tempo e espaço e na dimensão socioeconômica, com um leque de possibilidades de empreendimento. É relevante, para isso, o cenário da globalização neoliberal hegemônica e contrahegemônica , partes do sistema capitalista .

O estudo busca possibilidades do idoso de continuar a reproduzir socialmente, através de novas formas de negocio, utilizando alternativas de empregabilidade e de modelos de produção, cada vez mais se inteirando ao potencial humano, com conhecimento e desenvolvimento de habilidades, adaptando-se ao ambiente.

A linha de pesquisa estuda questões sociais, culturais e antropológicas, remetendo a análise do envelhecimento demográfico e propondo alternativas para que o País, numa abordagem capitalista das políticas econômicas e públicas, possa sustentar a sociedade, que está envelhecendo em velocidade acentuada, tendo como ponto principal a análise de sua ação e seu potencial diante da (re) socialização e do ciclo de vida.

O encaminhamento da pesquisa pretende, sem perder o enfoque antropológico e sociólogo, dar sustentação teórica ao processo de adaptação do geronte às mudanças sociais através de seu potencial de autonomia, no sentido de gerenciar livremente sua vida e suas próprias escolhas, com as possibilidades de sobrevivência resultantes de seu empreendedorismo e conhecimento emancipatório.

Palavras Chave: Transformação / Empreendedorismo / Reprodução Social / Conhecimento Emancipatório.

Abstract

The research project investigates a social phenomenon that presents itself today in various parts of the world: the aging associated with entrepreneurship and their transformations in emancipatory process.

Our focus is Brazil, further in São Paulo-SP, it is both great diversity of migrants from various other locations, broadened the range to take senior status, the umbrella of behavior and social relations, in time and space and socio-economic dimension, with a range of development opportunities. It is important to do so, the scene of the hegemonic and contrahegemônica neoliberal globalization, parts of the capitalist system.

The study seeks opportunities for the elderly to continue to play socially, through new forms of business, using alternative employment and production models, increasingly acquainting human potential, with knowledge and skills development, adapting to the environment .

The line of research studies social, cultural and anthropological, referring to the analysis of demographic aging and proposing alternatives for the country, a capitalist approach to economic and public policy, can support the society that is aging in sharp speed, with the point main analysis of its action and its potential before the (re) socialization and life cycle.

Presentation of the research aims, without losing the anthropological approach and sociologist, give theoretical support to Geronte process of adapting to social changes through their potential for autonomy, to freely manage your life and your own choices, with the chances of survival resulting from their entrepreneurship and emancipatory knowledge.

Keywords: Manufacturing / Entrepreneurship / Social Playback / Emancipatory Knowledge.

Sumário

Introdução	Pg. 10
Capítulo 1 : A Reprodução Social da sociedade envelhecida, diante das atitudes Contrahegemônicas	Pg .23
1.1 . As atitudes contrahegemônicas preventivas dos órgãos de representação da sociedade civil, frente às questões dos idosos.....	Pg .59
1.2.A inserção do idoso na Reprodução Social	Pg .64
Capítulo 2 : O sujeito idoso livre para produzir e criar no processo da reprodução social, diante do conhecimento emancipatório.....	Pg .85
2.1. O sujeito idoso com liberdade de ação no processo de transformação.....	Pg .94
2.2. Uma rápida crítica em relação ao idoso , como homem social , no processo da reprodução social.....	Pg.102
2.3. As novas competências na dinâmica da produção e (re) produção.....	Pg.106
Capítulo 3 : O Empreendedorismo e o conhecimento da sociedade envelhecida : “Um enfoque para o Envelhecimento Ativo”.....	Pg.111
3.1. Empreendedorismo no processo de superação, para a reprodução social.....	Pg.132
3.2. Os novos modos produtivos que favorecem o empreendedorismo versus os conflitos das mudanças..	Pg.136
3.3. A realidade do mundo contemporâneo	Pg.147
3.4. O empreendedorismo alinhado ao crescente aumento da população idosa, para a reprodução social.....	Pg.154
3.5. A ação empreendedora diante das Políticas Públicas	Pg.162
3.6. As perspectivas econômica da população brasileira e as condições que afetam o empreendedorismo	Pg.186
Capítulo 4. Envelhecimento populacional no Município de São Paulo, uma análise voltada ao processo da reprodução social no contexto da globalização	Pg.196
4.1. Critérios utilizados na pesquisa	Pg.221
4.2. Resultado da pesquisa e comentários.....	Pg. 224

4.3. Considerações finais.....	Pg.241
Referências Bibliográficas.....	Pg.251
Memorial Acadêmico e Profissional do Autor.....	Pg.258

Anexos:

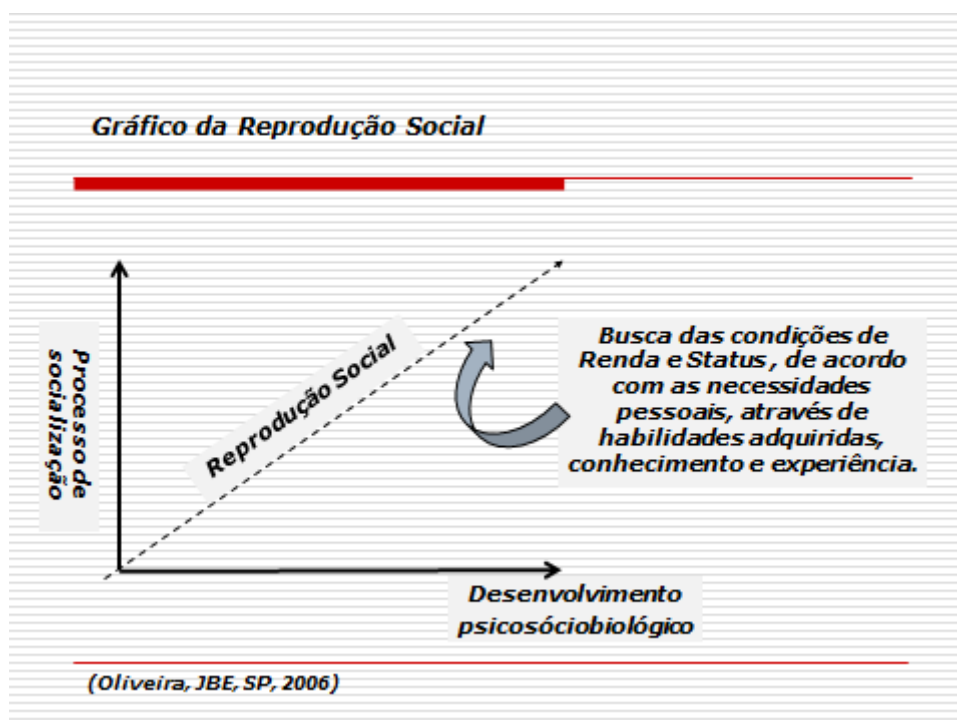
Anexo 1 : Questionário de pesquisa de campo.....	Pg.267
Anexo 2 : Carta do idoso – Grande Conselho Municipal do Idoso Da Cidade de São Paulo.....	Pg.268
Anexo 3 : Lei nº 8842 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.....	Pg.275
Anexo 4 : Lei n 10741- Dispõe sobre a política nacional do idoso cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.....	Pg.278
Anexo 5 : Depoimento de um aposentado de 75 anos de idade, com vontade de empreender	Pg.292

Introdução

Esta pesquisa investiga um fenômeno social presente em varias partes do mundo: envelhecimento associado a empreendedorismo e suas transformações. São relevantes, o cenário econômico, sua cadeia produtiva e a competitividade, partes do sistema capitalista globalizado.

A pessoa busca possibilidades de emprego ou novas formas de negocio para sobrevivência, utilizando alternativas de empregabilidade e novos modelos de produção, cada vez mais incorporando conhecimentos e novas habilidades na adaptação frente ao processo de desenvolvimento humano e social.

A reprodução social ocorre durante o processo de socialização em relação ao desenvolvimento psicosociobiológico, para recomposição, de renda e garantia de status, de acordo com necessidades pessoais e/ou influencias grupais e culturais.



A linha de pesquisa inclui questões sociais, culturais e individuais da sociedade globalizada, remetendo à análise do envelhecimento demográfico e às formas das pessoas darem continuidade à reprodução social.

A investigação, abordando o desenvolvimento de políticas econômicas e públicas, propõe alternativas ao país, para a sustentação da sociedade que envelhece em velocidade acentuada.

Dessa forma, toma-se o Homem enquanto ser social e antropológico na modernidade, ressaltando sua ação dinâmica e seu potencial na escolha da reprodução social diante do ciclo de vida, independente de raça, sexo e faixa etária. Alguns cientistas sociais clássicos, foram analisados, num exercício interdisciplinar, buscando entender a interação psicosociocultural do idoso.

O encaminhamento pretende, mantendo o enfoque antropológico e sociológico, sustentar teoricamente o processo de adaptação do geronte às mudanças sociais e, através de sua autonomia, no que tange a independência, liberdade ou auto-suficiência, para criar e desenvolver possibilidades de sobrevivência e qualidade de vida, resultado do empreendedorismo e do conhecimento na geração de planos de negócios.

A investigação tem por linha de pesquisa as *perspectivas das ações sócio-econômicas, políticas e culturais, para a transformação e reprodução social da sociedade envelhecida brasileira*.

As premissas que apóiam a linha de pesquisa estão na *superação do estigma da incapacidade produtiva dos idosos, numa abordagem antropológica e sociológica de transformação*.

O objetivo da pesquisa é a *contribuição para emancipação e transformação do idoso, na relação sujeito-sociedade*.

Como procedimento de investigação, optamos pela utilização de formulários de pesquisa (*Anexo 01*), com a presença do pesquisador e, em algumas situações, incluímos as entrevistas não estruturadas e levantamento de documental histórico coletado em sindicatos e associações. As respostas foram tabuladas, para análise dos dados, utilizando gráficos específicos para cada categoria pesquisada, com colunas simples, indicando variável no eixo horizontal e frequências no eixo vertical; finalizando com interpretação e fundamentação teórica, no sentido de compreender e explicar o problema pesquisado. Conduzimos a pesquisa de campo, como segue:

- a) *Amostra direcionada às pessoas de ambos os sexos na faixa etária entre 60 a 80 anos, para análise da capacidade empreendedora;*
- b) *Amostragem da pesquisa de campo junto ao SINDIMEI – Sindicato dos Ambulantes, Camelôs, Autônomos e Micro empreendedores Individuais do Estado de SP; SINDNAPI – Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas*

e idosos; SINDART- Sindicato Artesãos do Município de São Paulo e GCMI / PMSP - Grande Conselho Municipal do Idoso/ Prefeitura Município de São Paulo. São agentes contra hegemônicos na busca de justiça social e direitos, cujos movimentos estão alinhados a uma série de protestos antiglobalização e as visões conflitantes sobre padrões trabalhistas, principalmente oriundos dos países centrais. Tais organizações estão na direção de estratégias e táticas de alternativas empreendedoras, em razão do desemprego e/ou aposentadoria precária, para garantir a renda familiar, como alternativa contra hegemônica .

A escolha como foco de pesquisa de campo, é a Cidade de São Paulo-SP, uma megametropole: global e emergente, reunindo dualidade entre possibilidades de trabalho e desigualdade social, conforme citada por Wanderley (2009); estabelecendo esta região, por reunir diferentes perfis de pessoas, culturas, profissões, assim como idosos diversificados por localidades, considerando residentes nativos e migrantes de outras cidades e estados do Brasil.

A pesquisa trata sobre a *ação contra hegemônica da sociedade envelhecida, para a garantia da reprodução social, através do empreendedorismo*, numa diversidade de assuntos interdisciplinares, reunidos em base sociológica e antropológica, refletindo a problemática do envelhecimento global, particularmente no Brasil, pela precariedade das políticas públicas e renda , no atendimento dessa faixa etária , bem como a sua suposta incapacidade produtiva .

Nessa direção , visa conhecer a absorção desta população no cenário econômico nacional, reconhecendo a possibilidade de desenvolver negócios empreendedores, conforme sua potencialidade e recursos próprios ,para melhorar o conhecimento referente as novas competências .

A tese pretende demonstrar alternativas que permitam à pessoa idosa sair da submissão de uma sociedade excludente, provando a capacidade de independência frente ao contexto econômico competitivo e o degradante estigma da sociedade. Por outro lado, avalia-se a intervenção da globalização hegemônica nos processos de transformação social, resultante da grande mutação no pano de fundo contemporâneo, que mutila a identidade dos indivíduos.

Na mesma direção, numa reflexão sobre a economia mundial, com ideologia de emancipação econômica , definida pela crise dos países centrais dada a alta da

inflação e instabilidade econômica , nascendo um novo modelo de liberalismo: o neoliberalismo , que defende a não participação do estado na economia .

Para Luiz Carlos Bresser Pereira¹,

“ A oposição entre Estado e mercado é uma agenda neoliberal que só se tornou um problema do nosso tempo na medida em que, nos anos 1980 e 1990, o neoliberalismo se tornou de tal forma hegemônico que essa agenda parecia ser natural e legítima. Por meio dessa oposição, duas instituições foram colocadas no mesmo plano que, por sua própria natureza, são estruturalmente complementares nas sociedades modernas. O Estado é o sistema constitucional-legal e a organização que o garante; é, portanto, a instituição fundamental de cada sociedade, é a matriz das demais instituições, é o princípio coordenador ou regulador com poder sobre toda a sociedade e o aparelho político que permanentemente o executa e reforma. É por meio da lei ou da ordem jurídica que se coordenam as ações sociais, e é por meio da administração pública que se garante essa coordenação. Já o mercado é uma instituição mais limitada, mas igualmente fundamental: é o mecanismo de competição econômica regulado pelo Estado que logra uma coordenação relativamente automática das ações econômicas; é a instituição que complementa a coordenação mais ampla realizada pelo Estado. Não faz sentido, portanto, opor Estado a mercado.

As sociedades modernas são sociedades capitalistas organizadas territorialmente em países ou Estados-nação soberanos. Hoje, no quadro do capitalismo global, desapareceram os impérios e as áreas ocupadas por tribos e clãs, e todo o globo terrestre está coberto de Estados -nação que, dessa forma, constituem um grande sistema político mundial em formação. Por sua vez, na medida em que os países abriram seus mercados para o comércio, a globalização transformou o mundo em um grande mercado – em um grande sistema econômico crescentemente integrado.” (Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, 2009)

A crise econômica e cultural, causa impactos globais com a conduta neoliberal , alicersando barreiras da mobilização contra hegemônicas , neutralizando as Ideologias sóciopolíticoeconômicas , afetando os menos preparados .

Para o professor e sociólogo Perry Anderson (In: Sader, Emir & Gentili ,1995), o neoliberalismo é um fenômeno distinto do liberalismo clássico do século passado. Nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, veementemente contra o estado intervencionista e do bem estar social.

O Neoliberalismo recomenda manter um Estado forte, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle dos recursos públicos, realizando gastos sociais cada vez menores e transferindo recursos para a sociabilidade do capital.

A meta suprema de todo governo deveria ser: disciplina orçamentária, contenção dos gastos com bem estar social, restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar o poder dos

¹ Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira é advogado, administrador de empresas, economista e cientista político. Foi ministro da Fazenda do Brasil, de 29 de abril de 1987 a 21 de dezembro do mesmo ano, durante o governo José Sarney : Texto pesquisado nos Estudos Avançados - ISSN 0103-4014/ vol.23 no.66 São Paulo 2009, Dossiê Crise Internacional : “ Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica “.

sindicatos. O objetivo primeiro era restaurar uma nova e saudável desigualdade social (exclusão da maioria dos benefícios sociais de forma planejada).

O neoliberalismo tem no mercado seu princípio fundador, unificador e auto-regulador da sociedade. Segundo os neoliberais, raízes da crise seriam: poder excessivo e nefasto dos sindicatos, e movimento operário, que corroíam a base da acumulação de capital com pressionando por maiores salários, e pelo aumento dos gastos sociais por parte do estado. Para Anderson (2000), qualquer balanço do neoliberalismo é provisório, pois o movimento é inacabado.

A economia neoliberal só beneficia grandes potências econômicas e empresas multinacionais. Países pobres ou em processo de desenvolvimento (Brasil, por exemplo) sofrem com resultados da política neoliberal, com desemprego, baixos salários, aumento de diferenças sociais e dependência do capital internacional. Queremos um olhar crítico sobre a crise, que impulsiona a sociedade às soluções para mudança.

Em todo o processo, ações contrahegemônicas de uma parcela da sociedade civil, como ONGs, Sindicatos e movimentos sociais isolados, fazem com que a pressão neoliberal diminua, abrindo caminho para novas alternativas aos grupos menos privilegiados.

As atitudes contrahegemônicas e os impactos sociais interferem no mercado de trabalho: novo perfil do trabalhador e novas estratégias na representação sindical; *Sindicato Social*, visando regras de atuação, a exemplo do *Trabalho decente*.

O conceito de Trabalho Decente foi instituído pela OIT - Organização Internacional do Trabalho, em 1999, com base na Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho. Para disseminação do tema, foi criada a Agenda Global de Trabalho Decente que estabelece compromissos entre os países-membro. A finalidade é munir instrumentos para a efetiva implantação de práticas de Trabalho Decente, que sugere o sentido de dignidade do trabalho em quatro pilares estratégicos: Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Proteção Social, Trabalho e Emprego, e Fortalecimento do Diálogo Social Tripartite. O estabelecimento da Comissão Estadual do Emprego e Trabalho Decente cumpre o Decreto nº 59.526, de 12 de setembro de 2013.

A OIT entende como prioridade nessa forma de mobilização: geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; erradicação

do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial de suas piores formas; e fortalecimento dos atores tripartites com o diálogo social como instrumento de governabilidade democrática, na promoção da igualdade de oportunidades no tratamento de gênero e raça no trabalho .

Nessa oportunidade, queremos ter nos órgãos pesquisados , sindicatos e associações, entendimento do rumo da sociedade envelhecida, no trato dos fatores importantes que fundamentam as ações sociais no Brasil, dentre elas a reforma política , quebrando as correntes neo liberais ; políticas públicas igualitárias e avaliação das novas categorias de trabalho - renda na ótica do empreendedorismo.

Para o desenvolver este estudo, especialmente as questões psicosocioculturais da pessoa idosa, damos continuidade ao projeto “*O trabalho na velhice: Novas possibilidades*”² , cuja pesquisa foi direcionada à capacidade e possibilidades dos idosos para a (re) socialização através do trabalho.

Na pesquisa anterior, verificamos forte influência aperceptiva provocada pelas variáveis subjetivas, nos idosos pesquisados, caracterizada por insegurança na adaptação a novos processos de trabalho e/ou em como seriam recebidos nos grupos de pessoas de faixa etária mais nova, quando (re) inseridos no mercado de trabalho, como pode ser verificado em breve resumo :

Pesquisa anterior :
Investiga a forte influência aperceptiva do idoso, provocada pelas variáveis subjetivas no processo de inserção no mercado de trabalho.

Os idosos pesquisados foram analisados através dos programas SPSS-Statistical Package for Social Sciences , para a construção de distribuição de frequências simples e aplicação dos testes Qui Quadrado (χ^2) e Exato de Fischer, que permitiu verificar a existência de relações entre as variáveis categóricas; SPAD- Système Portable D'Analyse des Données, que contribuiu para a análise fatorial por correspondências múltiplas das variáveis categóricas e classificação hierárquica das tipologias (Clusters).

As hipóteses de interferência na (re)socialização dos idosos no processo psicossocial, foram :idosos pesquisados, situados na faixa etária de 60 a 74 anos, estão mais susceptíveis à intervenção das variáveis pesquisadas; questão de gênero, as idosas do sexo feminino, apresentam maior deficiência no processo de (re)socialização. A idosa apresenta a maior esperança de vida em relação ao idoso; dificuldades encontradas na adaptação do processo de (re)socialização, através do trabalho, estão em decorrência da idade; novas exigências do mercado de trabalho; falta de capacitação profissional e a falta de escolaridade; motivos que prejudicam no aprendizado de novas possibilidades de trabalho, são a dificuldade de entendimento, falta

² Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Gerontologia, sob a orientação da Prof^a Dr^a Elisabeth Frohlich Mercadante, SP, 2006.

de apoio da família e amigos, preferência em manter a rotina do dia-a-dia e o receio em atingir metas - sendo nestes dois últimos condições particulares a cada idoso pesquisado, considerando o aspecto psicológico e social; Motivo principal da busca de renda: sustento próprio. Tais análises foram resumidas no quadro a seguir:

Quadro de Análise das Entrevistas - Aplicação da técnica projetiva SAT- Manual for the Senior Apperception Technique, que mede os sentimentos e atitudes dos sujeitos, em relação a velhice. (Fonte: Oliveira, JBE, SP, 2006).

Fatores pesquisados (População de estudo: 1900 idosos de renda baixa e média, com escolaridade média de 1º e 2º grau, faixa etária entre 60 a 90 anos.		SPSS Resultado do teste de χ^2 (P) Margem de erro 0,05	SPAD Análise das variáveis que mais influenciam sujeitos pesquisados	Variáveis relevantes para o Idoso, como motivador de trabalho
Motivo da busca de novas possibilidades de renda	Sustento próprio	0,000	70,1%	Sim
	Sustento da família	0,240	18,2 %	Não
	Sentir-se útil para a sociedade	0,915	36,4%	Não
	Preencher o tempo vago	0,008	18,2%	Não
	Demonstrar os conhecimentos	0,454	15,6%	Não
	Ter uma nova profissão	0,910	19,5%	Não
Dificuldades encontradas em adaptação no processo de (re) socialização	Decorência da idade	0,000	84,4%	Sim
	Novas exigências do mercado	0,007	49,4%	Neutro
	Incapacidade para outra atividade	0,452	6,5%	Não
	Falta de Capacitação profissional	0,054	11,7%	Não
	Falta de escolaridade	0,037	33,8%	Não
	Não encontrou dificuldades	0,000	0,0%	Não
Motivos que prejudicam no aprendizado de novas possibilidades de trabalho	Dificuldades de entendimento	0,001	26,0%	Não
	Problemas de saúde	0,470	27,6%	Não
	Falta de apoio da família / amigos	0,005	19,5%	Não
	Sente vergonha	0,140	5,2%	Não
	Prefere manter a rotina dia-a-dia	0,000	1,3%	Não
	Receio de atingir metas	0,007	46,8%	Neutro

Como pode ser verificado, o motivo da busca de novas possibilidades de renda esta no sustento próprio (70,1%), variável relevante para o idoso, como motivador de trabalho (Oliveira, JBE, SP, 2006).

A atual pesquisa está centrada na reprodução social da sociedade envelhecida, sob a ótica da transformação e adaptação, se ajustando ao ambiente social e econômico, desta vez focada em sua capacidade empreendedora e seu conhecimento para desenvolver novas habilidades, num cenário competitivo e de poucos recursos públicos.

Pesquisa Atual:
Investiga a transformação e adaptação do idoso às novas formas produtivas e de renda, através da capacidade empreendedora e conhecimento.

A análise crítica, no desenvolvimento deste estudo, se faz num cenário de mudanças sob influencia do modelo globalizado, o qual não está no retrocesso do desenvolvimento, mas na desestruturação social, que levou ao “crescimento” sem emprego e à falta de condições mínimas de sobrevivência, principalmente em países periféricos e nas classes sociais menos favorecidas.

Desse modo, justificamos nossa expectativa em estudar o idoso, enquanto parte da sociedade excluída no sistema neoliberal, que perde cada vez mais, de forma

significativa e excludente, sua posição social e econômica; daí nos propomos encontrar modelos de produção e meios de Trabalho e Renda para este sujeito.

Outro dado, que estimula a pesquisa da sociedade envelhecida, é o futuro que decorrerá do aumento da expectativa de vida da humanidade e da opção das mulheres em diminuir a fecundidade, afetando a sociedade como um todo, principalmente nos modelos do mercado de trabalho e de novos negócios, na absorção da inserção da população que envelhece, somada à envelhecida.

Trata-se de um cenário futuro de relações sociais e econômicas descontrolado, que alimentará ainda mais a violência urbana, os problemas de moradia e as precariedades estruturais e conjunturais das políticas públicas.

No percurso analítico pelas políticas públicas, urbanas e sociais implantadas pelas administrações municipais na Cidade de São Paulo, vemos como metas: Gestão Luiza Erundina: *“Questão Ambiental”*; Gestão Maluf e Pita: *Ação Internacional do desenvolvimento do Município*; Gestão Marta Suplicy: *Ação Internacional ao combate a pobreza e exclusão social*; Gestão Serra / Kassab: *Ação internacional com política comercial e crescimento econômico*. Para o atual titular do governo municipal, Fernando Haddad, a questão: *Maioria dos cidadãos, constituída por pessoas pobres e sem acesso à cidade*.

Acreditamos na transparência dos processos políticos e não demagógicos e, para tal, na ampliação da participação popular nos processos fiscalizatórios e nas comunidades locais, diferentemente do que prega a cartilha neoliberal. A sociedade democrática transformadora deve atender as expectativas dos setores populares e progressistas para tornar a gestão na cidade de São Paulo um paradigma das macrometrópoles.

Retomando alguns pontos desta introdução, consolidando nossas reflexões, a transformação leva à sociedade envelhecida uma realidade de constantes mudanças, que afetam sua condição humana. Entendemos, aqui, a condição humana do idoso como antítese dos estigmas improdutivos criados pela sociedade, verificados através de sua capacidade de aprendizado e adaptação a novas habilidades produtivas e à vocação empreendedora.

A subjetividade da alienação é neutralizada pela capacidade das pessoas em pensar e agir por si próprios, saindo da *coisificação*, sustentando em nosso entendimento,

que pessoas alienadas são as que sofrem pressão do grupo, por imposição do poder ou por conveniência em não buscar seus interesses.

Assim sendo, todas as formas de poder e de opressão criam exclusão; a neutralização deste processo é possível quando invertemos a situação, valorizando a capacidade dos excluídos, apontando valores inerentes ao segmento dado. A sociedade envelhecida é condição, presente e futura, para a qual devem ser analisadas alternativas de governar processos transformadores, tanto sociais quanto econômicos.

A leitura antropológica e social que se ajusta a este estudo, principalmente nas inter-relações de cultura e identidade, faz com que o sujeito idoso não seja visto como simples receptor - portador de hábitos, mas agente de mudança nos processos produtivos e empreendedores, além de propulsor da dinâmica capitalista.

Optamos por fazer uma análise crítica sobre a sociedade moderna, o que leva revisar conceitos em relação às condições das relações capital e trabalho, entendendo como reais possibilidades de autonomia daquele que produz, como forma vocacional e motivacional, quando é capaz de fazer sua própria escolha.

Para dar um rumo a análise, com intenção de organizar nosso pensamento quanto a capacidade e autonomia da pessoa idosa, torna-se realidade transformadora toda e qualquer ação do idoso (salvo quando prejudicado pela decorrência de algum distúrbio orgânico e/ou neurológico), tornando-o responsável por si próprio, mesmo sob influência do meio.

O cenário de mudanças, em especial nas relações entre capital e trabalho, tem forte papel na ação social da reprodução social, não apenas no que tange a proteção de interesses das categorias econômicas e laborais menos favorecidas, mas no papel ativo de condução da sociedade civil.

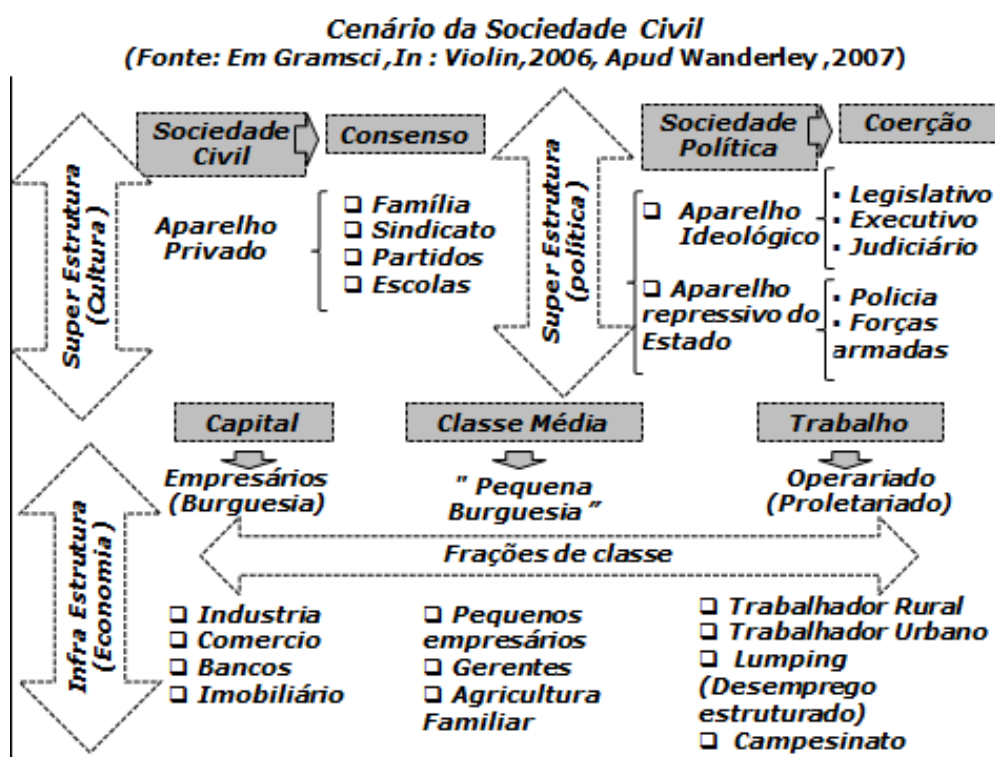
Numa avaliação mais contemporânea, nos posicionamos frente aos sindicatos de representação dos trabalhadores, presentes no fórum reformista, diferenciado do ambiente revolucionário, como pretendia o marxismo clássico, para um modelo transformador. Estes órgãos fazem parte da sociedade civil, agindo na contra mão do neoliberalismo, mediante ações de ajustes socioeconômicos e de agentes contrahegêmicos.

Em Wanderley (2007), no texto : “ *Existe Sociedade Civil contra-hegemonica?*”, encontramos uma conceituação de Sociedade Civil, a partir dos pressupostos :

- a) A Sociedade Civil mantém vínculos orgânicos com o Estado e o Mercado ;
- b) Apesar de estar situada na super –estrutura, juntamente com a Sociedade Política, na abordagem gramsciana ela se liga estruturalmente com a infra-estrutura;
- c) A Sociedade Civil é o espaço de busca do consenso, que inclui necessariamente negociação, diálogo, e conflito (Algo essencial);
- d) A Sociedade Civil é constituída por classes, frações de classes, segmentos sociais, grupos, movimentos, associações, igrejas,etc, na qual uma classe social e alguns desses protagonistas detêm a direção política (O projeto da sociedade a ser seguido) e a hegemonia intelectual e moral (do pensamento, dos valores, das idéias, das teorias e metodologias que conduzem o conjunto de uma dada sociedade);
- e) Para assegurar essa condição, a classe dominante enfrenta permanentemente as outras classes e setores sociais dominadas, que contestam a direção e hegemonia vigentes e montam processos e estratégias para miná-las e transformá-la ;
- f) O Estado, no sentido amplo (ainda na perspectiva analítica gramsciana) compreende a Sociedade Política (marcada pela coerção e dominação) e a Sociedade Civil (marcada pelo consenso e a hegemonia).

Para Antonio Gramsci, filósofo e cientista político ,o poder das classes dominantes não existe somente no estado, mas na hegemonia cultural, através do sistema educacional, instituições religiosas e meios de comunicação. Diante do interesse da pesquisa, neste bloco hegemônico, reconhecemos suas ações como contra hegemônicas e inibidoras da potencialidade da hegemonia neoliberal.

A seguir , reproduzimos o esquema produzido por Wanderley , com base nos pressupostos apontados acima :



Em Gramsci (In : Violin,2006) , a divisão da estrutura social em infra-estrutura e super estrutura, como se formasse um edifício, em que a superestrutura está apoiada e é dependente da infraestrutura. A expressão infra-estrutura diz respeito à totalidade das relações de produção e que constituem a estrutura econômica da sociedade. A superestrutura, por sua vez, representa a dimensão jurídica e política da sociedade e suas formas de consciência social. Há, por conseguinte, uma dependência e um condicionamento da superestrutura pela infraestrutura ou estrutura, visto que aquela serve sempre como mecanismo de controle social com a finalidade de manter a estrutura. A infra-estrutura (forças produtivas materiais) é a base que alicerça estas relações de produção. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.

O novo modelo capitalista apresenta uma arquitetura global, não apenas na organização dos sistemas produtivos e das transações entre empresas, mas também nas questões da mobilidade social, emprego e renda, bem como, na forma de pensar daqueles que estão envolvidos neste cenário.

Trata-se de uma nova forma de economia em decorrência da diversidade dos agentes e das formas produtivas, tais como o Ambulante, o Micro Empreendedor Individual, os Trabalhos Especializados, a Terceirização e o Serviço Temporário, atividades produtivas que exigem cada vez mais participação intelectual e autonomia das pessoas no processo produtivo, a ponto de ampliar a realidade das divisões de classe que, antes, resumia-se no proletariado e na burguesia.

Numa rápida análise do envolvimento de governos subnacionais (estados e municípios) e sua relação com a sociedade civil (empresas, sindicatos, etc), vê-se a importância da integração política e econômica no capitalismo moderno. Esta questão interage frontalmente na reprodução social e no poder decisório, com relação ao transnacionalismo e (sub) nacionalismo, movimentos paralelos cujas práticas são capazes de lidar com efeitos da globalização.

O município de São Paulo, palco deste processo, é exemplo deste movimento, o que justifica a escolha da localidade de pesquisa.

Wanderley(2006/2007) no texto :” Existe Sociedade Civil Contra-hegemonica”, cita Manuel Castell, ao tratar a Cidade de São Paulo como “Global e Emergente”, dual quanto as possibilidades de trabalho e desigualdade social. Para Wanderley , a Cidade de São Paulo possui toda função de comando e poder, a partir do espaço geográfico; demográfico; Indicadores econômicos e Sócio Político, em relação as outras regiões.Trata-se de uma cidade global periférica e cidade global emergente.

Sob esta perspectiva, os processos de reprodução social, além da questão pessoal emocional, valores e potencial humano que levam à condição humana do idoso, passam a ser variáveis preponderantes para estudo e inclusão deste sujeito no desenvolvimento econômico do país, (re) assumindo programas de capacitação e reciclagem para o trabalho, na transformação de sua atitude e motivação como empreendedor.

Ao analisar o sujeito idoso, frente a sua vocação, conhecimento e condições estruturais de trabalho na sociedade contemporânea, as competências são inerentes a cada pessoa, que pode se desenvolver, quando impulsionada por alguma necessidade de atingir determinado objetivo. A pessoa idosa está neste patamar de possibilidades.

Nesta introdução, procuramos abordar os motivos da realização do estudo e destacar sua importância para o desenvolvimento econômico e social do país, justificando nosso interesse de pesquisa, considerando ser assunto de grande importância na conjuntura nacional .

Tentamos abordar um referencial de idéias, que aproxime o leitor do objetivo deste estudo, sensibilizando-o quanto a questões futuras de um envelhecimento social sem planejamento .

Portanto, abordar a questão central da pesquisa, a autonomia e o potencial produtivo do idoso, relacionado à reprodução social, queremos provar a condição humana deste geronte, cuja (re) socialização, através de empreendedorismo e do desenvolvimento de novas competências, é uma das formas de combater alienação e exclusão.

Cabe aqui análise voltada a um novo desenho ocupacional, numa sociedade envelhecida quanto a estrutura produtiva, capaz de absorver o crescente aumento dessas pessoas. A intenção é viabilizar uma discussão sobre alternativas de absorção dessas pessoas no cenário econômico, evitando o caos futuro.

Para Santos (2000) :

“ O caos leva a emancipação e sugere um novo paradigma epistemológico e sócio cultural do conhecimento, condição essencial para romper com a auto reprodução do capitalismo excludente. Ainda, a sociedade civil contra – hegemônica enfatiza os efeitos perversos da globalização (Aumento da pobreza e desigualdade social) e lutam pela reforma dos setores dominantes e projetos alternativos ao capitalismo.”

Em Santos , a modernidade comporta duas formas de conhecimento : a) *Conhecimento- Emancipação*, a trajetória do estado ignorância (Colonialismo) e estado de saber (Solidariedade); b) *Conhecimento – Regulação*, trajetória entre estado de ignorância (Caos) e um Estado de saber (Ordem). Portanto, ressalta a proposta deste estudo, resultado do empreendedorismo e conhecimento a sociedade envelhecida.

Capítulo 1: A Reprodução Social na Sociedade Envelhecida, diante das atitudes Contrahegemônicas.

A população amadurece, resultando na preocupação sobre o preparo do mundo, ao longo das próximas décadas, para se adaptar a esse processo de envelhecimento. O estudo da reprodução social numa sociedade envelhecida, no que tange a sobrevivência e qualidade de vida, torna-se vital. Não menos importante, neste processo de mudança, é a necessidade do conhecimento geral decorrente das novas tecnologias e o surgimento de novas habilidades, requeridas das pessoas, no processo sócio econômico .

Para Wanderley (2010, p.47),

“ o conhecimento exerce um papel fundamental nos processos de produção, subordinado a elementos econômicos e materiais. Todavia, vivemos num mundo globalizado e competitivo, onde prevalece o mais forte e o mais preparado ”.

Para Werner Markert (2004, p.62),

“ ... as mudanças no mundo do trabalho se resumem em quatro pontos relevantes: 1) As mudanças exigem não apenas maior qualificação dos trabalhadores, mas também uma nova dimensão do conteúdo de suas capacidades, orientada pelo processo da produção, nas competências individuais e universais; 2) As futuras exigências de qualificação para o trabalho são cada vez menos prognosticáveis. O objetivo de uma formação profissional para o futuro não deve ser orientado pela aquisição de determinadas habilidades, mas sim pela “capacidade de transferir conhecimentos para novas situações complexas”; 3) As mudanças socioculturais levaram a uma crescente mudança nas relações pessoais em nível mundial, principalmente, para poderem aplicar as competências sócias comunicativas e subjetivas; 4) Para evitar que o conceito de competência seja restrito a um entendimento somente funcionalista, destaca-se a necessidade de poder transgredir e transformar organizações e ocupações tradicionais resistentes ao assumir um “poder estruturante” e uma “política transformadora”.

Seguindo estas dimensões, o grande problema, para as pessoas idosas, é o estigma tachado pela sociedade, quanto a sua incapacidade produtiva , e a alteridade , em relação ao jovem, tornando-o frágil e incompetente. Dadas as circunstancias, queremos provar a capacidade desses idosos de transformar, dando possibilidades reprodutivas compatíveis a sua realidade social, biológica e mental.

Alinhado a estas reflexões, a partir das quais avançamos no nosso propósito, vamos encontrando justificativas que nos dão suporte, para entender as possibilidades destes idosos em compartilhar, com suas experiências, o desenvolvimento da sociedade globalizada. Além disso, verificamos movimentos contrahegemônicos

interessados em formular alternativas e oportunidades para os desafios do envelhecimento da população, como é possível verificar a seguir:

- a) Em 1982 , teve lugar, em Viena, a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, organizada pelas Nações Unidas. As recomendações aprovadas foram a base de um Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, que considerava, especialmente, a evolução demográfica nos países mais desenvolvidos;
- b) Em 1993, por decisão do Conselho das Comunidades, celebrou-se o ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre as Gerações, clímax do primeiro programa trienal de ações comunitárias a favor das pessoas idosas;
- c) em 1999 foi proclamado o Ano Internacional das Pessoas Idosas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o objetivo da criação de "*Uma Sociedade para todas as Idades*" ;
- d) Em Abril de 2002 realizou-se, em Madri, a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, organizada pelas Nações Unidas, celebrando o aumento da expectativa de vida em muitas regiões do mundo, como uma das maiores conquistas da humanidade, e procedeu-se à revisão do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento - PAIE³ . Este novo Plano pretende responder , numa declaração de intenções, às oportunidades e aos desafios, colocados à população idosa no século XXI, promovendo o desenvolvimento de uma sociedade para todas as idades;
- e) Também em 2002, realizou-se, em Berlim, a Conferência Ministerial sobre o Envelhecimento, *The Demographic Challenge*, visando adotar a Estratégia Regional para a Implementação do *PAIE de Madrid 2002*, sobre o envelhecimento, aos países componentes Comissão Econômica da Europa.

Os estudos nos levam a reconhecer que o envelhecimento não é uma simples questão de segurança social, devendo, antes, ser visto num contexto mais amplo das políticas de desenvolvimento e econômicas. Revelam, também , a necessidade

³ *Plan de Acción Internacional de Madrid sobre el Envejecimiento, 2002./ Comisaria del Comitê Organizador Español de la II Asamblea Mundial sobre El Envejecimiento, realizada de 8 a 12 de abril de 2002, em Madri". Tradução Santos, Arlene/ Cunha, Alkmin/ Mendonça, Jurilza /Gois, Vitória. "(Organização das Nações Unidas: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília, 2003).*

de promover uma abordagem positiva do envelhecimento superando, inclusive, estereótipos que lhe são associados.

É imperativo assegurar que o envelhecimento ocupe lugar fundamental entre as prioridades no domínio do desenvolvimento, tanto a nível nacional como internacional.

Os idosos devem ter oportunidade de realização pessoal, gozando existência saudável e segura, participe ativo da vida econômica, social, cultural e política do país.

Compartilhamos com o enunciado da implementação do *Plano de Ação Internacional de Madri, sobre o Envelhecimento*, que sugere à Secretaria dos Direitos Humanos maior empenho na garantia de envelhecimento ativo, promovendo estilos de vida saudáveis, o acesso aos serviços, investindo em serviços sociais e na proteção do direito da pessoa idosa ao trabalho, se assim o desejar.

O Plano pede ação rápida e concentrada, face aos problemas da dívida externa dos países em desenvolvimento, junto ao aumento substancial da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), no intuito de que alcancem os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente. Nos referimos, também, à questão do envelhecimento da mão de obra mundial, que deve ser equacionada para um cenário desenvolvimentista.

O envelhecimento da população é fato, presente e fundamental, que define a sociedade contemporânea, gerando desafios em todos os campos, que exige a participação da sociedade em geral.

Deste modo, o *Plano de Ação Internacional de Madri 2002*, sobre o envelhecimento, visa garantir que pessoas idosas usufruam de seus direitos humanos, para que consigam envelhecer com segurança sem estar sujeitas à indigência, participando plenamente na vida econômica, política e social, e com oportunidades de se desenvolver nos últimos anos da sua existência.

Sublinhamos como direitos humanos deste Plano :

“ A necessidade de assegurar que o envelhecimento ocupe um lugar fundamental em todas as prioridades no domínio do desenvolvimento – tanto a nível nacional como internacional – os governos comprometeram-se a assegurar a plena protecção e promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, reconhecendo que, quando envelhecem, as pessoas deveriam ter oportunidades de realização pessoal, de levar uma existência saudável e segura e de participar activamente na vida económica, social, cultural e política.... As potencialidades das pessoas idosas são uma base sólida de

desenvolvimento futuro, permitindo que a sociedade conte cada vez mais com as competências, experiência e sabedoria dos idosos para que se aperfeiçoem por iniciativa própria e contribuam activamente para o aperfeiçoamento da sociedade em geral” (Fonte: Comunicado de imprensa do Departamento de Informação Pública da ONU, símbolo SOC/4619, de 12 de Abril de 2002)

O Plano de Ação definiu em sua assembleia, prioridades no atendimento ao envelhecimento mundial:

- a) Assegurar às pessoas idosas a integração permanente e o reforço da capacidade de agir, permitindo-lhes assim participar ativamente na sociedade, no desenvolvimento e na população ativa.*
- b) Integrar as pessoas idosas em geral e garantir a igualdade de oportunidades no domínio da educação e da formação profissional.*
- c) Promover a saúde e o bem-estar na velhice, formulando políticas para evitar doenças e assegurar o acesso a alimentos e a uma nutrição adequada.*
- d) Eliminar as disparidades econômicas e sociais baseadas na idade.*
- e) Melhorar a habitação e as condições em que vivem as pessoas idosas, promover uma visão positiva do envelhecimento e sensibilizar o público para as importantes contribuições dos idosos.*
- f) Existência de meios de transporte acessíveis e a preços comportáveis para as pessoas idosas.*
- g) Os governos não deve poupar a esforços para promover a democracia, reforçar o estado de direito, eliminando todas as formas de discriminação, nomeadamente a discriminação em função da idade, reconhecendo que, quando envelhecem, as pessoas deveriam ter oportunidades de realização pessoal, de levar uma existência saudável e segura e de participar ativamente na vida econômica, social, cultural e política.*
- h) Acesso a programas de educação e formação, o reforço da capacidade de agir dos idosos e a necessidade de criar oportunidades para que estes continuem a trabalhar durante tanto tempo quanto desejarem.*
- i) Os governos reconheceram ainda a necessidade de reforçar a solidariedade entre gerações, as parcerias Inter geracionais e as relações de apoio mútuo entre gerações.*

A partir deste modelo, surge, em São Paulo , numa tentativa de ação contrahegemônica a favor do envelhecimento, através do Grande Conselho Municipal do Idoso - GCMI, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, junto à Coordenação de Políticas para Idosos, a “*Primeira Carta do idoso*”, entregue ao órgão municipal da cidade (1991) e, potencializando esta proposta, uma segunda carta foi entregue ao prefeito em exercício (2001), com vários temas infelizmente, até hoje , não contemplados.

O Brasil é signatário da Assembleia Mundial de Madri, Espanha (2002), onde compromete-se a desenvolver políticas públicas para o segmento dos idosos, responsabilidade extensiva , na palavra do GCMI , aos municípios.

O GCMI elaborou um novo documento, a *Nova Carta do Idoso* (Anexo 2) , com a participação das lideranças de fóruns regionais, entidades sociais, organizações não

governamentais, que trabalham no sentido de ouvir e construir diretamente com a população para estabelecer e resolver suas necessidades o órgão apoiado pelos Fóruns do Cidadão Idoso, Inter fórum, Movimentos, Entidades e Redes Sociais, passou este documento às mãos do prefeito e de seu secretariado (2013), para a efetivação de uma cidade mais justa e acolhedora a todas as idades.

Tivemos acesso à versão original desta carta, através do Presidente em exercício, do Grande Conselho Municipal do Idoso - GCMI, Sr Rubens Casado, quando pudemos verificar seus apontamentos de análise, anotações de próprio punho.

Destacando contribuições da sociedade política ao cidadão idoso, incluímos o resumo das leis e decretos, no âmbito federal e municipal, que apóiam seu desenvolvimento e inserção na sociedade :

“ O Congresso Nacional decreta a LEI Nº 10.741, 1º /10/ 2003: Art. 1º, é instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; Art. 2º, o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade; Art. 3º, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

“ A Câmara Municipal de São Paulo, autoria do Vereador Mario Dias, decreta Projeto de lei que dispõe sobre incentivo fiscal para as pessoas jurídicas domiciliadas no município de São Paulo na qualidade de empregadores, visando a inserção de idosos e jovens aprendizes de 14 a 17 anos no mercado de trabalho e dá outras providências: No Art. 1º, fica instituído incentivo fiscal para as pessoas jurídicas sediadas no Município de São Paulo que, na qualidade de empregadores de mais de 10 (dez) funcionários, preencherem seus postos de trabalho com 10% (dez por cento) no mínimo, na contratação de idosos e jovens aprendizes de 14 a 17 anos.”

“Projeto de lei que altera redação do Art. 10 da Lei 13477/02, para incluir os idosos no rol de isenção da Taxa de Fiscalização de Estabelecimento, Art. 1º - Fica alterada a redação do Art. 10 da Lei 13477/02, para inserir o inciso III, incluindo os idosos no rol de isenção da Taxa de Fiscalização e Estabelecimento, passando a vigorar com a seguinte redação:“Art. 10 - Não estão sujeitas à incidência da Taxa: I - as pessoas físicas não estabelecidas, assim consideradas as que exerçam atividades em suas próprias residências, neste Município, desde que não abertas ao público em geral; II - as pessoas físicas ou jurídicas, não excluindo a incidência em relação ao estabelecimento próprio, exclusivamente em relação às atividades de prestação de serviços executados no estabelecimento dos respectivos tomadores”.

“ A Lei Nº 13.834, 27/05/ 2004, institui a política Municipal do idoso do Município de São Paulo: Art. 1º A Política Municipal do Idoso tem por objetivo gerar condições para a proteção e a promoção da autonomia, da integração e da participação efetiva do idoso na sociedade”.

“ A Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Em especial os artigos que seguem, direcionados a este estudo :

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

“a promoção da integração ao mercado de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)“.

“a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)“.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Art. 24. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas de que trata este artigo serão definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem esta lei, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)“

“ A Lei Nº 14.905/ 06.02. 2009: Cria o Programa de Envelhecimento Ativo, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica criado o Programa Municipal de Envelhecimento Ativo, de natureza permanente, de ação de política pública municipal.

Art. 2º - São objetivos do Programa Municipal de Envelhecimento Ativo:

I - contemplar a assistência integral ao idoso, considerando suas necessidades específicas;

II - estimular um modo de viver mais saudável em todas as etapas da vida, principalmente ao extrato da população na faixa etária idosa;

III - favorecer a prática de atividades que contribuam com a melhoria da qualidade de vida. “

“Lei nº 9.249,26/12/1995, D.O. U/ 27/12/1995, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

§ 1º Admitir-se-ão como dedutíveis as despesas com alimentação fornecida pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

§ 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

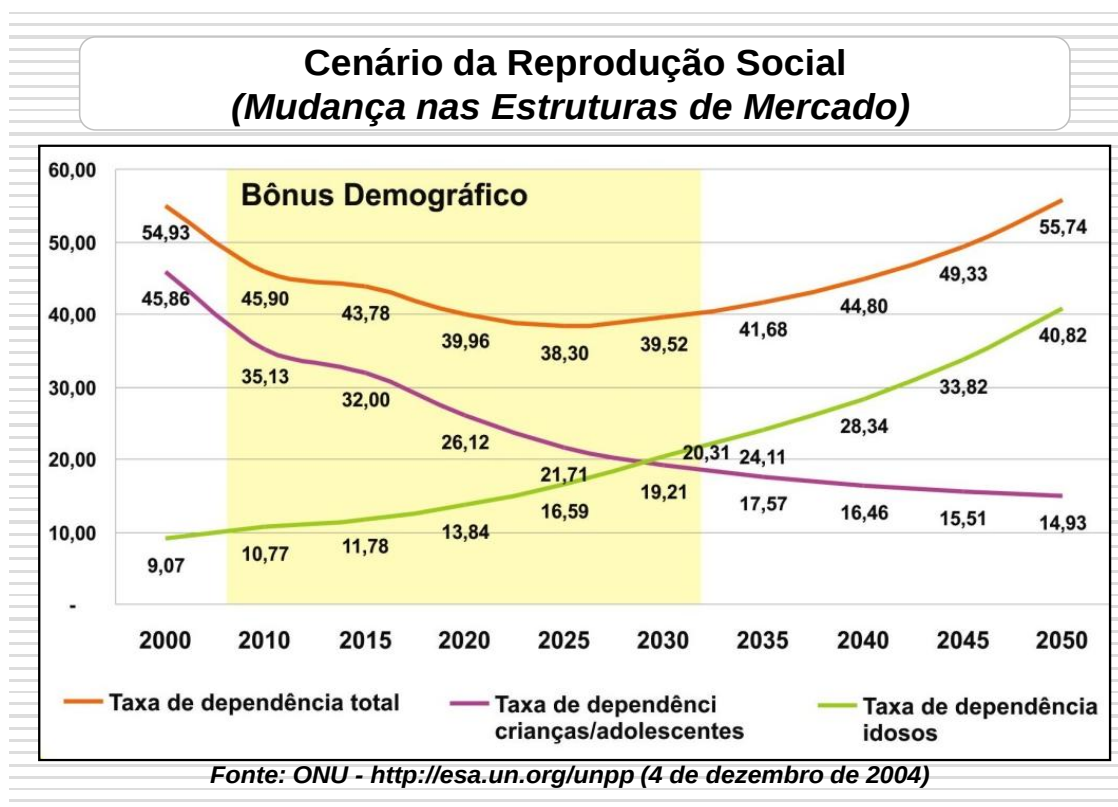
I - as de que trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

II - as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

III - as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem

O futuro do mercado de trabalho é outro tema que requer uma análise neste cenário; aspectos devem ser analisados sob a ótica do *Déficit demográfico* pois, comparado aos países europeus, o Brasil tem perspectiva específica, a ser tratada como *bônus demográfico*.

Vemos, no gráfico a seguir, resultados futuros da atual população ativa, como identificadas no *Cenário da Reprodução Social: Mudança nas estruturas de Mercado*:



O gráfico em pauta viabiliza uma reflexão quanto às consequências da transição demográfica, verificada na alteração da estrutura etária da população, a qual oferece um prognóstico na mudança da Reprodução Social no Brasil para as próximas décadas. Observamos que a taxa de dependência total, verificada na linha com a dimensão entre o índice 54,93 % (Ano 2000) e 55,74% (Ano 2050), no espaço sombreado reservado para o “*Bônus Demográfico*”. Entre 43,78 % (Ano 2015) e 39,52 % (Ano 2030) há diminuição do grau de dependência da população ativa produtiva e, seguindo a mesma linha de raciocínio, o decréscimo da taxa de dependência entre crianças / adolescentes, na medida em que se tornam adultos produtivos, até 2050.

Este gráfico traduz a possibilidade de um Brasil economicamente sadio, a partir do crescimento da população ativa. Todavia, o aspecto pessimista é visualizado no avanço dos índices de dependência (9,07% / Ano 2000 à 40,82 % / Ano 2050) quando se soma à população envelhecida a que está envelhecendo. Trata-se de uma previsão crítica da evolução da economia nacional, com a precarização das

políticas públicas e previdenciária, caso idosos não sejam inseridos no mercado econômico produtivo e , conseqüentemente, não tenham sustento próprio.

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, a razão de dependência mede a participação da população potencialmente inativa, que deveria ser sustentada pela parcela da população potencialmente produtiva. Os valores, indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, aumentando encargos sociais e assistenciais para a sociedade.

A tabela a seguir mostra outro ângulo do crescimento da população de idosos, com a queda da taxa de fecundidade:

<i>O aumento do índice da população idosa está também relacionado à queda da taxa de fecundidade.</i>		
Anos	Taxa de Fecundidade	<i>No Brasil, conforme dados do IBGE, 44% das mulheres em idade reprodutiva têm menos de dois filhos. Entre 1990 e 2000 a queda da fecundidade foi de 12%, tendo em vista a continuidade da queda dessa taxa, o país terá que estimular a reprodução, como tem sido feito em muitos países desenvolvidos, seja incentivando as mulheres em idade fértil a ter mais filhos, seja ajudando aquelas com problemas de infertilidade. Observando a tabela ao lado , percebe-se de forma nítida o declínio significativo dessa taxa, sobretudo na década de noventa, apresentando um índice de 2,5. A média atual corresponde a cerca de dois filhos, tendendo a decair, segundo as projeções feitas para os anos de 2010 e 2020.</i>
1960	6,21	
1970	5,76	
1980	4,01	
1990	2,50	
2000	2,04	
2010	1,85	
2020	1,81	

Fonte Textos sobre Envelhecimento versão impressa ISSN 1517-5928

Portanto, duas informações são de extrema importância, para nosso estudo, comparando dados do gráfico anterior, dos anos 2000 a 2050, com forte elevação da taxa de dependência de idosos, ao quadro que se refere ao aumento da população idosa, relacionado à queda da taxa de fecundidade, vemos sinalizada forte dependência econômica.

Ao tratar da questão do *Bônus demográfico*, no período entre 2010 a 2030, reforçamos o fato de se tratar de um momento atípico e histórico, quando a força de trabalho é muito maior do que a população considerada dependente. Estimando o aumento da população idosa, somada à força de trabalho no auge produtivo, e agregando aqueles trabalhadores em curso de envelhecimento , vemos o momento de prevenir o agravamento futuro. Desta forma, justificamos a reprodução social da

sociedade envelhecida, relevando estimativas de aumento da população idosa e o grau de dependência econômica desta faixa etária, afetando, inclusive, o sistema previdenciário do país, considerado o mais frágil do mundo.

Na trajetória da globalização, alinhada ao cenário de reprodução social, às transformações mundiais seguem tensões sociais vivenciadas em decorrência do desemprego mundial e da fragmentação dos postos de trabalho.

Nos últimos tempos a sociedade civil, vem permeando o incentivo das políticas públicas, políticas específicas de crédito, articulação na geração e formalização de empregos, criação de programas para inclusão no mercado de trabalho por meio de aprendizagem prática, e capacitação profissional, bem como a orientação para (re) inserção ao trabalho.

Para os mecanismos de estruturação dos modos produtivos e reestruturação do mercado de trabalho, assim como no processo ontológico social do trabalho ⁴ e, na adaptação às questões transnacionais, os sindicatos globalizados buscam, nas Convenções Internacionais do Trabalho, orientação para reformas trabalhistas que propiciem a adequação desses trabalhadores.

Trata-se do foco de transformação, adaptativo aos novos processos dos atores transnacionais, principalmente às questões do conhecimento.

Para Santos (2000), no que tange as consequências ônticas, há distinção entre natureza do conhecimento e a natureza da cultura.

O autor sugere novo paradigma epistemológico e sócio cultural: *“Entende uma transição que ainda mantém o atual capitalismo”*.

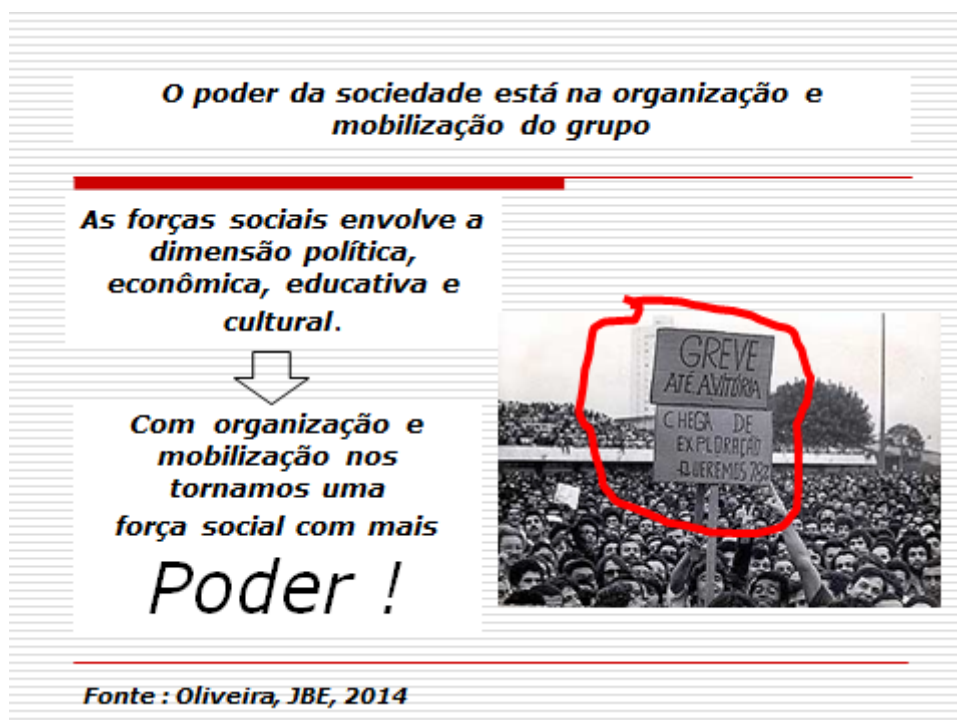
Para Manuel Castells (1999),

“A transformação informacional no processo produtivo. Os trabalhadores perdem sua identidade coletiva, tornando-se cada vez mais individualizados quando suas capacidades, condições de trabalho, interesses e projetos, tendem a existir em diferentes espaço e tempo”.

Verificamos alguns movimentos sociais decorrentes das mudanças econômicas, com forte expressividade no contexto contemporâneo, porém, quando se trata do confronto com o sistema de acumulação e produção de mercadoria, a classe

⁴ O processo ontológico do trabalho, a ser estudado com mais detalhes nos próximos capítulos, envolve a essência das novas habilidades, através da mediação entre a nossa vontade e os objetivos a serem atingidos, incluindo sempre o aprendizado e a experiência da pessoa. Para Sergio Lessa, quando destaca o filósofo húngaro George Lukács, nas considerações: “A atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários é a reprodução social, portanto, a existência social é incompatível sem o trabalho” (2002, p. 27). Assim sendo, é explícito que o trabalho modifica o homem conforme a sua necessidade e satisfação. (In: Oliveira, JBO, 2006, “Trabalho na velhice, novas oportunidades”)

trabalhadora tem potencial de maior radicalização para o "combate", ainda que fragmentada e heterogênea quando representada pelos sindicatos na atitude contra hegemônica, conseqüentemente mobilizando a sociedade instaurando o "poder" intrínseco a cada um de nós .



Em Santos (2011, p168-169, apud Goran Therborn), sistematiza a multiplicidade dos efeitos da globalização sobre a desigualdade em torno de quatro mecanismos fundamentais: A produtividade; As estruturas de oportunidades; O poder e a comunicação. Dessa forma, neste contexto , nosso sujeito em estudo, o idoso e seu objeto, o empreendedorismo, relevamos a produtividade como oportunidade vocacional; a comunicação como difusão do conhecimento; as estruturas de oportunidade focando a reprodução social; e, por fim, o poder relacionado à autonomia.

Todavia, infelizmente, a sociedade sofre de alienação , um mal decorrente do neoliberalismo hegemônico . A alienação neutraliza e/ou ingerência a capacidade das pessoas em pensarem e agirem por si próprias. Normalmente, a pessoa alienada, não tem interesse em compartilhar opiniões, preocupando-se apenas com aquilo que lhe é imposto ou compelido, pelo poder que impede mudanças e transformações.

O trabalhador alienado perde a individualidade e a capacidade de enfrentar desafios, sentindo-se excluído pelo poder capitalista quando este apodera-se de sua

fragilidade. Há um desequilíbrio injusto em relação à força produtiva, pois a trajetória socioeconômica é desconectada do compromisso público e da cidadania, assim como do pleno emprego e da distribuição equânime da renda nacional.

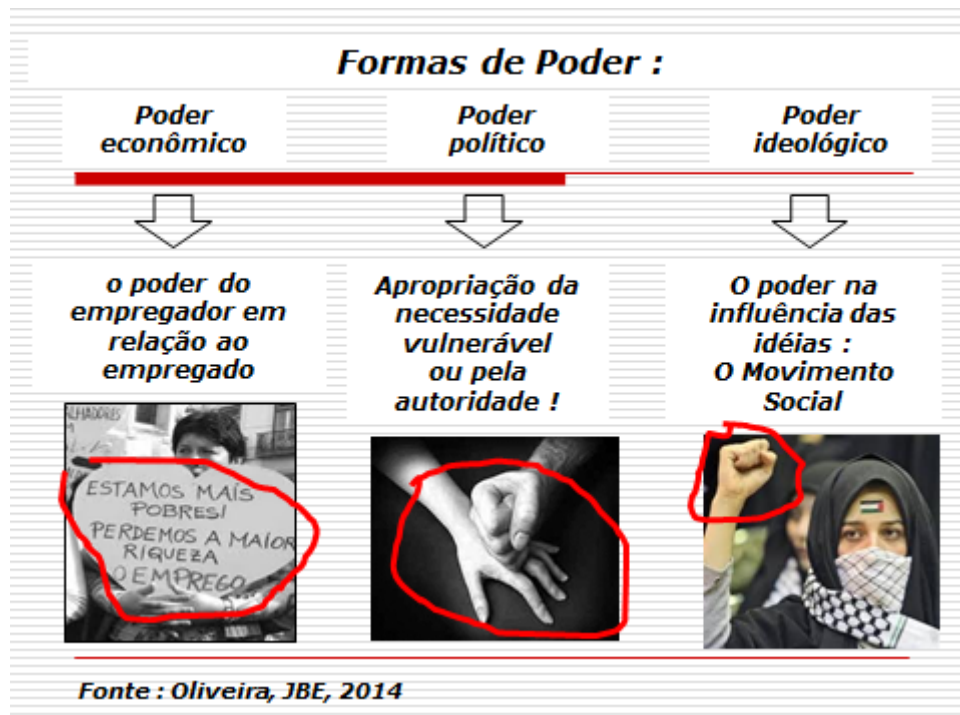
O resultado é o enfraquecimento do setor produtivo e, por consequência, a desvalorização do indivíduo. A alienação é consequência da organização legal do capitalismo moderno e da divisão de trabalho: quanto mais o homem trabalha mais se torna alienado, condição que atinge hoje todas as classes sociais de trabalhadores (Mills, p. 235 – 242).

O processo emancipatório contradiz a alienação, muitas vezes apoiado pelos movimentos sociais, através de sua ideologia, que age por meio de convencimento; persuasão, e não da força física, superando a alienação da consciência humana.

Segundo Marilena Chauí (1980, p. 37) :

“ O que torna possível a ideologia é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras. Porém o que faz da ideologia uma força quase impossível de ser destruída é o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem por finalidade ocultar. Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (natureza, os deuses ou Deus, a ciência, a sociedade, o estado) que existem por em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. Ora, além disso, como a experiência vivida imediata e a alienação confirmam tais idéias, a ideologia simplesmente cristaliza em “verdades” a visão invertida do real. O seu papel, portanto, é o de fazer com que os homens creiam que tais idéias representam efetivamente a realidade. E, por fim, também é o seu papel fazer com que os homens creiam que essas idéias são autônomas (não dependem de ninguém) e representam realidade autônomas (não foram elaboradas por ninguém)”.

Em Santos (2000), temos a compreensão de que o avanço de uma epistemologia de conhecimento-emancipação depende do avanço das lutas sociais contra a opressão, a discriminação e a exclusão social, ainda que esteja sujeito a outras determinações dominantes como as diferentes formas de poder.



A alienação não pode estar presente no contemporâneo, pois as pessoas devem cada vez mais desenvolver consciência do processo que transforma a sociedade, fazemos parte desse meio e não podemos estar ausentes da identidade que representamos.

As ações contrahegemônicas, presentes na sociedade civil, através dos órgãos representantes, deverão prover a superação dessas influências através de novas formas produtivas promovendo uma consciência da humanidade, a partir de quando Homem e Mulher tiverem ciência das suas possibilidades e gozando de relativa autonomia, no sentido de não perderem seu próprio controle, tomando decisões por si próprios, levando em conta regras, valores, a perspectiva pessoal.

O modelo contemporâneo apresenta uma nova arquitetura global, não apenas na organização de sistemas produtivos e transações entre empresas, mas também em questões de mobilidade social; emprego e renda, bem como na forma de pensar dos que estão envolvidos nesse cenário, não há mais retorno, decorrencia de profundas alterações na economia mundial e nas organizações empresariais em relação aos seus sistemas produtivos:

“As organizações empresariais e os trabalhadores relacionam-se em novas estruturas de produção, em que a demanda de quantidade e qualidade tornou-se imprevisível em mercados mundialmente diversificados (Castells, 1999)”.

O momento exige um exame das relações entre capital e trabalho nos novos modos de produção, ou seja, na teoria Marxista é a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, onde são formados por dois componentes básicos:

a) As forças produtivas, onde incluindo o homem, a qualidade do produtor e os meios materiais e intelectuais; b) A forma como os seres humanos desenvolvem em suas relações de trabalho (Manuel Castells, 2000).

Por outro lado, cada vez mais aumentam as notas fiscais de contra prestação de serviços, ao invés de carteiras profissionais assinadas, assim como cresce a flexibilização do produto e do processo frente às transformações tecnológicas e as variações de mercado.

As unidades autônomas, como nova fonte de renda, que demandam organização administrativa e laboral própria, ditas como economia de serviços, colocam-nos numa situação conflitiva: *Em qual classificação essas forças de trabalho, deverão ser representadas?* Esta questão deixa um vácuo jurídico: *São empreendedores do próprio negócio ou empregados?*

Nesta direção, algumas classificações das forças de trabalho devem ser citadas (In: Oliveira, JBO, 2006), de modo que através da sua leitura, se viabilize a discussão das novas possibilidades do trabalho na velhice:

- a) *Cooperativas de Trabalho (Lei nº 8948)* são um tipo de associação onde as pessoas se organizam democraticamente, sem pressões internas ou externas. Existem para prestar serviços a seus associados. O interesse e as necessidades das pessoas é que vão indicar o tipo de cooperativa que elas devem formar, ou em qual devem ingressar;
- b) *Terceirização* consiste no processo pelo qual uma empresa repassa algumas atividades para terceiros, com os quais estabelece uma relação de parceria, ficando a organização concentrada apenas em tarefas essencialmente ligadas ao negócio em que atua;
- c) *Temporário (Lei nº 6019/74)* é o funcionário necessário para suprir um ciclo de produção que, a juízo da empresa contratante, possa ser considerado excepcional. Atende a necessidades transitórias de substituição de pessoal e pessoal extraordinário;
- d) *Autônomos (Organização Internacional do Trabalho)* profissionais liberais não subordinados às relações celetista;

- e) *Trabalhador Informal* são todas as atividades produtivas executadas à margem da lei: trabalhadores sem carteira assinada e que trabalham por conta-própria e não contribuem para a previdência;
- f) *Trabalhador por conta – própria*, empregados com baixos níveis de produtividade e que contribuem com alguma forma de tributo.

A economia informal pode ser caracterizada por sua maior prática na produção de bens e/ou serviços, operando em baixo nível de organização e em emprego causal, sem garantias formais.

De acordo com o economista José Pastore, em artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo “ (03/06/2003), dos , aproximadamente, 75 milhões de brasileiros que trabalham, 45 milhões estão na informalidade. Para Pastore, dos integrantes deste mercado, metade é composta por pessoas que tem insuficiência de renda para se filiar à previdência social; a outra metade de pessoas menores de 16 anos e maiores de 60 anos.

Pelos dados do SEBRAE- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sheila Najberg , 2002- “ Criação e fechamento de firmas no Brasil”), 98% das empresas são micro e pequenas, sendo esses os segmentos em que o emprego informal prevalece; dois terços das micro e pequenas empresas estão no comércio e serviços;no setor comercial, 83% dos empregos estão em firmas que têm até quatro empregados;nos serviços, são 74%.

Esta não é só uma realidade nacional, pois em nível internacional, além da economia informal, surge a “*economia social*”, um tipo de serviço comunitário diferente das formas tradicionais de trabalho, onde a forma de pagamento está na doação de presentes ou algum material necessário ao voluntário (Rifkin, 2001, p.265-266).

Dando ênfase ao destino da sociedade que envelhece em busca de renda e trabalho, o interesse globalizado por novas formas de trabalho e renda, vimos pontuado na nossa participação no Congresso da *CIETT- Internacional Confederation of Private Employment Agencies* (São Paulo,2013) na fala de seu representante internacional James Gribben, que destaca as novas regras sobre o processo de flexibilização do trabalho , visando negociações que ampliem plataformas laborais e regulamentem normas no trabalho, inclusive a inserção do idoso no mercado de trabalho.

Os brasileiros que trabalham na informalidade ,sem proteção social , são cerca de 42 milhões de pessoas que , quando adoecem, não têm licença remunerada, quando perdem o emprego, não contam com FGTS ou seguro-desemprego, quando envelhecem não têm aposentadoria, e, quando morrem, nada deixam para possíveis dependentes.

Aos poucos, empregadores e empregados negociarão pacotes de proteção parcial que permitam incluir os informais no mercado formal (*fontes: jornal a Folha de São Paulo e o jornal O Estado de São Paulo/ 05.12.2001*); Na experiência internacional, idosos são valorizados e ocupam diferentes atividades produtivas, crescendo a importância de ajustes nas estruturas organizacionais, possibilitando absorção da mão de obra envelhecida, inclusive com modificações de leis trabalhistas e políticas sindicais.

Nesse contexto de mudanças, o Ministério do Trabalho identificou que, em 2010, 14,21% das 44 milhões de vagas de emprego do País estavam ocupadas por pessoas maiores de 50 anos, o que significa mais de seis milhões de pessoas. Motivadas pela complementação de renda, às vezes obtida somente por meio da aposentadoria, ou pela busca de ocupação, para preencher o tempo livre. Esta categoria se esforça para voltar ao mercado de trabalho. Detalhe curioso: as empresas aceitam cada vez mais idosos em seus quadros de funcionários- o principal diferencial da terceira idade é a responsabilidade ⁵.

Nos setores de Prestação de Serviços terceirizáveis e Trabalho temporário, o índice de trabalhadores na terceira idade também é alto. De acordo com a 5ª pesquisa setorial do *Sindeprestem – Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços e Temporários*, a atividade emprega cerca de 390 mil trabalhadores com mais de 60 anos, ou seja, 15% das vagas disponíveis.

O portal Terceira Idade, principal referencia no assunto, com mais de 8 milhões de acessos, idealizou a campanha “*Empregue um Idoso*”, para incentivar a empregabilidade de pessoas nesta faixa etária.

As empresas parceiras podem utilizar o selo “*Empresa amiga da 3ª idade*” e desfrutar do incentivo fiscal oferecido pela Lei 9.249/95, que permite deduzir até 2% do imposto de renda sobre o investimento.

⁵ Fonte : Revista Presstem- Ano XIV Março 2012, nº 44, Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de obra e de Trabalho Temporário no Estado de São Paulo. Reprodução do texto de entrevista, artigo:” Sempre há tempo para recomeçar – terceira idade de volta ao mercado de trabalho”.

Observamos durante viagens internacionais , em congressos pertinentes, que alguns países Europeus - Portugal, Espanha e França- possuem leis avançadas para amparar estes trabalhadores, que, todavia, estão ultrapassadas, pois os governos locais estão mais preocupados em diminuir o grande numero de pessoas idosas inscritas nestas políticas públicas, incentivando-os a buscar outras formas de renda. Nos Estados Unidos presenciamos, por exemplo, o trabalho de idosos prestando serviços temporários, muitos deles em serviços voluntários, como estímulo para sair de casa ou sentirem-se uteis à sociedade

Da mesma forma, durante o voo comercial entre Nova York e Paris , notamos a presença de comissárias com idade acima de 50 anos .Trata-se da aplicação de uma lei que protege a pessoa contra a “*discriminação etária* “, como pode ser verificado a seguir, um instrumento acordado junto ao Departamento de Estados Unidos do Trabalho que versa sobre *Discriminação de Idade : Discrimination of Employment Act – ADEA (*)* :

✓ A discriminação de idade em um ato do emprego de 1967 (ADEA) protege os indivíduos que tem 40 anos de idade ou mais , quanto a discriminação contra o emprego. As proteções do ADEA aplicam-se aos empregados e os pretendentes do trabalho. Sob o ADEA, é ilegal discriminar a uma pessoa por causa de sua idade com respeito à condição, ou privilégio do emprego, dispensa, compensação, benefícios, e atribuições do trabalho.

(*) Nota: Esta página é traduzida. Incluimos, portanto, os itens que tem significativa importância, para a discussão deste trabalho.

✓ O ADEA aplica-se aos empregadores com 20 ou mais empregados. Aplica-se também às agências de emprego e às organizações labor, as relacionadas às atividades do serviço público. As proteções de ADEA incluem:

✓ Programas Do Apprenticeship (“Programa de aprendizado”) : É geralmente ilegal para programas do aprendizado, discriminar na base da idade de um indivíduo. As limitações da idade em programas de aprendizado são válidas somente se caem dentro de determinadas exceções específicas sob o ADEA (O programa não especifica quais são as exceções).

✓ Observações e propagandas do trabalho: As propagandas de trabalho tornam-se ilegais, quando incluem preferências, limitações, ou especificações da idade. Uma observação ou uma propaganda de trabalho pode especificar um limite de idade somente nas circunstâncias raras onde a idade é mostrada numa “qualificação ocupacional” necessária à operação normal do negócio.

✓ Inquéritos do Pré- emprego : O ADEA não proíbe especificamente um empregador de pedir a idade ou a data de nascimento a um candidato ao emprego.

✓ Benefícios: A proteção da idade é um benefício aos trabalhadores, especificamente, direcionadas aos empregadores, de negar benefícios aos empregados mais velhos. O Congresso dos Estados Unidos reconheceu que o custo de fornecer determinados benefícios aos trabalhadores mais velhos é maior, do que o custo de fornecer os mesmos benefícios aos trabalhadores mais novos. Ainda, consideram um incentivo para empregar os trabalhadores mais velhos. Conseqüentemente, em circunstâncias limitadas, é permitido ao empregador reduzir os impostos na contratação de empregados mais velhos.

Manoel Castells (1999) , aponta que :

“ quando afirma que a mudança do perfil da força de trabalho, estão alinhadas a vocação e a criatividade, levando a pessoa ao empreendedorismo, para sociedade produtiva, trata de novas características de trabalho , deixando de ser simples executor e torna-se mais participativa e individual”.

Em outras frentes, a sociedade civil no mesmo patamar de mudanças, estimula o crescimento de setores produtivos, através da concessão de crédito da geração de empregos adotam políticas específicas para as micro e pequenas empresas que gerem emprego formal, estimulam a criação de mecanismos para uma regulação pública do novo tipo de trabalho imaterial, criam programas de inclusão no mercado de trabalho por meio de capacitação profissional e escolarização.

O conjunto desses processos e estratégias que, de geração em geração, tendem a assegurar as vantagens dos lucros e das exclusões, define as relações entre grupos dominantes e grupos dominados.

A competitividade e as exigências de assimilação aos novos valores do capitalismo requerem tanto das comunidades trabalhadoras quanto dos representantes empresariais, numa adaptação contínua a esse ambiente de transformação, historicamente regido pelo trabalho.

A transformação da economia mundial induziu os novos modelos de ocupação, representados num misto de motivação material e serviço ao próximo, tais como o Terceiro Setor, voltados aos benefícios educacionais, de saúde, culturais e outros, através de atividades não remuneradas, com vistas ao bem social. Neste segmento, o idoso pode colaborar com a sua experiência e habilidades, além de ter formas alternativas de fundo social, com a dedução de impostos pelos trabalhos voluntários. De qualquer forma, há um novo desenho ocupacional dado por novas classes sociais e estruturas produtivas:

“Essa estrutura produtiva precisa ser servida por pessoal altamente capacitado, cujas necessidades devem ser satisfeitas por trabalhadores do setor de serviços (Castells, 1999)”.

Na perspectiva de Claus Offe:

“O processo de expansão do trabalho assalariado teria acarretado uma aguda diferenciação no trabalho social, em termos de renda, qualificação, estabilidade, prestígio, carga de trabalho, possibilidades de ascensão e autonomia.” (2008).

Complementando o raciocínio da reflexão destes autores, arriscamo-nos afirmar que a idade, sexo ou raça, não são fatores essenciais ao crescimento econômico de um país. É necessário mudar o termo alienação para adaptação às novas contingências da globalização. Nesse aspecto, as pessoas estão se adaptando aos novos processos e, contingencialmente, temos convicção de que os novos modelos de produção globalizada vem atender o novo modelo econômico nas questões do empreendedorismo.

David Harvey (1992), ao fazer uma análise das tendências da política pós-moderna, referiu-se a exigências econômicas decorrentes da expansão e crise do capitalismo, reconhecendo a necessidade de ampliar o campo de compreensão das novas relações de tempo e espaço, promovendo uma renovação do materialismo histórico – geográfico.

Diante desta análise, consideramos que a preservação das condições de trabalho e qualidade de vida da pessoa idosa, têm na reprodução social um desencadear do movimento contrahegemônico em relação aos “*grupos dominantes*”. Sendo assim, busco ,em Wanderley (2009)

“ o destaque de uma globalização contrahegemônica ao ser impulsionada basicamente por setores organizados da sociedade civil, nas esferas mundial, regional, nacional e local..., que tenta com características diferenciais no seio de cada Estado – Nação, avançar e se consolidar”.

Em todos os movimentos da sociedade civil, neste caso sindicatos e ONGs, tratando da sua expressividade, buscam um espaço de consenso e diálogo contestador da hegemonia, montando estratégias de transformação.

Na reprodução social da sociedade envelhecida, os novos meios de produção estão vinculados ao empreendedorismo, prevalecendo conhecimento e experiência, que lhes dão teor subjetivo ao assumir questões individuais , no que tange a independência do idoso.

Na ótica da globalização, que rege os princípios do transformacionismo, Santos (2002), tem na sua visão sobre a globalização neoliberal, o não aumento da taxa de exploração dos trabalhadores.

Diante destas reflexões, podemos prever que a reprodução social e produtiva da sociedade envelhecida impulsiona liberdade e autonomia dos excluídos, capazes de socializar e personalizar novos valores informacionais, frente a sua potencialidade. Como argumento desta proposição, na evolução histórica dos

modos de produção, em direção das forças produtivas que inclui meios materiais e intelectuais, somados a relação de produção que tem o empreendedorismo como ação emancipatória .

Desta forma , o idoso , através das transformações e mudanças no processo ontológico social, se adapta a diferentes formas sociais e relações de produção, razão pela qual vemos a possibilidade de qualquer ação participativa do idoso no cenário econômico.

Esta rápida análise nos leva a pressupostos renovados, diante do capitalismo tradicional, ao contrário do passado, o presente nos leva a perceber a capacidade transformadora da sociedade, como observamos a seguir:

a) Questionamos, na atualidade , a luta de classe como motor do processo revolucionario de mudança, a partir do que a sociedade excluida escolhe outros modos de produção, tais como os Pequenos Empreendedores; Empreendedores individuais; Micro empreendedores; Trabalhadores autonomos; etc, fragmentando as relações de subordinação;

b) Substituímos a conotação de alienação, em sentido mais amplo, como falta de visão política, econômica, social e do papel que desempenha, por acomodação, processo que leva a perda de consciencia da real potencialidade emancipatória ,no sentido de diminuir o conflito intrinseco da alteridade com a sociedade excludente e dependente ;

c) Substituímos a exploração da força de trabalho pelo empreendedorismo, quando provê, ao executor , criatividade e a liberdade de usar seu talento e vocação.

A revisão destas idéias deve agir como reação contrahegemonica ao comportamento social dos grupos dominantes, centrados na dialetica das forças entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos, constituindo permanente segregação de grupos. Os idosos, por exemplo, são freados pelo preconceito de improdutividade contigente a decadencia fisica. É a característica decorrente do preconceito de uma sociedade imatura, incapaz de conviver e aceitar mudanças.

Na análise sócio econômica, que pode ser feita neste contexto, segundo a equipe de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial (Cox, Pamela, 2011), sumário :

Envelhecendo em um Brasil mais Velho Implicações do Envelhecimento Populacional sobre Crescimento Econômico, Redução da Pobreza, Finanças Públicas, Prestação de Serviços .

O Brasil em transformação populacional prevê :

“... A velocidade do envelhecimento populacional no Brasil significativamente maior do que ocorreu nas sociedades mais desenvolvidas no século passado. Por exemplo, foi necessário mais de um século para que a França visse sua população com idade igual ou superior a 65 anos aumentar de 7% para 14% do total. Em contraste, essa mesma variação demográfica ocorrerá nas próximas duas décadas (entre 2011 e 2031) no Brasil. A população idosa irá mais do que triplicar nas próximas quatro décadas, de menos de 20 milhões em 2010 para aproximadamente 65 milhões em 2050. A população idosa aumentará de 11% da população em idade ativa em 2005 para 49% em 2050, enquanto que a população em idade escolar diminuirá de 50% para 29% neste mesmo período. Essas variações na estrutura etária da população resultarão em maiores pressões fiscais sobre os sistemas públicos de saúde e previdência, enquanto as pressões fiscais sobre o sistema educacional financiado pelo governo diminuirão.

... O atual sistema previdenciário gera incentivos negativos para a participação no mercado de trabalho e para as contribuições à seguridade social. O baixo limite de idade e a existência da aposentadoria por tempo de trabalho sem idade mínima levam à aposentadoria precoce. Assim, um sistema que deveria assegurar a renda de indivíduos impossibilitados de trabalhar acaba fornecendo auxílios por um período maior do que o tempo de contribuição. Além disso, a aposentadoria precoce implica que uma fração da força de trabalho produtiva não está sendo usada ou que continua trabalhando no setor informal.

... As regras do sistema de previdência incentivam a informalidade, especialmente para os trabalhadores menos qualificados. A disponibilidade de um programa não contributivo, que transfere benefícios iguais à renda mínima do programa contributivo (equivalente ao salário mínimo) reduz os incentivos para que os trabalhadores com menores salários contribuam. Isso é prejudicial, dado que uma grande proporção da população não contribui com o sistema de seguridade social durante a idade ativa, ao passo que se beneficiará dele mais tarde. Conforme a população do Brasil envelhece, cresce a necessidade de se assegurar que uma parcela maior contribua para o sistema previdenciário.

... No médio prazo, porém, as mudanças esperadas na composição da força de trabalho devidas ao envelhecimento populacional trarão desafios ao crescimento econômico. Após meados de 2020, a taxa de crescimento do grupo etário de 15- 59 anos irá se tornar negativa e o crescimento da população será puxado somente pelo aumento no número de idosos. Além disso, poderão ocorrer efeitos negativos na produtividade no nível micro, já que uma fração maior da força de trabalho estará além do seu pico de produtividade. O impacto econômico negativo tende a ser amplificado pelo fato de que o mesmo perfil de diminuição da produtividade com a idade não é observado para os salários no setor formal, que tendem a aumentar com a importância da função (e a idade). Isso, por sua vez, tende a afetar negativamente a competitividade, lucro e investimento das empresas.

... Programas de treinamento específicos podem ser eficazes para suavizar ou anular o declínio associado à idade na habilidade de aprender novas técnicas. Até agora, no entanto, todas as evidências indicam que o acesso a treinamentos diminui significativamente ao longo da vida de trabalho do indivíduo. No futuro, as firmas não terão escolha a não ser expandir os programas de treinamento, para investir nos trabalhadores mais velhos e reorientar os programas para atender às necessidades desses trabalhadores.

... As políticas econômicas poderiam ser direcionadas para aproveitar os dividendos demográficos. Por exemplo, o mercado de trabalho precisa criar

oportunidades suficientes para a crescente população em idade ativa no curto prazo. Para sustentar o crescimento do produto agregado no médio e longo prazo, no entanto, o Brasil terá que estimular a participação na economia de grupos como o das mulheres e apoiar o crescimento da produtividade. Por um lado, para impulsionar a produtividade da força de trabalho existente, é preciso investir em incentivos e meios para que seja alcançada uma melhor qualificação dos trabalhadores atuais, por exemplo, através de treinamentos e cursos de aperfeiçoamento dos trabalhadores mais antigos e programas de aprendizado continuado. Por outro lado, para impulsionar a produtividade potencial de gerações futuras é preciso investir em melhorias na educação pública. Em particular, o aumento da cobertura e da qualidade da educação em estágios iniciais tende a estar entre os determinantes principais de uma força de trabalho mais produtiva no futuro. E isso fará com que os programas de aperfeiçoamento sejam mais eficientes em estágios mais avançados da vida de trabalho “.

No que se refere à reprodução social e a relação do processo de envelhecimento da população com o crescimento econômico do país, temos força de trabalho ativa em crescimento até 2025, conforme dados do relatório do Banco Mundial. Por outro lado, ocorre uma diminuição da força de trabalho jovem (15 anos a 24 anos). Sob a perspectiva dos pesquisadores, o incentivo a novas habilidades requeridas na faixa etária dos envelhecidos, só será possível mediante a capacitação dessa mão de obra, com a aquisição de novos conhecimentos.

A sociedade envelhecida é condição, presente e futura, para a qual devem ser analisadas e propostas alternativas de governar os processos transformadores, tanto sociais quanto econômicos. A condição humana da pessoa idosa, na concepção desse estudo, é a antítese dos estigmas improdutos criados pela sociedade. Queremos provar as condições humanas deste idoso, através de sua capacidade de aprendizado e desenvolvimento das novas habilidades, representados pela vocação e possibilidades empreendedoras.

Para Alves (Inacio, apud 2004,p.12) , o tema empreendedorismo, esta ligado a criatividade, capacidade comum a todas as pessoas, utilizada em qualquer atividade humana, que envolve aspectos culturais, psicológicos, econômicos e tecnológicos.

“O espírito empreendedor esta relacionado com a satisfação de alguma necessidade, com a disposição para enfrentar crises, com a exploração de oportunidades, com a simples curiosidade ou com o acaso “

Segundo Inácio (2004), um dos primeiros autores a mostrar interesse pelo comportamento dos empreendedores foi Max Weber (1930), identificando o sistema de valores como elemento fundamental para a compreensão do processo os via como inovadores, pessoas independentes cujo papel de liderança nos negócios

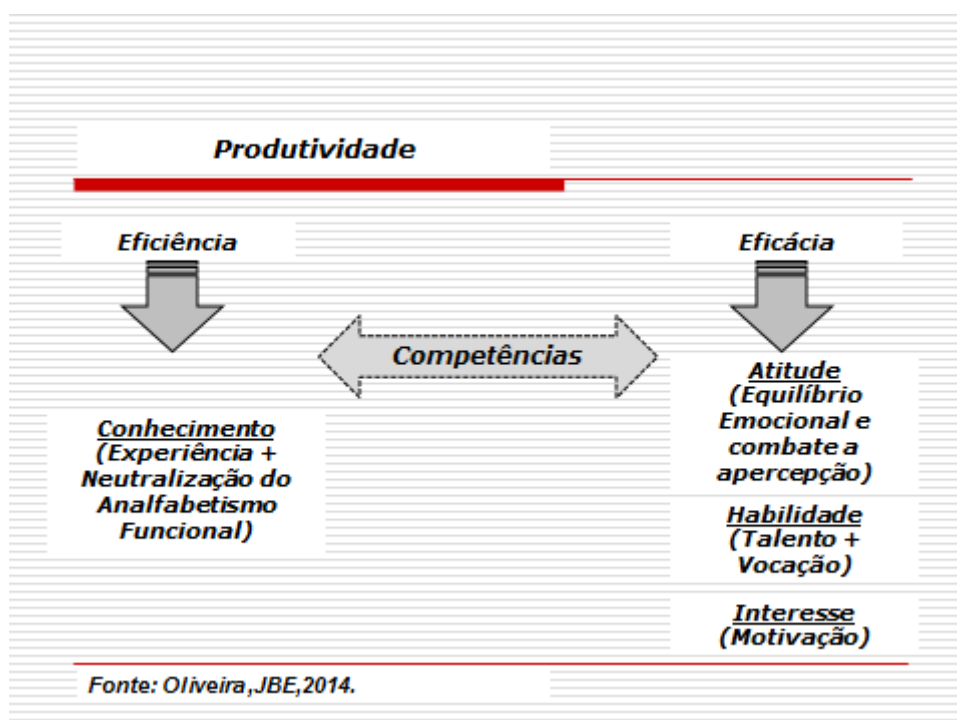
(autonomia, grifo nosso) interfere como fonte de autoridade e representatividade das pessoas.

Examinando possibilidades futuras do idoso frente à reprodução social e, neste caminho, nos apropriando das condições de renda e trabalho, somos levados a falar também da produtividade, cuja definição atribuímos à relação entre eficiência e eficácia.

A eficiência, no foco do conhecimento, como condição de produzir, e a eficácia, verificada numa estância mais complexa, quando exige da pessoa idosa, ou mesmo de outra faixa etária mais jovem, novas habilidades, as quais são possíveis diante do ponto de equilíbrio entre o racional, como modo de entender um processo lógico de conhecimento, e a emoção, no sentido de controlar as reações afetivas como agente bloqueador determinante da insegurança de ser pro ativo.

O ponto de equilíbrio é o meio termo para equacionar duas forças distintas que se complementam na conduta empreendedora, entre criatividade e autonomia, vinda da experiência e do conhecimento, na forma racional, levando à produtividade, inovação e incrementação de novas ações e à revisão dos processos da cadeia produtiva que se perdem no analfabetismo funcional.

O esquema a seguir resume nossas idéias quanto a produtividade, tema complexo e necessário, no cenário competitivo das organizações empreendedoras e a ação contra-hegemonica à apercepção do idoso, condição humana da reprodução social :



A referencia que fazemos sobre competência, descrita no processo da produtividade, é a somatória de conhecimento, habilidade, atitude e interesse: condição para atingir resultados satisfatórios de produção. Para eficiência é necessário conhecimento formal, traduzido em experiência e superação do alfabetismo funcional, sendo, este ultimo, condição para o profissional entender todas as etapas dos processos e atividades especificas que levam ao resultado final. Eficiência é representada pela quantidade produzida, frente a inovação e a incrementação de novas ações, eliminando obstáculos - os “gargalos”- que obstruem a cadeia produtiva. Eficácia tem conotação personalizada, que depende da pessoa, de sua capacidade de trabalhar sob pressão, atendendo prazos, envolvendo talento e vocação para realizar e, finalmente, tendo a motivação como fator de ativação. Podemos fundamentar com a seguinte frase: *“Não adianta lubrificar as máquinas se o operador não estiver a fim de trabalhar...”*.(Oliveira, JBO, 2013).

Para Santos (2000),

“ A revolução científica que atravessamos é estruturalmente diferente do modelo científico do século XVI, quando na época atual é tratada num paradigma científico e social. O conhecimento implica na trajetória da ignorância para o saber. O senso comum caminha junto a trajetória, funde o emocional, pratico e intelectual”.

Antecipamos algumas idéias, nos novos modos de produção, para reprodução social, onde, indiscutivelmente, o homem social e racional ainda não superou toda sua capacidade de realizações, principalmente aquelas ligadas a habilidades inatas, contingentes a talento e/ou a capacidades naturais presentes em todos os seres humanos, embora pouco exploradas por eles.

Defendemos a existência de uma categoria de trabalhador investidor, de pequenos negócios, relacionando-se em cadeias de produção, como os empreendedores individuais, servindo o mercado interno e externo, conforme especialidade e vocação.

Tentamos encontrar significado adequado para modos de produção e forças produtivas, voltado para satisfação direta da necessidade empreendedora, ou seja, algo mais que um trabalho material: *A liberdade de criar e pensar*.

A leitura antropológica e social que se ajusta neste estudo, principalmente nas inter-relações entre cultura e identidade, faz com que o sujeito idoso não seja visto como

simples receptor-portador de hábitos, mas agente de mudança nos processos produtivos e empreendedores, além de propulsor da dinâmica capitalista.

Na evolução histórica, há indicações de que o homem sempre visou superar seus limites, é um referencial que nos leva a acreditar na possibilidade do idoso como agente transformador e, para se reproduzir, tem de transformar a natureza, e o modo social de fazê-lo é criar novas possibilidades de renda e trabalho.

O capitalismo contemporâneo absorve a autonomia das pessoas quando são capazes de fazer sua própria escolha.

Ao tratar da autonomia do idoso no foco empreendedor, ressaltamos sua capacidade intelectual, mesmo se vítima de decadência física e neurológica, decorrentes da idade. Entre as alternativas produtivas desta pessoa idosa, estão as formas intelectuais, menos braçais, representadas na tecnologia e nas fontes de conhecimento.

Essas pessoas deixam de ser simples seguidores de normas e padrões sociais, tornando-se aptos a superar adversidades e, nesse processo, seus organismos se adaptam ao ambiente criando formas mais complexas e avançadas de vida, compatíveis ao valor social.

A renovação do conhecimento e as novas habilidades, como fatores de inserção da pessoa idosa no processo transformador, encontramos na pedagoga Marta Kohl de Oliveira (2001, p.26), considera que as pessoas mantêm um bom nível de cognitivo até uma certa idade avançada ,acima dos 75 anos .

Frente a esta possibilidade, somos levados a buscar a compreensão de outras determinações para o desenvolvimento de novas competências nesta faixa etária, e a qualquer pessoa, independente de idade e condição social, para o aprendizado, em decorrência de uma série de fatores diversos, tais como: nível de saúde, alimentação, moradia, nível educativo e cultural, experiência profissional, tônus vital e, acima de tudo, sua vontade, além do processo cultural e histórico, como visto anteriormente.

Produtividade e empreendedorismo têm um foco comportamental e social que , quando alinhado a políticas públicas transformadas em qualidade de vida, é o recurso fundamental de elevação dos índices econômicos de qualquer país. Sendo assim, porque não conduzir o processo da reprodução social também na ótica da política pública, quando esta fornece à população, de modo geral, condições

mínimas nas necessidades básicas de sobrevivência- transporte, saúde, habitação, educação, etc.

Para seguir nessa via de análise, devemos, antes, entender o que queremos fundamentar como políticas públicas: São ações públicas assumidas pelos governos, instituições públicas estatais com ou sem participação da sociedade; São direitos humanos coletivos ou direitos sociais garantidos em lei; As políticas públicas visam a qualidade de vida da população , redistribuindo renda ou neutralizando a desigualdade social.

Todavia, o atual contexto de globalização nega a possibilidade de vida digna para a maioria da população. As atuais políticas não são de fato públicas pois privilegiam alguns setores . Para os pobres acabam sobrando migalhas ,distribuídas nas chamadas políticas sociais compensatórias, que se transformaram num formidável instrumento eleitoral para os governos, a exemplo do pagamento do Bolsa Família, com o qual o governo consegue obter importante “ retorno” eleitoral.

Para impulsionar a produtividade potencial de gerações futuras é preciso investimento na educação pública , com estado e sociedade civil interferindo na nova ordem administrativa, optando pela organização flexível, quando esta requer Instituições democráticas, ética no serviço público, Impulso para eficiência, busca pela qualidade; criação de valor público e flexibilidade e Inovação

Ao alinhar o modelo nacional atual de políticas pública, analisando as consequências do “*Estado mínimo*”, numa concepção neoliberalista, o Estado deixa de financiar necessidades básicas para dar força a exigências do capital financeiro internacional, colocando-nos numa crise social, com deterioração da qualidade de vida do cidadão produtivo.

Numa ação contra-hegemonica a *Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI)* , enquanto sociedade civil de luta, desde a década de 40 , desenvolve longa e difícil batalha para influenciar as massas de todos os países; tem estreita ligação com a classe operária e permanente relação com a Internacional , buscando a melhor forma de relação com os movimentos populares, adaptando bandeiras a seu nível de consciência para efetivar a mobilização.

A LIT-QI , aposta em um sindicalismo de confrontação, oposto ao sindicalismo dos pactos sociais; defendemos que a luta é o único caminho para a transformação social; cremos na democracia direta, no sindicalismo de base contra o sindicalismo

das cúpulas burocráticas, no internacionalismo, na luta internacional da classe operária e dos oprimidos/as.

A LIT-QI entende que programas sociais compensatórios não diminuíram a miséria dos países latino-americanos, pois são absolutamente ineficazes para combater as raízes da desigualdade. Os governos ditos de “*esquerda*” que hoje aplicam medidas compensatórias deixam de enfrentar os verdadeiros problemas estruturais, não fazem reforma agrária nem rompem com políticas econômicas que beneficiam empresários, condenando milhões ao desemprego.

Para o fator empreendedor da população envelhecida ocorrer, devem partir de nossos governantes ações com menor proporção partidária e maior gerenciamento técnico, avaliando, urgentemente, a precariedade das condições básicas de sobrevivência da população em geral, no que tange a qualidade de vida, pois serão os idosos do amanhã.

Numa análise rápida, apoiado nos fatos sociais que estão ocorrendo no mundo, a sociedade de modo geral, está consciente e reagindo rapidamente aos estímulos sociais, necessários a qualidade de vida, reivindicando seus direitos, como durante o movimento social *passé livre*, trata-se da mobilização brasileira que defendeu a adoção da tarifa zero no transporte público, fundado na plenária do Fórum Social Mundial – FSM, em 2005/Porto Alegre, que destacou-se ao participar da organização dos protestos na cidade de São Paulo em 2013.

Da mesma forma, é claro o envolvimento contrahegemônico dos sindicatos, quando assume a sua condição de representação da sociedade civil, não apenas nas questões trabalhistas, mas aos movimentos sociais de forma geral, ao destacar no site da Central Sindical importante – União Geral dos Trabalhadores – UGT, apoiando a agenda do Fórum Social Mundial que começa na Tunísia, com mensagem contra o terrorismo, onde podemos verificar através do texto que segue :

“ Sob o slogan Povos do Mundo Unidos contra o Terrorismo, a tradicional marcha de abertura do Fórum Social Mundial (FSM), que começa hoje (24 de Março 2015) em Túnis, capital da Tunísia, quer levar uma mensagem de solidariedade às famílias das vítimas do ataque ao Museu do Bardo, que matou 22 pessoas no dia 18 de março, e de repúdio ao terrorismo. O itinerário da marcha foi alterado pela organização do evento e terminará em frente ao museu, com um ato contra o extremismo. O atentado foi reivindicado pelo Estado Islâmico.

O antropólogo Alaa Talbi, membro do Fórum Tunisiano de Direitos Econômicos e Sociais e um dos organizadores do comitê local do FSM, informou que todas as delegações confirmaram presença no fórum para reforçar a solidariedade aos tunisianos. “Os povos do mundo são solidários

com a sociedade tunisiana e são solidários também com as vítimas da opressão no mundo. É uma mensagem clara da sociedade civil de luta contra o terrorismo”, disse ele, em entrevista à Agência Brasil.

Segundo Talbi, não há preocupação de ocorrer outro atentado terrorista porque todas as medidas foram tomadas pelo governo para garantir a segurança da marcha e da Universidade El Manar, onde ocorre o FSM até o dia 28 de março. “Eu não acredito que haverá outro ataque durante o fórum”, disse.

O antropólogo explicou que esta segunda edição do FSM na Tunísia – a primeira foi em 2013 – é muito importante para o país que vive um momento de consolidação da democracia. No evento de dois anos atrás, os debates centraram-se na transição para a democracia por que passava a Tunísia.

“O contexto político tunisiano mudou desde 2013. Hoje temos uma nova Constituição, uma agenda política clara, mas há desafios na situação social, econômica e ambiental. Creio ser importante que o fórum dê energia ao movimento civil tunisiano para debater essas questões. Muitos movimentos sociais surgiram no país a partir do primeiro fórum e ajudaram na transformação da sociedade”, disse Talbi.

A Tunísia é considerada o berço da Primavera Árabe, a série de levantes populares que derrubou governos autoritários na região. A transição do país para um regime democrático é tida como o único caso de sucesso da onda de contestações, já que países como a Síria e o Egito estão assolados por conflitos. O país promoveu eleições parlamentares e elegeu seu presidente, no ano passado, o líder do partido laico Nidaa Tounès, Beji Caid Essebsi. Foi a primeira vez, desde a independência tunisiana do domínio francês, em 1956, que a população escolheu livremente o presidente do país.

O perigo jihadista é apontado como uma ameaça à consolidação das novas instituições, já que ataques de grupos radicais ainda são registrados no interior do país. Segundo Talbi, o atentado ao Museu do Bardo foi o primeiro no centro da capital. “O ataque atingiu o símbolo político do Estado, que é o Parlamento [que fica ao lado do museu], mas, para mim, isso vai reforçar a consolidação democrática pois hoje estamos unidos para vencer a fase de transição democrática na Tunísia”.

Para o antropólogo, o combate ao terrorismo na Tunísia deve passar por uma mudança nas atuais políticas econômicas que, segundo ele, levam à exclusão social. “O número de desempregados aumentou, sobretudo entre os jovens, a crise social é aguda e o mais grave é que hoje o terrorismo está nos bairros pobres e marginalizados”, destacou. Muitos tunisianos deixaram o país nos últimos anos para se juntar a jihadistas do Estado Islâmico na Síria e no Iraque.

O fórum espera reunir cerca de 60 mil pessoas e tem quase 1,1 mil atividades previstas entre 24 e 28 de março. Mais de 4 mil organizações de 118 países estão inscritas para participar do evento, que terá como lema “Dignidade, direitos e liberdade”.

Para o diretor executivo da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e coordenador da ONG Vida Brasil, Damien Hazard, que é membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, o encontro, inaugurado sob o lema “Um outro mundo possível”, em Porto Alegre, em 2001, como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que reúne grandes empresários e políticos em Davos, na Suíça, ainda é atual porque a desigualdade e a exclusão social aumentaram no mundo.

“Não há nenhuma articulação internacional que tenha essa capacidade de mobilizar tantas organizações. O fórum continua sendo o maior encontro planetário da sociedade civil. Resta saber se vai ser capaz de articular esses movimentos que têm convergência das suas pautas e reivindicações para conseguir ter maior incidência política em âmbito mundial, inclusive com maior visibilidade. Um desafio do fórum é ter maior visibilidade que não está sendo alcançada por meio da mídia comercial”, disse Hazard.

Segundo Francisco Whitaker, um dos fundadores do fórum e membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional de Bispos do Brasil e do Comitê Internacional do FSM, é preciso mais do que nunca

reafirmar que outro mundo é possível. “Se quando foi criado era necessário dizer que há alternativas ao mercado, hoje mais ainda. Os valores do fórum são respeito à diversidade, cooperação e não competição. O fórum é cada vez mais necessário”, disse.”(Fonte: Agência Brasil).

De modo geral os sindicatos têm como pressuposto principal cuidar do emprego na ótica sociotécnico, econômico e jurídico. Tais aspectos são tratados fundamentalmente, nas bases ideológicas econômicas e políticas adotadas pelos governos naquele momento. São prerrogativas que levam os sindicatos lutar com foco , também pela melhoria da qualidade de vida no trabalho, com repercussões sociais e familiares. Essas ações , podem ser verificadas a seguir, no quadro *As Fases do Sindicalismo Nacional*, numa política transformadora :



Santos (2005) , com base nos aspectos epistemológicos do FSM, pensa que sem uma nova epistemologia não serão possíveis novas políticas transformadoras. Para o sociólogo, o fato de movimentos e organizações provenientes de tradições críticas díspares — unidos pelo propósito, muito genericamente definido, de lutar contra a globalização neoliberal e pela aspiração, ainda mais genérica, por “um outro mundo possível” — poderem interagir durante diversos dias e planejando ações conjuntas, teve impacto profundo e multifacetado na relação entre teoria e prática. Tornou

claro que o mundo está repleto de experiências e atores transformadores que não correspondem aos parâmetros estabelecidos pela esquerda ocidental.

O FSM coloca nova questão epistemológica: se práticas sociais e atores coletivos recorrem a diferentes tipos de conhecimento, uma avaliação adequada de sua utilidade para emancipação social só pode ser fundada numa epistemologia que, ao contrário das epistemologias hegemônicas do Ocidente, não conceda supremacia, a priori, ao conhecimento científico, permitindo um relacionamento mais justo entre diferentes formas de conhecimento.

Dessa forma, entendemos que, para Santos, na valorização do potencial transformador, é necessária uma reconstrução epistemológica, possibilitando novas alternativas para o pensamento emancipatório.

Além da consciência da importância do pensamento emancipatório no cenário econômico e político, percebe a necessidade do desenvolvimento individual no processo competitivo do capitalismo renovado, cujo principal diferencial é a liberdade consciente. Surge a preocupação com empregabilidade, condição futura para manter-se no mercado de trabalho, além de suprir as necessidades vocacionais e profissionais, que buscamos no novo conceito de empreendedorismo.

Pesquisas, realizadas tanto com jovens quanto com trabalhadores de todas as idades, revelam tendência de pessoas utilizarem seus próprios critérios de sucesso, contrários a carreiras tradicionais, onde o foco está no salário e no status e as empresas determinam o que serve e o que não serve ao profissional.

O desenvolvimento profissional é visto, hoje, como uma sequência de experiências de trabalho ao longo da vida que possibilitam satisfação pessoal.

Com a globalização, a partir dos anos 90, surge um conceito introduzido por Donald Hall, citado por Dutra (1996), denominado “*Carreira Proteana*”, vindo da figura mitológica de Proteu, que possuía a habilidade de mudar sua forma conforme sua vontade ⁶.

Para Hall, as pessoas valorizam a liberdade para desenvolver e encaminhar desafios, visando realização pessoal. Nesta perspectiva, a atividade produtiva da pessoa idosa deve ser reinventada por ações educacionais, treinamentos,

⁶ Fonte: “Revista psicologia; Organização e Trabalho, maio/ agosto, 2013, PP.217 – 232 (ISSN 19846656), autores Neves, Mônica Maria; Trevisan, Leonardo Nelmi; João, Belmiro do Nascimento. Texto: “Carreira Proteana: Revisão teórica e análise bibliométrica”.

mudanças no campo de trabalho, etc...; do mesmo modo, ao tratar da empregabilidade, com constante capacitação e desenvolvimento de novas habilidades, o conhecimento é competência necessária para manter-se no mercado de trabalho.

É possível considerar, numa análise antropológica, a performance do trabalho como categoria centrada no indivíduo, enquanto agente de mudança cultural e dele próprio, no sentido de incorporar novos valores mentais e sociais.

A pessoa, movida por suas reais necessidades, também é transformadora do ambiente, podendo reproduzir-se socialmente através das novas habilidades e conhecimento ao longo de seu desenvolvimento.

Entendemos nossas ações como são respostas do processo mental, conduzido pela mediação entre vontade e seus objetivos, através de práticas empreendedoras, criando - inovando o existente - mediante idéias e oportunidades. Trata-se de um processo dinâmico que reage a variáveis do ambiente de forma consciente.

Segundo Pierre Bourdieu:

“... a reprodução cultural faz parte de um processo mais amplo de reprodução social, através do qual as sociedades são envolvidas nas mudanças. Sendo assim, quaisquer ações que envolva o homem, é relevante a investigação dos processos de mudança, sejam as questões religiosas; as culturas locais; o urbanismo e/ou outras formas sociais e antropológicas”. (Apud Johnson, 1997).

Para Ferrigno (2002), analisando o preconceito em relação aos velhos, à luz das idéias de Erving Goffman (Apud, 1985), comenta:

“a discriminação aos velhos é o resultado dos valores típicos de uma sociedade de consumo e de mercantilização das relações sociais. O exagero enaltecido do jovem, do novo e do descartável, além do descrédito sobre o saber adquirido com a experiência da vida, são as inevitáveis consequências desses valores. Talvez, o estímulo ao convívio entre as gerações seja um caminho frutífero. Possivelmente a aproximação física e afetiva dos “normais” com o “diferente”, no nosso caso o idoso, possam paulatinamente enfraquecer discriminações de todos os tipos. Assim esperamos e creio que com essa perspectiva devemos agir”.

O termo estigma é uma referência de atributo depreciativo, que marca alguém para normatizar a conduta do outro (Goffman, 1985, p.13). Na ótica da essência da humanidade, todos, salvo alguma enfermidade, temos nossa constituição biológica e neurológica, para assimilar o novo e/ou adaptar o apreendido a situações novas do meio e a necessidades de sobrevivência.

A conquista da emancipação e as mudanças sociais globalizadas, que exemplificamos durante nossa exposição ocorrida no Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Innovación (Cidade do México, 2006), quando apresentamos a comunicação: *(re) La capacidad y La socialización envejecieron nuevo*, pela *Organización de Estados Iberoamericanos para La Educación, La Ciencia* (OEI); *Agencia Española de Cooperación Internacional* (AECI); e *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). Apropriando-nos dos objetivos do evento, relacionamos o conteúdo da exposição às questões sociais e às formas de sustentabilidade, abordando diretamente a problemática do desafio e a transformação do mundo globalizado e, diretamente, às questões referentes ao trabalho, como forma de sobrevivência.

Apesar da ênfase nas questões sociais e em como lidar com as mudanças contemporâneas, as manifestações com foco no envelhecimento da população foram muito tímidas, ou melhor, apenas nós, brasileiros, abordamos este assunto.

Nas diferentes abordagens das mesas, todos foram unânimes em apontar a condição do homem produtivo como centro das atenções, sob a ótica da competência e nas diferentes formas da economia, ressaltando o modelo participativo.

Para fazer uma leitura do idoso como cidadão, a condição da sua participação social, como sujeito livre, existe uma condição: *“O idoso na sociedade capitalista, tem que ser considerado produtivo e normal, não excluído e, diante de seu conhecimento; Experiência e as novas habilidades deve encontrar sua autonomia”*.

Nesta complexa condição, encontrei, no texto de Mariângela Belfore Wanderley, assistente social e professora do departamento de serviço Social da PUC/SP, a seguinte reflexão:

“Dentre as causas da exclusão social destaca o rápido e doseado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços... É um processo em curso que atinge cada vez mais todas as camadas sociais... É um novo paradigma em construção, que inclui ou exclui as pessoas dos vínculos sociais, dentre elas: pessoas idosas, deficientes, desajustados sociais, minorias étnicas ou de cor, desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de acender ao mercado de trabalho, etc. (Wanderley, 1997, p.75)”.

A participação é luta dos movimentos sociais e a consciência política do idoso na busca de sua autonomia e consciência de suas possibilidades diante das necessidades de sobrevivência e seu espaço social, na ação contra-hegemonica. Marcado por esta penosa busca de sentir-se útil para a sociedade e ser reconhecido como parte dela, conquista o novo paradigma de ser sujeito e cidadão. Em Evelina Dagnino, a cidadania do idoso é vista como estratégia política, quando argumenta em seu texto:

“A Noção de cidadania tem como base os movimentos sociais e a luta pelos direitos. A cidadania como estratégia, significa enfatizar o caráter histórico, definida por interesses e praticas de luta. Pela transformação significa dizer que os conteúdos e significados não são universais e serão sempre definidos pela luta política” (Dagnino, 1994, p.107).

As ações dos idosos também dão espaço a movimentos sociais e de luta, na busca da cidadania, ampliando a luta não só em questões das políticas públicas, no que se refere a saúde e moradia, como se percebe nos centros de referencia de assistência social, de poderes restritos ,mas com mobilização mais ativa e representativa, percebido nos sindicatos.

A luta politica dos idosos tem clareza na *8ª Marcha da Classe trabalhadora e dos Aposentados*, quando sofrem nas filas de atendimento do SUS – Sistema Único de Saúde, com consultas marcadas com demora de até 12 meses, além de a inflação levar mensalmente grande fatia do beneficio. Na fala do presidente do SINDNAPI – Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e idosos, Carlos Andreu Ortiz, pode-se verificar, nesta marcha, um exemplo de união dos idosos na busca de inclusão social (Jornal do SINDNAPI, Ano XII, nº 55,2014):

“Representando não apenas o aposentado e os idosos de São Paulo, estou aqui lutando, também, pela dignidade daqueles que estão nas mais distantes cidades do Brasil... Longe de centros de atendentes de saúde, esquecidos como uma ferramenta que não tem mais serventia. Nós lutamos por todos e estamos rodando o pais para fortalecer ainda mais essa mobilização, para cobrar tanto o Executivo quanto o legislativo que deram as costas para nós. Vamos nos unir!”

No decorrer de nossas pesquisas, junto a estes órgãos de representação , observamos núcleos organizados na ativação de problemas políticos e, na condição de *“Ator social”*, na concepção de Alain Touraine (1994), o idoso *“ Vive seu interesse , modificando o rumo do seu destino”*, sendo assim, se ligam a temas da realização social, como as políticas trabalhistas e previdenciária.

No sindicato dos aposentados, acompanhamos lutas corporativas, incluindo os direitos sociais e pela integração no cenário econômico, na concretização de sua cidadania plena.

Para estes idosos, a melhoria da qualidade de vida ocorre quando se tornam plenamente ativos na sociedade e, organizados, definem a direção da luta contra a realidade que enfrentam.

O escritor e filósofo Norberto Bobbio, em seu livro “*O Tempo da Memória*” (1982), manifesta repúdio à imagem do idoso como improdutivo e em declínio biológico e mental:

“A marginalização dos velhos em uma época em que a marcha da história é cada vez mais acelerada, é um dado de fato que é impossível ignorar... Nas sociedades evoluídas, as transformações cada vez mais rápidas, quer dos costumes, quer das artes, viraram de cabeça para baixo o relacionamento entre quem sabe e quem não sabe... Cada vez mais o velho passa a ser aquele que não sabe em relação aos jovens que sabem... Todavia, não devemos considerar apenas o fato objetivo, ou seja, a rapidez do processo técnico. Para aumentar a marginalização do velho contribui, também, o envelhecimento cultural, que acompanha tanto o envelhecimento biológico quanto o social” (Bobbio, 1997, p.21).

Retomando nossa exposição no Congresso da Cidade do México, ao defender a questão do novo perfil da pessoa idosa empreendedora e a ampla discussão da feminilização do trabalho, recorreremos à sociedade capitalista e às consequências da diminuição da fertilidade, à tecnologia, além das pertinentes razões da diminuição de postos de trabalho.

A grande marca deste encontro, entre os países latinos, foi a ênfase dada ao trabalhador capaz de trazer soluções rápidas, frente à competitividade que exige conhecimento e habilidade, sendo esta última desenvolvida por meio da experiência adquirida ao longo da busca por alternativas, para o resultado eficaz.

Decorreram eloquentes debates sobre o contexto educacional, condição do fortalecimento de novos valores que sustentem o processo de transformação social, sempre destacando a rejeição ao analfabetismo funcional. Ficou claro, nas considerações finais de cada apresentação, que o trabalhador tem um novo perfil, focado na sua capacidade intelectual, responsável pela construção e (re) construção de fórmulas que atendam as necessidades de sobrevivência.

Ressaltamos a despreocupação dos intelectuais presentes, dos representantes sociais e pesquisadores destes países, quanto ao envelhecimento da população,

embora considerem uma problemática comum, quando entrelinhas de exposições fazem menções a respeito de desníveis populacionais, no tocante às faixas etárias. Incoerentemente, ante a pouca importância dada e ao desafio dessa nova problemática socioeconômica, constatamos movimentos contrahegemonicos isolados em diferentes reivindicações de pessoas e associações, na busca por proteção social e/ou reclamando do desalento do estado ou dos políticos no fortalecimento de ações pró ativas ao desemprego. Verificamos forte presença de idosos, não só no acompanhamento destas questões, mas na ação reivindicatória. Estes movimentos eram quase que diários, levando em conta que no lado externo da Universidade, local onde era realizado o Congresso, está a Plaza Manuel Tolsá (*“El Caballito”*), território neutro e de amparo legal, destinado à construção do diálogo entre sociedade e autoridades.

Esta reflexão, portanto, retrata a problemática social refletida no mundo, embora com pouca discussão quanto ao envelhecimento e os desafios desta nova força de trabalho, quando o ser humano atinge determinada idade cronológica e é considerado incapaz de produzir biológica e socialmente.

Retrata o estigma da velhice, quando o ser humano não se torna mais belo, se acostumando a sua exclusão social e se convencendo de sua incapacidade para o trabalho. Este é um discurso ultrapassado, pois é dado, através de pesquisas, o potencial da pessoa envelhecida para a continuidade do exercício da autonomia física e mental.

Em alguns casos considera-se que determinadas funções biológicas se tornam mais eficientes, quando envelhecidas biológica e socialmente. É o caso da transmissão de informação, por meio das células nervosas, os neurônios, que possibilitam um maior aprendizado e poder de reflexão, dado ao amadurecimento destas células no processo de aquisição constante de novas experiências, comparado ao indivíduo mais jovem.

Portanto, justifica a potencialidade do idoso em adquirir novas habilidades e o melhor discernimento das soluções. Lembro que, em nossas discussões, o novo mundo do trabalho está voltado a soluções rápidas, para o resultado eficaz, e isto só é possível através de experiência e constante uso das funções do cérebro. O cérebro, da mesma forma que outros órgãos de nosso corpo, é fortalecido pelo seu

uso, portanto, se ele está relacionado ao raciocínio lógico, memorial, cognitivo e emocional, também necessita ser ativado.

Em nossa análise, o idoso tem habilidade sustentada por meio de conhecimento e contínuo aprendizado, cuja somatória resulta em experiência, levando-os, inclusive, a polivalência funcional. Apontamos ainda o mundo da tecnologia, o qual substitui força física por atividade intelectual, verificando a capacidade de autonomia do idoso, em decorrência da substituição de algumas habilidades físicas.

Entendemos que o ser humano cria suas dificuldades, estabelecendo artifícios muitas vezes subjetivos para combatê-las, aos quais chamo de apercepções. O idoso, ao se considerar impotente ante uma situação que reflete a baixa autoestima, assume papéis de submissão, aceitando ser excluído e até perder sua autonomia.

Ao pensar o idoso como potencial colaborador do processo econômico do país, assim como ao repensar nas perspectivas de aumento esta faixa etária nas próximas décadas, vejo nesta transformação histórica como sinal de uma grande transformação social.

O idoso tem sua autonomia e, com isso, liberdade e segurança para reproduzir socialmente, seja de forma prazerosa ou através da produção de renda, no atendimento de suas necessidades psicossociobiológica.

Em pesquisa passada, identificamos que no processo de (re) socialização, os idosos entrevistados demonstraram algumas dificuldades, tais como: Novas exigências do mercado de trabalho, falta de capacitação profissional e falta de escolaridade; Dificuldade de entendimento, falta de apoio da família e de amigos, preferência em manter a rotina do dia-a-dia e receio em não atingir metas, sendo estes dois últimos itens inerentes às condições particulares de cada idoso pesquisado, considerando aspectos psicológicos e sociais; O medo de não atingir metas, de começar uma nova atividade, em consequência de experiências negativas do passado, muitas vezes resultantes de interferência da própria família ou de pessoas próximas; Finalmente, os fatores aperceptivos, a maneira pessoal de interpretar coisas, dando mais ênfase a respostas subjetivas, do que a realidade.

Estas questões já foram amplamente debatidas, não vejo necessidade de retomar sua discussão salvo mencionar alguns tópicos, oportunamente.

Segundo Braghirolli (1990: 61), a socialização é o processo pelo qual o indivíduo adquire padrões de comportamento que são habituais e aceitáveis em seus grupos sociais.

Para este texto, o termo (re)socialização é a adaptação do idoso a novos modelos sociais, (re) construindo sua identidade e/ou adquirindo novos hábitos, sobretudo por meio do processo de aprendizado de novos valores, constituídos através do desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, evidenciados pela experiência. O idoso, neste contexto do mundo contemporâneo, triplica as consequências negativas, principalmente a injusta competitividade gerada pela idade, como divisor de potencial e capacidade produtiva .

Para Castella (2004: 124).” ,

“... o trabalho é o processo de socialização e criatividade, apropriado e recombinação de elementos oriundos das diversas formas de conhecimento do seu tempo histórico (2004: 123). Ainda, na visão deste autor, apoiado no capitalismo tradicional, o trabalho é um processo de interação entre o homem e a natureza, atividade na qual o homem despende energia física e mental direta ou indiretamente, voltada para a produção de bens de serviços, na contribuição para a reprodução da vida humana individual e social “

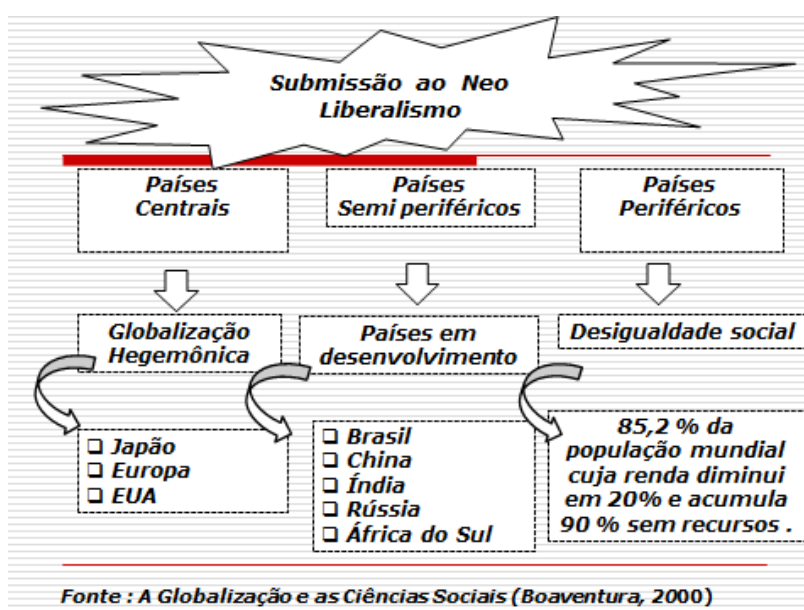
A sociedade esta em mutação, influenciada, por fatores, dentre outros, decorrentes do progresso tecnológico: globalização e envelhecimento da população. Novos paradigmas levam-nos a um imenso leque de pesquisas sobre o contemporâneo, todavia o que mais estimula é examinar a sociedade envelhecida, frente ao aumento da expectativa de vida e a opção das mulheres pela diminuição da fecundidade.

Em resumo: a população amadurece e ao longo das próximas décadas, o mundo deverá adaptar-se a este processo de envelhecimento. Queremos fundamentar a reprodução social como a dinâmica do modo de produção necessária à sobrevivência da pessoa idosa na sociedade que, através de sua consciência transformadora, atua na modificação de sua própria realidade e, então, entendermos os aspectos da subjetividade individual que levam à autonomia. Desse modo, o conhecimento, as novas competências e a autonomia empreendedora do idoso passam a ser condições importantes nesse processo.

1.1. As atitudes contrahegemônicas preventivas dos órgãos de representação da sociedade civil, frente às questões dos idosos.

Em Santos (2000), há análise da como a interação da economia, política e cultura, cujo processo implica nos sistemas produtivo e financeiro, nos tecnológicos, informação e comunicação, erosão do estado nacional e sociedade civil, novas praticas culturais e identidade.

Existe um processo de mudança contraditório e desigual - globalização hegemônica (países centrais) *versus* desigualdade (países periféricos)



A divisão mais comum passa a ser:

- a) *Países Centrais* – São aqueles com altos indicativos de qualidade de vida, que apresentam altos índices de crescimento econômico e possuem tradição na segurança para investimentos.
- b) *Países Semi-Periféricos* – os que não se enquadram na caracterização dos Países Centrais apesar de apresentarem melhoras econômicas graduais. São subdivididos em outros dois grupos:
 - ✓ *Países Emergentes* – São os países semi-periféricos que vêm apresentando crescimento em seus índices econômicos e sociais e que visam disputar, no futuro, posições entre os países centrais. Brasil e Rússia podem ser enquadrados como países emergentes.
 - ✓ *Países em Desenvolvimento* – São os semi-periféricos que apresentam crescimento econômico apenas, como os novos tigres asiáticos. Estes, apesar de demonstrarem altos índices de

crescimento econômico, e de se tornarem grandes exportadores, apresentam estes números através de frouxas normas trabalhistas e da baixa qualidade de vida de seus habitantes.

c) *Países Periféricos* – São os que apresentam baixos índices sociais e econômicos, e que, também, não apresentam mudanças anuais significativas.

Os países semiperiféricos de certa forma, sofreram com mais intensidade a globalização hegemônica.

No Brasil ocorreu maior agressividade do desenvolvimento neoliberal com grande impacto, como, de forma, geral nas sociedades semi periféricas - forte transformação social.

Transformação social tem implicações para políticas econômicas nacionais, com exigências que afetam a reprodução social: Economias nacionais se abrindo para o mercado mundial; Preços domésticos adequando-se aos preços internacionais; Prioridade para a economia de exportação; Políticas monetárias e fiscais orientadas para a redução da inflação e da dívida pública; e o peso das políticas sociais (*“Estado mínimo”*).

Para Santos (2000), esta é uma questão de poder. O mundo atual é dominado pela força econômica e bélica de um único país, os Estados Unidos.

“As relações sócio políticas, embora o sistema mundial moderno tenha sido estruturado por um sistema de classes, uma classe capitalista transnacional esta para emigrar cuja reprodução social é globalizada, influenciando os estados periféricos e semiperiféricos” (Santos, 2000).

A população idosa faz parte da sociedade contemporânea e, como tal, não escapa dos modelos neoliberalistas, que excluem grupos menos favorecidos e até sociedades inteiras, precarizadas pelas imposições socioeconômicas dos países centrais. Os idosos fazem parte desses grupos de excluídos, acumulando aos muitos problemas sociais, relevantes questões pertinentes a ausência de políticas públicas, que deveriam ser responsabilidade do Estado. Grupos sociais organizados, ONGs e sindicatos de representação dos trabalhadores e, indiretamente, sindicatos de categorias econômicas, são fortalecidos por ações de solidariedade desses órgãos, os quais vêm atuando no campo dessas políticas e dos movimentos sociais.

A Globalização, na concepção do capitalismo financeiro, afetou drasticamente os resultados econômicos de nações menos favorecidas.

Santos (2002: capítulos 5, 9), defende a existência de duas formas de globalização: a neoliberal e a contrahegemônica.

“Entende por globalização contra hegemônica o conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo em que propõem concepções alternativas.

A globalização contra hegemônica centra-se nas lutas contra a exclusão social. A exclusão social é sempre produto de relações de poder desiguais, a globalização contra hegemônica é animada por um ethos redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos” Santos (2002).

Sem perder de vista a questão da reprodução social, somada ao processo da globalização neoliberal, o envelhecimento da sociedade é um tema também preocupante.

Recente estudo da União Europeia (EU), realizado pela Comissão Europeia Direção do Emprego e Assuntos Sociais, demonstra variação na população em cujo envelhecimento persiste, e que grande parte dessa população está concentrada na Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Espanha e Polônia, afetando suas economias com diminuição de mão de obra e custos elevados que pesam para Estado.

Essas manifestações globais, no caso brasileiro, estão sendo acompanhadas pelos parceiros contrahegemônicos, movimentados por entidades, que organizam e dinamizam ações sociais, na tentativa de eliminar as causas da crise:

“A Sociedade Civil contrahegemônica que, contrariamente, enfatiza os efeitos perversos da presente globalização, tais como o aumento da pobreza, das desigualdades sociais, do subemprego e do desemprego, das injustiças, da exclusão dos setores sociais expressivos nos países ricos, e das maiorias nos países pobres. Lutam por reformas profundas no interior dos sistemas dominantes, além de, dependendo das condições objetivas de cada país, por mudanças estruturais de peso que permitam concretizar projetos alternativos ao capitalismo (Wanderley, 2009).

Trata-se de uma problemática que chega ao Brasil, provocando crises caso nossos governantes e representantes da sociedade civil não acionem medidas alternativas preventivas.

Para Wanderley (2009, p. 21-22)

“a crise é entendida normalmente como ruptura, fratura, desconfiança, pânico, pessimismo, sentimento emocional, transição, conflito, tensão, etc., e pode atingir todas as dimensões da sociedade- econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas”. Segundo o autor, no geral, também se sabe que ela é estrutural ou conjuntural, parcial ou sistêmica, de curto ou longo prazo. As conjunturais e parciais são permanentes, com impactos maiores ou menores; as estruturais e sistêmicas abalam os alicerces, os fundamentos, os valores, as interpretações, e são mais esporádicas”.

Para Beozzo e Valanin (Apud Wanderley, 2009,p.21 e 22), *“A crise é uma conotação de desconforto, porém pode ser tratada como ruptura dos processos lentos que ainda travam as soluções imediatas, pela ordem das necessidades”.*

Matendo nossa linha de raciocínio, a crise , quando analisada de modo permanente na escala do impacto social, se bem administrada, age como impulso a mudanças e transformações.

Apontamos esta condição como alerta aos dirigentes mais céticos quanto à capacidade produtiva dos idosos, ainda capazes de provar sua utilidade para sociedade, tornando-se independentes do Estado, que oferece parques benefícios e qualidade de vida; em nosso entendimento, o fenômeno mundial do envelhecimento é crise permanente, que abala estruturas despreparadas.

Trata-se do momento de prevenção ao agravamento futuro, principalmente com políticas públicas que atendam a essa explosão demográfica, não permitindo que esses idosos sigam dependentes do Estado , subordinados a elites neoliberais oriundas do *Estado Mínimo*.

Globalização e envelhecimento populacional são estudos que, necessariamente, complementam nossa discussão, frente aos problemas que estamos apresentando, pois envolvem o processo de transformação da humanidade. Vivemos um momento de socialização e adaptação a modelos políticos e economicos que trazem novas questões sociais .

Tratamos a questão do envelhecimento global, pois, neste contexto , o Brasil , no âmbito da governabilidade, esta incluído nos princípios norteadores do transnacionalismo.

Vieira (2001,p: 259), estabelece níveis distintos de governança (local, nacional, regional, internacional e cosmopolita), numa estrutura transnacional comum de ação política.

O autor apresenta sumário sobre democracia e ordem mundial, no qual, atento para o “*modelo cosmopolita*”, que enfraquece o poder do Estado, em prol do poder econômico e da política transnacional. Dessa forma, a cidadania é global e voluntária, com direito a participação ativa. Neste mesmo patamar, Vieira (p.213), lembra que o surgimento de atores não estatais no cenário internacional levou à redistribuição de papéis entre estado, mercado e sociedade civil.

As questões, tratadas nas relações internacionais como ações contrahegemônicas, desenvolveram-se através de um conjunto de tratados relativos aos direitos humanos, entendidos como essenciais às pessoas. As diversas lutas sociais, desenroladas contra poder e/ou opressão, tem como foco a busca do reconhecimento das necessidades de cada indivíduo e/ou da coletividade.

Vieira (2001) nos dá a oportunidade em tratar, como propósito deste, as questões do idoso enquanto cidadão e sujeito e, como pano de fundo, ilustramos com os tratados de *Vestfália – passagem do feudalismo, para idade moderna (1648)* e *Pós Vestfália – Soberania estatal e territorialidade deixam de ser norteadores da vida política contemporânea (Poder local)*, quando parte dos direitos de cada cidadão em buscar, na relação Sociedade e Estado, a proteção da dignidade humana, como seu principal fundamento.

Vestfália: Este conjunto de diplomas inaugurou o moderno sistema internacional, ao acatar consensualmente noções e princípios como o de soberania estatal e o de estado-nação. Embora o imperativo da paz tenha surgido em decorrência de uma longa série de conflitos generalizados, surgiu com eles a noção embrionária de que uma paz duradoura derivava de um equilíbrio de poder, noção essa que se aprofundou com o Congresso de Viena (1815) e com o tratado de Versalhes (Fim da 1ª guerra mundial -1919). Por essa razão, a Paz de Vestfália costuma ser o marco inicial nos currículos dos estudos de Relações Internacionais.

Pós Vestfália: Estabelece a ação contra hegemônica a ponto de ameaçar a soberania do estado, diante da globalização e regionalização. É a divisão da soberania neutralizando o poder. Capitalismo Global: Queda do Muro de Berlim, em 1989, colocava um fim à Guerra Fria (1946-89), estava o capitalismo, ávido por expandir suas fronteiras econômicas, políticas e tecnológicas (Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre).

Numa análise mais apurada sobre democracia e ordem mundial, no que trata das ações sociais e parceiros contrahegemônicos, dando ênfase ao envelhecimento populacional, desenvolvemos nossas considerações sobre “*movimento sindical*” como agente transformador. Nesse cenário de mudanças, especialmente em

reprodução social e produção, as relações entre capital e trabalho tem forte papel sobre a ação social e antropológica dos sindicatos, não apenas como agentes de proteção dos interesses das categorias econômicas e laborais, mas no papel ativo de condução da sociedade civil. Sob esta ótica, numa avaliação mais contemporânea, os sindicatos estão presentes no fórum reformista e de transformação .

Estes órgãos fazem parte da sociedade civil, agindo na contra mão do neoliberalismo, mediante ações de ajustes socioeconômicos. Tais ações, além da manutenção dos direitos adquiridos e da conquista salarial, residem no atendimento da capacitação profissional (serviços de saúde, jurídicos etc) e, mesmo na representação da sociedade, junto a órgãos federais no papel político.

Nota-se que os sindicatos assumem funções do Estado, quanto a transformações da força de trabalho e, de certa forma, nas políticas públicas, dadas as condições impostas pelas diretrizes neoliberais, decorrentes de alterações na redução de postos de trabalho e ao desemprego.

1.2. A inserção do idoso na Reprodução Social.

A sociedade produtiva entende que mulheres e jovens não assumem forte posição na economia, assim como os idosos e, conseqüentemente, são excluídos. Todavia, ao longo de nossas pesquisas, percebemos que esses grupos fomentam uma nova cultura e, junto a outros grupos de trabalhadores ativos, assumindo novo perfil, diferente dos trabalhadores do passado, de ocupação mais estável e menos conscientes. Assumem, hoje, uma características mais politizadas e de autonomia, sensibilizados por ideais, mas sem desviar dos objetivos desenvolvimentistas.

Nos mecanismos de estruturação dos modos produtivos e na reestruturação do mercado de trabalho, assim como no processo ontológico, adaptação às condições humanas dos idosos e, nas questões transnacionais, na visão da natureza do conhecimento como conseqüência epistemológica e emancipatória, os sindicatos globalizados buscam nas Convenções Internacionais do Trabalho – OIT, orientação para reformas, visando a adequação desses trabalhadores às novas perspectivas.

Algumas diretrizes políticas são debatidas no consenso tripartite entre trabalhadores, empresários e estado, com o propósito de modernizar e globalizar

as relações trabalhistas, pois , no Brasil, algumas dessas leis ainda conservam o ranso paternalista e autoritário do passado, empacando o crescimento econômico. Trata-se de uma trajetória do capitalismo social-democrático na consertação social dos parceiros sociais (Santos, 2000).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) , agência das Nações Unidas , visa promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade e segurança, com dignidade.

O *Trabalho Decente*, conceito formalizado pela OIT em 1999, sintetiza sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter trabalho produtivo e de qualidade, em condições fundamentais para a superação da pobreza, reduzindo desigualdades sociais, garantindo a governabilidade democrática e desenvolvimento sustentável.

Os objetivos estratégicos da OIT estão amparados em respeito aos direitos do trabalhador , liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de trabalho forçado, abolição efetiva do trabalho infantil, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, além de promover emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e fortalecimento do diálogo social.

A recomendação da OIT sobre os trabalhadores idosos, adotada em 04 de junho de 1980, durante a 66ª reunião da Conferencia Internacional do Trabalho, define que: *os trabalhadores de idade, como todos aqueles que, devido sua idade avançada, encontram dificuldades relacionadas ao emprego e ocupação. (Fonte: iloex. ilo. ch: 1567/english/docs/recdisp.htm.)*

Buscamos em Santos (2000) , nesta direção , a ação transformadora, com cuja leitura paradigmática dos anos 60 e 70 ocorre a reorganização do estado com uma nova forma política , o *Estado Transnacional*, com o enfraquecimento das funções Estado- Nação , principal debate da sociologia e da economia política.

Em outro viés, na leitura sub paradigmática, atual período de crise no processo de acumulação e modo de acumulação na ação adaptativa, o ajustamento estrutural de um regime de acumulação para “outro” alinha-se ao propósito de nossa tese em relação a reprodução social.

Na América Latina e no Caribe, a Estratégia Regional de Implantação do Plano de Ação Internacional de Madri para o envelhecimento, insiste, especialmente, na importância de promover o trabalho decente para enfrentar os desafios das mudanças demográficas.

Um dos princípios desta recomendação reconhece que dos componente fundamenta para a qualidade de vida das pessoas idosas é a segurança econômica, definida como capacidade de dispor e usar de certa quantidade de recursos econômicos adequados, sustentados de forma independente, garantindo-lhes uma velhice digna e com qualidade (Fortuny, 2009).

Conforme comentamos anteriormente, os trabalhadores do mundo inteiro se organizam por um *trabalho decente*, pelo menos esta é a leitura da agenda unificada, voltada às ações das centrais sindicais nacionais e internacionais, tratadas entre trabalhadores e empregadores. Através da Agenda Nacional do Trabalho Decente – ANTD, esta em construção um ato internacional entre trabalhadores unificados, que se mobilizam para o *Sindicalismo Globalizado*, a exemplo da 3ª Jornada Mundial pelo Trabalho, promovida recentemente pela Central Sindical Internacional - CSI.

A construção da Agenda São Paulo de Trabalho Decente marcou as discussões da 6ª reunião da Comissão Estadual do Emprego e Trabalho Decente de São Paulo. O encontro foi realizado na manhã do dia 04 de março de 2015, na sede nacional da União Geral dos Trabalhadores, reunindo representantes da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) e representantes das centrais sindicais, dos empregadores e do terceiro setor.

A reunião de trabalho deu sequência ao que já vinha sendo discutido anteriormente, na elaboração da Agenda Estadual de Emprego e Trabalho Decente, que está sendo construída pela comissão devendo ser concluída até o final do primeiro semestre do ano 2015.

Os trabalhos foram divididos em quatro eixos temáticos que incluem as seguintes diretrizes: a) educação e Qualificação Profissional; b) geração de Emprego com Igualdade de Oportunidades; c) erradicação do trabalho escravo, Infantil e as formas mais aviltantes de trabalho ;d) políticas macroeconômicas de crédito e investimento para a geração de melhores empregos.

As transformações do mundo, fundadas na economia e nas questões do trabalho, vêm tomando um rumo diferenciado, decorrente de ajustes do mercado financeiro, liderados pela redução de custos, influenciando diretamente a precarização do trabalhador, com consequências para a sociedade civil. São ações lideradas pela globalização hegemônica e neoliberal, cujas características incidem em rompimento de fronteiras geográficas na privatização das políticas públicas, desemprego estrutural, poder de condução da economia mundial pelas empresas multinacionais e homogeneização cultural, entre outros pontos.

A trajetória dessas transformações neoliberais cede a tensões sociais e, neste cenário, acompanhamos resultantes descontroladas nas relações sociais, tais como violência urbana e problemas de moradia, além das e precariedades estruturais e conjunturais das políticas públicas.

O sindicalismo contemporâneo, componente da sociedade civil, na concepção contrahegemônica, desenvolve suas estratégias orientado para agir na direção do *Movimento sindical globalizado*. Recebem orientações de centrais estrangeiras, principalmente das que atuam nos países centrais e hegemônicos, assumindo a responsabilidade do Estado, no que tange à função das políticas compensatórias em relação às deficiências do Estado mínimo e do pleno emprego.

Outra observação a ser feita, é a presença do modelo de uma *terceira via*, que defende um consenso menos radical da política econômica conservadora e uma política social progressista, pensando na democracia social, que dê direitos a sobrevivência digna.

Para Assis,

“... nos países de democracia social incompleta, como no Brasil, o pleno emprego é uma demanda que surge como implicação lógica da cidadania ampliada (In: Complementada pelo conceito de igualdade e oportunidade) e o alto desemprego representa um risco político”. (2001, p: 16- 17).

O autor destaca, ainda, o risco político que se manifesta a partir da mobilização de massa contra o poder constituído, demandando mudanças na condução política econômica, crescimento eleitoral dos partidos de oposição ao governo, independente de posição ideológica, insatisfação social generalizada e sem foco, favorecendo o desenvolvimento de várias formas de fascismo, emergência de líderes carismáticos que articulam sentimentos de frustração e esperanças da sociedade com a promessa de mudanças na condução econômica.

Nesse sentido, o sindicalismo contemporâneo no Brasil, apesar de assumir uma posição contrahegemônica, por orientação de centrais sindicais mais radicais, ainda aceita participação, junto ao Estado, na promoção de condições macroeconômicas de pleno emprego, mediante a manipulação de política fiscal e monetária.

Wanderley (2007), na visão transformacionista, a ação contra-hegemonica, a ordem mundial pós Vestfália, já mencionada anteriormente, desafia a capacidade de autonomia e soberania do Estado-Nação. O Estado é entidade política e geopolítica, e a Nação unidade étnica e cultural.

Desta forma, Estado-Nação afirma, por meio de uma ideologia, estrutura jurídica, capacidade de impor soberania sobre o povo, num território com fronteiras, moeda própria e forças armadas.

Ainda, para Wanderley (Apud, Santos 2007), a contra-hegemonia repercute nas lutas democráticas transnacionais em relação a políticas nacionais e locais. O autor observa que a sociedade civil hegemônica defende o atual modo de produção e a força da globalização, condição que atrela aos países desenvolvidos. Em outra direção, a sociedade civil contra-hegemonica enfatiza os efeitos perversos da globalização e desigualdade social, lutando pela reforma dos setores dominantes e por projetos alternativos ao capitalismo, proposta da nossa tese.

Para Claus Offe (2008), a relação entre capital e trabalho não dá mais conta de englobar novos atores coletivos e conflitos sóciopolíticos, ou seja, novos movimentos sociais, feminismo e direitos humanos, por exemplo, não se caracterizam nos redutos das lutas de classe.

Antunes (2005), neste aspecto, reconhece que movimentos sociais de minorias têm expressão no contexto contemporâneo, porém, quando se trata do confronto com o sistema de acumulação e mercadorias, a classe trabalhadora tem potencial de maior radicalização para o *combate*, ainda que fragmentada e heterogeneizada. Os movimentos sociais têm forte influência política e, por meio de pressão, podem tentar influenciar a postura adotada pelos governantes nacionais (Vieira, 2001, p: 206).

Acreditamos que não há interesse das partes em gerar conflitos, mas solucioná-los, criando consciência da relação tripartite entre trabalhadores, empresários e Estado, no sentido de rever novos valores nas relações de capital e trabalho: trabalho sem

regime celetista, trabalhos flexibilizados e serviços especializados (terceirização), em troca da não degradação social, trabalho decente, não precarizando e que não ameace direitos adquiridos.

Distante do radicalismo, novos princípios contrahegemônicos e posturas mais amenas diante da reforma e dos ajustes neoliberais. Vejo, neste consenso, sem romper a tradição de representação, a construção de um embrião para o pacto social, no caminho de evitar a crise do capitalismo e permitir a reprodução social da sociedade envelhecida. Queremos entender que este não seja um caminho para deterioração dos ideais políticos e sociais do movimento social, muito menos para perda da dignidade representativa da classe de trabalhadores, frente a mudança histórica.

Para Mills (1969), a mudança histórica, provocada pelo capitalismo pós-moderno, remeteu o homem moderno à perda de individualidade e identidade, gerando busca compulsiva de (re) socialização e aprendizado para novas competências, muitas vezes contraditórias à sua vontade, caracterizando alienação, quase como no tradicional modelo marxista. O autor sugere conotação contemporânea semelhante a Marx – *“ quando a essência do ser humano esta no trabalho, a produção capitalista deforma os homens tornando-os criaturas alienadas”* (Mills p. 236).

Neste sentido, entendemos que duas conotações diferentes de alienação, a compulsiva de Mills e a desumana de Marx, através das ações contra-hegemônicas, presentes na sociedade civil, deverão prover a superação através de novas formas produtivas e conscientes da humanidade, quando o homem e mulher têm consciência de sua possibilidade e autonomia.

Peter Drucker (1977:1), entende que:

“ A cada dois ou três séculos ocorre na história ocidental uma grande transformação, em poucas décadas a sociedade se reorganiza: Sua visão de mundo, seus valores básicos, sua estrutura social e política, suas artes, suas instituições mais importantes. Estamos atravessando uma dessas transformações e ela esta criando a sociedade pós-capitalista. As mesmas forças que destruíram o marxismo como ideologia e o comunismo como sistema social, também estão tornando obsoleto o capitalismo. O capitalismo foi realidade social dominante. Ambos estão sendo rapidamente substituídos por uma nova sociedade pós-capitalista, são os dos trabalhadores do conhecimento. “Trabalhadores do conhecimento são aqueles que sabem como alocar conhecimento para usos produtivos, assim como os capitalistas sabiam como alocar capital e produzir”.

O modelo capitalista contemporâneo apresenta nova arquitetura global, não apenas na organização dos sistemas produtivos e das transações entre empresas, mas também em questões de mobilidade social, emprego e renda, bem como na forma de pensar daqueles envolvidos neste cenário.

O cenário montado não tem retorno, decorrente de profundas alterações na economia mundial e organizações empresariais, em relação a seus sistemas produtivos, formando redes de colaboração, parceiros que estabelecem, entre si, relações contratuais para fornecimento de produtos e serviços específicos qualificados :

“As organizações empresariais e os trabalhadores relacionam-se em novas estruturas de produção, em que a demanda de quantidade e qualidade tornou-se imprevisível em mercados mundialmente diversificados (Castells, 1999)”.

O momento exige exame das relações trabalhistas e representações sindicais , pois cada vez mais se estabelecem notas fiscais de prestação de serviços, ao invés de carteiras profissionais assinadas: é necessário contemplar a flexibilidade de produto e o processo frente às transformações tecnológicas e variações de mercado. Unidades autônomas, como nova fonte de renda , citadas anteriormente, demandam organização administrativa e laboral própria, e, sendo denominadas como economia de serviços, colocam-nos em situação conflitiva, questionando em qual classificação essas forças de trabalho deverão ser representadas, criando vácuo jurídico.

De qualquer forma, há um desenho ocupacional dado por novas classes sociais e estruturas produtivas:

“Essa estrutura produtiva precisa ser servida por pessoal altamente capacitado, cujas necessidades devem ser satisfeitas por trabalhadores do setor de serviços (Castells, 1999)”.

Na perspectiva Claus Offe (2008):

“o processo de expansão do trabalho assalariado teria acarretado uma aguda diferenciação no trabalho social, em termos de renda, qualificação, estabilidade, prestígio, carga de trabalho, possibilidades de ascensão e autonomia”. Desse modo, o trabalho teria perdido sua capacidade de se constituir em eixo estruturador da autoconsciência e organização sócio-política dos trabalhadores, redundando no esvaziamento da classe trabalhadora enquanto sujeito político”.

Ainda para Offe, diferenças entre trabalho industrial e trabalho em serviços são sintomas desta tendência:

“O primeiro corresponderia ao “regime da produtividade técnica e organizacional da valorização” e da “decisiva rentabilidade de cada unidade econômica”“. O segundo despido de critérios claros de controle da execução e de economicidade, seria regulado por uma “racionalidade material” abolida do trabalho industrial, dotada de um caráter normatizador e voltada para a “garantia institucional do existente”. (2008)

Este processo acarretaria fragmentação da classe trabalhadora gerando, segundo Offe, antagonismo entre trabalhadores terciários e trabalhadores industriais, engendrando, assim, esvaziamento do trabalho enquanto eixo estruturador de identidades individuais e coletivas.

Vivemos um momento histórico para a relação capital e trabalho, o destino do movimento sindical é de caráter inovador, frente às mudanças. São processos do aparecimento de nova classe social, mais madura e consciente de suas necessidades e exigências do universo contemporâneo do trabalho.

O trabalhador está se adaptando a novos processos e, contingencialmente, a novas categorias de representação. Estamos convictos de que novos modelos de produção vêm atender ontologicamente a sociedade envelhecida nas questões de trabalho e renda.

Rodrigues (1999, p: 161), enfatiza o conjunto de mutações nas sociedades contemporâneas e em suas formas de organização do trabalho. Chamando a atenção para mudança de valores, atitudes e expectativas dos trabalhadores, que demonstram diminuição de interesse pelos sindicatos (Apud Kochan, 1988).

Estas alterações nos sistemas de valores estariam relacionadas com o enfraquecimento da solidariedade na classe trabalhadora. Tais observações justificam, ao nosso ver, a concepção de um “outro” sindicalismo, formulando novas estratégias de representação.

Para Rodrigues:

“novos papéis para os sindicatos ou outras organizações de trabalhadores, deveriam ser criados para oferecer uma melhor adequação entre as necessidades dos empregados e as do seu meio” (1999, p.164).

No enfoque do movimento sindical globalizado, o ajuste compensatório da contrahegemonia - adaptação do sindicalismo contemporâneo aos novos valores - não é tão difícil para os atores sociais, pois, ao longo da década, assistimos a

trajetória de ajustes políticos e econômicos, passando pela reengenharia e indo até a revolução da informática.

Essas transformações, não se distanciam da renovação das relações sociais e formas de associativismo, como os sindicatos modernos, presentes na economia informacional, frente ao novo modelo produtivo e social.

A economia industrial também foi obrigada a modificar sua cultura, dados os novos modelos de divisão social e de técnicas de trabalho, como comentado anteriormente, frente ao movimento sindical e às necessidades dos seus representados e representantes.

Almir Pazzianoto, ex-ministro do Trabalho e do TST em entrevista à Revista Jurídica Consulex (Ano XVI, nº 359 1º de Janeiro de 2012, pag. 5, apud “Fatos & Versões”) comenta, diante das novas formas de trabalho:

“A Terceirização veio para ficar, e oferece importantes contribuições para a redução de custos e racionalização da produção. Impede, por exemplo, que empresas de países mais pobres sejam vítimas concorrentes em competições marcadas pela desigualdade. Se em países desenvolvidos, a Terceirização é largamente praticada, e aqui é dificultada e combatida, corremos o risco de perder competitividade, com prejuízos para a geração de postos de trabalho e crescimento do país”.

É mais uma justificativa dos novos valores e, tratando este processo sob a ótica da globalização, confirmei nos textos referentes a este tema, através da CIETT – International Confederation of Private Employment Agencies (Edition 2012), presença expressiva desses serviços ao redor do mundo, com crescimento no número de agências de emprego de serviços terceirizados, colocando o Brasil em 9º lugar na lista de países desta modalidade, sendo que China estabelece-se em primeiro lugar, seguida de Japão em segundo e Estados Unidos em terceiro.

Terceirização entra na pauta da Câmara dos Deputados.

Antiga pauta das entidades empresariais, o projeto de lei para regulamentar a terceirização vai a voto no dia 7 de abril de 2015 na Câmara dos Deputados sem acordo com as centrais sindicais, que acusam mais uma ofensiva para retirar direitos dos trabalhadores em um momento de crise.

O relator do projeto, deputado Arthur Maia (SD-BA) tem reunião com os sindicalistas hoje, mas já afirmou que não mexerá no projeto. “Me sinto pouco a vontade para fazer qualquer mudança em um parecer que foi amplamente discutido nos últimos quatro anos”, diz. “Vou receber as centrais, mas não adianta mais perder tempo. A CUT é conceitualmente contra a terceirização, não dá para avançar em relação a isso”, pontua.

A CUT, ligada ao PT, e a CTB, próxima a PCdoB e PSB, defendem que os terceirizados possam trabalhar apenas nas chamadas atividades-meio, como

serviços de segurança e limpeza, e não nas atividades-fim, ou seja, a atividade econômica para a qual a empresa foi criada - como contratar uma marcenaria contratar uma empresa para lhe fornecer marceneiros. O entendimento é o mesmo do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Já outras centrais, como a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Força Sindical (FS), têm como principal ponto de divergência com o relatório a definição de quem representará os terceirizados. Argumentam que a atividade-fim também pode ser terceirizada, desde que os trabalhadores sejam representados pelo sindicato da categoria, e não por um novo sindicato de terceirizados.

"Isso garante que eles vão receber todos os benefícios da convenção coletiva e ter direitos iguais aos funcionários contratados diretamente", diz o vice-presidente da UGT, o ex-deputado Roberto Santiago (PSD), que foi relator do PL em uma comissão especial. "O relatório final precarizou as relações de trabalho ao retirar essa regra", afirma.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por sua vez, está atenta à tramitação e quer aprovar rapidamente o projeto para reduzir custos com a folha de pagamentos. "O substitutivo do deputado Arthur Maia não leva a qualquer redução de valores, salários ou direitos. Ao contrário, resguarda o emprego e estimula a atividade econômica", disse esta semana o presidente da entidade, Robson Braga.

O tema divide novamente os dois principais partidos governistas, PT e PMDB. "O PT sempre foi contra a terceirização, mas vamos discutir com a bancada antes de nos posicionarmos", diz o líder da bancada petista, Sibá Machado (AC). Já o líder do PMDB, Leonardo Picciani (RJ), afirma que o partido votará junto com o relator. "A bancada está pacificada e tem posição favorável."

A falta de acordo não impedirá o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de pautar o projeto para votação no dia 7 de abril, após dar um mês para as entidades discutirem o assunto - período que em que a terceirização ficou em segundo plano, esquecida por outras medidas do ajuste fiscal. "A gente não pode ficar com temas importantes para a sociedade parados por 10 ou 15 anos porque determinados segmentos têm oposição", diz.

Além do interesse das entidades patronais, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, afirmou a Cunha, em relato repetido por vários interlocutores, que o Congresso tinha que decidir sobre o tema rapidamente ou o STF terminaria o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) contra a súmula do TST que proíbe terceirizar a atividade-fim.

Cunha acusa ainda um motivo mais monetário do que ideológico como obstáculo para o acordo. "A briga é por uma única coisa: o imposto sindical. As centrais sindicais querem que fique para o sindicato da empresa preponderante, e outros defendem que vá para o sindicato que está fazendo a terceirização", afirmou. "Essa polêmica [sobre atividade fim e meio] disfarça a outra [pelo imposto sindical]. Todo mundo ali está brigando mesmo é por dinheiro", disse.

O governo, que é um dos maiores responsável por contratar mão de obra terceirizada, não tem posição oficial sobre o tema e tem empurrado as negociações. Cobrada por empresários, a presidente Dilma Rousseff não aprofundou o tema na campanha e disse apenas que era favorável à terceirização, desde que não restringisse direitos como as férias.

Entre os ministros há defensores da terceirização ampla, em especial os titulares do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Armando Monteiro (PTB), e da Agricultura, Kátia Abreu (PMDB), ex-presidentes de entidades patronais que atuaram no Senado para regulamentar o assunto.

(Fonte: Central União Geral dos Trabalhadores – UGT , canal de informação ao trabalhador ,nº 294, ano 2, 01 de Abril de 2015).

Temos clareza do movimento social, político e econômico que afeta o futuro da sociedade envelhecida e, principalmente, seus modos de produção. As transformações do mundo globalizado servem para conduzir nossos idosos para a reprodução social, oferecendo alternativas de sobrevivência e melhora da qualidade de vida.

Para melhor análise sobre transformações da sociedade contemporânea e mudanças nas relações de capital e trabalho, bem como suas implicações nos processos sociais, faço da leitura antropológica de Marc Augé, etnólogo, importante conceito sociológico através do contexto urbano e transformacional e, numa visão sociológica mais apurada, a leitura dos textos do professor Manuel Castells, defendendo a transformação informacional.

Ambos nos leva a reconhecer alguns conceitos de adaptação às diferentes formas de mudança. São conceitos que podem nos ajudar a entender mecanismos dos princípios ontológicos da pessoa idosa, voltados aos processos conjunturais e estruturais que reconhece a participação na reprodução social. Diante dessas transformações, o idoso comprova sua capacidade de interação e atuação na cadeia produtiva.

Os autores, escrevem sobre a reforma da soberania nacional e da sociedade como um todo, fazendo pensar na representação de um novo modelo, formado de redes sociais e parceiros de alianças estratégicas. Desta forma, unificando as mobilizações e conquistas sociais, sobrepondo-se à soberania dos governos locais e fortalecendo a articulação dessas instituições organizadas, representantes da sociedade civil.

Marc Augé (1997), se posiciona-se tratando de questões da globalização hegemônica, cujos impactos levaram a mudança na dinâmica urbana, a desregulamentação estatal afetando: mercado de trabalho e desemprego, cidades desiguais em relação às políticas públicas, fragmentação dos postos de trabalho, interesses políticos, além da pobreza e desigualdade social.

Nas observações textuais, o autor enfatiza a pluralidade das sociedades humanas, envolvendo as dimensões política, econômica, educativa e cultural, o que nos leva a pensar em novas ações do homem e das organizações.

Para Castells (1999), a participação política em rede, junto à minimização e descentralização da soberania do Estado, estabelece maior integração do cidadão

na construção de responsabilidades. Os movimentos sociais contemporâneos , na onda da globalização, para esses dois atores , provocaram maior integração no mundo, fortalecendo a luta por melhores condições de trabalho e unificação das necessidades e conquistas sociais, principalmente aquelas ligadas a criação de empregos, busca de crescimento econômico e discussões sobre a informalidade, terceirização e inovação de tecnologias.

Numa leitura contextual da globalização, comparando o entendimento de Mar Augê e Manuel Castells, onde ambos focam reforma da sociedade acentuando a dinâmica da desigualdade social e descentralização da soberania do Estado.

Em Wanderley (2007), há um acento na internacionalização como processo de intensificação gradual ou acelerado, o que se reflete em fraturas imensas, ruptura, perda de identidade anterior e contradições.

A mutação nos âmbitos tecnológicos; político (ajuste estrutural); micro econômico (empresas) e ideológico (hegemonia neoliberal), impacta na identidade jurídica de direitos e deveres e identidades sócio culturais – grupos excluídos da cultura hegemônica.

O processo de transformação, que se observa na representação , de empregadores e empregados, surge da filiação às centrais sindicais internacionais, a exemplo da ORIT/CSI (Organización Regional Interamericana de Trabajadores/Central Sindical Internacional) e UNI (Union Network International), reconhecendo a presença internacional do Brasil na Comunidade Sindical de Países de Língua Portuguesa – CSPLP; na Coordenação de Centrais Sindicais do Cone Sul - CCSCS, que reúne centrais sindicais do BRASIL, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, onde se discutem questões de integração regional, unificação das relações trabalhistas e previdenciárias e todas as questões relacionadas a políticas de emprego no âmbito do MERCOSUL, entre outros temas; representação no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho – OIT e convênios de intercambio e cooperação técnica internacional com centrais sindicais de vários países, entre eles os Estados Unidos, Canadá, Japão, China, Itália, Holanda, Espanha, Portugal, Israel e Argentina. Essa integração tem como foco o intercâmbio de informações para englobar a sociedade trabalhadora do mundo inteiro .

Acentua-se a presença dos sindicatos de representação das categorias econômicas, filiando-se e/ou participando das recomendações de organizações

internacionais, como observei no Congresso da Confederação Latino – Americana das Empresas de Trabalho Temporário e Atividades Afins- CLETT& A, cuja discussão girou em torno da consolidação de trabalho temporário e terceirização de serviços na América Latina. Tema principal desse evento: *Quais as formas que os empresários dessa categoria econômica, podem juntos contribuir para desenvolver suas atividades em seus respectivos países.*

As ações em rede dos movimentos sociais, estão fortalecendo a mobilização e organização dos sindicatos e ONGs.

Manuel Castells (1999), se posiciona : *A interação entre crise organizacional e a transformação tecnológica da informação, faz surgir essa nova forma organizacional e informacional.*

Um exemplo prático desse processo foi observado recentemente através do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Central União Geral dos Trabalhadores (Sindiapi – UGT) ,em relação ao movimento globalizado, apoiando a pauta de envelhecimento da população e fator previdenciário,diante dos protestos protagonizados pelos trabalhadores franceses, que impediram a aprovação da lei sobre a idade mínima para se aposentar .

Este movimento globalizado, serve de alerta para nossos parlamentares em futuras decisões, destacando pontos contemplados pelos representantes do Sindiapi como principal bandeira de luta. Castells (1999), ao citar a América Latina, destaca o fato conhecido de uso da internet , pelo exercito Zapatista de Liberación Nacional, na região de Chiapas (México), que influenciou decisivamente na política daquele pais, com repercussão mundial . A estratégia foi usar telecomunicações, vídeos e comunicação pelo computador para difundir mensagens e organizar uma rede mundial de grupos de solidariedade.

Embasando a direção deste texto, no propósito de analisar ações contrahegemônicas no papel de sindicato e ONGs voltadas a grupos excluídos da sociedade, cito encontros internacionais para traçar propostas sobre o futuro do intercâmbio de trabalhadores vinculados aos blocos econômicos.

Com relação a essa pauta, esta o amparo aos trabalhadores imigrantes que ingressam em países do MERCOSUL, onde encontram dificuldades em obter a documentação de trabalho. Esse tema foi abordado no *Seminário Internacional*

Migrações e Livre Circulação: Estratégias Sindicais para assegurar as normas do MERCOSUL.

O encontro sinalizou a necessidade de as Centrais nacionais terem uma secretaria especializada para apoio desses trabalhadores estrangeiros, evitando a clandestinidade e a escravidão, consolidando o cidadania e trabalho decente. Durante o encontro foi destacado o avanço por mudanças na Declaração Social Laboral – DSL, documento aprovado por governos, empresários e trabalhadores, no qual se reúnem os direitos trabalhistas dos cidadãos nativos e estrangeiros.

David Harvey (1992), geógrafo, ao analisar tendências da política pós-moderna, referindo-se a exigências econômicas decorrentes de expansão e crise do capitalismo, reconhece necessária a ampliação do campo de compreensão das novas relações de tempo e espaço, que promova renovação do materialismo histórico – geográfico. Contribuímos com esta análise, aliando-se às considerações do autor, com a proposição de novas estratégias fixadas na união dos movimentos sociais globalizados, buscando preservação das condições de trabalho e qualidade de vida do trabalhador, especialmente do idoso, sujeito em análise.

Diante dos fatos, em minha presença, por ocasião do seminário voltado a movimentos sociais de esquerda da América Latina, patrocinado pela USP- Universidade de São Paulo (2012), observei manifestações consistentes em temas referentes às transformações globalizadas, que vem ocorrendo no mundo do trabalho.

Na ocasião dois temas foram especiais para este estudo: *Redes sociais, ação digital e Ativismo político*.

Os debates apontaram necessidade de ampla discussão sobre reformas, que venha abranger políticas públicas, sem prejuízo da sociedade como um todo, no tocante a democracia econômica, social, cultural e informacional.

Marcou presença a aspiração da cidadania universal, preconizando que direitos trabalhistas, assim como políticos, econômicos, sociais e culturais, precisam ser universalmente garantidos e exercidos.

Tais aspirações tem vocação de movimento global, de luta pela defesa dos direitos de trabalhadores brasileiros e estrangeiros, inseridos e/ou mantidos no mercado de trabalho. A unidade dos povos das Américas, nesse debate, é condição indispensável para o desenvolvimento de cada uma das nações que as compõem.

A integração deve ser econômica, social, política e cultural contando com todas as instituições envolvendo trabalhadores; empresários e estado, objetivando questões sociais.

O desenvolvimento econômico deve ser autossustentado, preservadas riquezas naturais e históricas, mantendo a identidade dos povos do Continente . A reprodução social para a sociedade envelhecida é possível ao desencadear um movimento contra hegemônico em relação a “ grupos dominantes” e de” Suas políticas de alteridade contra o idoso”.

Wanderley (2009) destaca:

“Uma globalização contra hegemônica é impulsionada basicamente por setores organizados da sociedade civil, nas esferas mundial, regional, nacional e local... É possível defender a proposição de que houve uma irrupção crescente de uma Sociedade Civil Contrahegemônica, e que tenta, com características diferenciais enormes no seio de cada Estado – Nação, avançar e se consolidar”.

Em todos os movimentos da sociedade civil - neste caso sindicatos e ONGs, tratando de sua expressividade - tenta-se buscar espaço de consenso e dialogo , contestando a hegemonia, estabelecendo estratégias de transformação.

Para Castells :

“Os Ativistas de diferentes agências, partidos políticos, sindicatos, ONGs, com distintas ideologias, estão usando redes de computadores, alguns criando suas próprias redes. Traz um problema que merece atenção, enfocando a atuação das ONGs. Assim, as ONGs ;Sindicatos e suas redes são, de fato, um novo sujeito político que cria novas formas de ação e impasses para mecanismos mais antigos de representação e ação política. Uma vez que não estão necessariamente investidas das pretensões de representatividade universal e corporativa, típicas das narrativas do Iluminismo, responsáveis pelos perfis institucionais e ideológicos da maioria dos atores e aparatos políticos tradicionais, os movimentos sociais podem ser eficaz sujeito político, fragmentado, descentrado, em um mundo pós-moderno, mas o custo da flexibilidade, do pragmatismo e da fragmentação pode ser o reformismo, isto é, uma baixa capacidade de promover mudança social radical” (Castells, 1999, p.48).”

O processo de reforma de sociedade civil e política, inserida na superestrutura, discute ações hegemônicas e /ou contrahegemônicas pensando em modelos cuja base reformista esta em derrubar o processo neo -liberal , a que o Brasil esta submetido durante esses anos, pelo menos aparentemente, gerando discussões presentes nos fóruns participativos com a sociedade como um todo, tais como: estratégia de desenvolvimento local (competição entre cidades e gestão urbana local), políticas públicas compensatórias (combate a pobreza), governança (planejamento estratégico e Marketing Urbano) , *vida própria* (descentralização do

estado através da reforma neoliberal: FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Destacamos a preocupação contrahegemônica que a sociedade civil tem em relação atração estrangeira (ação neo liberalista), com roupagem democrática e participativa; visão *Cidade como empresa* (mudança do modelo público para o modelo privado); investimento local pelas multinacionais (parte de exigências neoliberais capitalistas levando muitas vezes ao descaso social), como assistimos no passado através das Parcerias Publico Privada – PPP de alguns governos das *burguesias partidárias* atreladas ao neo liberalismo.

Sabemos que políticas públicas e sociais se iniciaram no Brasil durante o período de Getúlio Vargas, quando privilegiou setores ligados ao desenvolvimento econômico (via industrialização), com programas assistenciais em que ações do governo objetivavam evitar a convulsão social. Foram também conquista da capacidade de luta das forças sociais (movimentos comunitários / populares, lutas dos operários - sindicalismo) exigindo trabalho, moradia, alimentação, educação, saúde, etc..

Esses direitos sociais estão firmados no artigo 6º da Constituição de 1988, exemplificados na figura dos conselhos que asseguram a realização dos direitos sociais onde, atualmente, somam-se trinta e oito conselhos organizados, sendo a maioria deles com estrutura estadual e alguns funcionando no âmbito municipal - no interesse deste texto, destaco : Lei nº 8842 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências e, Lei n 10741- Dispõe sobre a política nacional do idoso cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências (*Anexos 2 e 3*).

Através da historia foram vivenciadas etapas que caracterizaram os movimentos sóciopolíticos no Brasil. Essas reformas e transformações dependeram de lideranças políticas contra a hegemonia, fortalecendo nossa constatação de que as mudanças ocorrem não só por interesses políticos e demagógicos, mas também como resultado de aspirações reformistas, não necessariamente revolucionárias, como estudamos no capitalismo tradicional, mas sem alienação da sociedade.

No período de 1970 a 1980 ocorreram lutas democráticas , movimentos reivindicatórios pelos direitos políticos e de cidadania, além da reivindicação da ampliação de direitos sociais e trabalhistas. Na década de 1990 ocorreram ajustes estruturais decorrentes do neoliberalismo , reformas políticas e econômicas e

participação política dos candidatos sindicalistas (*sociedade civil*) . De Fins de 1990 até agora enfrentamos o resultado destes direcionamentos : desemprego; violência , moradia (*favelas*) e problemas de transportes.

Sob a ótica da globalização, que rege os princípios do transformacionismo, na visão de Santos (2002):

“A globalização neoliberal não se limita a submeter ao mercado um número crescente de interações, nem a aumentar a taxa de exploração dos trabalhadores através, por um lado, da transformação da força de trabalho em recurso global, e, por outro, dos obstáculos que cria à emergência de um mercado de trabalho global. A globalização neoliberal veio mostrar, com acrescida e brutal clareza, que a exploração está ligada a muitas outras formas de opressão que afetam mulheres, minorias étnicas (por vezes, maiorias), povos indígenas, camponeses, desempregados, trabalhadores do sector informal, imigrantes legais e ilegais, subclasses dos guetos urbanos, homossexuais e lésbicas, crianças e jovens sem futuro digno.”

Todas estas formas de poder e de opressão criam exclusão. Não se pode atribuir a uma delas, em abstrato, ou às práticas que lhe resistem, qualquer prioridade na reivindicação de que “outro mundo é possível”. A reprodução social e produtiva da sociedade envelhecida sugere liberdade e autonomia, tornando-a capaz de socializar-se com novos valores informacionais, diante de sua condição humana frente aos novos meios de produção.

Os países desenvolvidos, de acordo com a equipe de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial para o Brasil , tiveram tempo para se estruturar, diferentemente de nós, em especial quanto às decisões que influenciam a força de trabalho.

É importante relevar que não devemos situar a análise apenas na transformação sócio econômica; ela não pode ser feita somente sob a ótica do ciclo de vida no aspecto idade ,nas considerações da renda e trabalho, mas abranger questões de consumo, que exercem forte influencia na cadeia produtiva.

Outro tema relevante , e que não deverá ser esgotado e pensado só nas questões econômicas, é a avaliação de condições políticas e sociais, para perceber as necessidades e interesses dessa população idosa produtiva.

Para considerações finais, resumizando este capítulo : é possível acompanhar , nesse movimento social globalizado, o encadeamento de um processo contra hegemônico em relação aos países dominantes e sua política neo liberalista . Da mesma forma, em todos os movimentos da sociedade civil, particularmente , neste caso, os sindicatos, busca-se espaço de consenso e dialogo , contestando a hegemonia, estabelecendo estratégias de transformação.

A sociedade envelhecida é condição presente e futura, por isso devendo ser analisada objetivando alternativas de gerir os processos transformadores, tanto sociais quanto econômicos. Vimos, no decorrer deste capítulo, as possibilidades de atender o fenômeno demográfico, que envolve as novas formas de produção, geradora de novos perfis dos trabalhadores.

Na governança da sociedade, até há algum tempo feita pelo Estado, a sociedade civil acumula funções, todavia sem autonomia, dificultando o enfrentamento desses problemas, levando a ações contra hegemônicas no movimento social e político.

Numa rápida análise do envolvimento de governos sub nacionais (Estados e Municípios), em sua relação com a sociedade civil (Empresas, Sindicatos, etc), vê-se a importância da integração política e econômica no capitalismo moderno. Esta questão interage frontalmente na reprodução social e no poder decisório, em relação ao transnacionalismo e sub nacionalismo, movimentos paralelos cujo mecanismo é capaz de lidar com efeitos da globalização.

Analisando a situação humana frente ao capitalismo moderno, no atual cenário econômico, vemos o homem social e natural buscando possibilidades que o integrem, estrategicamente, para a sobrevivência econômica.

A evolução histórica indica que o homem sempre visou superar seus limites, condição que nos faz acreditar e sustentar a exploração das possibilidades do idoso, como agente transformador.

No Brasil a situação demográfica se apresenta atípica em relação a outros países, onde se subentende ser estável a questão que trata sobre população idosa e políticas públicas, de certa forma amparadas pelo Estado. A posição política e econômica do nosso país está em desenvolvimento, necessitando de forte amparo da área produtiva. O enfrentamento da extinção do bônus demográfico, além da falta de capacitação da mão de obra, são empecilhos para a competitividade globalizada.

A política é um condutor das ações da sociedade, seja ela partidária ou pública e, nesse cenário, inclui a política sindical, que tem grande importância nas relações produtivas. Sendo assim, algumas ações parlamentares, diante do futuro do país e da preocupação com o envelhecimento populacional, principalmente quanto à transformação da mão de obra produtiva, fortalecem a objetivação deste estudo em encontrar alternativas sócio econômicas, como pode ser verificado na íntegra do

seminário promovido pelo *DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*, fundado em 19 de dezembro de 1983, estruturado para atuar nos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional, e, excepcionalmente, nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido de institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais da classe trabalhadora:

Seminário promovido pelo DIAP : algumas ações de parlamentares no processo contrahegemonico.

O DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, fundado em 19 de dezembro de 1983, estruturado para atuar nos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional e, excepcionalmente, nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais da classe trabalhadora. É um instrumento dos trabalhadores que foi idealizado pelo advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende, atual Diretor-Técnico da entidade.

A exemplo de algumas ações lideradas por esse órgão, complementamos as ideias de nossa pesquisa, através de iniciativas dos parlamentares, como as apresentadas a seguir: A Comissão e Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), através da iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), promoveu o debate sobre o envelhecimento no Brasil: “desafios e possibilidades”.

A mesa foi composta por representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty; Secretária de Políticas para Mulheres da Presidência da República; Conselho Nacional dos Direitos do Idoso; O professor e pesquisador na Área do Envelhecimento, Vicente Faleiros e, o Departamento diretor de Estudos e Políticas Sociais do IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada.

O principal foco do debate foi o alerta da ONU, em relação ao número de cidadãos na terceira idade em crescente número no mundo, que já tem 700 milhões, com a previsão de até 2050, este número passe de dois bilhões, superando a quantidade de crianças nos países.

A Comissão de Assuntos Sociais – CAS aprovou em decisão terminativa, a extensão de medidas de proteção a idosos contratados como prestadores de serviço. Antes, essa medida de proteção era assegurada apenas às relações de emprego, atualmente as empresas do setor que estabelecerem limites etários ou quaisquer outras formas de discriminação na contratação desses trabalhadores, serão punidas com multa administrativa correspondente ao dobro da remuneração paga, elevada em 50% em caso de reincidência.

A garantia contra arbitrariedades na contratação de idosos para prestação de serviços foi determinada em projeto (PLS 314/07) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Em relação ao valor da multa administrativa, a proposta estipulava um cálculo padrão para todas as empresas, equivalente a dez vezes o valor da remuneração paga. Uma taxa diferenciada foi introduzida pelo relator, senador Sérgio Petecão (PMN-AC).

Segundo o parecer favorável ao projeto, o valor da multa administrativa foi reduzido para as prestadoras de serviços “dada a informalidade que ocorre nesse tipo de contratação e a dificuldade de obtenção de provas”. Sérgio Petecão recomendou a aprovação da matéria por entender ser necessário estender a proteção contra atos discriminatórios a todos os trabalhadores, independentemente da condição ou não de empregado.

Ao justificar a proposta, Lúcia Vânia vinculou a baixa participação do idoso, definido como a pessoa maior de 60 anos, no mercado de trabalho à discriminação. Em sua avaliação, é fundamental estender a proteção legal a idosos que atuam como prestadores de serviço, autônomos ou representantes comerciais. (Fonte: Agência Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado aprovou entre outras matérias, o PLS 315/07, da senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), que dispõe sobre a proteção do trabalho do idoso.

Coube ao senador Paulo Paim (PT/RS), presidente do colegiado, relatar a matéria que estabelece, entre outros aspectos: A jornada de trabalho do idoso não poderá ser superior a oito horas diárias, salvo por convenção ou acordo coletivo; O impedimento da terceira idade de trabalhar em atividades que demandam esforço muscular superior a vinte quilos; O SESI, SENAC, Senat e Senar deverão reservar 5% das vagas de seus cursos de profissionalização para os idosos; As pessoas com mais de sessenta anos de idade ficam obrigadas a realizar exames médicos e de acuidade visual semestralmente e por ocasião de seu desligamento da atividade laboral; Multas pecuniárias serão aplicadas pelas Delegacias Regionais do Trabalho no caso de descumprimento das obrigações estabelecidas.

Ao analisar o projeto, o relator enfatizou que no mérito a proposição amplia e aprofunda os direitos da pessoa idosa no âmbito de sua inserção no mundo do trabalho. O exercício da atividade laboral constitui um elemento fundamental para o fortalecimento da autoestima dos indivíduos e deu inclusão social.

O parecer reforça também inúmeros estudos, promovidos por entidades especializadas, que têm demonstrado que a efetiva inclusão no mundo do trabalho, em atividades compatíveis com suas condições físicas e psicológicas, proporciona às pessoas idosas melhores condições de vida e de saúde

Outro tema que percorre os bastidores do Senado é a rápida mudança do perfil demográfico brasileiro, aumentando progressivamente o número de idosos em detrimento do número de jovens.

As conclusões acima formam a espinha dorsal do estudo "Envelhecendo em um Brasil mais Velho" divulgado, pelo Banco Mundial (BIRD) em seminário realizado na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo seus pesquisadores, as políticas deverão estimular os trabalhadores "a poupar e acumular fundos de pensão", impulsionando a aumento do capital por trabalhador, da produtividade e da renda per capita: "Um sistema previdenciário amplo e generoso pode desestimular a propensão a poupar", afirma o Ministro do trabalho.

O demógrafo Cássio Turra, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), responsável por um dos trabalhos apresentados no seminário, há dois tipos de dividendos econômicos, traduzidos em crescimento do PIB: a) O primeiro tem origem no crescimento progressivo da população em idade ativa no período de alta fecundidade, quando os jovens começam a entrar no mercado de trabalho. Com a queda da taxa de fecundidade (seis filhos por mulher no começo da década de 60 para 1,9 hoje), o Brasil já perdeu esse bônus e Turra calcula que de 2010 a 2050 esse dividendo será 0,21% negativo; b) O segundo dividendo, que é colhido na fase atual, quando a fecundidade diminuiu, mas a população em idade ativa está no seu pico, poderá compensar com sobras a perda do primeiro, se forem feitos os ajustes corretos.

Paralelamente, cai sistematicamente a população de jovens de até 14 anos e cresce a de idosos com 60 anos ou mais, chegando a 2050 com 28,3 milhões de crianças e jovens, 122,9 milhões da PIA e 64,1 milhões de idosos. Ficou evidente no seminário que a reversão de país predominantemente jovem para país de população madura ocorreu no Brasil com maior velocidade do que no resto do mundo.

Esse fenômeno é à base do discurso favorável a que se apresse a tomada de medidas para modificar as regras da Previdência e/ou buscar outras alternativas, evitando o risco de uma explosão insustentável dos gastos previdenciários.

Justificando a proposta de nosso projeto de (re) socialização do idoso no processo de reprodução social : "O nível de distribuição de renda para aposentados precisa ser discutido à luz das necessidades de todos os setores vulneráveis da sociedade, disse o diretor do BIRD para o Brasil, Makhtar Diop, ainda ele frisou que se não for reduzida também "a vulnerabilidade dos jovens, haverá impacto forte no futuro das transferências de renda e da economia do país".

Ao abrir o seminário, o presidente do BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento, Luciano Coutinho, disse que: "a rápida mudança da forma geométrica do que foi no passado, uma pirâmide etária no Brasil (a base formada por crianças e jovens e o topo por idosos), terá forte impacto tanto na Previdência como na educação e na saúde - nessa, pelo maior custo dos tratamentos do crescente número de idosos. Ele defendeu a necessidade de debater a idade mínima para a aposentadoria. Encerrando, como alerta, as empresas brasileiras atualmente estão continuamente sujeitas a sofrer processos trabalhistas por práticas discriminatórias. Constantemente, milhões de ações dão entrada no Judiciário, segundo um levantamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST)".

O tratamento discriminatório no Brasil está ligado às grandes diferenças na distribuição da renda e à cultura secular de tratamento discriminatório, que nos acompanham desde o Brasil Colônia e que até hoje se refletem em atos discriminatórios contra determinados grupos, como mulheres, negros, soropositivos, deficientes, idosos, entre outros.

Portanto, nesta direção, a estratégia contra hegemônica nas questões do trabalho decente ; o combate ao poder hegemônico neoliberalista ; o fim da desigualdade social , incluindo a sociedade envelhecida e as que deverão envelhecer ,o movimento sindical, como instrumento de defesa dos direitos e interesses da coletividade em geral, tem por objetivo promover uma melhor distribuição de renda, combatendo a desigualdade social, dentro do regime democrático no sistema capitalista.

No que tange a mobilização sindical contra hegemônica , não basta ser contra nem reivindicar, é preciso formular e adequar-se à nova realidade mundial : globalização. O movimento contra hegemônico do sindicato interfere na distribuição funcional da renda, influenciando na dimensão do consumidor, seja denunciando a eventual prática de trabalho degradante, o descumprimento de direitos trabalhistas ou a agressão aos direitos humanos, bem como nas decisões de governo, atuando nas dimensões de cidadão , exigindo dos representantes das políticas públicas em favor do usuário de serviços públicos, cobrando serviços de qualidade, especialmente saúde, educação, segurança e transporte, fiscalizando a aplicação dos recursos públicos, cobrando e pressionando pela inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias .

Capítulo 2: O sujeito idoso livre para produzir e criar no processo da Reprodução Social, diante do conhecimento emancipatório.

Ao longo do capítulo anterior apresentamos algumas reflexões sobre o processo transformativo da sociedade, onde pessoas são determinadas a adaptar-se a novas formas de relacionamento e sobrevivência frente a nova cultura globalizada, por mais que esta seja particular e localizada. As mudanças interferem na conduta, gerando, por vezes, crises na identidade frente a este processo histórico.

A crise na nossa concepção, quando bem administrada, é um processo positivo em busca de alternativas de sobrevivência, condição do organismo vivo se adaptando ao ambiente, inclusive às diversidades socioeconômicas, que definem as relações de produção, desenvolvendo competências que levem a possibilidade de um projeto empreendedor.

A transformação não pode ser diferente, para pessoa idosa, determinada pelas condições sociais, formando sujeitos com identidades em constante mudança diante da dinâmica de adequação ao novo ambiente.

Para Stuart Hall, a identidade na pós-modernidade (2006), gira em torno da crise da identidade: *As velhas identidades estão sendo substituídas por novas identidades*. Sua análise parte das várias concepções de sujeito desenvolvidas no processo histórico e que determinam as identidades.

Nesse sentido, a identidade é o que nos diferencia dos outros, o que nos caracteriza como pessoa ou como grupo social. Ela é definida pelo conjunto de papéis que desempenhamos e é determinada pelas condições sociais decorrentes da produção da vida material, ou reprodução social.

Segundo Hall, as mudanças de identidades estáveis do passado, abrem possibilidades de que novas identidades produzam novos sujeitos, não mais com identidades fixas e estáveis, mas sujeitos fragmentados, com identidades abertas, contraditórias, inacabadas, sempre em processo. Para este autor, o fenômeno da globalização contribui para o deslocamento das identidades culturais desintegrando-as, homogeneizando-as e, conseqüentemente, enfraquecendo-as:

“na medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (Hall, 2006: 74).

Resumindo, em Hall, o traço marcante da contemporaneidade tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, tornando as identidades menos fixas e unificadas.

Trata-se de uma sociedade moderna, que caracteriza-se por mudanças sofrendo o impacto dos fenômenos políticos e ideológicos da época, a exemplo da globalização.

A sociedade passa por mudanças influenciadas pela globalização, quando tradições perdem força e hábitos saem da mesmice, induzindo a população a exercer a autonomia e a consciência de seus valores. Aqui queremos fazer referencia ao conhecimento, enquanto condutor da nova cultura, que desenvolve oportunidades e novas competências que levam a mudanças :

“... as mudanças de identidades estáveis do passado, abre possibilidades de que novas identidades produzem novos sujeitos, não mais com identidades fixas e estáveis, mas sujeitos fragmentados, com identidades abertas, contraditórias, inacabadas, sempre em processo... (Hall, 2006). “

O tema identidade tem compreensões diversas sobre a natureza humana. Trata-se de uma temática estudada por várias áreas do conhecimento, tais como antropologia, sociologia e psicologia. Para Strey (1998, p.160), *a identidade caracteriza o desenvolvimento de estágios da autonomia, sendo gerada pela socialização e individualização.*

Ainda sobre identidade, fazemos referencias aos textos de Erving Goffman (1985), quando se representa no mundo, diante do papel social, vivenciado nos diferentes momentos da vida - como pai ,chefe,etc - adotando personalidades diferentes. Os papeis sociais caracterizam a identidade do outro e o lugar no grupo social.O personagem , enquanto representa uma identidade coletiva a ele associada, é que construída e mediada através das relações sociais.

Desta maneira, tudo faz crer que a vulnerabilidade aperceptiva do idoso é subjetiva, quando exposto a predominância da ideologia dominante, inibindo a sua autonomia . Para Lane (1999, p.41) ,

“ a ideologia é fundamental para o conhecimento psicossocial determinada pelos comportamentos sociais da pessoa e pela rede de relações sociais, que, por sua vez, constituem o próprio individuo. “

Na reflexão de Lane (1999) , quanto a identidade, nosso sujeito idoso pode enfrentar contradições entre representações e suas atividades empreendedoras, quando assume sua autonomia, seja ela através de consciência individual e/ou social, buscando neutralizar a alienação, tema analisado anteriormente , devendo ser tratada como formação patológica sustentada pela apercepção.

Ainda para Lane (1999, p.42):

“a alienação se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de” naturalidade” aos fatos sociais; Esta inversão do humano, do social, do histórico, como manifestação da natureza, faz com que todo conhecimento seja avaliado em termos de verdadeiro ou falso e como processo, ou seja, mantendo a alienação em relação ao que ele é como pessoa e, conseqüentemente, ao que ele é socialmente”.

A partir disto, ao tratar sobre autonomia do idoso e sua inserção no cenário econômico, através do empreendedorismo e da consciência de suas possibilidades representadas na verdadeira identidade e ideologia, entendemos suas atitudes aperceptivas frente à classe social dominante, evidentemente subjetivas, transformando tanto suas ações quanto a ele próprio.

A identidade do sujeito idoso, sob a ótica do empreendedorismo, expressa a autoconsciência - autoimagem percebida na verdadeira identidade , que desenvolve-se nas ações concebidas racionalmente com sua capacidade produtiva.

Torna-se complexa a discussão para entender a condição intrínseca do idoso, a chamada atitude aperceptiva, quando esta é determinada pelo pensamento e emoção individual, resultando num significado baseado em nas suas experiências e, por sua própria situação de exclusão , o torna inseguro e prudente , alterando sua verdadeira identidade.

Não podemos, então, isolar a hipótese de intervenção psicobiológica deste sujeito idoso, com seu comportamento sofrendo influencia destas variáveis. Falamos aqui, de um fenômeno social, que reside no aumento da população idosa e em como agir diante deste cenário que se torna mais crítico.

Quando analisamos a condição humana do idoso, apresenta-se a questão das políticas públicas, que poderiam solucionar a problemática da qualidade de vida da sociedade envelhecida; Para tanto, dependemos de um processo político - não tão estrutural como se imagina.

Ao refletir sobre variáveis aperceptivas e subjetivas que implica no psicobiológico deste sujeito, percebemos que se trata mais de uma postura individual e singular de cada pessoa idosa, barreiras encontradas ao lidar com questões interiores. Porém, entendemos que na variável social, a força do grupo dominante é a deterioração incondicional da identidade de uma pessoa.

Na avaliação da pessoa idosa a formação de um estereótipo é consequência da generalização de uma característica, normalmente determinado pelos sistemas de crenças e valores dominantes, já comentado na capítulo anterior..

Ricardo Moragas (Moragas, 1977, págs. 27 à 139), a partir de sua especialização na temática do trabalho e pesquisas da gerontologia social , defende mitos e fatos relacionados a velhice, esclarecendo suas aptidões e as contradições estereotipadas pela sociedade :

<i>Aptidões e as contradições dos idosos, estereotipadas pela sociedade (Morágas, 1997) :</i>		
<i>Aptidões Biológicas</i>	<i>Aptidões Psíquicas</i>	<i>Aptidões Sociais</i>
<i>O organismo humano passa por um processo de envelhecimento, onde os tecidos perdem a flexibilidade e a capacidade de recuperação; Os órgãos e sistemas reduzem a velocidade e ritmo vital atenua. Todavia, a velhice tem potencialidade própria, que somam aos novos modos de produção com menor exigência física.</i>	<i>As limitações psíquicas comparadas a outras faixas etárias, os idosos podem aprender com facilidade, somada a motivação superior aos jovens. Ficou comprovado a influencia do meio social, acentuando as características positivas, quando bem aceitos.</i>	<i>Mesmo diante da sociedade estigmatizada pela juventude e beleza, principalmente o que relaciona ao poder econômico são impostas pela sociedade e por estudos comprovados, a capacidade de independência dos idosos é positiva.</i>

Discussão importante para esta pesquisa - reprodução social da sociedade envelhecida - é a questão econômica, analisada sob a ótica da identidade estereotipada.

Para Moragas,

“A economia se baseia na produção de bens e os idosos ao se aposentar, deixam de produzir; Os recursos materiais da velhice não interessam somente ao aposentado, mas a toda sociedade dada a repercussão econômica direta no orçamento geral do estado (1997, p.163).

A questão do trabalho para o idoso, também é estigmatizada em relação às pessoas de menor faixa etária. É um estereótipo incompatível às condições que estamos desenvolvendo. Diante da análise histórica anterior ao sistema capitalista, artesanato e produção agrícola eram necessários à sobrevivência e manutenção da pessoa idosa – inclusive residente em suas propriedades e/ou a serviço do senhor, onde ficavam até a morte preservando as devidas proporções, eram tratados iguais aos mais novos, comparando aos dias atuais.

Este processo estereotipado, iniciado com a revolução industrial, com o trabalho desorganizado dando poucas condições aos trabalhadores em geral, marginalizou as pessoas menos privilegiadas a esforço físico e quantidade elevada de horas de trabalho. Isto se refere a crianças, mulheres e doentes, excluídos da possibilidade de serem produtivas, dadas as variáveis degradantes. O estereótipo, em relação ao trabalhador idoso, influencia a questão das contradições da identidade social dessas pessoas.

Para Mills, 1996,

A mudança histórica provocada pelo capitalismo pós moderno, remeteu o homem moderno a perda de individualidade e identidade, gerando a busca compulsiva de (re) socialização e aprendizado para novas competências, muitas vezes contra sua vontade, caracterizando alienação, não diferente do tradicional modelo marxista, com uma conotação contemporânea semelhante, quando a essência do ser humano esta no trabalho e a produção capitalista deforma o homens tornando-os criaturas alienadas (Mills, 1969, p. 236).

Numa análise mais ampla, segundo Stuart Hall (2006),

“a identidade social tradicional esta em declínio, e neste processo surgem novas identidades e, conseqüentemente, a fragmentação da identidade individual até então, interpretada como identidade unificada para as pessoas”.

O autor entende esta fragmentação como “*crise de identidade*”, vista como parte de um processo mais amplo de mudança, desloca estruturas e processos centrais das sociedades modernas, abalando o quadro de referencia das pessoas, até então estável.

Em Santos(2000), o processo transformador, diante da globalização agenciada pela vertente hegemônica do neoliberalismo, só será efetivado com a ação dos grupos contrahegemônicos.

Wanderley (2009), ao falar das manifestações da sociedade civil contrahegemonica na organização das ações sociais para mudar as causas da crise *Lutam por reformas profundas no interior dos sistema dominantes, alem de, dependendo das condições objetivas de cada pais, por mudanças estruturais de peso que permitam concretizar projetos alternativos ao capitalismo* , entramos na análise da força do grupo contrahegemonico, capaz de modificar o rumo das pessoas.

O aspecto social na conduta da pessoa idosa, parece não ser tão complexo quanto imaginamos, pois a força ou a ideologia dominante podem ser sufocadas a partir do combate ao estigma social dos idosos, por sua própria ação contrahegemonica , através de sua capacidade em romper trajetos viciosos da economia e criando novos paradigmas de mercado, com uso de sua vocação, talento e experiência, gerando oportunidades empreendedoras na reprodução social.

Para além da busca de renda, necessária a ação positiva dos empregadores , esta a melhora da qualidade de vida. Esse trabalho capaz de *provocar* , estimulando novos hábitos, pode levar à construção de uma nova identidade deste idoso, como afirma Hall (2006).

O processo grupal começa com inserção social , com aceitação e adaptação à cultura, consolidados pela historicidade, independente de espontaneidade ou organização, sempre dirigido a finalidades específicas.

Neste processo grupal ocorre a relação entre dois elementos: personalidade individual (pessoa) e personalidade coletiva (grupo), cujo resultado é representado pelo *fenômeno social* - na esfera da consciência ou alienação, subordinação ou dominação, autonomia ou mecanismos de defesa e assim por diante.Encontramos em Alain Touraine (1994, p 217), na ação humana , *O Homem esta sujeito as forças impessoais e pode interferir no destino* .

O Professor Sergio Antônio Carlos, doutor em serviço Social pela PUC-SP, cita Kurt Lewin (Apud Strey, 1998, p. 201):

“A essência de um grupo não reside na similitude ou dissimilitude de seus membros, senão em sua interdependência. Um grupo pode ser caracterizado como um todo dinâmico; isto significa que uma mudança no estado de uma das partes ou membros do grupo varia, em todos os casos, entre uma massa sem coesão alguma e uma unidade composta”.

Nesta direção, podemos supor que em qualquer processo social, as partes sofrem alteração nas ações e, pensando na relação idoso e sociedade, o grau de dependência e dominação, condição hegemônica, pode ser alterada ou invertida diante da reprodução social da sociedade envelhecida.

Ao tratar deste assunto, desconsiderando a dicotomia nas relações indivíduo versus sociedade, a história demonstra que a ação transformadora ocorre quando existe coesão e força de grupo. Sem perder de vista a identidade do idoso, nosso tema, implícito no individualismo aperceptivo, nem, por outro lado, a contemplação da função social, consequentemente a produtividade social, no âmbito do empreendedorismo e a autonomia.

Para Lane (1999), *“o indivíduo na sua relação com a sociedade, interioriza o mundo com realidade concreta ou subjetiva, na medida em que é pertinente a ele, assim como, exterioriza em suas atitudes”*.

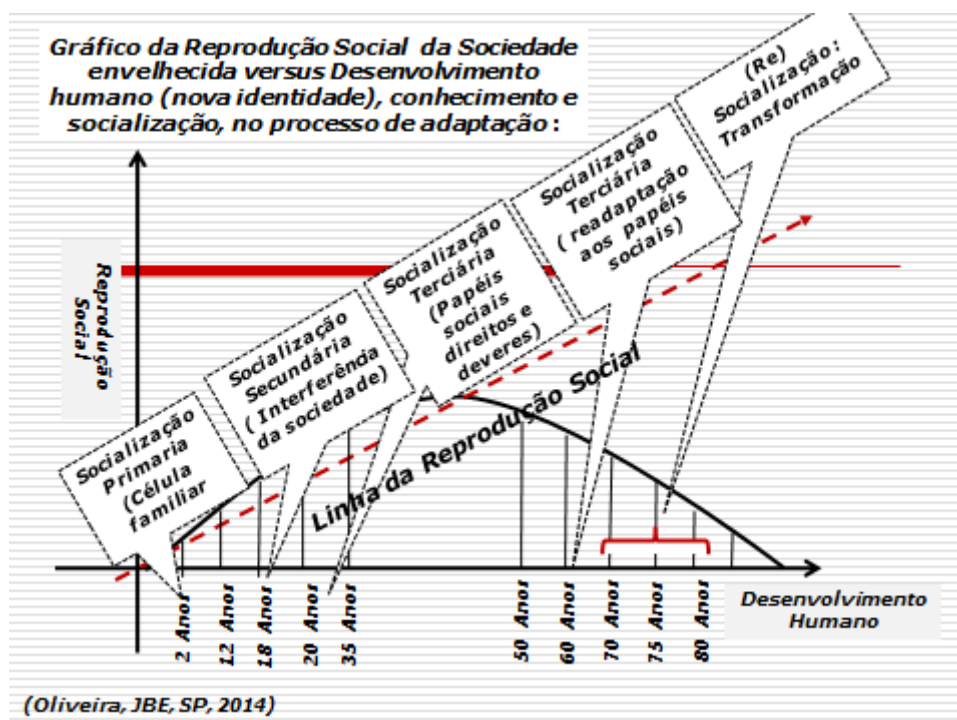
Para a autora, interiorização e exteriorização obedecem a uma dialética em que percepção do mundo se faz de acordo com o que já foi interiorizado, e a exteriorização do sujeito no mundo se faz conforme sua percepção de coisas existentes. Estamos diante de um processo de adaptação do idoso ao meio, ou melhor, de (re) socialização. Ainda, para Lane (1999), o mundo social e institucional é visto como realidade objetiva, construída pelo próprio homem.

Retomando Stuart Hall e apoiado nas suas reflexões, faço um paralelo entre a identidade do idoso, como *“Sujeito Iluminismo”*, baseado na pessoa humana, dotada de consciência e ação, livre de variáveis sociais, e o *“Sujeito Sociológico”*, frente ao complexo mundo externo, que interfere na autonomia e autossuficiência, mas é capaz de relacionar-se com o meio.

A intervenção continua de outras culturas, a exemplo da globalização e com diferentes identidades e valores, é entendida pelo autor como sujeito pós-moderno, cuja identidade não é mais fixa, pois continuamente acionada pelas variáveis dos meios interno e externo à pessoa.

Ainda para Hall, a identidade é definida histórica e não biologicamente, alertando para a existência interior da identidade contraditória a coletiva. Portanto, para este autor, a grande diferença entre a sociedade *tradicional* e a *moderna*, é a mudança constante, que, em nosso entendimento, viabiliza a reprodução social da sociedade envelhecida.

O gráfico *Reprodução Social da Sociedade envelhecida versus Desenvolvimento humano (nova identidade), conhecimento e socialização, no processo de adaptação*, sintetiza a relação da identidade flexível, ao entender o idoso plenamente adaptável, ao superar a sua subjetividade estereotipada pelo conhecimento emancipatório.



No que tange a relação de socialização e desenvolvimento humano, quando internaliza a relação de produção e conhecimento para a reprodução social, o idoso tem suas representações ideológicas dominantes ao adquirir novas habilidades, ajustando-se às transformações.

O empreendedorismo requer muito mais, criatividade e experiência somadas ao conhecimento, que a atividade física, para produzir. Trata-se de um assunto complexo e subjetivo, pois aborda mais que a sociologia e a antropologia, absorvendo também a análise dos fatores psicológicos deste idoso- envolvendo a cognição, memória, aprendizado e estado afetivo.

Beres (2002, p.68), cita Neres, quanto ela comenta que:

“A possibilidade das mudanças de caráter funcional e estrutural, no tocante aos aspectos biológico, sejam influenciados por fatores de ordem social, comportamental e cultural “ (Apud, “Envelhecer num país de jovens”, UNICAMP, 1991).

A autora sugere que atividade intelectual constante favorece aprendizagem criativa, além de conhecimento e habilidades. Da mesma forma que o psiquiatra Paulo Mattos (Jornal Brasileiro de Psiquiatria, nº 42, 1993) entende que declínio de funções cognitivas não é característica do envelhecimento.

A socióloga Lia Marcia G.A. Farath, fundamenta a nossa visão da autonomia e variáveis produtivas dos idosos, quando:

“... Grande parte destes idosos do sexo masculino, após parar de trabalhar por quaisquer motivos, fica com seu tempo ocioso, predispondo a apatia e alienação, bem como aos estados depressivos. As idosas, por sua vez, permanecem nas tarefas doméstica, além de administrar a casa, mantendo-se ativa e atuante”. (“Envelhecimento e Inserção no mercado de trabalho”, SP, Revista Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, 1989).

A reprodução social do idoso esta alinhada ao reconhecimento social contribuindo para sua independência ativa. Nesta perspectiva, processo de adaptação aos novos valores e necessidade de programas de capacitação, são variáveis de transformação para o direcionamento empreendedor. Em paralelo, outra análise pode ser feita, diante da escolha empreendedora, no planejamento de uma nova carreira profissional, diferente daquela que deu origem ao status profissional, quando da inserção no mercado de trabalho, muitas vezes vítima de *armadilhas profissionais*, ao não explorar a verdadeira vocação profissional e pessoal, levando a optar pela referência salarial.

O empreendedorismo é parte da reprodução social, baseado em vocação e aceitação do potencial produtivo do idoso, de acordo com sua condição humana, como procede em em outras faixas etárias.

O trabalhador idoso, são pessoas de aspectos sócio-psicobiológicos, verificados em sua capacidade produtiva, autonomia física e psicológica, inseridas na sociedade como cidadãos e sujeitos livres; contemplando a condição de decidir, pensar e criar. O idoso, em relação a suas possibilidades potencializadas, viabiliza conhecimento e aprendizado, além da capacidade de desenvolver novas habilidades com discernimento vocacional e possibilidades empreendedoras. Este idoso deixa de ser mercadoria e sai da alienação aperceptiva, resultante da alteridade do jovem do estigma da insegurança: deixa de ser explorado, quando percebe a sua capacidade total.

2.1. O sujeito idoso com liberdade de ação, no processo de transformação.

A liberdade de ação do idoso é um processo que exige adaptação e aprendizado frente a novos paradigmas sociais que estão sendo construídos, diante da inserção social através do empreendedorismo. O estigma social em relação aos idosos é o de pessoas ultrapassadas pelo tempo, com aparência castigada pelas rugas e corpo deformado pela falta de exercícios.

A modernidade, através do próprio envelhecimento da sociedade, tenta, cada vez mais, construir novos paradigmas nas relações com as pessoas envelhecidas. Todavia, infelizmente, ainda é uma minoria que tenta mudar esta relação. Reconhecemos que existe uma raiz cultural, onde os próprios idosos são responsáveis por esta discriminação, adotando comportamentos de isolamento do grupo mais jovem ou desacreditando de sua própria potencialidade.

Moody (Apud Cachioni e Neri 2004), analisa os principais paradigmas da Antítese do conhecimento na velhice:

“ a) A rejeição fundamentada na visão negativa da velhice, em relação à sociedade, por ser uma pessoa dependente e improdutiva, é desnecessário o novo aprendizado; b) A participação do idoso na capacitação é/ou em cursos, é visto como um entretenimento e a possibilidade do contato social; c) O idoso é tratado como ser passivo, portanto, a retomada das carteira escolar passa a ser desnecessárias.”

Segundo as autoras, estes paradigmas sociais levam o idoso a desenvolver forte desaprovação de suas crenças pessoais que vão contra as normas culturais. Tais estigmas sociais, frequentemente, levam à marginalização.

Goffman (1985) distingue três tipos de estigma:

“as deformações físicas, características e alguns desvios de comportamento e estigmas grupais ou tribais. Neste caso nos referimos ao estigma social, relacionados com a pertença a um grupo predominante, a alteridade com o jovem.”

São reações que, de certa forma, levam estas pessoas idosas ao conflito, o qual, para Santos (1996,p.33),

“ Serve, antes de mais, para vulnerabilizar e desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes e para olhar o passado através do sofrimento humano que, por via deles e da iniciativa humana a eles referida, foi indesculpavelmente causado. Esse olhar produzirá imagens desestabilizadoras susceptíveis de desenvolver a capacidade de espanto e de indignação e a vontade de rebeldia e de inconformismo. Essa capacidade e essa vontade

serão fundamentais para olhar com empenho os modelos dominados ou emergentes através dos quais é possível aprender um novo tipo de relacionamento entre saberes e, portanto, entre pessoas e entre grupos sociais. Um relacionamento mais igualitário, mais justo que nos faça aprender o mundo de modo edificante, emancipatório e multicultural.”

Na mesma direção, encontramos, no sociólogo francês Alain Touraine, o entendimento de uma modernidade contra valores e paradigmas tradicionais.

O desenvolvimento da modernidade, segundo Touraine, fez com ocorressem transformações ao longo do processo, surgindo problemas de interesse público, desigualdade social, insegurança econômica, impactos ambientais e tensões, que desafiam instituições políticas pressionando em favor de estratégias de subjetivação; para o sociólogo (2006, p. 166) , o processo de subjetivação é *“a construção, por parte do indivíduo ou do grupo, de si mesmo como sujeito”*, esta seria uma das marcas da sociedade contemporânea.

Para Touraine, a subjetivação pode ocorrer no contato com outros sujeitos, como nos novos meios de interação social, nas intervenções de mediadores, práticas educativas, etc., projetando o *sujeito* para o centro da análise sócia, diante de novos modelos de vida pessoal e autônoma.

Em Touraine (1994, p.240),

“A relação amorosa que separa os determinismos sociais, que dá ao indivíduo o desejo de ser ator, de inventar uma situação em vez de conformar-se a ela e principalmente que o leva a um empenho absoluto suficiente para não ser apenas de ordem social, para se afastar de condutas de consumo e de adaptação, tão fortes nas relações interpessoais que não são transformadas pelo amor ou pela amizade”.

Mantendo o norte da discussão - a reprodução social do idoso - , no que tange a status e renda, apoiamos Touraine, em sua reflexão sobre a subjetivação; no nosso entendimento o idoso dificulta seu desenvolvimento como sujeito livre, tornando-se passivo e alienado frente a sua capacidade de liberdade de ação, devido a receio e pessimismo decorrentes da própria pessoa, com a subjetividade sobreposta ao racional.

Neste contexto, a subjetividade assume, na visão de Touraine, papel relevante no quadro de (re) socialização.

“A subjetivação é a penetração do Sujeito no individuo e, portanto, a transformação parcial do individuo em Sujeito. O que era ordem do mundo torna-se princípio de orientação das condutas. A subjetivação é o contrário da submissão do individuo e valores transcendentais: o homem se projetava em Deus; doravante, no mundo moderno, é ele que se torna o fundamento dos valores, já que o princípio central da moralidade se torna a liberdade, uma criatividade que é seu próprio fim e se opõe a todas as formas de dependência” (1994, p.222).

Sociedade civil: Sujeito idoso com liberdade de ação, no processo de transformação : Subjetivação

Autonomia de escolha :

□ Individuo :

Supre as necessidades naturais e materiais

□ Sujeito :

transforma o individuo através das relações sociais

□ Ator Social :

Vive seu interesse (Aquele que modifica).

Fonte : Alain Touraine (1994), Texto " Crítica da modernidade", adaptado por Oliveira, JBE, 2014

A alteridade com o jovem deve acontecer não como processo de alienação e/ou acomodação do sujeito idoso:

“ É através da relação com o outro, como sujeito, que o indivíduo deixa de ser um elemento de funcionamento do sistema social e se torna criador de si mesmo e produtor da sociedade.” (Touraine, 1994, p. 240).

Portanto, em nossa concepção, a presença do sujeito idoso na sociedade moderna é a antítese dos estigmas criados pela sociedade como um todo. Isto é verificado através da sua capacidade de aprendizado, quando do desenvolvimento de novas habilidades representadas pela vocação e possibilidades empreendedoras.

O idoso é capaz de ser produtivo e empreendedor, quando deixa de ser mercadoria, ou consegue neutralizar a alienação fundada na percepção de que é estigmatizado pela sociedade. Nossa ideia é afastar a exploração, ao se torna-lo

proprietário dos resultados de sua autonomia com liberdade para agir, através do processo empreendedor.

Ao compreender Touraine, divisamos a transformação do indivíduo idoso, que busca apenas satisfação de suas necessidades vitais, passando a utilizar de sua capacidade produtiva interferindo e transformando seu meio, combinando razão instrumental e imaginação criadora e assim, rompendo com a sobreposição de uma e outra pessoa ou entidade civil ou determinações do Estado.

A Previdência Social é um seguro que garante uma aposentadoria ao contribuinte quando ele pára de trabalhar. Para ter direito a esse benefício, o trabalhador deve pagar uma contribuição mensal durante um determinado período ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O tempo de contribuição varia de acordo com o tipo de aposentadoria ⁷.

Em nossa opinião o idoso não precisa viver subjugado ao Estado, aceitando as migalhas sociais e recebendo o rótulo de ser incapaz, frente a esperança de uma medíocre aposentadoria para ser feliz.

Dessa forma, consideramos que a concepção de ser sujeito idoso, é ... *a liberdade no cenário do determinismo social, cultural e econômico, pois a liberdade é a resistência ao domínio crescente do poder social, sobre a personalidade e a cultura* (Touraine, 2003, p. 24).

- a) Para que o idoso seja capaz de ter sua autonomia, no mundo capitalista, é fundamental que revele as suas dimensões de desejos e vontades, em outras palavras, expresse a verdadeira causa da sua condição de *sujeito*, se transformando, através das relações sociais e sendo *ator social*, ao viver seu interesse, e modificando a sociedade.
- b) Demonstrar capacidade de produzir, não ficando apenas no imaginário de ser capaz ou em lambranças do passado.

Em Touraine (1994, p. 243), esta expressa a dominação do homem pelo homem.

⁷ Os valores de contribuição variam conforme os salários e o tipo de trabalhador: Para os trabalhadores com carteira assinada, os valores de contribuição variam conforme os salários, sendo que a alíquota é maior quanto mais elevado for o recebimento mensal. A aposentadoria por tempo de contribuição pode ser integral ou proporcional (variando de acordo com o tempo e o valor da contribuição). Para ter direito à aposentadoria integral, os homens devem contribuir por pelo menos durante 35 anos, e as mulheres, por 30 anos. Para ter direito a aposentadoria proporcional, o trabalhador tem que ter tempo de contribuição e idade mínima. Os homens podem requerer a partir dos 53 anos de idade e 30 anos de contribuição. As mulheres devem ter a idade mínima de 48 anos e 25 anos de contribuição.

Touraine (1994), alerta para que nenhum indivíduo ou grupo seja submetido, como um instrumento ao serviço de outro. O sujeito é entendido como ser de mudança e liberdade, não apenas individual, mas também coletivo, como agente nos movimentos sociais, resultando na democracia:

“O mal é a dominação do homem sobre o homem e sua transformação em um objeto ou em seu equivalente monetário. Entre a lógica do bem e do mal aparecem desde que uma conduta é social, isto é, desde que ela visa modificar o comportamento de outro ator e, portanto, aumentar ou diminuir sua capacidade de ação autônoma” (Touraine, 1994, p. 244).

Touraine (1994),

“parte da crítica à sociedade contemporânea, para introduzir sua discussão sobre a democracia, cuja base é a luta por direitos. A democracia desponta como projeto societário que pressupõe três elementos: a) o reconhecimento dos direitos humanos fundamentais; b) a consciência da cidadania; c) a representatividade dos dirigentes políticos “.

Para nós é a perspectiva das políticas públicas, permitindo a participação da sociedade, no caso deste texto, sociedade envelhecida.

Uma sociedade que envelhece e se transforma, requer análise mais profunda sobre o que é prioridade para o sujeito idoso: reconhecer sua possibilidade de ser indivíduo, cidadão e sujeito, sua capacidade de produzir, criar e empreender. Além disso, situá-lo nos movimentos sociais culturais, cuja fonte são os sujeitos, componentes indissociáveis do processo democrático, ou seja, o ato de reproduzir socialmente, independente de raça, cor, sexo ou idade.

A criação de espaço público é parte da democratização da vida social do idoso. É através do fortalecimento sociedade civil e da sociedade política que surge a liberdade de ação, quando a sociedade, como um todo, exerce influência sobre o Estado ou naqueles que tentam nos alienar.

Ao examinar possibilidades do idoso na modernidade, foco de renda e status, tema que se destaca no idoso para ser sujeito, a reprodução social esta empenhada em ter um olhar não só humano para esse geronte, mas para sua autonomia, quando possibilita sua inserção no mercado de trabalho ou em novos modos de produção - digo, a autonomia diante da sociedade moderna e o desenvolvimento do país numa sociedade envelhecida.

O que melhor define a modernidade , para Touraine , não é o progresso das técnicas, nem o individualismo crescente dos consumidores, mas a exigência de liberdade e a defesa contra tudo que transforma o ser humano em instrumento, em objeto, ou em absoluto estranho (1994, p.245)

No processo da reprodução social, defendemos a existência de uma categoria de trabalhador e empreendedor, bem como de uma nova força produtiva formada por células de trabalho, ou pequenos negócios, relacionando-se em cadeias produtivas, servindo o mercado interno e externo, conforme sua especialidade.

Trata-se do reconhecimento da capacidade humana em utilizar as habilidades individuais do sujeito livre e autônomo. É a concepção do paradigma que relaciona combinação da *essência da vocação e capacidade de produzir* e os meios de produção : Empreendedorismo.

Neste sentido, a idéia é investir num conjunto de forças produtivas , envolvendo condições técnicas, sociais e mentais desse sujeito idoso, livre para agir e pensar, longe de alienação e conformismo.

Buscamos um significado diferente de modos de produção e forças produtivas, voltado a promoção da satisfação direta de necessidades empreendedoras, ou seja , algo mais que trabalho material e imaterial, para que haja a liberdade de criar e pensar.

É um conceito que neutraliza a classe dominante , quando esse modelo de produzir , sem utopia , descaracteriza salario como troca de mercadoria ou o trabalho compulsivo, numa cadeia produtiva que não coisifica o ser humano, independente de raça, idade ou sexo. Todos são capazes enquanto individuos e sujeitos, sem necessidade de classe dominante , podendo agir com satisfação pelo que faz, sem necessidade de representar.

Pensamos numa categoria produtiva capaz de viabilizar diferentes formas de renda, permitindo desenvolvimento e transformação permanente, sem fazer parte do cenário hegemônico que leva o sujeito a alienação e/ou a alteridade. Para tal, os sujeitos devem integrar ou permitir a integração aos elementos importantes do relacionamento como, por exemplo, a liberdade de comunicar-se, seja através de novas ferramentas produtivas ou do inter relacionamento entre diferentes camadas sociais, divulgando e disseminando novos paradigmas sociais.

O informacionismo entra na categoria da comunicação em rede e a qualquer momento estas ideias deixam de ser utópicas, passando da subjetividade para a realidade, condição para desenvolver pensamento e conduta social, além da mobilização, forte determinante das ações sociais.

O sujeito idoso não precisa mais utilizar de seus músculos como condição para produzir. A nova forma de produzir são redes de negócios, que ligam departamentos de grandes empresas a parceiros de alianças estratégicas e produtos específicos, para a função de tempo e espaço, entre grandes empresas e respectivas redes (Harrison, 1996, In; Castells).

A modernidade triunfa com a ciência, desde que condutas humanas sejam reguladas pela consciência e não mais por conformidade :

“Aqueles que querem identificar a modernidade unicamente com a racionalização não falam do Sujeito a não ser para reduzi-lo à própria razão e para impor a despersonalização, o sacrifício de si e a identificação com a ordem impessoal da natureza ou da história. O mundo moderno é, ao contrário, cada vez mais ocupado pela referência a um Sujeito que está libertado.” (Touraine, 1994, p. 219).

As leituras antropológicas e sociais que se ajustam nesse estudo, principalmente das inter relações entre cultura e modernidade, fazem do *indivíduo* idoso mais que simples receptor - portador de hábitos, mas *sujeito* , agente de mudança nos processos produtivos e, como *ator social*, empreendedor, propulsor da dinâmica capitalista; o Estado não deve mais interferir na vida desses cidadãos, punindo-os com defasadas políticas públicas.

O sujeito idoso ,quando se torna livre , é capaz de reproduzir socialmente, através de renda e trabalho , e não precisa estar subjugado pelas mazelas do serviço público, nem subordinado a políticas partidárias, manipuladas pela economia neoliberalista.

Numa rápida análise sobre envolvimento dos governos sub nacionais (estados e municípios) e relação com a sociedade civil (empresas, sindicatos, etc.), é importante integração política e econômica para o capitalismo moderno .

Para Santos (Apud, Boyer 1992,p.12), o capitalismo enquanto modo de produção, tem quatro trajetórias : a) capitalismo mercantil (EUA, Inglaterra, Canadá, Nova Zelândia e Austrália), mercado é a instituição central > relações sociais, mercado de trabalho e políticas publicas; b) capitalismo social democrático (Suécia, Áustria,

Noruega, Alemanha),: consertação social entre parceiros sociais (Patrões, trabalhadores e estado); c) capitalismo Mesocorporativo (Japão) ; liderado pelas grandes empresas com ajustamento econômico através de bancos. São altos os índices de formação profissional fornecidos pelas empresas; d) capitalismo Estatal(França, Itália, Espanha) , restringe-se às economias dos países centrais, é a intervenção estatal (Fraca formação profissional, mercado de trabalho altamente regulado, elevada proteção social, fraca ideologia do mercado e organização dos parceiros).

Essa questão interage frontalmente em reprodução social e poder decisório, no que se refere ao transnacionalismo e sub nacionalismo, movimentos paralelos cujos mecanismos são capazes de lidar com efeitos de globalização e modernidade.

A análise da situação do idoso , nesse sentido, diante do capitalismo moderno caracteriza o atual cenário econômico. Lembro que a população envelhece e as taxas de fecundidade reduzidas levam à busca de alternativas que compartilhem com o futuro da modernidade.

Neste sentido, o pressuposto básico é a possibilidade dos homens se reproduzirem socialmente transformando seu destino. O modo social de fazê-lo é viabilizar modos de renda , quando sujeitos se relacionam em cadeias produtivas , possibilitando troca e consumo .

Hoje, a sociedade contemporânea forma cidadãos transformados em sujeitos evoluídos e capazes, aptos a superar toda e qualquer adversidade e ,nesse processo, os organismos procuram se adaptar ao ambiente, criando formas mais complexas e avançadas de vida.

A Reprodução Social é a dinâmica do modo de produção necessária à sobrevivência do indivíduo na sociedade que , através de sua consciência, transforma a natureza e modifica sua própria realidade.

É o ato que transforma o sujeito em sujeito livre. Nesse caso trabalho e renda para nosso sujeito idoso possibilitam o desenvolvimento de suas capacidades humanas - forças produtivas e das relações sociais.

Nesta linha de raciocínio, é importante incorporar a discussão do conhecimento como variável no processo de reprodução social, de modo constante , que ocorre no desenvolvimento humano e, através de influências psicobiosociais, novas competências são viabilizadas para atingir metas e propósitos.

Para Ramozzi/ Chiarottino (Apud Chiabai, 1990, p. 3), as teorias do conhecimento do educador Jean Piaget, ao explicar como se desenvolve a inteligência nos seres humanos, definem a inteligência como capacidade de raciocinar logicamente, compreender ou aprender . O conhecimento é informação adquirida na vivência, ao longo do desenvolvimento humano : experiência.

Ainda para o autor ,

“... a inteligência para Piaget é o mecanismo de adaptação do organismo a uma situação nova e de forma contínua, se adaptando ao mundo exterior. Os indivíduos se desenvolvem intelectualmente a partir de exercícios e estímulos oferecidos pelo meio que os cercam, buscando um aperfeiçoamento de potencialidades.”

Desse modo, podemos entender que transformação é possível através de conhecimento e inteligência , levando o idoso a autonomia.

Retomando Alain Touraine :

“Não existe modernidade sem racionalização: mas também não sem formação de um sujeito no mundo que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade. Não confundamos a modernidade com a moda puramente capitalista de modernização” (1994, p.215).

2.2. Uma rápida crítica em relação ao idoso, como Homem Social, no processo da Reprodução Social :

Segundo José Pastore, professor de relações do trabalho da FEA-USP, texto publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, 06 de maio de 2014, a revista *The Economist* apresentou análise do envelhecimento da população mundial (*Age Invaders*, 26/04/2014) e, diante deste impacto populacional, principalmente no campo do trabalho, o Brasil deve se precaver em relação a ações futuras. Como diz Patore, *os idosos são menos produtivos, porem nos países desenvolvidos, as pessoas acima de 60 anos estão trabalhando há muito tempo, aumentando o índice de ocupação :*

***Índice de ocupação das pessoas acima de 60 anos países
Americano e Alemanha***

<i>Países</i>	<i>Ano 2000</i>	<i>Ano 2014</i>
<i>Estados Unidos</i>	<i>13%</i>	<i>20%</i>
<i>Alemanha</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>

Fonte : José Pastore, Jornal o Estado de São Paulo, 06.05.2014

Nesta tabela são pessoas de 65, 70 e 75 anos de idade, ou até mais, que continuam em atividade e que gostam do que fazem. Nesta análise, para Pastore, os idosos com melhor educação formal têm nível de produtividade alto por que suas atividades se baseiam mais no conhecimento do que na musculatura.

Desta forma ganham mais, poupam bastante e dão menos despesas ao estado. Na França, como cita o professor, muitos idosos de 80 anos são ativos e poupam 134 % mais do que pessoas de 55 ou 60 anos .Pastore entende que o conhecimento prolonga a vida profissional dos idosos.

Na tabela seguinte, na visão do Professor José Pastore , pode ser verificada a relação de trabalho e educação, comparando Estados Unidos e Europa:

***Relação entre trabalho e educação, para as pessoas acima
de 60 anos, na Europa e Estados Unidos.***

<i>Países</i>	<i>Ensino Médio</i>	<i>Ensino Superior</i>
<i>Estados Unidos</i>	<i>32% continuam trabalhando</i>	<i>65 % continuam trabalhando</i>
<i>Europa</i>	<i>25% continuam trabalhando</i>	<i>50% continuam trabalhando</i>

Fonte : José Pastore, Jornal o Estado de São Paulo, 06.05.2014

Pastore considera de grande importância o significado desta relação entre trabalho e educação, pois esses idosos estão longe de tornarem-se um fardo pesado e improdutivo para a sociedade.

No Brasil, a proporção de homens e mulheres idosos no mercado de trabalho é baixa em relação a outros países, conforme pode ser analisado na tabela a seguir, onde a proporção da inserção do idoso no mercado de trabalho subiu muito pouco no período entre 1992 a 2012.

Relação entre trabalho e educação, para as pessoas acima de 60 anos, na Europa e Estados Unidos.

<i>Países</i>	<i>Ensino Médio</i>	<i>Ensino Superior</i>
<i>Estados Unidos</i>	<i>32% continuam trabalhando</i>	<i>65 % continuam trabalhando</i>
<i>Europa</i>	<i>25% continuam trabalhando</i>	<i>50% continuam trabalhando</i>

Fonte : José Pastore, Jornal o Estado de São Paulo, 06.05.2014

Para aqueles trabalhadores idosos com nível de conhecimento e educação, houve aumento de 3% para 9% neste período. Outro fato importante nesta reflexão, apontado por José Pastore, é a grande diferença entre os idosos brasileiros em relação aos americanos e europeus.

Tais informações alinhadas aos nossos propósitos de inserir o idoso no processo empreendedor merecem cuidadosa análise: em 2012, 27% dos idosos brasileiros eram analfabetos e, cerca de 40% tinham quatro anos de escola e apenas 9% tinham curso superior completo ou incompleto.

Sendo assim, com o conhecimento de nossos idosos, ou a educação, como explica Pastore, consideramos imprescindível a ação das políticas públicas, no sentido de melhorar o ensino, não só para a sociedade envelhecida, mas também para os

jovens, futuros idosos, que vão trabalhar na sociedade do conhecimento. O mercado de trabalho, para qualquer faixa etária, exige versatilidade, senso comum, agilidade mental e domínio de tecnologias modernas.

Em Santos (2000) ,

“O senso comum do conhecimento, Caminha junto a trajetória, funde o emocional, pratico e intelectual. Na critica da razão a ciência moderna é um salto qualitativo do conhecimento do senso comum, para o conhecimento científico”

Em nossa concepção , a reprodução social da sociedade envelhecida representa um desafio que se inicia na educação básica , com a consequente renda atuando diretamente na qualidade de vida, assim diminuindo despesas para os sistemas de saúde e previdência social. Outro alerta : em 2040, os idosos serão 30% da população brasileira.

Sem perder de vista o sujeito idoso com liberdade de ação, no processo de transformação, o macro sistema sócio econômico ,de modo consciente ou inconsciente , gera processo patológico de conflito entre personalidade individual e personalidade social, colocando em risco a integridade da pessoa.

O idoso, despreparado para as adversidades , diante de inúmeras informações distorcidas e pressões sociais competitivas no dia- a - dia, bem como leis e ações ocultas do capitalismo, é levado à subordinação inconsciente, que cria padrões de conduta às mentes coletivas, buscando objetivos comuns de sobrevivência, colocando em risco sua personalidade e potencial produtivo, na alienação ou, como mencionado anteriormente, no analfabetismo funcional.

A pessoa alienada perde individualidade e danifica sua capacidade de enfrentar desafios, ao se sentir excluída pelo poder capitalista, quando este se apodera de sua fragilidade.

Estamos tratando de um desequilíbrio injusto em relação à força produtiva pois a trajetória socioeconômica é desconectada de compromisso publico e cidadania, tais como o pleno emprego e distribuição equânime da renda nacional. O resultado é enfraquecimento do setor produtivo e, sobretudo, a desvalorização do individuo. Todavia, no nosso entender , existe um poder interno em cada pessoa, definido pelos seus interesses próprios que chamo de força subjetiva. Tal força, também move sua autonomia.

Sob a ótica antropológica e social , ao fazer uma breve critica de cada periodo economico no cenário histórico , a reprodução social, focada na sobrevivencia e

status social, sem esquecer a preservação da espécie , desenrola na organização produtiva primitiva e estrutura familiar , normalmente chefiada pela pessoa mais velha, dada a tradição sustentada pela experiência e respeito.

O Feudalismo, com pensamento medieval, tinha a estrutura social dominado pelo Estado, com predomínio das doutrinas da Igreja católica e do rei, e reunia na sociedade, o senhor feudal e os servos, com relação de dependência ao amparo , proteção e submissão.

Nos primórdios do capitalismo surge a era industrial e a produção em massa, anulando o homem livre , tornando-o alienado, neutralizado no ato de pensar e criar. O trabalhador *habitado* a produzir grandes quantidades ,alem de ser mais uma peça no processo manufaturado, é resumido num analfabeto funcional .

Para Botelho ,(2008) 8.

“ O Analfabetismo Funcional constitui um problema silencioso e perverso que afeta as empresas. Não se trata de pessoas que nunca foram a escola. Elas sabem ler, escrever e contar; chegam a ocupar cargos administrativos, mas não conseguem compreender a palavra escrita. São pessoas com formação universitária e exercendo funções – chave em empresas e instituições tanto privadas quanto públicas. A queda da produtividade provocada pela deficiência em habilidades básicas resulta em perdas e danos porque são pessoas que não entendem orientações sobre o processo produtivo, procedimentos de normas técnicas e negligência valores da organização empresarial “.

2.3. As novas competências na dinâmica da produção e (re) produção :

A dinâmica da competência, na reprodução social, enquanto novas possibilidades de renda ao idoso, consideram sua potencialidade para autonomia funcional e cognitiva, frente à adversidades socioeconômicas, inerente a sua sustentabilidade. A própria história da revolução industrial explica que o processo de mudança é cíclico e sempre interferiu nos modelos produtivos e, conseqüentemente, nos valores do homem.

8 Paulo Augusto de Podestá Botelho é Professor e Consultor de Empresas para Programas de Engenharia da Qualidade, Antropologia Empresarial e Gestão Ambiental. Membro da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (.www.paulobotelho.com.br).

O processo de mudança social causa impactos relevantes, tanto no modelo social existente, como no próprio comportamento do indivíduo que vive a situação, dando idéia de caos social. O homem consegue retomar o equilíbrio e adaptar-se a condições impostas pelo meio: o idoso faz parte deste processo.

A economia capitalista está se tornando consciente da transformação social e sabe que o mundo está envelhecendo. A discussão da longevidade é evidente no meio político e empresarial, através de diferentes movimentos que contribuem para a inclusão das pessoas com faixa etária acima dos sessenta anos.

A partir dessa análise, a percepção do idoso, em relação a si próprio e a sociedade, é responsável por grande parte das dificuldades apresentadas nesta faixa etária, além das questões que envolvem políticas públicas, no que se refere a necessidades básicas de sobrevivência.

As maneiras distorcidas com que os idosos avaliam a realidade e como a sua identidade é construída são, também, responsáveis por seu afastamento social.

Pamela Cox, (2011), esclarece novas possibilidades do mercado de trabalho e de renda, em cujos fatos apresentados é possível tecer algumas considerações sobre condições sócio econômicas chegando, até, a previsões preventivas:

“Com a diminuição das taxas de mortalidade infantil; o aumento da expectativa de vida e a variação na taxa de fecundidade é visível a alteração da distribuição etária da população idosa; O período de transição demográfica com a maior presença proporcional de pessoas ativas (“Bônus demográfico”) é alta, fazendo entender um número de idosos no futuro mercado de trabalho, somados aos que continuaram na ativa; Segundo dados, a velocidade do envelhecimento no Brasil é maior em relação ao ocorrido nos países desenvolvidos, devendo triplicar entre 2011 e 2031, partindo de 2010 onde a população idosa era de 20 milhões sobe para 65 milhões até 2050; O aumento da população idosa (49% em 2050) e a diminuição da população em idade escolar (De 50% para 29%) no mesmo período acarretaram equivalente pressões fiscais sobre os sistemas públicos de saúde, previdência e sistema educacional. Isso requer uma análise mais profunda do Estado nas questões das Políticas Públicas, pois as entidades sindicais já começam a manifestar junto às bases de trabalhadores essas como pautas reivindicatórias; Um fator importante que releva a presença dos idosos no mercado de trabalho é que a transformação estrutural do emprego leva a aposentadoria precoce, dessa forma, implicando na reforma previdenciária para frear a expansão dos custos com a aposentadoria; Em consequência ao item anterior ocorre o incentivo à informalidade, principalmente aqueles trabalhadores menos qualificados. A presença da informalidade representa a não contribuição do sistema de seguridade social durante a idade ativa. “

Essa situação justifica a necessidade de estudo mais apurado sobre produtividade e disposição de novas formas de renda no processo da reprodução social.

Obviamente, o destaque no investimento da educação dos envelhecidos é importante, dado o desenvolvimento de novas habilidades exigidas nas novas formas de trabalho e renda, tanto no âmbito material quanto no imaterial. Devem ser reformulados e adaptados à população idosa os modelos de ensino, dadas suas características mentais e cognitivas, diferenciadas dos grupos mais jovens; a produtividade, na população idosa, é item que merece investigação, em relação ao sistema econômico, dado o crescimento dessa faixa etária.

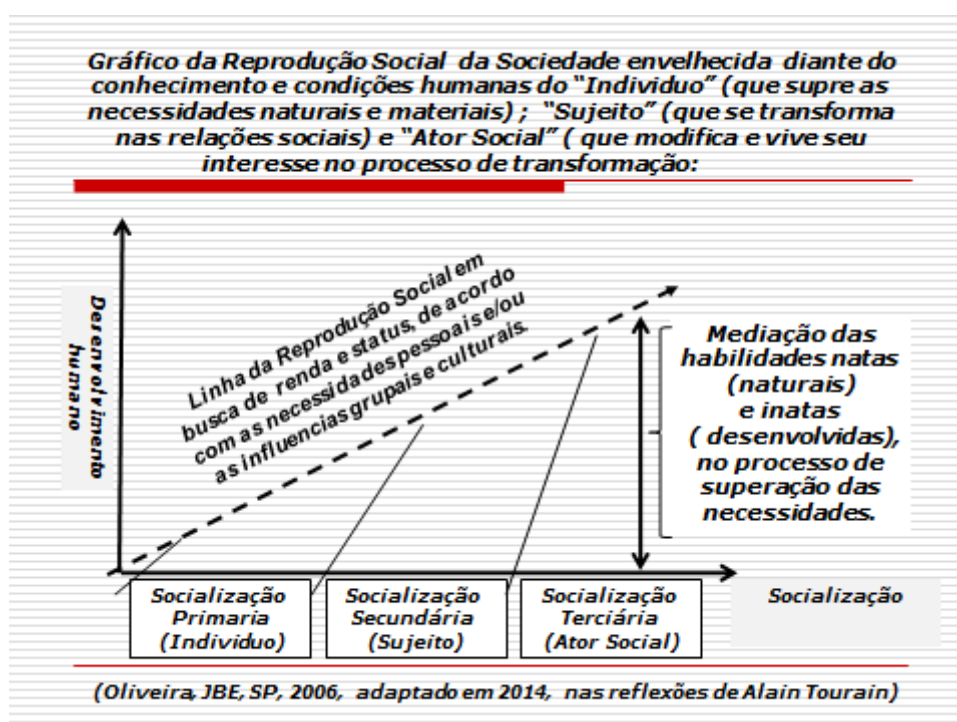
A investigação leva a análise sobre competitividade, lucro e investimento nas empresas: no que tange aos programas de treinamento interno e/ou externo nas empresas sugere expansão do investimento no capital humano idoso, reorientando o atendimento às suas necessidades; das implicações em políticas públicas decorrentes da entrada, ou permanência, dos idosos no mercado de trabalho, no aspecto da (re) socialização, merecendo especial atenção os sistemas de saúde, moradia e transporte, para a revitalização e adaptação a novos hábitos desses envelhecidos, bem como em relação às questões preventivas das mulheres jovens que perpetuam a espécie: mulheres idosas que, conforme estudos anteriores, superam homens idosos em condições ativas e na expectativa de vida; ainda, crianças no preparo de gerações futuras para sustentação econômica, enquanto contribuição à sociedade; o mercado de trabalho deverá estimular a participação na economia, em especial, do grupo das mulheres, dentro do chamado dividendo demográfico.

O cenário da globalização leva a profunda transformação nos diferentes setores culturais, econômicos e sociais, devendo receber olhar diferenciado dos governantes, incluindo competências individuais e, deste modo, há exigência de ajustes sócio econômicos no desenvolvimento focado na velocidade em que vem se desenvolvendo o processo demográfico de envelhecimento.

A sociedade moderna requer revisão de seus conceitos quanto a real capacidade do trabalhador com relação a ações empreendedoras e autonomia. Os movimentos sociais contra hegemônicos, como analisamos anteriormente, não são totalmente subordinados e dependentes do Estado.

A sociedade contemporânea transforma cidadãos em sujeitos evolucionados e capazes, aptos a superar toda e qualquer adversidade nesse processo, procurando adaptar-se ao ambiente, criando formas mais complexas e avançadas de vida.

O homem, ao reunir seus pares em organizações produtivas, em fabricas e /ou serviços , formando associações de pessoas especializadas, gera cadeias produtivas com ações transformadoras, reproduzindo-se, dessa forma , socialmente. Para facilitar a compreensão desse estudo, o gráfico que explica a reprodução social acentua a sociedade envelhecida , no qual , de modo contínuo, o desenvolvimento da pessoa é especificada a cada estágio de socialização. Dessa vez, optamos guiar nosso raciocínio , especificando na linha da reprodução social , a associação ao desenvolvimento humano as categorias individuo, sujeito e ator social, diante das reflexões de Alain Tourain, no processo de transformação :



A Reprodução Social é a dinâmica do modo de produção necessária à sobrevivência do individuo na sociedade, que através de sua consciência, transforma a natureza e modifica a sua própria realidade.

Desse modo, trabalho e renda, para nosso sujeito em estudo, possibilitam o desenvolvimento de suas capacidades humanas, das forças produtivas e das relações sociais; sem perder, contudo, o foco da exposição, a capacidade humana pode ser neutralizada pela alienação.

Na *Reprodução Social da Sociedade Envelhecida*, o processo ocorre com a adaptação do individuo ao longo da vida, utilizando mecanismos inerentes a sua estrutura psicobiosocial e a habilidades de transformação, sejam elas natas (primárias) ou inatas (aprendidas), através do potencial e capacidade de cada um.

Nessa dinâmica estão presentes a socialização, como processo contínuo de incorporação dos aspectos culturais e comportamentais decorrentes de aprendizados, e experiências, desenvolvidas em cada fase do desenvolvimento humano, submetido à interiorização de normas sociais e culturais.

A *primeira fase* da vida do indivíduo, na *socialização primária*, é interferida pela família, célula social, que aplica valores hereditários e de proteção da espécie.

Nesta fase, segundo Alain Berthoz (2003),

“ a socialização é viabilizada pela plasticidade cerebral, cuja capacidade de mapeamento das conexões das células nervosas ajuda no aprendizado diante das reações à medida que experimentamos mudanças no ambiente ou desenvolvemos uma habilidade, bem como criamos novos caminhos para a comunicação neural”.

A *segunda fase*, a *socialização secundária*, decorre da interferência de novos grupos sociais, como escola e outras associações, que assumem papel ativo na incorporação de aspectos culturais e comportamentais, aculturando o indivíduo através de valores secundários, constituídos de relacionamentos e interrelacionamentos, provocados pela troca de experiências relativas a cada grupo, reorganizando e mapeando os neurônios existentes.

A *terceira fase*, *socialização terciária*, ocorre através do desenvolvimento de papéis sociais e adaptação a normas, esperada pelo grupo, muitas vezes não pertinentes a vontade do indivíduo, onde este interage com novos status e destaques importantes na representação da curva de desenvolvimento da reprodução social.

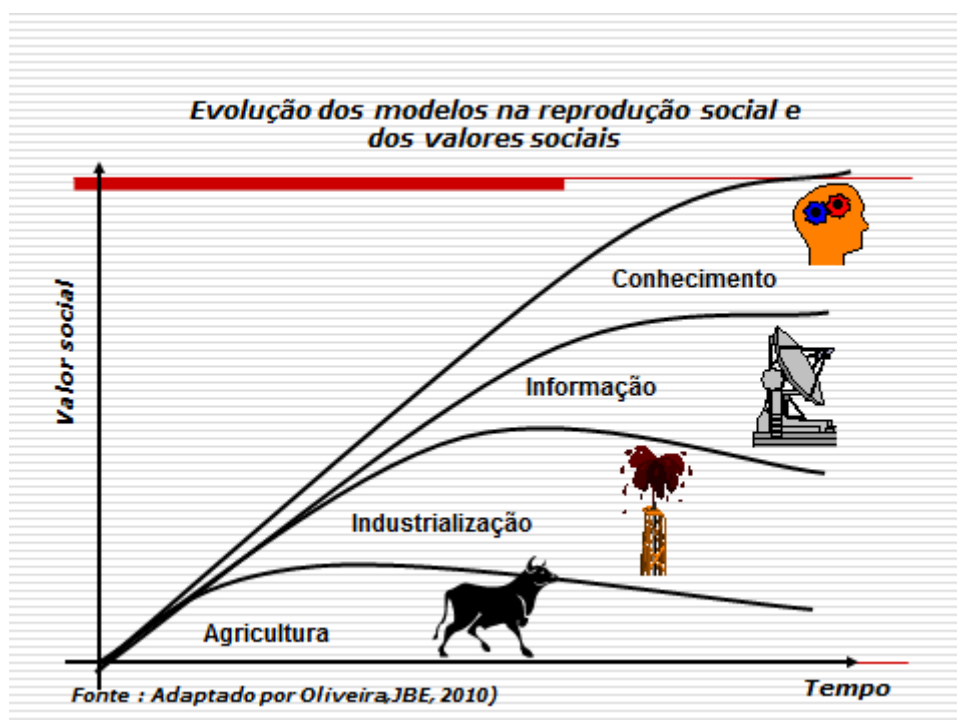
O processo de socialização permite que, sob a ótica global, sejam encontradas regras conduta para consciências individuais e grupais. *(Re) socialização* é a fase que nos interessa neste estudo, principalmente de indivíduos após os sessenta anos de idade, pois, mesmo quando adultos envelhecidos, aprendemos e nos adaptamos, reorganizando neurônios, permitindo que aprendamos, através da experiência com o mundo a nossa volta.

Para finalizar, a condição humana do idoso é o tema de discussão deste capítulo, quando trata da autonomia física e mental que leva ao empreendedorismo.

Citamos alguns autores que discutem possibilidades do envelhecido ser favorecido pelos processos mentais que levam ao intelecto, aprendizado e cognição, fatores de suma importância para estes idosos fazerem parte do cenário competitivo do capitalismo selvagem.

Capítulo 3: O Empreendedorismo e o conhecimento da sociedade envelhecida: “Um enfoque para o Envelhecimento Ativo”.

Uma característica do capitalismo brasileiro é a continua transformação da sociedade através de novas formas dos modos de produção e valores sociais, a exemplo da passagem da economia agrária para a indústria , informação e conhecimento .

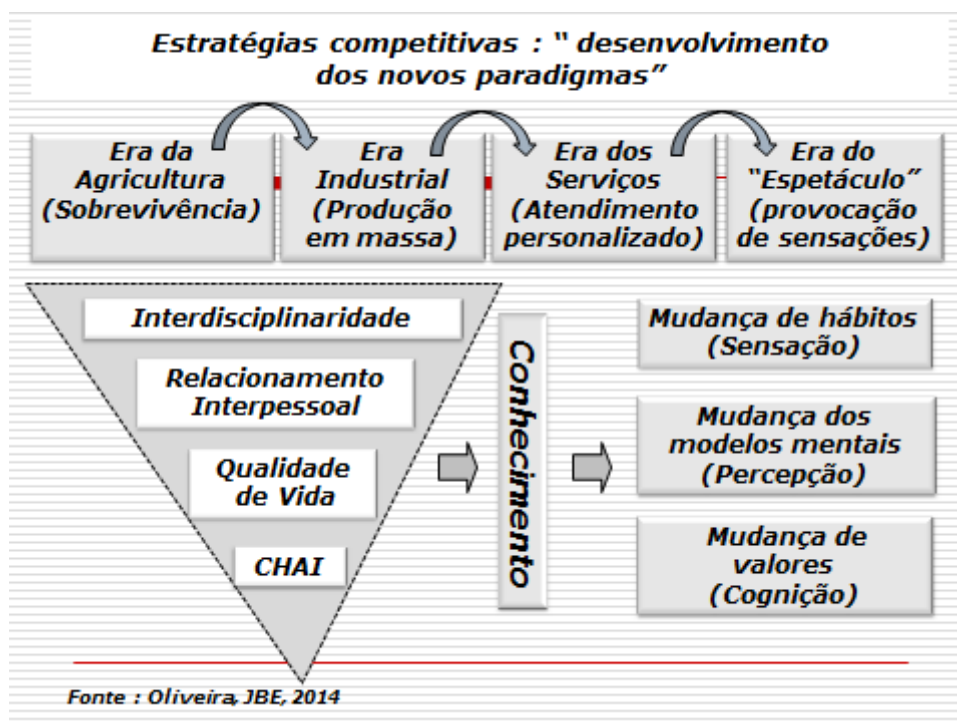


Tratamos de uma intervenção *globalizada*, cuja dinâmica interfere na força de trabalho e tal situação é observada na história , quando as primeiras indústrias chegarem ao Brasil , as maquinas foram acompanhadas por trabalhadores capacitados, mas tambem politizados ,desenvolvendo forte influência anarquista na organização dos trabalhadores brasileiros , com ação direta na forma da mobilização social e direitos trabalhistas.

A situação não é diferente no pós moderno, quando somos influenciados por outros modelos internacionais, seja nas leis ou nas praticas de negócios,inclusive no que tange ao conhecimento.

A ênfase ao empreendedorismo no Brasil, é conseqüência de mudanças tecnológicas e da competição economica , a exemplo de outros países desenvolvidos.

Esse processo interfere nos paradigmas existentes, modificando hábitos; leis e sistemas produtivos, políticos e a própria sociedade, como pode ser verificado nos estágios das *Estratégias competitivas : desenvolvimento dos novos paradigmas* :



Ao interpretar a figura acima a *Era da Agricultura* , cujo modelo produtivo se limitavam a sobrevivência do homem, foi seguido pela *Era Industrial* , focando na produção em massa; após, desenvolve a *Era dos Serviços* , com atendimento personalizado aos consumidores e, finalmente, a *Era do Espetáculo*, submissão alienante ao império da mídia⁹, em outras palavras a *Sociedade do consumo*.

⁹ Apoiada no trabalho do escritor Frances Guy Debord (1931-1994) sobre a sociedade do espetáculo, consequência das forças econômicas que dominaram a Europa após a modernização pós segunda grande guerra. O ponto central de sua teoria esta na alienação provocada pela sociedade do consumo ,através da submissão alienante ao império da mídia. É a consequência do modo capitalista de organização social que assume novas formas e conteúdos em seu processo dialética de separação e reificação da vida humana. Como uma constituição moderna da luta de classes, o espetáculo é uma forma de dominação da burguesia sobre o proletariado e do espetáculo, sua lógica e sua história, sobre todos os membros da sociedade. Debord mostra algumas estratégias que buscam resistir à alienação através da supressão ou derivação da realidade espetacular, destruindo os valores burgueses tal como a submissão ao mundo do trabalho (Fonte : Wikipédia, a enciclopédia livre).

O desenvolvimento dos novos paradigmas é apoiado na interdisciplinaridade, relacionamento interpessoal, qualidade de vida e nas competências individuais (CHAI : Conhecimento particularizado ; Habilidades; Atitudes e Interesse), que provoca formas distintas de conhecimento, consequentemente, levando a mudanças transformadoras das realidades individuais , as quais afetam transações comerciais e sociais no cenário econômico .

No Brasil , durante alguns períodos, mudanças ocorreram nos contextos sociopolíticos e culturais de desenvolvimento, como pode ser observado nas sequências de datas a seguir :

- a) No período de 1930 a 1980, com a dificuldade de absorver toda força de trabalho, ocorreu significativa quantidade de postos de trabalho informais, principalmente no mercado não organizado;
- b) Após 1980, a economia brasileira teve forte baixa produtiva e incapacidade de expandir postos de trabalho na mesma proporção que aumentava a população economicamente ativa ;
- c) Na década de 2001, ocorreu a expansão das ocupações, viabilizando a transformação social impulsionada pelo comportamento do mercado de trabalho e pelas políticas públicas;
- d) Nos últimos dez anos, os benefícios sociais foram melhorados, a exemplo do salário-mínimo subindo acima da inflação. O desemprego caiu para um dos patamares mais baixos do mundo (5,5%, segundo o IBGE) e o consumo ampliado dos mais pobres movimentou os negócios e lucros. Nessa onda , o Estado retomou as grandes obras de infraestrutura e abriu programas como o *Minha Casa, Minha Vida*.

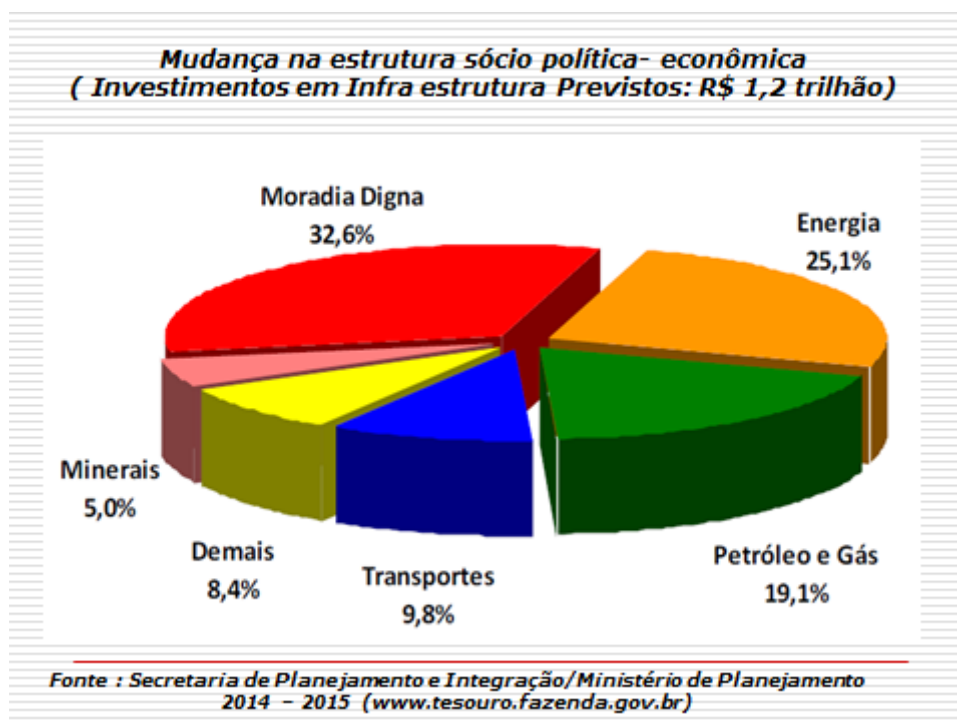
Este cenário, de certa forma, gerou conforto a sociedade e o foco social, político e econômico do Brasil, ficou inclinado a questões de rendimento e consumo.

Nas últimas décadas, a sociedade conviveu com intensa transformação no campo econômico, tais como plano real, regressão neoliberal, fortalecimento das classes populares e forte difusão e expansão do setor de serviços .

Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (2012, p.13), afirma que a queda da taxa de desemprego e a formalização dos empregos associados a queda da pobreza, fazem o país vivenciar o processo de transformação social .

Todavia, numa análise sócio econômica, alguns críticos entendem que , no Brasil, a falta de investimento na educação formal e ensino profissional , limita a modernização, além de diminuir a competitividade, e como o baixo desenvolvimento econômico, resulta num país subdesenvolvido.

Contrários a esta critica , nossos governantes, ao mexer na estrutura sócio política do país, investem em outras áreas e não atendem as demandas do conhecimento, como pode ser verificado no gráfico a seguir :



Outra questão é o desequilíbrio das políticas públicas direcionadas a ações e praticas econômicas, administradas pela política indecente do cartorialismo eleitoreiro, prejudicando as ações do Estado, quando esta é representada por políticos sem experiência técnica e muito *conchavo* , permitiram ocorrência de erros graves na economia, como a vulnerabilidade às crises asiática, americana e do mercado comum europeu.

Somos reféns da dívida interna e da alta de juros, e pela má gestão, custos são repassados para a sociedade que, por sua vez, reflete sua indignação com movimentos sociais que proliferam em diversas cidades do Brasil , com apoio do exterior aos protestos.

Os motivos passam a abranger uma variedade de reivindicações, como gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, má qualidade dos serviços e indignação com a corrupção política.

Nossa tese defende a transformação da sociedade envelhecida, presente e futura, utilizando sua capacidade produtiva, através de sua inserção no mercado de trabalho e abertura de negócios, onde, em ambas as situações são necessários empreendedorismo e conhecimento.

Tratam-se de modelos produtivos e processos de transformação que influenciam o desenvolvimento econômico do país e, para tal, é necessário um panorama futuro, não só baseado em críticas pessimistas, mas em perspectivas do que é possível no planejamento estratégico, no que tange a questões econômicas e sociais, em particular do idoso, que deverá ser maioria neste processo.

Para ter um foco na modernidade e um norte desta discussão, utilizaremos da análise de alguns períodos econômicos vividos pelo Brasil e as interferências internacionais, cujas informações pesquisadas e interpretadas, não seguem procedimento técnicos por estarem fora da área de especialidade deste pesquisador.

Em 2012, comparando aos anos anteriores, ocorreu pequeno decréscimo da dívida interna, vilã de um Estado endividado. Além da dívida interna, ressaltamos a dívida externa contraída pelas esferas federal, estadual e municipal, e pelo setor privado, feitos com bancos estrangeiros e instituições financeiras (FMI, Banco Mundial Etc.). De acordo com o relatório do Fundo Monetário Internacional - FMI, que publica regularmente o *World Economic Outlook* – WEO, em sua última publicação sobre o panorama econômico mundial, em abril 2014, observou-se :

- a) *O mundo em geral esta enfrentando um período de baixo crescimento, sequela da crise iniciado em 2008, remediado em parte pelo singular crescimento da China.*
- b) *A Zona do Euro continua com seu baixo crescimento, inclusive neste último ano de 2013 oferece um crescimento negativo de seu PNB.*
- c) *Norte América também apresenta um baixo crescimento, que não é maior graças ao relativo crescimento de México e Canadá. Os EUA continuam apresentando um pobre desempenho*
- d) *Em Sul América, Peru, Bolívia e Colômbia mostram crescimento de seus produtos acima da média de seus vizinhos. À Inversa, Venezuela, Argentina e Brasil apresentam um crescimento abaixo de seus vizinhos; inclusive a Venezuela mostraria um crescimento negativo no período 2014-2015.*
- e) *O nível dos preços (ao consumidor) em todo o período considerado mostra taxas de expansão razoáveis, exceto na Venezuela, onde a inflação aparece por volta de um 40%.*

*f) O saldo em transações correntes, relacionado com o PNB de cada um dos países, mostra taxas negativas para todos os países considerados, exceto Venezuela e Bolívia (seguramente por suas exportações de combustíveis).
g) O nível do desemprego apresenta-se relativamente elevado em todos os países, especialmente na Venezuela, Colômbia e Argentina.*

A situação atual e as tendências da economia são preocupantes, visto que, tanto produção quanto consumo estão paralisados, havendo sinais de que o volume dos investimentos (bolsa de valores, empréstimos bancários, investimentos estrangeiros e outros) está diminuindo. Tudo isto, por sua vez, deve fundamentar mudanças radicais, tanto nas políticas fiscal e monetária do país, como nas sociais, em curto e médio prazo.

Todavia, com as falhas da economia planejada dos governos, inflação explosiva; endividamento interno e externo e desvalorização cambial colidiram com expectativas de desenvolvimento nos próximos anos.

Nas perspectivas empreendedoras, com vistas na reprodução social, nossa intenção é lidar com a economia, baseado em diferentes fontes de órgãos nacionais e internacionais, de modo a tratar de maneira simples o direcionamento de nosso estudo nas projeções de trabalho e renda dos idosos no futuro.

Ao tratar da reprodução social da sociedade envelhecida, como referencia deste trabalho, o aumento populacional de idosos relacionado aos novos planos de negócios focados no empreendedorismo, temos, projeção do Brasil futuro, ser a 3ª maior potencia mundial, em até duas décadas, de acordo com estudos do pentágono, somente sendo ultrapassado pelos Estados Unidos e pela China ¹⁰.

Desta forma, podemos entender como perspectiva dos novos negócios com enfoque para “o envelhecimento ativo” nacional, um crescimento do mercado interno e as exportação brasileiras, pois abrem campos as diferentes cadeias produtivas lideradas pelo empreendedorismo, condição emancipatória do idoso, a partir quando utiliza da sua vocação, experiência e conhecimento.

Desta forma, podemos entender como perspectiva dos novos negócios com enfoque para o envelhecimento ativo nacional, um crescimento do mercado interno e das exportações brasileiras, pois abrem campos para diferentes cadeias produtivas lideradas pelo empreendedorismo, condição emancipatória do idoso, a partir quando utiliza da sua vocação, experiência e conhecimento.

¹⁰ Fonte: <http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-pesquisa/pesquisa-observatorios/grupo-de-pesquisa-em-economia-da-defesa>)

O Brasil envelhecido, para ver consumadas estas projeções, terá que ter como parceiro principal o diálogo entre Sociedade civil e Estado, nas propostas das políticas públicas e incentivos econômicos, com programas direcionados a efetiva realidade da população, sem perder em políticas partidárias.

Com o foco na Cidade de São Paulo-SP, por sua característica de megametropole: global e emergente, segundo dados da Prefeitura da Cidade ficou demonstrado que o universo de microempreendedores individuais cresceu 84%, chegando a mais de dois milhões de empresas, desse modo potencializada para o empreendedorismo. São empreendedores que por vocação, trabalham por conta própria e que se legalizaram como pequenos empresários, tendo visão empresarial: 69% declararam que os benefícios do registro formal foram o principal motivo para adesão ao MEI - Microempreendedor Individual ¹¹; a vontade de expandir seu negócio até se tornar uma microempresa também prevaleceu, em 70% dos entrevistados.

Os microempreendedores individuais que estavam na informalidade foram questionados sobre os impactos da formalização no desempenho de sua atividade. Os resultados foram favoráveis: 55% declararam aumento no faturamento; 54% declararam aumento nos investimentos; 52% declararam que passaram a ter maior controle financeiro, e 26% declararam aumento nas vendas para outras empresas.

Aumentou também o total de MEI que tiveram sucesso com empréstimo bancário: são 52% dentre aqueles que buscaram crédito. Bancos públicos são os mais procurados – 68% dos MEI, que buscaram crédito, o fizeram junto a instituições públicas.

Outro dado importante, nesse âmbito, é que, dentre os que procuraram bancos públicos, 50% tiveram sucesso na obtenção do crédito.

11 A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado. Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 40,40 (comércio ou indústria), R\$ 44,40 (prestação de serviços) ou R\$ 45,40 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo. Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

Considerando a necessidade de estimular, identificar e conscientizar a formalização dos municípios, e com o objetivo principal de fomentar a atividade empreendedora no Município de São Paulo, de pequenos negócios enquadráveis na figura do MEI, a Prefeitura Municipal de São Paulo articula ações e políticas públicas integradas, no âmbito da Administração Municipal, para beneficiar os microempreendedores individuais; Além de parcerias com outras esferas de governo e com a sociedade civil, visando à efetiva implantação dos instrumentos para a formalização desses empreendedores.

Este fato reúne o rumo da força de trabalho e renda, direcionada a todos os segmentos da sociedade, independente da faixa etária.

Comparando nosso país a outros, através de cálculo efetuado pela *Cia – The World Fact Book/ 2007*¹², o Brasil ocupa o 5º lugar como força de trabalho, que pode ser verificado no quadro da *Força de Trabalho no Brasil conforme Cia – The World Fact Book/ 2007*, levando em conta que tratamos também do futuro da população de idosos e envelhecidos, como força de trabalho ativa.

Quadro da força de trabalho no Brasil, conforme Cia – The World Fact Book/ 2007

<i>País versus posição no ranking de crescimento da força de trabalho</i>	<i>Força de trabalho (em milhões)</i>	<i>População (em milhões)</i>	<i>% da Força de trabalho</i>
1º <i>China</i>	798,0	1.321,9	60
2º <i>Índia</i>	509,3	1.129,9	45
3º <i>Estados Unidos</i>	151,4	301,1	50
4º <i>Indonésia</i>	108,2	234,7	46
5º <i>Brasil</i>	93,3	190,0	51
6º <i>Rússia</i>	73,9	73,9	52
7º <i>Bangladesh</i>	68,0	68,0	45
8º <i>Japão</i>	66,4	66,4	52
9º <i>Nigéria</i>	49,0	49,0	36
10º <i>Paquistão</i>	48,3	48,3	29

¹² The World Factbook fornece informações sobre a história, às pessoas, governo, economia, geografia, comunicação, transporte, militar, e as questões transnacionais para 267 entidades do mundo. O guia de referência inclui: mapas das principais regiões do mundo, bem como *Flags of the World*, um mapa físico do mundo, um mapa político do mundo, um mapa Mundial dos oceanos, e um tempo padrão zonas do mapa do mundo.

Quanto ao envelhecimento da população mundial, condição da modernidade, nos permite interpretar , comparando Brasil e Europa que , enquanto nos países do continente europeu resultaram em medidas econômicas e políticas sociais preventivas , no nosso país, para tais medidas, as autoridades pecam no planejamento dos municípios, estados e união . Atrasados na interlocução com órgãos e instituições específicos e experientes, para a condição futura do atendimento das demandas referentes às pessoas idosas.

Na arquitetura da globalização, apresentada pelo sociólogo contemporâneo Santos (2011) , a nova configuração dos sistemas produtivos e transações econômicas , de modo geral, esta influenciada pelos modelos sociais e culturais. Nesta ótica entendemos o evolucionismo social relacionado ao fenômeno do envelhecimento adaptado às diferentes categorias dos modos de produção, focado num cenário econômico, como processo de transformação do capitalismo.

Para Giddens (1991), as características do processo de transformação referem-se ao ritmo e a rapidez da ocorrência das mudanças e a natureza intrínseca das instituições modernas. À primeira vista, o crescimento da população idosa , alinhado às possibilidades de reprodução social no modelo empreendedor, nos leva a indagar sobre a autonomia dos idosos, quando esta é permeada pelo conhecimento.

A referência ao conhecimento, para o idoso, é agente emancipatório que ajuda a modificar o pensamento empresarial, pois , não das condições físicas para ser produtivo , a partir do uso de suas competências intelectuais, consegue estabelecer seu envelhecimento ativo.

Em Santos (2011), na globalização da economia existe um consenso econômico neoliberal, mantido nas restrições drásticas à regulamentação da economia, dando margem à desigualdade social e, com isso , separando o mundo em blocos de países hegemônicos e não hegemônicos, sendo estes últimos sujeitos a imposições neoliberais. Ainda, para o sociólogo , as multinacionais são causadoras de uma classe transnacional que esta para emergir, com magnitude para transformar a economia mundial.

O impacto destas empresas faz surgir uma elite capitalista chamada “*tripla aliança*” formada pelas multinacionais: elite capitalista local, burguesia estatal e a emergente burguesia de executivos, todos com interesses políticos e de controle social .

Santos (2000) , ainda , defende o momento de transição que estamos vivendo, em função do colapso da convergência do paradigma da modernidade e do capitalismo pós moderno .

Para Manuel Castells a globalização é resultado da revolução nas tecnologias da informação: “*A nova economia informacional, baseada no conhecimento*”.

Em nosso entendimento ,esse período de transição nos leva a refletir o surgimento de dois paradigmas cujas dimensões tratam da epistemologia do conhecimento, como emancipação da ciência moderna e diferencial dos novos modos de produção , e o emergente conhecimento direcionado para a qualidade de vida, condição que coloca o ser humano numa escala de importância .

Na direção do colapso, a transição da sociedade ocorre em meio ao paradigma dominante, ou seja, Sociedade hegemônica, Neoliberalismo, Consumismo individualista, Autoritarismo do Estado e Desenvolvimento global e excludente, um conjunto de paradigmas que, na concepção de Santos, não sabe exatamente o que vem a ser.

Santos (2000, p.78), na visão teórica, afirma que a modernidade possui duas formas de conhecimento: a) O *conhecimento - regulação* , que tem como extremos o caos, no sentido de ignorância e a *ordem*, definida no conhecimento; b) O *conhecimento- emancipação*, cujos extremos são o colonialismo, sustentado pela ignorância e a solidariedade reconhecida no conhecimento. O pilar da regulação, age como fator de referência para entender o alcance da estabilidade, composto por Estado, o Mercado e a Comunidade.

As colocações deste sociólogo nos incentivam a refletir sobre questões da capacitação ocupacional, referentes à empregabilidade do idoso no processo reprodutivo social, especialmente quando a modernidade foca o conhecimento emancipatório , como bandeira do desenvolvimento, e não a submissão hegemônica.

A inserção do idoso no mercado de trabalho contemporâneo, incluindo-o como empreendedor de novos negócios, faz do conhecimento prática implacável, caracterizada pelo aprendizado de novos processos, capacitação profissional e reciclagem da experiência, reformulando conceitos ultrapassados, com oportunidade de ação e autonomia, em transformação.

Trata-se, portanto, de nova realidade social, que exige o conjunto de competências necessárias às mudanças institucionais e individuais, baseada na interdisciplinaridade que o mercado de trabalho exige em relação à empregabilidade, cada vez mais impulsionando o trabalhador desenvolver as suas habilidades, modificando seus hábitos de relacionamento e de ser multifuncional, conforme discutido anteriormente .

Estas são características diferentes dos modelos fordista e taylorista que impediam criatividade e autonomia , com processos de trabalho com divisão de tarefas focada na especialização, uso de sequenciais padronizadas , reduzindo custos e aumentando a produtividade, bem como a eliminação do improviso,utilizando de procedimentos laborais testados e planejados.

A rápida inteiração interdisciplinar tem como objetivo não fragmentar a produção do conhecimento, ao mesmo tempo em que permite a pessoa tornar significativas informações diversificadas, permitindo desenvolver competências ao ampliar a interrelação das mais variadas praticas e experiências.

Dessa forma,nos cursos de capacitação profissional, é necessário diálogo entre disciplinas, minimizando o analfabetismo funcional, atento a andragogia, capaz de focar na solução dos problemas diários , dado a sua singularidade cognitiva. A singularidade neste processo tratou de subjetividade e localidade, inclusive questões culturais e a diversidade de contextos .

Na continuidade desta linha de pensamento, encontramos em Santos (2011), quando discute o modo de produção como origem das duas formas de globalização: *Localismo globalizado*, consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado, reproduzindo a atividade da multinacional e a transformação da língua, além de se apropriar da cultura local; *Globalismo localizado*, causando a desestruturação e/ou reestruturada, causando a inclusão subalterna.

Dessa forma , estabelecendo uma relação no propósito de estudar alternativas econômicas à sociedade envelhecida, inserida no contexto da globalização e, na análise das duas formas encontradas por Santos, nenhuma vem de encontro a autonomia do idoso. Ao estender um pouco mais esta questão de localidade, no quadro a seguir, fazemos comparação entre alguns países, relacionando empreendedorismo e localidade:

Comparação entre alguns países, relacionando empreendedorismo e localidade:

Países	Comentários
Reino Unido	<i>Refere-se sobre futuro competitivo, enfatizando uma série de iniciativas para desenvolver o empreendedorismo na região.</i>
Alemanha	<i>Estabelece vários programas destinados às questões financeiras e apoio a criação de novas empresas.</i>
Finlândia	<i>Estabelece uma sociedade empreendedora, com o propósito de gerar novos empregos</i>
Israel	<i>Desenvolve o programa de incubadoras tecnológicas, focando o desenvolvimento de empresas.</i>
França	<i>Desenvolve o ensino do empreendedorismo nas universidades, particularmente para engajar os estudantes ao processo e criação de incubadoras.</i>

Fonte: Prof. Maurício Vasconcellos Leão Lyrio- Instituto de Ensino Superior, Florianópolis, 2008, adaptado por Adaptado por Oliveira, JBE, 2014

Para a condição do envelhecimento ativo , propomos um paradigma epistemológico, que se aproxime do pressuposto de um modelo teórico do conhecimento , para atender nosso objetivo; decidimos chamá-lo de *“Rendalidade”*, sugerindo uma trajetória interdisciplinar aliada à vocação e ao talento da pessoa, na busca dos novos negócios. A *“Rendalidade”*, que arriscamos compor no rol das nomenclaturas contemporâneas , atribuímos a seguinte definição :

Rendalidade
é uma categoria de sustentação econômica que transcende a capacidade humana de transformar a natureza, dando possibilidade à reprodução social , compatível a cada pessoa. Tal processo depende da potencialidade existente em cada um de nós, ao gerar renda com resultados satisfatórios, a partir da capacidade empreendedora, utilizando da “Vocação” e “Talento”, na superação as contradições entre a vontade e as exigências sociais” .

Oliveira, JBE, SP, 2012

Por *transcender a capacidade humana* queremos interpretar o ato do ser humano transpor certas barreiras, tornando-se superior a algumas circunstâncias, diferenciado dos de forma positiva, ao atingir um patamar superior em determinado contexto.

Assim , qualquer ação do homem, salvo prejudicado pela decorrência de algum distúrbio orgânico e/ou neurológico , torna-o responsável por ele próprio, mesmo sob influência do meio, cabendo a ele reconhecer suas possibilidades de aprender e adaptar-se as novas situações . Continuando nesta direção, elaboramos um quadro que compara as três modalidades contemporâneas que definem a forma individual de produzir e gerenciar conhecimentos , através da “ *Empregabilidade*” de José Augusto Minarelli (1990); “*Trabalhabilidade*” de Kraus Rosa R (1999) e “*Rendalidade*”, de Oliveira, JBE (2012) :

Análise comparativa das modalidades contemporâneas de produzir e gerenciar conhecimento :		
<i>Empregabilidade</i> é a capacidade de adequação do profissional às novas necessidades e dinâmica dos novos mercados de trabalho. (Jose Augusto Minarelli, SP, 1990)	<i>Trabalhabilidade</i> é a capacidade de cada indivíduo assumir a responsabilidade de gerenciar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas competências na relação empregatícia. (Krausz Rosa R., SP, 1999)	<i>Rendalidade</i> é uma categoria de sustentação econômica que transcende a capacidade humana de transformar a natureza, dando possibilidade à reprodução social , compatível a cada pessoa. Tal processo depende da potencialidade existente em cada um de nós, ao gerar renda com resultados satisfatórios, a partir da capacidade empreendedora, utilizando da “ <i>Vocação</i> ” e “ <i>Talento</i> ”, na superação as contradições entre a vontade e as exigências sociais” (Oliveira, JBE, SP, 2012)“.
(Fonte : Oliveira, JBE, 2012)		

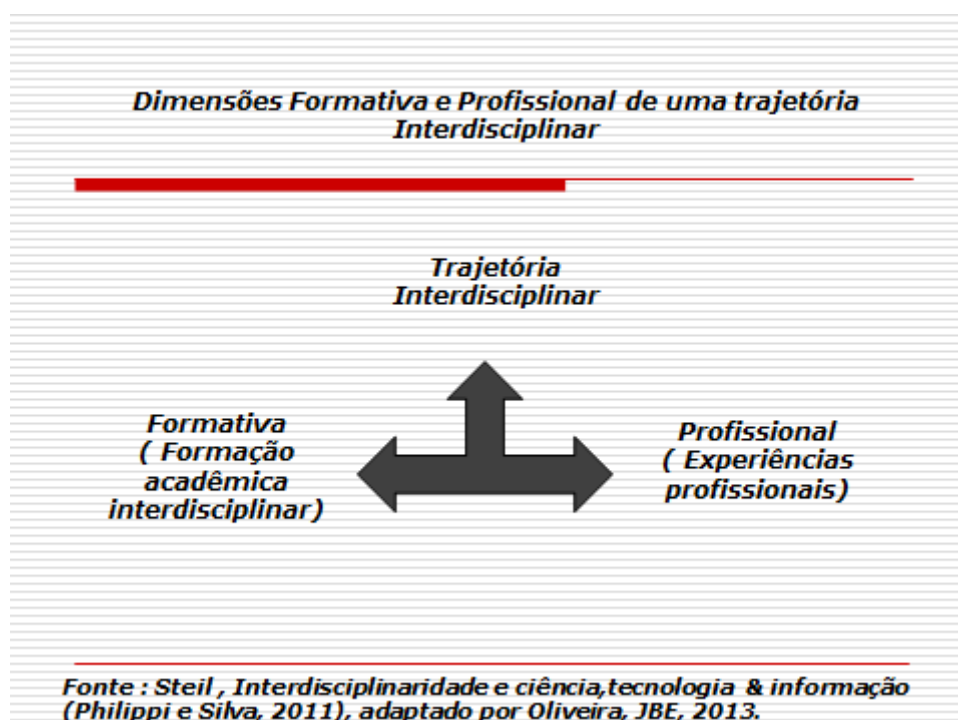
Na leitura comparativa das três nomenclaturas, mais especificamente a “*Rendalidade*”, é possível tomar a antropologia como pano de fundo, quando analisa o comportamento do idoso em sociedade, sob a ótica da organização social, das relações sociais e no processo psicossocial.

A *Rendalidade* toma força quando desenvolve pressupostos do capitalismo contemporâneo, desenhando um comportamento empreendedor, movido por reais

necessidades transformadoras da natureza, ao utilizar a verdadeira vocação e talento, característica da pessoa como agente transformador.

O idoso como agente social ontológico, supera, neste processo, a alienação, mediando sua vontade e exigências sociais, diante do contínuo conhecimento, para superação de qualquer obstáculo da condição emancipatória.

Encontramos no texto *“Trajetória interdisciplinar formativa e profissional na sociedade do conhecimento”*, produção da psicóloga Andrea Valeria Steil (Apud , Philippi & Silva, 2011), onde a autora sugere a formação da trajetória interdisciplinar , que caracteriza as experiências singulares de um indivíduo relacionados às suas experiências profissionais, os quais podem ser observados na figura que adaptamos , com o título “ Dimensões formativa e profissional de uma trajetória interdisciplinar” :



Para a autora o conhecimento é categoria relevante que habilita a ação, quando baseado na experiência. Ainda que o conhecimento possa ser considerado subjetivo, quando relacionado com o comportamento da pessoa, torna-se significativo , além de ter elementos tácitos nascidos da experiência (Apud, Leonardo e Sensiper, 1980).

Para o idoso, cria-se um pressuposto de abordagem comportamental e cognitivista, onde informações são organizadas internamente, sofrendo entendimento interno ao

sujeito (Subjetivo), elaborando processos mentais. São conteúdos considerados como produto de uma série de elaborações e operações conduzidas a partir de informações, que se referem ao conhecimento.

Ambos fatores, comportamento e cognição, estão direcionados a autonomia e a solução de problemas, além da criatividade e processos inovadores ao envelhecimento ativo.

Estamos diante de alguns desafios ao falar do conhecimento do idoso, principalmente quando tratado na trajetória interdisciplinar proposta por Steil (2011, p.216), ao destacar o processo de criação, conhecimento e desenvolvimento das competências, englobando experiência e de acordo com Santos (2000), a experiência esta na base do conhecimento e, irá desestabilizar os imperialismos, impulsionando projetos educativos emancipatórios.

Para Freire (1997), a possibilidade de um ensino critico criativo alinhado a mudança social, vem crescendo, porem sua proposta é desviada pela forma de entendimento da pessoa, ou seja, é vencida pela cognição. Ainda em Freire, o autoritarismo através do poder, inibe o entendimento.

A educação emancipatória age na autonomia deste idoso e o principio fundamental da ação transformadora é considerar a pessoa na sua totalidade, para desenvolver com liberdade o intelectual e o emocional.

Santos (2009), defende o inconformismo provocado pelos imperialismos (culturais e econômicos) que, no paradigma da modernidade, excluíram experiências e conhecimentos de grande parcela da humanidade, inclusive daqueles grupos excluídos. Dessa forma, para este sociólogo, a formação de consciência crítica busca sentidos para a aprendizagem na experiência histórica e nas subjetividades da interação do processo do conhecimento.

Portanto, tanto Freire como Santos, colocam em discussão não só conhecimento e informação, mas também os interesses em jogo nas condições históricas de sua produção, num contexto cultural.

Para Santos (1996, p. 18-32):

“O conflito serve, antes de mais, para vulnerabilizar e desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes e para olhar o passado através do sofrimento humano que, por via deles e da iniciativa humana a eles referida, foi indesculpavelmente causado. Esse olhar produzirá imagens desestabilizadoras susceptíveis de desenvolver nos estudantes e nos professores a capacidade de espanto e de indignação e a vontade de rebeldia e de inconformismo. Essa capacidade e essa vontade serão fundamentais para olhar com empenho os modelos dominados ou emergentes através dos quais é possível aprender um

novo tipo de relacionamento entre saberes e, portanto, entre pessoas e entre grupos sociais. Um relacionamento mais igualitário, mais justo que nos faça aprender o mundo de modo edificante, emancipatório e multicultural. (SANTOS, 1996, p. 33)."

Em Wanderley (2006), nas pesquisas e publicações sobre o Movimento de Educação de Base (MEB), a cultura é processo histórico de natureza dialética, pelo qual o homem em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e com os outros homens, transforma a natureza e a si mesmo, constituindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas, realizando-se como homem neste mundo humano.

Na interpretação da natureza e dos processos de educação popular concretizados, um ângulo analítico expressivo estava nas suas relações com as classes populares. Neste ponto, algumas características desta educação podem ser apontadas:

"... a) é uma educação de classe – exige uma consciência dos interesses das classes populares; b) é histórica – depende do avanço das forças produtivas; c) é política – conjuga-se com outras dimensões da luta global das classes populares; d) é transformadora e liberadora – luta por mudanças qualitativas e reformas estruturais; e) é democrática – antiautoritária, antimassificadora, antielitista; f) relaciona a educação com o trabalho; g) objetiva a realização de um poder popular. Nesta perspectiva analítica, relaciona as experiências populares com os interesses centrais dos trabalhadores (operariado como foco básico), e busca ser praticada com as visões e ações dos intelectuais orgânicos, internos e externos às classes populares. Ela pode se dar nos âmbitos do Estado e da Sociedade Civil..." (Apud, Wanderley, 1984).

Em outro momento, Wanderley (2010, p.51), cita a pedagoga e doutora em psicologia educacional, Marta Kohl de Oliveira, numa correlação entre cultura e produção de modos de funcionamento intelectual; ela estabelece a complexa interação dos planos genéticos de desenvolvimento: *"o funcionamento psicológico, não está pronto previamente, não é inato, não nasce com as pessoas, mas também não é recebido pelas pessoas como um pacote pronto do meio ambiente"*.

Nesse sentido, a autora, fala das quatro entradas de desenvolvimento que, juntas, caracterizariam o funcionamento psicológico do ser humano, na visão de Lev Vygotsky:

a) Filogênese - Estuda a história da evolução animal/humana, nomeadamente a constituição dos seres humanos como sujeitos cognitivos. Filogenia (ou filogênese) é o termo comumente utilizado para hipóteses de relações evolutivas de um grupo de organismos, isto é, determinar as relações ancestrais entre espécies conhecidas (ambas as que vivem e as extintas). Todas as espécies animais têm uma história própria e essa história da espécie define limites e possibilidades de funcionamento psicológico; b) Ontogênese -

*descreve a origem e o desenvolvimento de um organismo desde a fecundação do óvulo até a morte. Significa o desenvolvimento do ser, de um indivíduo, de uma determinada espécie. Em cada espécie, o ser tem um caminho de desenvolvimento. Nasce se desenvolve, se reproduz, morre, num ritmo determinado de desenvolvimento, com certa seqüência etc;*Sociogênese – *é a história cultural, que é a história da cultura onde o sujeito está inserido, mas as formas de funcionamento cultural que interferem no funcionamento psicológico, que definem de certa forma o funcionamento psicológico;*A significação pela cultura tem dois aspectos. Um, que a cultura funciona como um alargador das potencialidades humanas. E outro aspecto da história cultural é como cada cultura organiza o desenvolvimento de um jeito diferente;c)Sociogênese – *é a história cultural, que é a história da cultura onde o sujeito está inserido, mas as formas de funcionamento cultural que interferem no funcionamento psicológico, que definem de certa forma o funcionamento psicológico. A significação pela cultura tem dois aspectos: Um, que a cultura funciona como um alargador das potencialidades humanas. E outro aspecto da história cultural é como cada cultura organiza o desenvolvimento de um jeito diferente;d)Microgênese - diz respeito ao fato de que cada fenômeno psicológico tem sua própria história. Por isto é micro no sentido, não necessariamente de pequeno, mas com foco bem definido. É que ela é a porta aberta dentro da teoria para o não determinismo.A microgênese faz com que olhemos como cada pequeno fenômeno tem a sua história, e como ninguém tem uma história igual ao do outro, é aí que vai aparecer à construção da singularidade de cada pessoa e daí a heterogeneidade entre os seres humanos “ (Apud,Wanderley 2010)..*

Segundo Kohl ,cada pessoa é nascida com as características de sua espécie e percorre o caminho da ontogênese informado e alimentado por artefatos concretos e simbólicos, pelas formas de significação e visões de mundo, fornecido pelo grupo cultural em que se encontra inserido (Apud,Wanderley , p 26, 2010)..

As considerações que fazemos a respeito da socialização dos indivíduos, enquanto processo de integração à sociedade, é de que se trata de continuo processo de educação, criando hábitos e atitudes desejáveis no grupo que vivemos.

Wanderley (2010), diante da Educação Popular, como eixo do desenvolvimento do conhecimento e das questões das políticas públicas que afetam a sociedade, faz uma análise critica quanto a formação da sociedade ao abordar aspectos de emancipação e dominação; As necessidades básicas versus a realidade do sistema de ensino são as dificuldades do acesso populacional ao ensino básico.

Wanderley cita Paulo Freire (Apud, 2010, p.21-25) na educação popular como ação transformadora e faz uma síntese sobre a educação orientada para a integração (Educação para toda extensão da cidadania, a eliminação da marginalidade social; a superação do subdesenvolvimento); A educação popular, com orientação nacional – populista (dinamizada no período dos governos populistas, na busca de mobilizar setores das classes populares para o nacional desenvolvimentismo, homogeneizando os interesses divergentes de projetos de desenvolvimento

capitalista); A educação popular orientada para libertação (buscando fortalecer as potencialidades do povo, a conscientização da capacitação e participação).

Na interpretação do idoso em estudo e o processo de reprodução social, trava-se uma discussão pontual, focada num prognóstico demográfico de nosso país, quando a sociedade envelhecida retorna a categoria de homem livre operando na situação opressora de uma sociedade (pré) conceituosa. Nesta direção, a educação popular tem papel importante na concepção libertadora e contra hegemônica.

Para Guy Saez (2008, apud Wanderley, 2010, p.27) , “A educação popular é um movimento de síntese entre duas formas de cultura, ou seja, uma mediação criativa entre a experiência individual e o empreendimento coletivo de culturas comerciais”

Esta claro em nosso entendimento, que conhecimento e educação exercem papel fundamental e integrante nos processos de produção. Portanto, é condição emergencial para o Estado formular diretrizes futuras que venham-se consolidar nas políticas públicas, a viabilização da educação popular , como carro chefe da produtividade , a exemplo de outros países desenvolvidos.

Fazemos nossas considerações voltadas aos processos culturais e individuais ,na sociedade moderna, sem perder de vista a ação social e antropológica, na discussão do pós moderno, com a presença de um fórum reformista, diferente do revolucionário, como pretendia o marxismo do século passado. Tal ideologia, até pouco tempo dada como exterminada , pela falácia em contigência da queda do capitalismo trazida pela crise mundial.

As transformações do mundo, no que tange a economia e as questões do trabalho , vêm ditando um rumo diferenciado para o capitalismo, as chamadas reformas lideradas por correntes políticas no cenário da economia, com modificações contínuas na estrutura da sociedade.

Nessa direção, os conflitos psicológicos na adaptação aos novos processos ,levam os indivíduos a contradições de ajustamento entre o social e o individual, numa patologia social. Para este processo, é importante salientar a existência da consciência coletiva, com indivíduos se comportando de forma semelhante, compartilhando atitudes decorrentes daquele grupo.

A competitividade e as exigências de assimilação dos novos valores do capitalismo, requerem de comunidades trabalhadoras e representantes empresariais continua adaptação a este ambiente de transformação, historicamente regido pelo trabalho.

O macro sistema sócio econômico, de modo consciente ou inconsciente, gera um processo patológico de conflito entre personalidade individual e personalidade social, colocando em risco a integridade do trabalhador, principalmente quando despreparado para combater as adversidades da crise existencial que o corrói sistematicamente, com as inúmeras informações e pressões sociais competitivas do dia a dia.

Por outro lado, no texto *“O capitalismo cognitivo em debate”* (2009, p. 148-151), Giuseppe Cocco, professor e doutor em História Social, e Gilvan Vilarim, doutorando em Serviço Social, dissertam:

“A crise (1970) do regime de acumulação da grande indústria taylorista e de sua regulação fordista-keynesiana abriu, após a transição das décadas de 1980 e 1990, o caminho para um novo regime de acumulação de tipo cognitivo e globalizado. Por um lado, o capitalismo contemporâneo aparece como um regime de acumulação global e pós-industrial, baseado na valorização dos elementos cognitivos da produção e do consumo. O capitalismo cognitivo e globalizado, que se afirma como paradigma desde a década de 1990 e determina a hegemonia política da ideologia neoliberal do capitalismo e sua ideologia do mercado como horizonte totalizador da humanidade. A crise “financeira” aparece como crise do capitalismo contemporâneo em sua forma “clássica” de contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de produção (aquelas que não reconhecem essa dimensão social do trabalho). A centralidade das dimensões cognitivas e imateriais da acumulação, mais do que representar o deslocamento da produção “material” em direção à de serviços e bens intangíveis, deve ser encarada como o fato da progressiva esfera de produção e circulação”.

As leis e ações ocultas do capitalismo levam o trabalhador à subordinação inconsciente, criando padrões de conduta seguidos como mentes coletivas, na busca de objetivos comuns de sobrevivência, colocando em risco a personalidade e seu potencial produtivo enquanto homem social e racional, independente de raça, cor ou idade.

O psicólogo social Richard Sennett (1999), no livro *A Corrosão do Caráter, Conseqüências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*, aponta o contraste entre os dois mundos do trabalho no capitalismo:

“Aquele que se expressa pela lealdade e construção de metas em longo prazo nas organizações, cultivando traços pessoais em troca do futuro promissor, caracterizado pelo autor como carreira, fazendo com que esse trabalhador perca a identidade (Sennett, 2004, p: 10).”

Desta forma, segundo Sennett, estas mudanças corroem o caráter das pessoas, impactando a vida profissional e provocando insegurança. Sennett enfatiza que o caráter flexível do capitalismo tem como conseqüências a negação das formas rígidas da burocracia, alteração dos significados do trabalho e efetivação da rotina exacerbada. O sentimento de ansiedade ocasionaria, para o autor, a incerteza no cotidiano e do futuro, resultando numa maior flexibilidade das relações.

A partir disso explica o caráter como sendo:

[...] o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros, ou se preferirmos [...] são os traços pessoais a que damos valor em nos mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem (Sennett, 1999, p.10).

Sennett também destaca uma linha histórica de evolução do trabalho, passando pela época em que era feito em casa, à medida da vontade do corpo, posteriormente substituído pelo trabalho em série e, por fim, atingindo o capitalismo, com conseqüente flexibilidade no trabalho, sinal da globalização. O autor aponta, ainda, que as classes econômicas tornaram-se coisa do passado, estando cada vez menos definidas, com o risco assumindo grande importância.

Sua noção de desfragmentação é progressiva, assim como se assiste uma perda de relações duradouras de trabalho devido às mudanças constantes, com repercussões na competição individual e superficial, que desenvolve um novo caráter ao trabalhador. O sujeito, portanto, não pode ser esquecido ou posto a parte, uma vez que, sendo o trabalho necessidade, obrigação, direito e dever, molda a vida dos sujeitos, no sentido prático e ideológico.

Para Smith (in Sennett; 1999: 58), a rotina industrial ameaça diminuir ao máximo o caráter humano e o trabalho, como esta sendo demonstrado, condiciona o caráter dos sujeitos, implicando num conjunto de características inerentes à personalidade e a identidade de cada pessoa na área profissional e na esfera individual.

No nosso modo de interpretar é uma das questões mais relevantes do pensamento de Sennett, quando procura mostrar as diversas perspectivas que os idosos na vida real têm acerca do trabalho, teorizando um pouco em torno das conseqüências ao nível do caráter.

Assim sendo, o trabalho pode assumir vários significados, tais como a profissão de operário através das relações hierárquicas pode funcionar como uma forma de submissão, principalmente para aqueles da *base da pirâmide*, que, desprovidos de qualquer autonomia, sujeitam-se a todas as regras impostas por aqueles que assumem cargos superiores.

No entanto, o trabalho pode, também, ser uma forma de liberdade, criatividade e expressão, tornando-nos sujeitos, ao criarmos uma identidade profissional com a qual nos identifiquemos, contribuindo assim para a nossa realização pessoal.

As novas exigências do trabalho passam por crescente mobilidade e flexibilidade, tanto por parte das instituições, passando a ter normas e valores flexíveis, como por parte dos sujeitos (Sennet; 1999:73).

Este novo paradigma implica a ruptura constante com os lugares e com as pessoas. As relações humanas estão assim ameaçadas. Se, no paradigma anterior, a identidade profissional era destinada exteriormente e esmagada pela rotina, agora se passa exatamente o contrário, para se construir uma identidade profissional, é condição necessária a assunção do risco, sendo para isso essencial a adoção de uma atitude de confiança permanente, uma vez que a sensação de «estar em risco é mais angustiante do que prometedora» (Sennett; 1999: 128).

O economista Jeremy Rifkin (2001), discute problemas estruturais do trabalho e suas consequências para a sociedade. O autor fala da redução de postos de trabalho, afirmando seu extermínio ao longo do tempo, embora a produtividade estar em crescimento.

Remetem-nos, ambos, a pensar novas formas produtivas, que alterariam procedimentos para atingir renda e trabalho, inclusive mexendo no perfil empreendedor de cada um de nós, se quisermos sobreviver.

Diante do modelo capitalista, no contexto das concepções do marxismo, o trabalho é entendido como prática social que gera valores com significado ontológico, entendido como categoria fundante do ser social, ao mesmo tempo em que, através do trabalho, o homem modifica a natureza e cria novas necessidades

A partir desta análise, encontramos no mercado a possibilidade do idoso ser empreendedor com autonomia e agente de mudança, não com ações repetitivas, mas criativas, na condição de mediar obstáculos. Não entendemos estas ações

como normativas, muito menos sinônimo de caos, mas como liberdade de criar durante o processo de desenvolvimento do negócio.

Na estratégia desse processo, a reprodução social da sociedade envelhecida , devemos considerar a crise da transição paradigmática entre modernidade e capitalismo, na perspectiva do pós-moderno.

Portanto, a globalização é um marco de transformação do mundo, influenciando os contextos sócio político, cultural e econômico, gerando a *Era do Empreendedorismo*, principalmente ao serem fomentadas novas relações de trabalho, novos empregos, quebrando os antigos paradigmas da reprodução social e, quem sabe, eliminando a desigualdade social. A reprodução social é representada pela constante renovação da produção material, com grande ênfase na reprodução cultural.

Segundo Pierre Bourdieu (Apud Johnson, 1997), a reprodução cultural faz parte de um processo mais amplo de reprodução social, através do qual as sociedades e as pessoas são envolvidas nas mudanças, com a perspectiva do escopo econômico, rever relações de produção; forças produtivas e força de trabalho. Contudo, atrás da reforma econômica, tem o homem capaz de transformar e modificar .

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por exemplo, apóia o Programa do Artesanato Brasileiro – PAB , vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, conforme Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995, compondo a estrutura da Secretaria de Comércio e Serviços, cuja missão é :

“estabelecer ações conjuntas no sentido de enfrentar os desafios e potencializar as muitas oportunidades existentes para o desenvolvimento do Setor Artesanal, gerando oportunidades de trabalho e renda, bem como estimular o aproveitamento das vocações regionais, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora, por meio da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado competitivo”.

3.1 Empreendedorismo no processo de superação, para a reprodução social:

O empreendedorismo é um conceito antigo, porém, no Brasil, foi aplicado a partir dos anos 90, cuja prática evoluiu com o desemprego ,que levou a população a buscar alternativas de sobrevivência.

Na condição da sociedade envelhecida, encontramos alternativas para a reprodução social, além de ser um processo de transição, quando o idoso descobre novos rumos do conhecimento na condição emancipatória.

Ao analisar o sujeito idoso, frente a sua vocação; o conhecimento e as condições estruturais de trabalho, na sociedade contemporânea, as competências são inerentes a cada pessoa, as quais podem ser desenvolvidas quando impulsionadas por alguma necessidade ao atingir um determinado objetivo.

Nesse sentido, existe um novo desenho ocupacional em função da estrutura produtiva, que precisa ser servida por profissionais altamente capacitados e de espírito empreendedor.

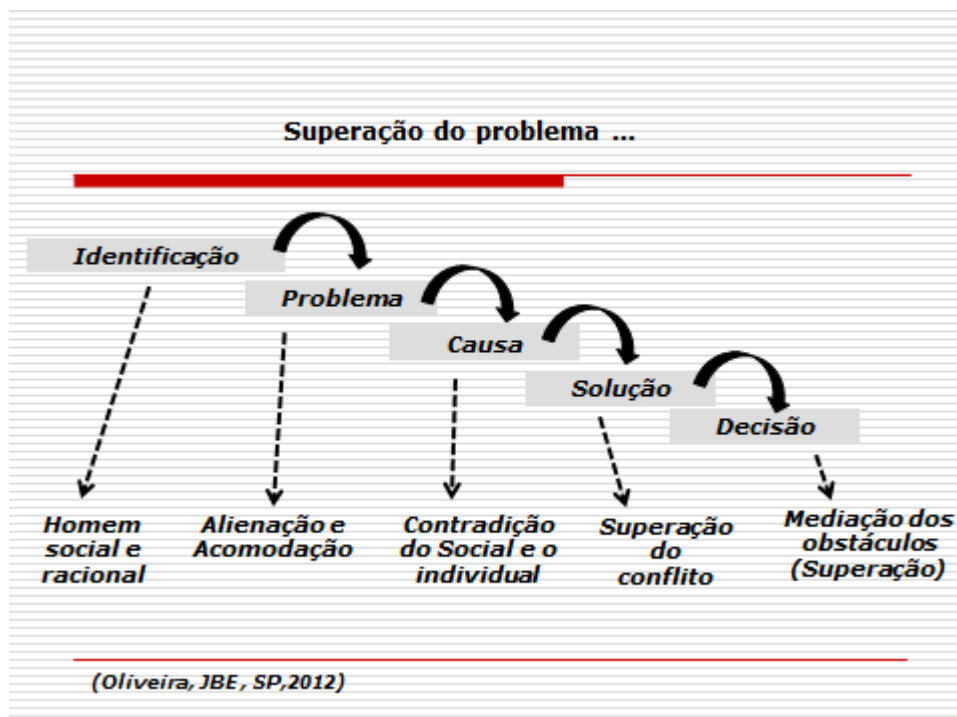
Outro aspecto é a adaptação e a natureza desses idosos, diante da flexibilização dos processos reprodutivos, para atender a variação do mercado e a atitude preventiva do crescente envelhecimento social.

Dessa forma, justifica nosso interesse em pesquisar as variáveis que envolvem a reprodução produtiva e os fatores sócio-psicobiológico, que afetam o homem e a mulher, acima dos sessenta anos de idade, a partir de quando esse é considerado indivíduo idoso.

Estamos diante de novos paradigmas, que nos levam a abrir um imenso leque de pesquisa sobre o contemporâneo, todavia o que mais estimula é fazer um exame mais específico sobre a (re) socialização do idoso no mercado de trabalho e quais as outras formas de renda, capazes de transformá-lo num empreendedor.

Para Dornelas, 2005, o processo empreendedor segue fatores pessoais e ambientais, dos quais faremos uma análise correlacionada às possibilidades do idoso, neste processo.

Partindo do pressuposto de que cada indivíduo é singular, ou seja, cada um possui suas próprias crenças, valores e ideologias, as etapas, sugeridas no esquema a seguir, sugerem a evolução de um processo psicobiológico estabelecido com base numa reprodução social e na evolução de um comportamento e a soma de atitudes diferenciadas, transformadas em estágios, quando parte da identificação do problema a ser superado, para iniciar as suas atividades empreendedoras:



O esquema descreve o processo, que sugere a superação da pessoa, utilizando da vocação e do talento proposto no empreendedorismo.

Na categoria do trabalho, o processo se desenvolve a partir da relação de troca de mercadorias, provendo a cadeia produtiva. Portanto, conduzimos o processo a partir da vontade singular do homem social e racional, quando através da capacidade comunicativa: linguagem; fala; corpo; gestos e outros símbolos, é identificado. Qualquer ação é decorrente de um problema e a dificuldade de superação pode levar a alienação e acomodação ou a superação.

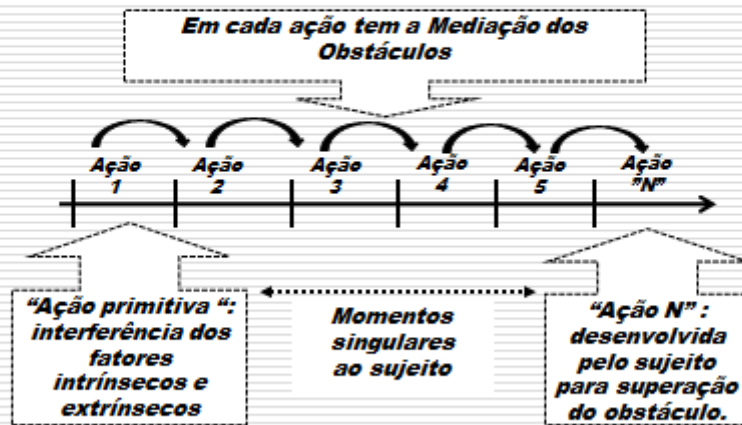
Nesse sentido, analisamos as causas que provocaram contradição entre social (leis, normas e/ou imposições da dominação social) e vontade individual.

A metodologia sugere a análise das variáveis que intercedem à vontade do indivíduo e, através da mediação entre lógica e emoção, busca-se solução para superação do estranhamento.

Por fim, a etapa mais complexa, pois trata do subjetivo, exclusivo a pessoa, é a decisão, condição da mediação dos obstáculos para superação.

No esquema a seguir, tentamos reproduzir um melhor entendimento dessa *mediação*, que interfere na evolução de novas habilidades da pessoa idosa, quando, através da reação diante dos obstáculos, muda seu comportamento e provoca mudanças no ambiente buscando resultados imediatos :

Esquema da mediação, no processo de transformação e adaptação, baseado-se na Ontologia Social de George Lukács :



Fonte : Lessa, 2001, p.87, Apud Oliveira, JBE, 2006, adaptado por Oliveira, JBE, 2014.

O homem é ele próprio responsável pelas suas ações e pela interferência de fatores intrínsecos e extrínsecos, gerados por ele próprio ou pela sociedade em que vive. As suas ações estão na mediação, entendida pelo filósofo George Lukács, como a explicação das interferências sociais, que fazem do homem o responsável pelo seu destino, de tal modo a demonstrar a possibilidade ontológica (Lessa, 2001, p.87, Apud Oliveira, JBE, 2006). Todas as mediações, ou a cadeia de mediações, transformam a natureza e a sociedade, através das necessidades do próprio homem e as ações do meio em que vive.

Sendo assim, a mediação, enquanto modelo que impulsiona reprodução social do idoso, quando este através de novas ações e/ou na passagem de uma ação a outra, consegue modificar o meio e atender as suas necessidades. Trata-se de um processo de conhecimento, produzido pela experiência e aprendizagem. A cada ação do idoso possibilita o desenvolvimento de novas habilidades, ou desencadeamento de novos processos particulares, para a geração da capacidade empreendedora.

3.2. Os novos modos produtivos que favorecem o empreendedorismo versus os conflitos das mudanças:

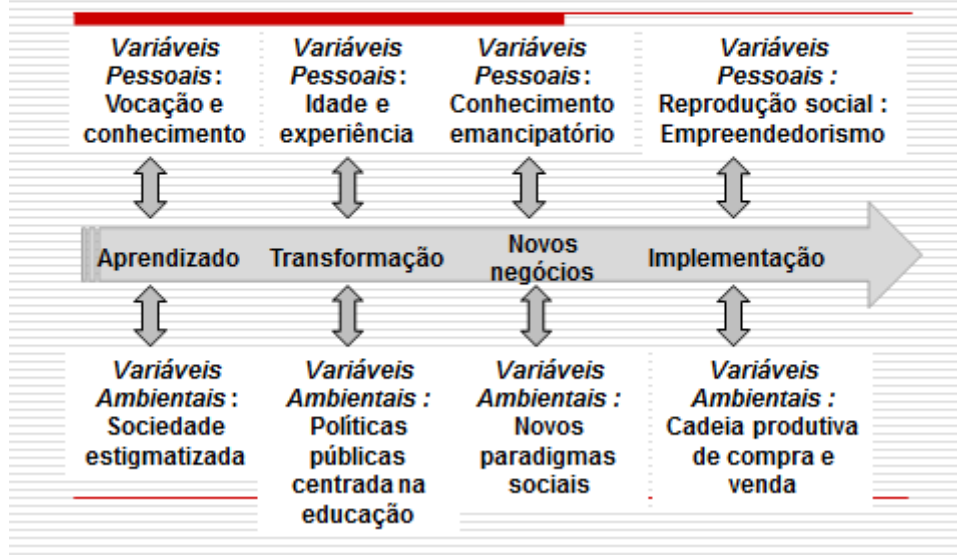
O empreendedorismo é um assunto de interesse global e recorrente , que se estende além dos governos nacionais, a exemplo dos países da Europa; Estados Unidos e Ásia. O poder econômico depende do potencial das empresas, suficientemente capazes de serem competitivas, como foi percebido no Fórum econômico Mundial na conferencia de Davos.

Nesta análise, a população envelhecida ,que cresce progressivamente nas próximas décadas ,é vista como importante foco de estudo, principalmente no que tange as transformações do trabalho. O projeto *GEM – Global Entrepreneurship Monitor*, com o objetivo de medir a atividade empreendedora dos países em relação a economia (www.gencon-sortium.org), define que a atividade empreendedora aumenta na população adulta na faixa etária entre 18 a 64 anos, envolvidos na criação de novos negócios, situando o Brasil no ranking entre os países que mais crescem no empreendedorismo.

Estamos nos referindo ao processo de transformação, cujo impulso gerador é a economia futura, que tem a frente pessoas idosas (re) socializando através de novos modos de produção, obviamente impulsionados por fatores de qualidade de vida diante da reprodução social.

Na análise transformadora, o idoso, numa relação de variáveis pessoais e ambientais, decide o rumo do processo empreendedor. A primeira vista ,a ação individual é um processo social que desenvolve conhecimentos e novas identidades. O esquema a seguir , representa um combinado de ações e respostas, entre variáveis pessoais e ambientais, centradas em situações de aprendizado, transformação, novos negócios e implementação ,que levam a pessoa idosa à reprodução social através do processo empreendedor.

Variáveis pessoais e ambientais no processo empreendedor da pessoa idosa (Fonte: Adaptado por Oliveira, JBE, 2014)



Alguns princípios norteiam o empreendedorismo para a sociedade envelhecida, principalmente no que tange as mudanças do cenário econômico sob influencia do contexto global. Além do avanço tecnológico, há o fator individual no processo de transformação.

A primeira análise a ser feita é a resiliência do idoso, com capacidade de adaptação, após momento de adversidade, conseguindo desenvolver positivamente frente à situação, permitindo sua interação ao meio ambiente, com inúmeras possibilidades de negócio e flexibilidade de desenvolvimento profissional e, somado a esta observação, lembro da abordagem citada anteriormente neste trabalho, ao referir sobre a *Carreira Proteana (Protean Career)* proposta por Hall, quando o autor aborda a habilidade que o indivíduo tem de aprender continuamente e direciona sua própria vida e carreira profissional.

Outra reflexão a ser feita é a essência que leva o indivíduo a trabalhar e empreender um negócio, é o grau de motivação, a qual entendo como a força de ativação e, para nosso entendimento, denominamos como necessidade. Tal necessidade pode ser interpretada como econômica, no que se refere à alimentação; habitação ou a própria vontade de elevar o padrão de vida, como compra de um carro novo, reforma da casa, passeios, etc.

Consideramos também como necessidade, representada no dever moral, quando vista numa análise mais subjetiva, sugerida pela auto-estima da pessoa que sente desocupada.

Para Santos (2000), as transformações, inclusive em relação a perfis comportamentais e na relação de trabalho, são decorrentes de fatos políticos e econômicos.

Todavia, para esta pesquisa, a transformação não se prende somente a esta questão, mas ao rompimento de valores e paradigmas que nos faz pensar no potencial humano a ser desenvolvido, independente de faixa etária ou condição social.

O empreendedor idoso, através da transformação , rompe valores estabelecidos pela sociedade, quando ela desenvolve princípios desclassificatórios e discriminatórios contra as possibilidades futuras ou o potencial deste geronte.

Por outro lado, acarretou uma nova visão social, fazendo com que o sujeito entendesse sua capacidade de autonomia, representada em novos meios de sobrevivência, mesmo quando é necessário o processo de adaptação ao novo sistema, considerado de risco, porem inevitável no processo de modernização.

Para os mais céticos, surge a pergunta: *Os idosos estão preparados para todo este processo de transformação e mudança?* Resposta: Sim ! A partir do momento em que este idoso esta inserido num ambiente transformador e de mudança, se torna resultado do meio, cujo desafio esta em cada um de nós, que temos a condição humana favorecendo a utilização de inteligência; criatividade e, principalmente, da autonomia de discernimento, essencial a reprodução social.

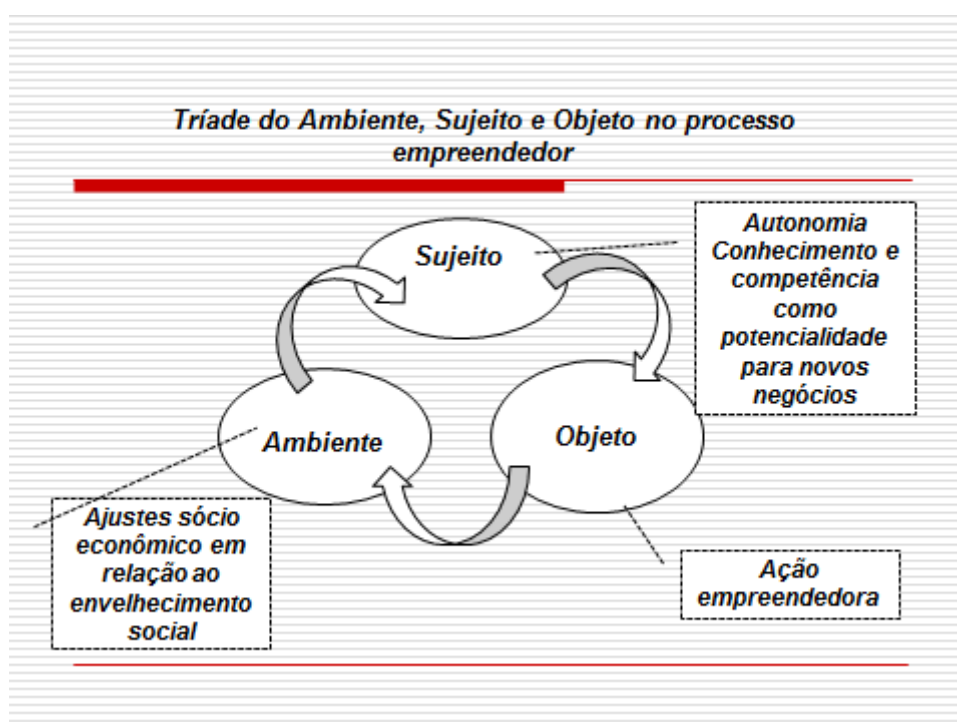
O estudo da sociedade envelhecida requer ações interiores de conquista e com teor de sobrevivência, frente a transformações que estão sendo compartilhadas com a população mais jovem, alem do que, culturalmente, os idosos são considerados incapazes e obsoletos.

Devemos examinar com maior critério essa situação moldada num mercado economico ágil, que busca tambem uma mão de obra ágil. Porem, as ações do idoso são compensatorias , capazes de neutralizar deficiencias fisicas através de experiencia e capacitação profissional, que favorecem aos idosos em relação aqueles de menor idade.

A dinâmica do mercado econômico inclui modelos produtivos divididos entre trabalhos materiais e imateriais, favorecendo a ocupação das diferentes camadas sociais com perfis profissionais variados.

Desses modelos, podemos citar alguns, como trabalhador Informal; micro empreendedor Individual; trabalhos especializados na condição do terceirizado, etc. Na visão das relações trabalhistas e sindicais, fica presente uma situação conflitiva, em qual classificação essas forças de trabalho deverão ser representadas: *Como proprietários ou empregados e quem os representa?* Nessas contradições vê-se a necessidade de entender os processos adaptativos e os novos valores inerentes às categorias profissionais renovadas e as relações sociais do trabalho, dado as mudanças e as informações integradas a rede da globalização.

Ao representar os processos adaptativos dessa nova modalidade, consideramos a importante interligação da relação Ambiente; Sujeito e Objeto, como modelo de integração das ações transformativas.



A ação empreendedora favorece a integração emancipatória do idoso diante dos ajustes sócioeconômico. Para tal, queremos fazer a interpretação da não fragmentação das categorias profissionais pós modernas, em relação ao processo empreendedor, apenas mais uma possibilidade para a reprodução social.

A leitura da globalização e a presença do movimento sindical são estudos que necessariamente complementam nossa discussão, pois ambas as situações envolvem o processo de transformação das relações que competem às questões de trabalho e renda, assim como a presença de um modelo novo de produção, e as diferentes repercussões estruturais do emprego, incluindo o destino da mão de obra envelhecida, em discussão.

Creemos ser providencial destacar a presença de uma economia de serviços, nas condições representadas pelas características a seguir: Transformação tecnológica e produtiva do trabalho e das relações produtivas em rede; Conhecimento e novos sistemas de produção como fontes principais de produtividade e crescimento; Nova estrutura social caracterizada pela mudança de produtos para serviços, pelo surgimento de profissões administrativas e especializadas, fim do emprego rural e industrial; Perfil profissional diverso conforme a especialização por nichos de mercado; Serviços dependentes de conexões com indústria, dividindo-se em: distribuição (comunicação, transporte e redes de distribuição comercial / atacado e varejo); produção (serviços voltados à indústria); serviços pessoais e sociais; de saúde; educacionais; empresariais; de assessoria jurídica; arquitetônica e de engenharia.

Essa mudança, representada na economia de serviços, com certeza alterou o movimento sindical, principalmente em relação às categorias representadas pelos sindicatos de trabalhadores, decorrente da fragmentação dos postos de trabalho e pelo novo modelo das frações de classes econômica.

Com o sindicato globalizado ocorre maior integração dos trabalhadores entre as nações, com idéias comuns e sentimento de união, fortalecendo a luta por melhores condições de trabalho, a criação de empregos e sua precarização, a busca de crescimento econômico e discussões sobre a informalidade, terceirização as consequências da inovação de tecnologias.

A nova forma de relação e representação dos setores econômicos e categorias trabalhistas surgem à tendência de unificação das centrais sindicais nacionais e internacionais, renovando as orientações das práticas políticas e econômicas, a exemplo da ORIT/CSI (*Organización Regional Interamericana de Trabajadores/Central Sindical Internacional*) e UNI (*Union Network International*), reconhecendo a presença internacional do Brasil na Comunidade Sindical de Países

de Língua Portuguesa – CSPLP, constituída por centrais sindicais dos países de língua portuguesa; Na Coordenação de centrais Sindicais do Cone Sul - CCSCS (que reúne centrais sindicais do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, e Chile), onde se discute as questões de integração regional, unificação das relações trabalhistas e previdenciárias.

Discutem-se também, todas as questões relacionadas a políticas de emprego no âmbito do MERCOSUL, entre outros temas; Representação no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho – OIT e convênios de intercambio e cooperação técnica internacional com centrais sindicais de vários países, entre eles, Estados Unidos, Canadá, Japão, China, Itália, Holanda, Espanha, Portugal, Israel, Argentina, dentre outros. Essa integração tem como foco um intercâmbio de informações englobando a classe trabalhadora do mundo inteiro.

Por outro lado, os sindicatos de categoria econômica, filiando-se e/ou participando de recomendações de organizações internacionais, como recentemente observado no Congresso da Confederação latino – Americana das Empresas de Trabalho Temporário e Atividades Afins- CLETT&A, cuja discussão girou em torno da consolidação do trabalho temporário e da terceirização de serviços na América latina, e, acima de tudo, sobre como os participantes podem , juntos, contribuir para desenvolver suas atividades em seus respectivos países.

Em recente participação no Congresso da CIETT- *Internacional Confederation of Private Employment Agencies*, na fala de seu representante James Gribben, cujo tema: “*Adapting to Change*”, numa tradução precária, “*Adaptando-se à mudança*”, pude comprovar as novas regras sobre a flexibilização do trabalho e as condutas empresariais, visando às negociações com empresas, governos locais e construção de plataformas laborais, regulamentando normas de trabalho decente.

Outra questão importante do processo de globalização nas relações de trabalho é a orientação para suas lideranças, quanto ao acompanhamento das mudanças econômicas, tecnológicas e sociais, as quais alteraram os hábitos dos trabalhadores, incluindo as novas categorias profissionais sem vínculo empregatício, representadas por profissionais autônomos , micos empreendedores e terceiros.

Claro que, mediante essas reestruturações, as questões legais e institucionais acabam criando conflitos e vacuos jurídicos, especialmente aquelas atreladas aos

novos paradigmas das relações trabalhistas e sindicais, como pode ser verificado a seguir.

Dentre outras, essa mudança elevou a queda da sindicalização e a transformação nos conceitos das lideranças sindicais na base, aumentando os níveis de informação corpo a corpo, apesar dos diferentes meios em rede para conscientização e sensibilização dos associados. Com a fragmentação dos postos de trabalho e a destruturação do emprego, faz o trabalhador ter um novo perfil, tornando-os mais exigentes e com outras necessidades, decorrentes das transformações sociais.

Acumula-se a essa observação, a entrada efetiva da mulher no meio produtivo, população com outras perspectivas de interesse, como pode ser verificado no 1º Fórum de “Representatividade da Mulher e suas ações na Política”, na Assembleia Legislativa de SP (ALESP), organizado pela Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil (Libra). As idosas, também estão presentes nesse contexto, a qual merece ter uma melhor análise das suas expectativas em relação ao cenário econômico ao movimento sindical.

Mulheres políticas e aquelas que buscam liderança feminina nos diversos setores da sociedade

Vice-presidente da UGT e secretário de Turismo do Estado de São Paulo, o deputado federal Roberto de Lucena, esteve presente na cerimônia de abertura para demonstrar seu apoio à luta da mulher no universo político. Na parte de suas bandeiras da conquista da mulher no mercado de trabalho, na política e em espaços públicos, por cargos de chefias, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o núcleo Estadual de São Paulo (Nós Podemos SP) – que tem entre suas ações a igualdade de direitos da mulher por meio dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – participaram nesta segunda-feira, 30/03, na Assembleia Legislativa de SP (ALESP), do 1º Fórum de “Representatividade da Mulher e suas ações na Política”, organizado pela Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil (Libra).

O encontro, de iniciativa do deputado Fernando Capez, teve como objetivo expor as experiências de mulheres com compromisso e visibilidade no entendimento de suas ações na política e trazer o acesso à informação para a cidadã, apresentando um panorama para a atuação na educação política, permitindo a participação social de mulheres engajadas no trabalho de lideranças comunitárias.

Para o debate político, foram apresentados dois painéis:

1º Painel – “Ações efetivas das Mulheres na Política”, com a presença de Alda Marco Antônio, Ana Paula Junqueira, Nancy Thame e Nâni Venâncio.

2º Painel – “Efetivação das candidaturas femininas nos Partidos Políticos: Erros, Acertos e Preconceitos”, que contou com as deputadas federais Mara Gabrilli e Renata Abreu, as deputadas estaduais Célia Leão e Lecy Brandão, a prefeita de São José da Bela Vista, Célia Ferracioli e Cidinha, que conquistou a vida política com sua história no movimento sindical..

Cristina Palmieri, coordenadora do Comitê de Sustentabilidade da UGT, Silvana Mesquita, secretária para Assuntos de Acessibilidade da UGT e presidente da ADPD, e Claudia Saleme, consultora de sustentabilidade

ambiental do CEAESP e coordenadora de comunicação do núcleo Nós Podemos SP (ODM/SP), também estiveram presentes, ao lado de Dra. Guiomar Sartori, fundadora da LIBRA, Marta Lúvia Suplicy, atual presidente da instituição - que tem esse trabalho de conscientização e valorização da mulher em todos os setores da sociedade -, Dalva Cristofolletti Paes da Silva, presidente do CEAME (Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas), Maria Lúcia Amary, deputada e primeira vice-presidente da Assembleia Legislativa de SP, Dra. Valeria Capez, promotora de justiça do Ministério de SP e Sra. Silvia Afif.

Em encontro que trouxe as pioneiras na conquista de cargos de liderança da mulher no mundo corporativo, público e político, foi destacada a generosidade, a capacidade e a percepção da alma feminina para a competência na execução de tarefas políticas. Entre as que já estão no universo político e aquelas que não desistem da luta e continuam suas batalhas para se fazerem respeitadas por suas ações e ideais, o evento mostrou para o que veio: fincar uma pontinha de liderança em cada participante ali presente.

O mês de março, marcado pelo Dia Internacional da Mulher (08/03), reacende os debates e desafios para a participação feminina na vida política. “Hoje as mulheres representam 52% do eleitorado no país, o percentual de mulheres no congresso não chega a 10%, de acordo com o IBGE. Dos 513 deputados eleitos, 45 mulheres foram eleitas nas eleições de 2010. O que representa 9% do total, conforme dados do TSE”, salienta Capez, para o fato de que além dessa problemática, vem o não cumprimento dos partidos em preencherem 30% de suas vagas com mulheres no cargo.

A cota dada aos partidos para dar espaço à mulher foi um passo de conquista, mas é preciso avançar mais, uma vez que a mulher não quer estar no partido por cumprimento de cotas, mas por seu valor e capacidade para exercer seu cargo.

entre problemas de violência doméstica, nos 8 anos de lei Maria da penha

Para Maria Lúcia Amary, esses espaços devem ser ocupados pela ética, pela força e sensibilidade femininas. Parabéns a todas essas mulheres que aqui estão, porque a força de vocês é que nos encorajam a tomar atitudes para melhorar a sociedade”.

Dalva Cristofolletti ressalta a obsessão da mulher em querer fazer as coisas acontecerem. “Cada um tem o seu caminho e temos que respeitar a qualidade das pessoas. E só depende da gente. Tem que ter mais participação para não ficarmos mais na mesma”.

Marta Lúvia Suplicy destaca que a mulher também não precisa ser candidatas a nada, mas discutir política. “Precisamos ser cidadãos e mulheres conscientes da nossa importância do nosso momento político. O sonho de nós, é que com a mesma preocupação que a gente tem para sair, do sapato que vamos usar, é como está o nosso Brasil, como parte dos nossos interesses. Esta é uma oportunidade que nós temos, de nos empoderarmos. A gente só consegue construir uma ponte se tivermos um mínimo de conhecimento de engenharia”, exemplifica.

As mulheres da história deixaram seu legado para o País continuar seu avanço. A coragem de Dra. Guiomar Sartori, há 40 anos, impulsionou outras mulheres. São Célias, Maras, que demonstram sua força nas ações, conquistaram respeito e direitos. Nanis, Nancys, Renatas, Lecys, Aldas, Anas e Cidinhas, que souberam ouvir as vozes da sociedade, seja em periferias, gabinetes, corporações e continuam a luta para se fazerem ouvidas e poder executar seu trabalho de liderança em ambientes ainda machistas.

As mulheres, independente de religião, orientação sexual ou partido, devem se manter unidas pela luta da igualdade e focar suas ações políticas, com braveza e inteligência, na melhora de qualidade de vida das pessoas, seja em mobilidade urbana, educação, saúde e, acima de tudo, respeito.

(Fonte : Mariana Veltri – imprensa da UGT e Nós Podemos SP, 30/03/2015)

Existe o fator histórico das condições anteriores de trabalho e da representação sindical, em relação ao presente. Confrontamos, pela história, um sindicato revolucionário no auge da transição política e das ideologias dos anos 80 e 90, condicionado as Consolidações das Leis Trabalhistas e aos conflitos pelos direitos. Esses trabalhadores e/ou empreendedores, terão pela frente um cenário modificado. Numa visão contrária a do Brasil, o cenário globalizado indica que na França, Itália e Espanha, os sindicatos perdem para as organizações não governamentais (ONGs), em decorrência de sua modernização em relação à população de trabalhadores tradicionais e envelhecidos, que estão atuando no mercado de trabalho. Vivemos um momento de socialização e de adaptação aos novos modelos, voltado a política, a economia, ao social e, com maior ênfase, a essência do ser humano, condição que exige manifestações de aceitação e não mais de alienação.

Nos últimos tempos as centrais sindicais nacionais, vêm apresentando propostas para a reforma sindical, com ênfase no mecanismo de negociações, através da *Flexibilização*, permeando o incentivo das Políticas públicas; Políticas específicas de crédito; Articulação na geração e formalização de empregos; Implementação de políticas específicas para as micro e pequenas empresas que gerem em contrapartida emprego formal; Criação de programas para inclusão no mercado de trabalho por meio de aprendizagem prática, capacitação profissional, escolarização e orientação para (re) inserção ao trabalho; Estimulo a prática do empreendedorismo, preparando os Micros Empreendedores Individuais (MEI) para se tornarem empresários e terem sucesso no seus negócios.

Essa prática é o resultado da forte interferência das centrais estrangeiras, como foi comentado anteriormente, em consequência do sindicato globalizado, cujas medidas, na sua maioria, são originadas das cláusulas pertinentes a Organização Internacional do Trabalho, integrando questões sociais e integração das relações de trabalho dos países centrais e semi periféricos.

Numa melhor análise sobre as pautas apresentadas, elas se aproximam muito do que vem sendo discutido até agora, no que tange a prevenções relacionadas à sociedade envelhecida, seja nas políticas públicas, seja no assentamento produtivo. Diante do apresentado, reservo, nesse processo de transformação, a formulação de estratégias de sensibilização da sociedade, e o dialogo é a principal ferramenta. Tudo indica que o movimento sindical tem por meta contribuir para o crescimento

econômico, em benefício do aumento de renda e trabalho, conforme diretrizes firmadas junto a Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesse contexto de mudanças, o Ministério do Trabalho identificou que, em 2010, 14,21% das 44 milhões de vagas de emprego do País estavam ocupadas por maiores de 50 anos, ou seja, mais de seis milhões de pessoas.

Para complementar a renda, às vezes obtida somente por meio da aposentadoria ou ocupação para preencher o tempo livre, essa categoria se esforça para voltar ao mercado de trabalho. Um detalhe curioso: as empresas os aceitam cada vez mais em seu quadro de funcionários. O principal diferencial da terceira idade é a responsabilidade.

O idoso, quando é solicitado para realizar alguma tarefa, sempre procura encontrar a solução para a empresa, em vez de levar mais um problema¹³.

Nos setores de prestação de serviços terceirizáveis e de trabalho temporário, o índice de trabalhadores na terceira idade também é alto. De acordo com a 5ª pesquisa setorial *Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra e de Trabalho Temporário no Estado de São Paulo- Sindeprestem/ Associação Brasileira do Trabalho Temporário - Assertem*, a atividade emprega cerca de 390 mil trabalhadores com mais de 60 anos, o que representa 15% das vagas disponíveis.

O portal terceira idade, principal referencia no assunto com mais de oito milhões de acessos, idealizou a campanha *Empregue um Idoso* para incentivar a empregabilidade de pessoas nesta faixa de idade.

As empresas parceiras podem utilizar o selo “Empresa amiga da 3ª idade” , e desfrutar do incentivo fiscal oferecido pela Lei 9.249/95, que permite deduzir até 2% do imposto de renda sobre investimento.

¹³ Fonte: Revista Presstem- Ano XIV Março 2012, nº 44, Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de obra e de Trabalho Temporário no Estado de São Paulo. Reprodução do texto de entrevista , artigo:” Sempre há tempo para recomeçar – terceira idade de volta ao mercado de trabalho”.

Quadro que demonstra o emprego temporário nas empresas Micro e pequenas por faixa etária de trabalhadores

<i>Faixa Etária</i>	<i>%</i>
<i>Até 17 anos</i>	<i>53,5</i>
<i>18 a 24 anos</i>	<i>48,3</i>
<i>25 a 29 anos</i>	<i>46,3</i>
<i>30 a 39 anos</i>	<i>46,2</i>
<i>40 a 49 anos</i>	<i>47,6</i>
<i>50 a 64 anos</i>	<i>49,8</i>
<i>65 anos ou mais</i>	<i>47,0</i>
<i>TOTAL</i>	<i>47,5</i>

(Fonte: MET, 2009, adaptado por Pochmann, 2012)

Portanto, neste estudo, sobre “ *A ação contra hegemônica da sociedade envelhecida ,para a garantia da reprodução social, através do empreendedorismo*”, o leitor poderá verificar a pretensão de analisar a pessoa idosa no mundo contemporâneo, e as repercussões na sociedade transformativa, capaz de inovar, adaptar e desenvolver, através de conhecimento e habilidade, que fortalece a capacidade de ser empreendedor, a partir de sua vocação, mesmo que por algum tempo estivesse alienado e/ou estagnado.

Outro ponto a ser analisado é que no capitalismo contemporâneo, como vimos rapidamente no processo do sindicalismo globalizado, as categorias de trabalho e as classes sociais desencadeiam novas possibilidades de renda e trabalho.

Pode-se dizer que os novos processos de trabalho e renda já estão incorporados à realidade econômica e nas organizações de representação, dessa forma, favorecendo a dinâmica dos sistemas produtivos e, conseqüentemente, maior empregabilidade.

Desse modo, cabe a nós entender e desmistificar os preconceitos do envelhecimento social e humano, pesquisando os determinantes que provêm a real capacidade dos envelhecidos no regime produtivo, realidade a ser enfrentada ao longo dos próximos anos e, diante disso, como agir para com uma sociedade de

trabalhadores e consumidores idosos, num cenário econômico competitivo e exigente.

Esta pesquisa nasce na marca da velhice cuja identidade é estigmatizada pela deterioração física e mental. Nessa orientação, partimos da fundamentação discutida na ontologia do ser social, voltado as novas possibilidades, com enfoque no processo de adaptação às exigências da modernidade e na aquisição de novos valores.

A referência teórica da ontologia social não tem propósito de aprofundar o seu conteúdo filosófico, mas sim fundamentar a adaptação do indivíduo na reprodução social e a aquisição de novos valores produtivos e de aprendizado. Nesse caso, o sujeito em destaque é o idoso, cujas possibilidades produtivas requerem autonomia e desenvolvimento de novas habilidades, além da capacitação; auto-estima e eliminação dos processos aperceptivos.

3.3. A realidade do mundo contemporâneo

Dados recentes do Jornal “Folha de São Paulo”, de 23 de Março de 2014, segundo o então Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, o déficit previdenciário chega a R\$ 50 bilhões, afetando o orçamento e as metas de poupança do governo federal, cujo comentário coloca em discussão o futuro do país.

A Previdência Social, definida como um seguro que garante a renda do contribuinte e de sua família, em casos de doença, acidente, gravidez, prisão, morte e velhice, oferece vários benefícios que, juntos, garantem tranquilidade quanto ao presente, e em relação ao futuro, assegurando rendimento seguro.

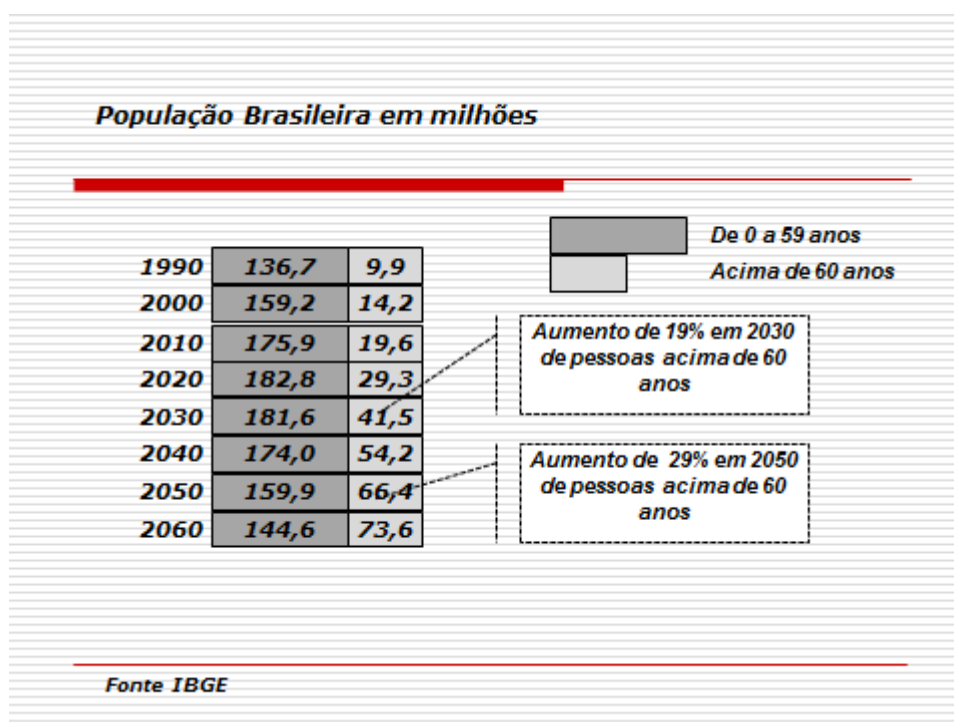
Para ter essa proteção, é necessário se inscrever e contribuir todos os meses (*Fonte: Site do Governo Federal*). Nos últimos anos, sob a ótica de alguns economistas, o financiamento da previdência social tem-se mantido em torno de 1% do PIB – Produto Interno Bruto, percentual decorrente do aumento da formalização da mão de obra que permitiu maior arrecadação.

Trata-se, portanto, aparentemente, de relativa estabilidade, pois as tendências demográficas para as próximas décadas trazem apreensões quanto ao aumento deste desequilíbrio. Segundo pesquisas, mesmo com uma população jovem os gastos previdenciários do nosso País equivalem a 11% do PIB, representados em

7 % para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social, considerado um órgão do Ministério da Previdência Social, ligado diretamente ao Governo.

É o órgão responsável por receber as contribuições dos indivíduos, e tem como função fazer os pagamentos de aposentadorias, auxílio-doença, pensão por morte, auxílio-acidente, e outros vários benefícios previstos em lei) e 4% para o funcionalismo público. São níveis comparáveis dos países desenvolvidos, que tem um numero maior de idosos.

Outro fato refere-se à mão de obra ativa no Brasil, quando esta cresce em ritmo superior em relação à população total, resultado que deve ser alterado , quando as pessoas com 60 anos ou mais, passarão a 19% , em 2030 , e 29 % , em 2050, como pode ser verificado no gráfico a seguir sobre a “População Brasileira” :



Em Santos (2011, apud Pedro Hespanha), as estatísticas mundiais mostram que desigualdades na distribuição da riqueza, tornam –se cada vez mais tronam evidentes, apesar do crescimento dos fluxos de capital e trabalho, da extensão dos mercados, da globalização das políticas e dos progressos na comunicação, as oportunidades para melhorar o padrão de vida, são cada vez mais inacessíveis à maioria da população.

Na nossa concepção, apesar de todas as políticas desenvolvimentistas, o processo de marginalização atinge as diversas camadas da população, principalmente nos países periféricos, repercutindo nos ajustes estruturais e na exclusão social, sem

muita perspectiva de melhoria de saúde, transporte e outras situações que possam melhorar a qualidade de vida do cidadão, principalmente na sociedade envelhecida. Nesta análise, mais uma vez justifica a autonomia do idoso, em relação à dependência financeira e outras situações do Estado.

A desindustrialização faz crescer o emprego flexível nos serviços e, como citado, o processo paralelo de terceirização. Resultado disto é a visível crise do desemprego de longa duração e a generalização dos empregos precários, acentuando a necessidade de alternativas de renda e trabalho para a reprodução social, nas próximas décadas.

No editorial discutido, no início deste texto, encontro uma suposta contradição quando registra o combate do estado à pobreza com resultados marcantes nos últimos vinte anos, aumentando o poder de compra do salário mínimo com elevação de até 150 % desde 1994.

Todavia, é notório que os tributos comprometem a economia e a sustentabilidade de qualquer programa social. Podemos fazer uma análise do cenário das contas públicas, em relação a características demográficas do envelhecimento, a extensão das possibilidades de renda e direcionamento ao empreendedorismo, viabilizando a vocação dos idosos representados em novos modos de produção, por exemplo, quando aproveitados em atividades de pouco esforço físico com recursos da informatização e nas situações modernas que exigem a reciclagem da educação.

Na leitura de Boa ventura Santos diante da informatização, mostra-nos um processo importante na transformação da modernidade, que nos faz entender como se dá a flexibilização da mão de obra, que também ocorre na base das cadeias produtivas, dado o progresso tecnológico.

Mingione (Apud Santos, 2011 em 1998, p 166) sustenta que:

“As tensões críticas não se devem a superprodução de uma mão de obra de baixa formação educacional, mas a proliferação de oportunidades de emprego que não oferecem garantias adequadas de estabilidade, salário e condições de trabalho, capazes de favorecer a integração plena e duradoura de uma pessoa na comunidade em que vive... É nesse sentido que a crise do emprego se transforma em uma Crise social.”

Diante das reflexões de Mingione e Santos, encontramos duas linhas de pensamentos divergentes na concepção da modernidade, que, todavia, se somam e convergem a uma problemática, subordinada às funções do Estado, de

assegurar aos cidadãos a confiabilidade no sistema social, político e técnico, contra os riscos que garantem acumulação e hegemonia capitalista.

Para Santos (2011, p.168), o Estado – Nação, na atual fase de transição, busca a credibilidade da confiança e aceitação para o processo rumo à modernidade.

Este quadro de mudanças, que vem ocorrendo nas questões sociais, econômicas e políticas, tem no Estado papel decisivo, visando assegurar crescimento e estabilidade econômica, através da redução dos direitos trabalhistas, em prol da liberalização do comércio, privatização de empresas públicas e reforma fiscal, com reflexo nas políticas públicas, afetando classes menos favorecidas, em especial a pessoa idosa, que tem de provar sua capacidade laboral, diante da vocação e habilidades desenvolvidas ao longo de seu desenvolvimento humano e social.

O cenário de transformação é palco de nossa discussão e o trabalho é a centralidade de que resultam a desigualdade e conflitos sociais. Porém, é de suma importância, neste cenário produtivo e transformador, a discussão do tema que engloba o processo de transição da modernidade para a pós modernidade, este último prognóstico, diante das mudanças rápidas que a sociedade vivencia em tempo e local.

Na trajetória dessas transformações seguem tensões sociais que a sociedade vivencia em decorrência do desemprego mundial e da fragmentação dos postos de trabalho e, nesse cenário, vemos, em paralelo, resultantes descontroladas nas relações sociais, tais como violência urbana; problemas de moradia e precariedades estruturais e conjunturais das políticas públicas.

O processo transformador, visto no cenário da globalização, é uma vertente do Consenso de Washington (Neoliberalismo – 1989), centrada principalmente, na redução de gastos sociais pelo Estado, e em novas formas de contratação, que reduzem o custo das empresas. Obviamente, por traz dessa condição, surgem os impactos da globalização hegemônica, liderada pelos países centrais como Japão; União Européia e Estados Unidos, levando pobreza e desigualdade social aos países periféricos onde vivem cerca de 85,2 % da população mundial, cuja renda diminui em 20%, com 90 % dos habitantes sem recursos na saúde (*Fonte do Banco Internacional para a reconstrução e o desenvolvimento, 2011*).

Ao examinar a história, na diversidade da contemporaneidade, hoje não falamos simplesmente em duas classes sociais, enquanto referencia da sociologia clássica,

mas na aparição de novas classes sociais, a exemplo do trabalhador informal; o micro empreendedor; o terceirizado e outros, colocando-os numa situação conflitiva, em qual categoria devem ser classificados: O empregado ou empregador; proletário ou burguês ? Quando avaliamos a “exploração do homem pelo homem” e sua essência humana, pois em todas essas categorias mantem o perfil de força de trabalho, todavia, agora ,proprietários do proprio negocio.

Diante dessas condições vê-se a necessidade de processos adaptativos aos novos valores, inerentes as renovadas relações sociais, em constantes mudanças e informações integradas a rede da globalização.

No olhar antropológico, me apóio no pensamento do etnólogo frances Marc Augé quando diversifica seus estudos, voltando seu interesse para as realidades do mundo contemporâneo ao criar um importante conceito para a sociologia com seus contextos urbanos .

O texto de Marc Augé: *Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos*, ele se posiciona tratando das questões da globalização hegemônica, cujos impactos levaram a mudança da dinâmica urbana (“favelas”); desregulamentação Estatal afetando: mercado de trabalho (desemprego) e cidades desiguais (políticas públicas); fragmentação dos postos de trabalho; pobreza e desigualdade social; Interesses políticos (“conchavos”), discursos relativos ao *Consenso de Washington*.

O autor examina as relações da Antropologia com a Historia e critica o relativismo das teorias, enquanto doutrina contrária de uma idéia absoluta, categórica , afirmando que as verdades (morais, religiosas, políticas, científicas, etc.) variam conforme a época, o lugar, o grupo social e os indivíduos . Alem disso , enfatiza a pluralidade das sociedades humanas, atacando tambem o *discurso do consenso*, característico dos teóricos da pos-modernidade .

Entedemos que qualquer tipo de trabalhador , incluindo o mais idoso, não se permite a alienação . As forças sociais envolvem as dimensões política, econômica, educativa e cultural, que o levam ao poder positivo, resultado da organização e da ação do homem.

O ser humano esta preparado para novas atividades, pelo menos o trabalhador do Brasil, dado seu espirito criativo e de sobrevivencia, priorizando sua vocação, como no caso do micro empreendedor , citado anteriormente, que não admite a exploração e opressão da “carteira assinada” e parte para seu próprio negocio, ou

melhor dizendo, para sua propriedade privada. O trabalhador empreendedor aproveita da experiência acumulada, e do talento, transformando-se em busca de sua emancipação.

Para o sociólogo polaco Zygmunt Bauman (Apud Augé 1997), no processo de globalização é necessário compreender a condição emancipadora pós-moderna, mais especificamente no campo da antropologia. Sendo a sociedade globalizada um espaço que coloca em contato todos os tipos de diferença, ela amplia as possibilidades de embate entre espaços dialógicos, a ponto de entender as classes sociais e conhecer a contribuição de cada uma na reprodução social e desenvolvimento da humanidade.

O filósofo francês Jean-François Lyotard (1924 — 1998), um dos mais importantes pensadores na discussão sobre pós-modernidade, entende que à condição pós-moderna sobrepõe-se outra modalidade do social, modalidade esta que corresponde às obrigações do sistema, mas que permite iniciativa individual.

Dessa forma o marxismo contemporâneo fortalece a neutralização da alienação do proletariado, submissão consciente ao capital, que faz o homem negar a liberdade e permitir a apropriação de seus atributos humanos, a essência.

Portanto, o capitalismo não pode ser extinto, mas deve contemplar “um novo modo de produção” da sociedade trabalhadora e empreendedora e, em especial, para nossa discussão, o trabalhador envelhecido. Este trabalhador, acreditamos, está apto a se adaptar ao contexto contemporâneo, condição humana a ser fundamentada nessa pesquisa.

Nosso propósito é que atenda a emancipação social, ao mesmo tempo em que contribua para a reprodução e manutenção de um sistema socio econômico viável e, se possível, numa divisão de classes menos agressiva.

Pensamos que o capitalismo contemporâneo caminha para existência de trabalhadores conscientes e livres, atendendo as suas e as suas necessidades dos demais, muito além da simples prestação de serviços, mas contribuindo, através de sua vocação e talento, adquiridos ao longo de suas experiências profissionais e de vida. Contrariando o capitalismo clássico, paulatina e historicamente haverá tendência ao desaparecimento das relações de exploração e dominação.

Cremos na futura existencia de um modo de produção que viabilize a emancipação social e individual da pessoa cidadã como sujeito .

Não há utopia nesse pensamento, já materializado e incorporado na figura dos ambulantes; dos microempreendedores; dos profissionais autônomos e dos especializados contemplados na terceirização , os quais vivem num momento de transição até chegar a uma sociedade sem classe econômica.

Talvez algo parecido com a sociedade primitiva, com pequenos produtores que convivendo entre si , sem a dominação do homem sobre o homem, cuja mercadoria deixa de ser a força de trabalho e passa a ser a troca de serviços e experiências, quem sabe , inclusive, substituindo a forma de moeda pela efetiva troca de mercadoria ou a economia solidária .

Do ponto de vista antropológico , destaco o modelo de transição do capitalismo como diferentes modos de produção, cuja contribuição para a sociedade globalizada está na alteridade com outras culturas .

Acreditamos ser oportuno, para consenso das ideias apresentadas , apontar as críticas de Marc Augé (1997) após examinar relações da Antropologia com a História, uma reflexão do relativismo das teorias, enquanto doutrina, contrária a uma ideia absoluta, categórica, afirmando que as verdades (morais, religiosas, políticas, científicas, etc.) variam conforme a época, o lugar, o grupo social e os indivíduos. Além disso, enfatiza a pluralidade das sociedades humanas e atacando também, o "discurso do consenso", característico dos teóricos da pós-modernidade.

O autor mostra que a Antropologia, tanto na unidade como na diversidade da contemporaneidade, é necessária. Entende que sua tradição permita adaptar-se às mudanças da história. A adaptação significa levar em consideração as novas modalidades de simbolização em curso, as quais colocam em funcionamento redes de informação, instrumentos rituais dos indivíduos, e todas as instituições integradas por elas.

Ivo Tonet (1997) , dá ênfase ao pensamento : *Se os homens fazem a sua própria história, não menos verdadeiro é que eles a fazem nas circunstâncias históricas herdadas do passado .*

A interpretação desse pensamento significa o que a possibilidade de um novo modo de produção , que vivenciamos, representa para as ações humanas

historicamente condicionadas , ao mesmo tempo, todos processos sociais são desenvolvidos das variáveis históricas desta situação.

Na sociedade capitalista, o homem , ao ser submetido a alienação, destrói seu desenvolvimento, próprio do capitalismo clássico. Em decorrência , a cada época, é necessário que o homem , ontologicamente, encontre meios de adaptação a tempo e espaço, daí a alteridade entre culturas passadas e futuras.

3.4. O empreendedorismo alinhado ao crescente aumento da população idosa, para a reprodução social.

O empreendedorismo , ao direcionar produção e renda, como finalidade dos atos humanos, gera necessidades e possibilidades, subjetivas e objetivas, remetendo para além do trabalho : a essência do ser humano e a condição da autonomia.

Entre empreendedorismo e reprodução social, ocorre a articulação da independência social e econômica do idoso, a partir de quando é reconhecida sua liberdade produtiva, sua vocação e seu sentimento de capacidade.

As transformações, fruto do contemporâneo e da crise estrutural do capital, buscam novas formas produtivas que fundamentem a reprodução social e biológica do homem, premissa que nos levam ao foco deste estudo, ao entender que a condição humana do geronte estabelece novas habilidades e que o empreendedorismo é alternativa de desenvolvimento. O perfil destes gerontes é cada vez mais ativo , devido aos cuidados com a saúde, a prática de exercícios físicos e a mudança de hábitos, que pode ser comprovado em correspondência recebida, de uma pessoa de 75 anos de idade, comentando a evolução de sua vida empreendedora e as dificuldades encontradas (*Anexo 5*).

Todavia, ao analisar o lado econômico, surge a preocupação quanto a questões da renda desta população que apesar de não ser tão exagerada como em outros países, representa crescimento rápido e não planejado.

A grande discussão , da sociedade além do estigma da velhice , é se essas pessoas estão capacitadas para assumir novas metas de vida. Porém, como destacamos no projeto anterior, o fator pesquisado *Motivo dos idosos na busca de novas possibilidades de renda*”, em especial as variáveis . *Sentir-se útil para a sociedade* e *Ter uma nova profissão*, demonstra a forte vontade desses idosos em não excluídos da evolução socioeconômica.

Inovação e empreendedorismo são categorias que, alinhadas a capacitação e a vocação, tem caráter importante no desenvolvimento de novas habilidades para esses indivíduos e quaisquer outros nessas condições de empregabilidade.

Tais variáveis são fundamentais para o futuro do Brasil, no que tange a mudanças estruturais de sustentabilidade econômica e eliminação da pobreza, nas próximas décadas, quando a população se tornará mais envelhecida.

O tema empreendedorismo está ligado a criatividade, capacidade comum a todas as pessoas, utilizada em qualquer atividade humana; todavia, a criatividade envolve aspectos culturais, psicológicos, econômicos e tecnológicos.

Para Inácio (Apude, Alves, 2002, p. 12) , *O espírito empreendedor está relacionado com a satisfação de alguma necessidade, com a disposição para enfrentar crises, com a exploração de oportunidades, com a simples curiosidade ou com o acaso.*

Um dos primeiros autores a mostrar interesse pelo comportamento dos empreendedores foi Max Weber (1930). Ele identificou o sistema de valores como elemento fundamental para a explicação do comportamento empreendedor.

Weber via os empreendedores como inovadores, pessoas independentes cujo papel de liderança nos negócios (autonomia) conferia uma fonte de autoridade formal. (Inácio, 2004, p.24).

Em estudo, anterior a este, junto a ANG – Associação Nacional de Gerontologia / Seção São Paulo, tivemos oportunidade de apresentar um projeto piloto sobre empreendedorismo, cujo tema, significativo : *“A Inserção do idoso na Sociedade : Renda e Moradia”*, previa a discussão prática do idoso empreendedor, pensando em reprodução social e qualidade de vida; a ANG, na época era, parceira da Prefeitura do Município de São Paulo. A seguir, a íntegra da proposta :

Projeto Piloto : “ A inserção do idoso na sociedade : Renda e Moradia”

Sumário executivo: *Considerando o aumento progressivo de idosos em contingência de variáveis como: o decréscimo da fecundidade e; a longevidade, favorecida pela preocupação da saúde deste sujeito, vimos propor a criação da “Feira da Maturidade” com a presença de expositores exclusivamente maiores de 60 anos. Esta feira tem por objetivo a geração de renda para artesãos idosos no Município de São Paulo, incluindo a capacitação e formação para o processo de (re) socialização.*

Entendemos para a elaboração deste projeto, a elevação da expectativa e a melhora da qualidade de vida; ampliação das possibilidades no mundo do trabalho e o aproveitamento da experiência acumulada ao longo dos anos do sujeito idoso.

Em resumo o projeto consiste na criação da Feira da maturidade, como veículo de geração de renda, além de proporcionar a ocupação prazerosa do tempo livre desta faixa etária, bem como de favorecer possibilidades de renda a este grupo.

Apresentação da organização :

A ANG – Associação Nacional de Gerontologia / Seção São Paulo, fundada em 1985, é uma entidade de âmbito nacional com representação em quase todos os Estados da União no Distrito Federal e Municípios. É de natureza técnico – científica de utilidade social, sem fins lucrativos e sem distinção política, religiosa ou racial.

A ANG tem por finalidade precípua a melhora das condições de vida da população idosa brasileira. Esta Associação desenvolve ação política e técnica junto a órgãos públicos, entidades privadas e a comunidade em geral, reivindicando a adoção para as questões do envelhecimento.

A ANG é um grupo de profissionais, ligados a gerontologia, vem trabalhando no desenvolvimento de ações para a consolidação dessa importante entidade no Estado de São Paulo. Tem ainda por objetivo a discussão sobre os direitos sociais dos idosos, participando da luta pela garantia de melhor condição de uma vida para essa população.

Justificativa :

A ANG preocupada com a qualidade de vida dos sujeitos idosos da Cidade de São Paulo e Região Metropolitana, esta aliada ao GARMIC – Grupo Articulação para Conquista da Moradia do Idoso da Capital e ao Programa de Pesquisas em Políticas Públicas – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP/2003). Conforme aspectos sócio-demográficos relevantes deste programa constatou-se que em 8706 pessoas em situação de rua, 4676 pessoas estão localizadas no centro da cidade e 1559 pessoas no Distrito da Mooca. A subprefeitura da Sé tem um grande número de pessoas vivendo em situação de privação até as mais extremas, porém as “escondidas”, segundo a FAPESP, pois a população de rua não faz parte do censo demográfico. O mesmo acontece com população encortçada que não é devidamente contada sistematicamente pelo FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico). Nesta pesquisa constatou-se que as famílias idosas estão localizadas ao redor do centro histórico (Distrito de Belém e Pari); Zona Leste (Distrito Santana e Tucuruvi), mapa de vulnerabilidade social da população da Cidade de São Paulo. Da análise das entrevistas, no que tange as necessidades dos idosos, a moradia é ponto fundamental enquanto sobrevivência.

No programa de pesquisa, há uma tendência em quase todos os relatos dos entrevistados apontarem que suas necessidades, em geral, poderiam ser atendidas caso possuíssem trabalhos, renda satisfatória e moradia digna. Observou-se que a questão da renda aparece em primeiro lugar, considerando um indicador de autonomia, interação social e proteção familiar. A habitação foi expressa por quase todos os depoentes, como uma necessidade intrinsecamente relacionada às condições econômicas, associada à identidade, conforto, autonomia, segurança, qualidade de vida e dignidade.

Visão: *Ser uma feira de artesanato diferenciada por seus expositores e pela sua ação social.*

Missão: *Desenvolver e fomentar o aprendizado em potenciais artesãos, para a criação de feiras de artesanato da 3ª idade, com qualidade, diversidade e sustentabilidade.*

Objetivo: *Promover a geração de renda para artesão com idade superior a 60 anos e proporcionar o aprendizado aos idosos que queiram entrar neste ramo de atividade, assim como desenvolver cultura e arte em espaço público.*

Objetivos específicos: *Desenvolver novas habilidades no sujeito idoso, através da capacitação e a criatividade, para a produção de artesanatos como meio de sustentação econômica.*

Público alvo: (Previsão inicial de 60 participantes)

- 1) ANG – Associação Nacional de Gerontologia / Seção São Paulo;
- 2) GARMIC – Grupo de Articulação para Conquista da Moradia do idoso da Capital;
- 3) Núcleo de Atendimento ao Idoso- FUSSESP

4) População carente e moradores de rua, com idade acima de 60 anos.

Localização:

a) Praça D. José Gaspar – (Centro histórico / 1ª Fase)

b) Zona Leste (Local indefinido/ 2ª Fase)

Metodologia:

Processo	Justificativa
Levantamento Necessidades	Levantamento do perfil e informações junto ao público alvo, coletando aspectos sociais e profissionais, inerentes à capacitação e/ou desenvolvimento de habilidades artesanais;
Diagnóstico	Análise das necessidades levantadas; Avaliação da capacitação do idoso.
Ação	a) Elaboração dos programas de capacitação b) Seleção de Instrutores e alunos; c) Capacitação dos alunos idosos; d) Captação de recursos financeiros através de parceiros.
(Re) Ação	Avaliação dos resultados obtidos comercialmente e o acompanhamento da reação dos idosos

Considerações do projeto : Promover a socialização idosa na sociedade, provendo de condições empreendedoras, no que tange a ocupação e capacitação, como forma de renda e qualidade de vida, revitalizando o seu biopsicossocial.

Parcerias: Criar parcerias junto às entidades de representação empresarial, associações comerciais e de trabalhadores, capital e interior, promovendo cursos de qualificação e orientação ocupacional, além da fomentação, o subsídio econômico para sustentação deste projeto.

Apresentação do projeto: O projeto piloto é uma ampliação do grande projeto de direitos humanos, finalidade as condições de vida da população idosa brasileira, enquanto ação da ANG/ Seção São Paulo. Este projeto tem a possibilidade de três frentes de trabalho:

1ª Frente: “Feira livre de artesanato e afins, só para idosos”.

A dinâmica para a implantação desta frente de trabalho baseia-se inicialmente em:

- a) Levantamento do melhor local e região para o assentamento permanente, onde exista o maior fluxo de consumidores;
- b) Levantamento das habilidades destes idosos;
- c) Avaliação das habilidades atuais e as novas, viabilizando a sua capacitação de trabalho;
- d) A capacitação dos idosos inclui a formação de cidadania; educação formal; desenvolvimento de novas habilidades ou reciclagem, utilizando ou não das dependências da ANG;
- e) Ação burocrática junto a Prefeitura formalizando espaço físico e documentação;

2º Frente: “Cooperativa de Prestação de Serviços”

Desenvolver a melhor solução de valorizar a ocupação do idoso e autonomia, viabilizando o emprego de seus conhecimentos para a sociedade capitalista, através de:

- a) Conhecer as habilidades existentes e desenvolver as novas possibilidades;
- b) Capacitar através de cursos contínuos e formas de empreendedorismo;
- c) Criar juridicamente a exploração de serviços de interesse dos idosos e empresas parceiras.

3º Frente: “Inserção do trabalho dos idosos nas empresas de diferentes segmentos”.

- a) Viabilizar junto às empresas de segmentos do comércio; prestação de serviços e produção, o agenciamento da mão de obra idosa,

através da capacitação; socialização e serviços psicológicos para avaliação deste sujeito.

b) Agenciar a mão de obra junto às empresas, elaborando entrevistas de encaminhamento; manutenção de arquivos e a capacitação, na ótica do profissional requisitado e necessidades da empresa tomadora;

c) Viabilizar o pagamento de taxa administrativa a ANG, mediante os serviços prestados.

d) Para a continuidade deste estudo para implantação do projeto piloto em pauta, fica a critério da Diretoria da ANG/SP, esclarecimento da comissão responsável pela elaboração e aprovação.

Atenciosamente,

São Paulo, 10 de Abril de 2005.

José Bernardo Enéias de Oliveira

O Micro Empreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário (*fonte: www.portaldoempreendedor.gov*). Para ser um empreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano, não ter participação em outra empresa, como sócio ou titular, e ter um empregado contratado que receba salário mínimo ou o piso da categoria.

A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador, conhecido como informal, possa se tornar um Empreendedor Individual legalizado. Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilitará abertura de conta bancária, pedido de empréstimos e emissão de notas fiscais.

Além disso, o Empreendedor Individual será enquadrado no Simples Nacional, ficando isento de tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL); pagará apenas valor fixo mensal, destinado a Previdência Social e ICMS ou ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo. Com essas contribuições, o Empreendedor Individual terá acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria, entre outros.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, o Empreendedor Individual - EI, poderá trabalhar em sua residência e se formalizar através do Alvará de Funcionamento Provisório, para o Empreendedor Individual, concedido pelo município, regularizando a Instalação em áreas desprovidas de regulação fundiária legal, ou com regulamentação precária; Na residência do Empreendedor Individual, na hipótese de a atividade não gerar grande circulação de pessoas.

O Empreendedor Individual não poderá realizar cessão ou locação de mão-de-obra. Isso , significa que o benefício fiscal criado pela Lei Complementar 128/2008, é destinado ao empreendedor , e não à empresa que o contrata. Significa, também, que não há intenção de fragilizar relações de trabalho, não devendo o instituto ser utilizado por empresas para a transformar em MEI as pessoas físicas que lhes prestam serviços.

O MEI , mensalmente, deverá preencher um relatório com faturamento do empreendimento , com e sem emissão de notas fiscais . Pode ser de próprio punho e não precisa ser enviada a nenhum órgão, basta guardá-lo. Além disso, o empreendedor deverá manter as notas fiscais de suas compras e vendas. Não é necessário, também, informar qualquer órgão federal, estadual ou municipal , sobre faturamento, apenas para a Receita Federal do Brasil. Uma vez por ano, o Empreendedor Individual deverá fazer declaração do seu faturamento, enviar pela internet e nada mais.

Pudemos observar que 35% dos MEIs têm até 30 anos de idade; 2,8 milhões é o numero de MEIs existentes hoje no país , e que são 470 as atividades que podem se cadastrar como MEI, segundo anexo XIII da Resolução CGSN nº 94, de 29.11.11, artigos 91, Inciso I, e 92, parágrafo 2º (www.portaldoempreendedor.gov.br) , são abrangentes as oportunidades para diferentes categorias profissionais materiais e imateriais.

Portanto, o Micro Empreendedor Individual – MEI é mais uma alternativa de possibilidade de renda e trabalho, conforme talento e vocação da pessoa.

Abram Szajman, presidente da Federação do Comercio do Estado de São Paulo – Fecomercio e do Conselho Deliberativo do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE- SP), afirma que aumenta progressivamente o numero de negócios criados e administrados por pessoas com mais de 60 anos; são pessoas que buscam novos interesses ou adormecidos (Barros, 2009, pag. 28). Diante desta perspectiva, verificamos a Organização Mundial da Saúde revendo seus próprios critérios, estabelecendo que a idade referencial determinante de velhice, hoje, é de 75 anos, e não 65 anos, referencia anterior diante das perspectivas de crescimento da população idosa.

No capítulo introdutório deste estudo, demos ênfase a questão do bônus demográfico, frente ao crescimento sustentado da economia brasileira e , inclusive, a

condição do idoso nesse processo. É sabido que o crescimento da economia internacional tem ajudado a recuperação brasileira e existe um otimismo mundial com o desempenho dos “países emergentes” (Brasil, Rússia, Índia e China).

A partir destas colocações, faremos uma análise do sistema econômico, centrando nossas observações no Brasil, em particular na Região Sudeste, como subsidio a pesquisa, específica do Município de São Paulo, que concentra nossa população alvo.

Para estudo recente da Fundação SEADE (*Setembro de 2013*), o estado de São de Paulo terá mais idosos do que crianças e adolescentes em 2027 e, em 2050, eles serão aproximadamente 30% da população. Diante dessa perspectiva o segmento de idosos no mercado de trabalho tende a crescer.

Lembrando que o presente trabalho entende que a velhice não pode ser tratada de modo homogêneo para todos os indivíduos e, da mesma forma, a inserção no mercado econômico e do trabalho, que também depende de questões socioeconômicas localizadas.

Outro fato a ser evidenciado nesta pesquisa trata da questão que envolve o conhecimento e a educação deste idoso para empregabilidade, mais especificamente ao tratar a escolaridade como agente de transformação e libertação.

Em Wanderley (2010), novamente resgato a questão da Educação Popular, no seu texto *“Educação Popular metamorfoses e veredas”*:

“Para ser livres, encontrarem o “homem novo”, necessitam superar a situação opressora para atingir uma ação transformadora da busca do “ser mais”; a libertação é um parto doloroso, a superação da contradição que traz ao mundo esse homem novo – nem oprimido, nem opressor – é conquistada libertando, reconhecendo os limites da realidade opressora. (p22)”

Diante deste pensamento do grande mestre, que aprendi a admirar, cito Carlos Rodrigues Brandão (Apud Brandão, 1984, p.74), em seu criterioso estudo das interligações entre cultura popular e educação popular, que indica três tendências sucessivas: A educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização; A educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares; A educação popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político.

Enfatiza Wanderley: *“É a necessidade de que se abra para todos, seja efetivamente democrática, articule o ensino formal e o informal, aplique o interdisciplinar e o transdisciplinar (2010, p.25).”*

Camarano, no que tange questões do mercado de trabalho, aponta enfaticamente a associação de saúde e escolaridade:

“... A permanência do idoso no mercado de trabalho é o ponto de chegada de diversos fatores combinados, dos quais sobressaem aqueles ligados à saúde, mas também de escolaridade e de renda domiciliar. (2010)”

Sendo assim, queremos provar, na reprodução social da sociedade envelhecida , como conduta de autonomia e capacidade produtiva, que a escolaridade é fundamental neste processo, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro de idosos ocupados por tipo de vínculo, segundo escolaridade no Município de São Paulo:

Tipo de vínculo	Escolaridade				Total
	Sem instrução/ fundamental incompleto	Fund completo/ médio incompleto	Medio completo/ sup incompleto	Superior completo	
CTPS assinada	32,7	33,8	30,6	29,7	31,8
SEM CTPS assinada	22,1	18,3	14,2	8,3	16,8
Conta própria	37,0	34,6	38,9	39,1	37,5
Empregador	2,1	5,9	7,6	11,4	5,8
Funcionário público	1,5	3,7	4,5	9,4	4,2
Militar	0,0	0,2	0,3	0,0	0,1
Não remunerado	4,6	3,4	3,9	2,2	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo 2010; Elaboração: SMDU/ Deinfo

No quadro de idosos ocupados por tipo de vínculo, segundo escolaridade, no Município de São Paulo, observa-se que aqueles gerontes com baixa escolaridade estão sujeitos a precariedade de vínculos trabalhistas, ao contrário daqueles com maior escolaridade , principalmente com ensino superior completo.

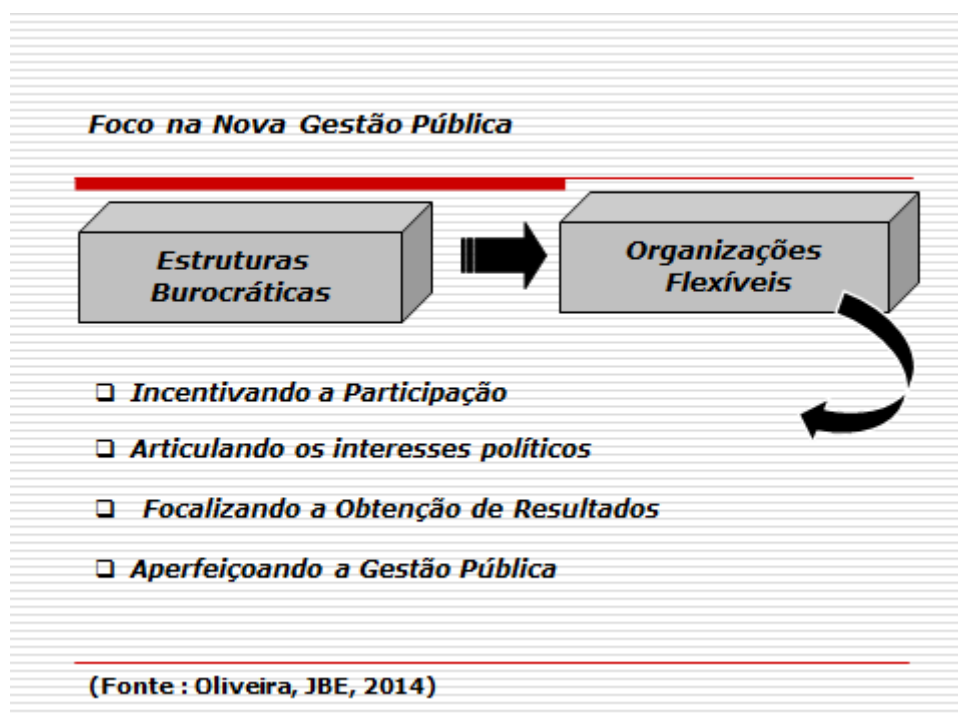
Assim sendo, os idosos sem instrução (22,1%) ou com fundamental incompleto , trabalham sem carteira assinada.

Os que trabalham por conta própria, aqueles com baixa escolaridade (2,1%) estão em menor número, diferente daqueles com escolaridade (11,4%), condição que fortalece o empreendedorismo, o que também queremos provar neste estudo.

Portanto, nesta direção, a educação não está apenas na vontade do cidadão, trata-se de um problema que envolve o Estado na ampliação das possibilidades de uma educação popular eficiente para a população como um todo, especificamente, para os idosos. Neste caso, buscamos na discussão junto as políticas públicas nacional e municipal, no âmbito local, para o direito transformador e libertador.

3.5. A ação empreendedora diante das Políticas Públicas:

O conceito sobre política pública é a interação entre estado e sociedade, inclusive no campo da economia. Para nossa pesquisa, ressaltamos a problemática da qualidade de vida da sociedade, mais ainda do sujeito idoso, enquanto em exercício pleno de cidadania. Nessa direção, as políticas públicas deveriam ter uma nova gestão, substituindo as estruturas burocráticas por organizações flexíveis.



Em nossa crítica, a política pública sempre esteve subordinada à política partidária, como agente manipuladora de votos e, como dissemos em algum momento, a administração dos hospitais e de órgãos responsáveis pela mobilidade urbana; a educação, assim como outros departamentos públicos que deveriam ser administrados por técnicos capacitados e especialistas das respectivas áreas, é conduzida por políticos.

Para o professor Geraldo Di Giovanni, da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP / Núcleo de estudos de Políticas Públicas – NEPP (2009), o Estado pode ter a sua intervenção através de interesses múltiplos, estruturais e de ideologias políticas. Em recente seminário de formação sindical, abordei, como palestrante junto ao Sindicato dos Comerciários de São Paulo, o tema, dentre outros, as políticas públicas. Nesta ordem, o principal fator de discussão fundou-se na idéia da natureza política que absorve os movimentos sociais.

A grande polemica, levantada entre os militantes, foi a ampliação da responsabilidade do Estado, quando este transfere obrigações sociais ao sindicato, responsabilizando-o, de certa forma, como órgão contra hegemônico e agente de mobilização da sociedade civil, com acúmulo de obrigações que deveriam ser de agentes públicos.

Por indicação de um dos sindicalistas, participante do seminário, foi abordado um texto do livro: *“Modelli Di Solidrietá”*, de Maurizio Ferreira (1989), que apresenta duas situações, coincidentemente, relatadas por Geraldo Di Giovanni, no trabalho sobre *“As Estruturas Elementares das Políticas Públicas”* (Caderno de Pesquisa nº 82 – UNICAMP/NEPP):

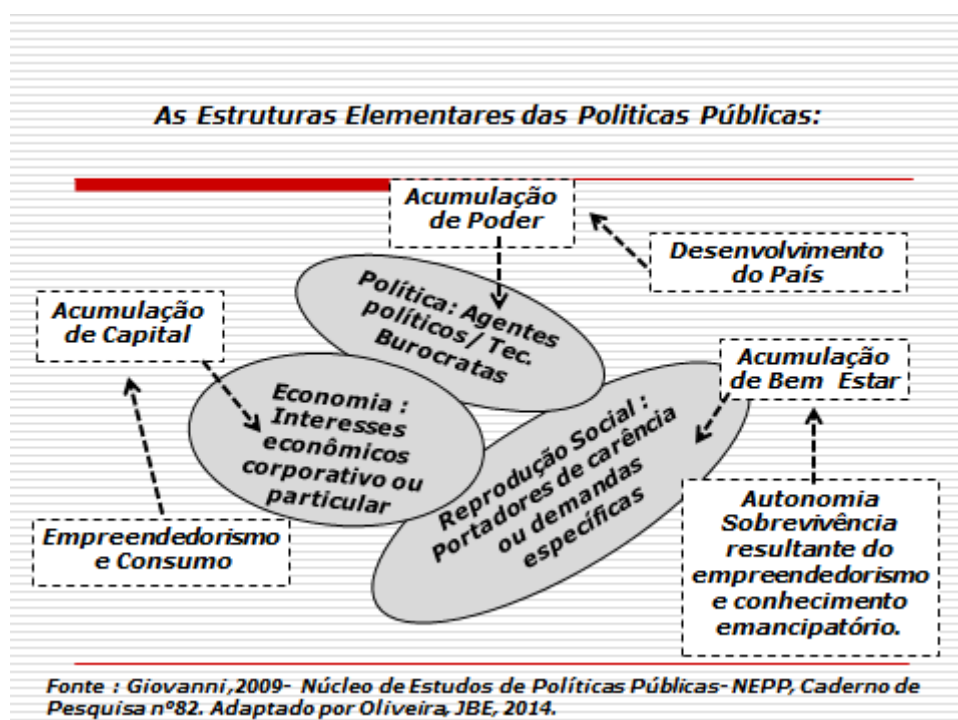
“Em 1908 o governo inglês atribuiu uma pensão de cinco xelins para pessoas idosas. Era um programa que hoje chamaríamos de transferência de renda (É um direito social que assegura a sobrevivência de famílias em situação de pobreza, por meio do acesso a renda, e a promoção da autonomia dessas famílias). Semanalmente os idosos dirigiam-se as agências de correios para retirar seu benefício. Muitos não conseguiam entender aquilo como ação do estado. Pensavam ser resultado da generosidade pessoal do agente postal, a quem retribuía com cestos de manca, ovos, patos, etc. Na Itália em 1993, o governo tentou retirar uma parte dos benefícios para medicamentos aos quais os idosos tinham direito. Houve uma verdadeira comoção nacional, com a união das centrais sindicais, passeatas, protestos e, por fim, o apedrejamento, pelos idosos enfurecidos de alguns líderes sindicais, que foram considerados “frouxos” na negociação com o governo”.

Os idosos têm direitos sociais , enquanto integrantes da sociedade, desta forma, também são responsáveis pela ação social em busca de seus interesses. Tais pessoas, não a exemplo do ato explorado por Maurizio Ferreira, mas de forma consciente , devem se organizar e requerer sua participação na formulação e implementação das políticas.

A discussão a respeito dos interesses dos idosos é complexa, quando questionada se é uma problemática localizada.

Para Giovanni (2009), as políticas públicas são atividades sociais e de interesses econômicos, políticos e de reprodução social , além de ser conjunto de regras, onde as pessoas e instituições participam da formulação e implementação.

O autor ressalta que sempre existe a probabilidade de superposição de interesses, definindo o curso da história. Apoiamos numa análise diagramada sobre políticas públicas de Geraldo Di Giovanni, onde adaptamos conforme interesse desta pesquisa:



Deste diagrama apropriamos algumas idéias que podem sustentar nossa pesquisa. No que tange ao princípio da transformação social, na visão ordenada pela reprodução social, cuja lógica é acumulação de bem estar, vemos o idoso

assumindo a autonomia, conquistando, com recursos próprios da condição humana, a independência do Estado vinculado a política pública e previdência .

A ordem econômica, através de empreendedorismo e desenvolvimento de novos negócios, atende a acumulação de capital, viabilizando consumo e crescimento econômico local. A ordem política provê agentes políticos e tecnocratas à acumulação do poder.

No ano de 2012 participando de uma das extraordinárias aulas do Professor Doutor Luiz Eduardo W. Wanderley, vi surgir entre os colegas , uma polemica discussão sobre a crise, no aspecto de mundialização, que atingiu a sociedade nas questões políticas, sociais, econômicas e culturais. Em algum momento discutiu-se os impactos crescentes na esfera do trabalho e, como cita Wanderley em seu artigo : *A Crise como momento de reflexão e criação* (Beozzo e Volanin, 2009, p.27), as manifestações globais de protesto, contrários ao sistema capitalista neoliberal, mobilizam as sociedades civis de inúmeros países contra o aumento do subemprego e desemprego.

Wanderley comenta sobre o sociólogo Boaventura Sousa Santos, quanto à importância da emancipação, e ressalta os grupos sociais oprimidos.

Este debate me fez refletir sobre os idosos no foco deste trabalho , sobre a reprodução social da sociedade envelhecida, na direção da resistência aos impactos sociais da crise propondo alternativas para sanar o desequilíbrio desta classe reprimida pela sociedade.

Neste viés a ruptura do tradicional entre Estatal- Privado, devem se concretizar alguns tributos sugeridos pelo autor (Beozzo e Volanin, 2009, p.32): A universalidade das políticas públicas e sociais; A democratização do Estado e da sociedade civil; O emprego de meios eficazes de controle social da sociedade sobre o estado, dos membros de cada grupo, associação, movimento, comunidade, etc; A transparência e visibilidade social das ações dos governos e das empresas.

Desta forma, para um Brasil desenvolvido e competitivo, com associação de nossos governantes políticos e empresários, deve ocorrer pelo menos o princípio da melhora de qualidade de vida da população.

Vemos nesse horizonte , em médio prazo, para não dizer em curto prazo, a rápida reforma política nacional, por ser ela mãe de todas as outras: As políticas públicas; trabalhista; tributarias; econômica e, inclusive , a partidária. Infelizmente a sociedade

fica a mercê da minoria política , detentora do poder por leis ultrapassadas, mantendo a população refém de programas convenientes ao seu pequeno grupo.

Não queremos ficar presos as propostas utópicas, nem filosofando sobre o que seria o ideal para o fortalecimento da sociedade, mas partir para ação que estabilize a necessidade das classes sociais e busque alternativas de desenvolvimento.

Temos consciência que a reprodução social da sociedade envelhecida pode ser barrada num processo de inércia , se não ocorrer a realidade emancipatória, continuar num mundo fragmentado , na incapacidade agir.

Vejo em Boaventura, no seu discurso emancipatório, que as pessoas têm grande consciência de seus direitos e sabem onde iniciar o processo de mudança.

Para tal, iniciamos com breve análise do que são políticas públicas, definindo como:

“Ações públicas é uma parceria entre os governos locais e as instituições públicas e/ou privadas, com a participação da sociedade civil, a ponto de viabilizar a qualidade de vida dos cidadãos em respeito aos direitos humanos e/ou sociais, com ou sem garantia da lei, sugerindo uma relação mais próxima entre o estado e as necessidades da sociedade civil (Oliveira, JBE, 2014)”.

Partindo desta análise inicial, as políticas públicas podem melhorar a qualidade de vida da população redistribuindo renda, ou , ainda, privilegiar setores dominantes da sociedade, aumentando concentração da renda e desigualdade social. Historicamente, ocorre o privilegio para alguns setores da sociedade, quanto à infraestrutura de indústrias e grandes investidores, bem como em relação à modernização, na substituição de trabalhadores por máquinas, utilizando do jargão *desenvolvimentista* como marca política. Além da promessa de beneficiar setores mais marginalizados. O ideário neoliberal trouxe como consequência, destruição da máquina pública e diminuição de investimentos em políticas sociais.

As consequências são a dependência e subordinação ao capital internacional, tendo como resultados o aumento das desigualdades, a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas , e o agravamento da questão social, representada pela pobreza, exclusão, violência e outros. Surgiram algumas mobilizações na disseminação de propostas de alternativas contra hegemônicas, as políticas neoliberais para construção do *novo mundo* , a exemplo do Fórum Social. Conclui-se que as políticas públicas difundidas pelo neoliberalismo são injustas, excludentes, colocando na miséria cada vez um número maior de brasileiros.

Sob a ótica contra hegemônica, as políticas públicas no Brasil, não conseguiram beneficiar a todos em igualdade de condições. Algumas vezes no desenvolvimento desta pesquisa, questionamos o que é qualidade de vida e, para nosso sujeito idoso, foco de nossa análise, definimos sobre o princípio do que seria uma vida com dignidade.

Este tema foi apresentado, durante o Congresso Nacional dos Dirigentes Sindicais, Representantes dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínio, ano 2013: Palestra sobre “A Política Econômica atual e as perspectivas para 2014” (*Fonte: Revista Oficial do Congresso Nacional dos Dirigentes Sindicais Representantes dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínio ano 2013*).

As reflexões apresentadas durante nossa exposição aos presentes reforçaram a importância em alinhar questões da produtividade à qualidade de vida, independente de qualquer classificação de trabalhadores, no que tange a mobilidade; saúde; educação, etc., mais ainda, a pessoa idosa, comprometida pelo desgaste físico do tempo, porém de grande potencial reunido nas categorias da experiência; comprometimento; responsabilidade e a forte vontade de viver em condições de igualdade com os demais nesta sociedade competitiva.

O tema que nos foi incumbido teve seu foco na produtividade e nas políticas desenvolvimentistas alinhadas às necessidades da sociedade como um todo, compartilhada pelos depoimentos de autoridades políticas, ao destacar condições de emprego em relação às políticas econômicas do país.

O evento, em alguns momentos, nos deu oportunidade de explorar reflexos da economia globalizada na local, sobre questões das perspectivas de emprego. A seguir reproduzimos reportagem sobre nossa exposição:

2º DIA DE PALESTRAS FENATEC & CONATEC 2013
“A política econômica atual e as perspectivas para 2014”

“Com a palestra de José Bernardo Enéias de Oliveira, os participantes do congresso presenciaram uma explicação rica e sucinta acerca das economias mundial e nacional e de suas prováveis consequências futuras, para a classe Trabalhadora brasileira.

A exposição também trouxe reflexões sobre o impacto que o povo brasileiro pode sofrer graças aos problemas econômicos e sociais de outros países. “O crescimento da China pode neutralizar o avanço do Brasil e a guerra política que acontece na Síria pode aumentar o preço do petróleo” (esclareceu Bernardo).

Já a respeito de como a economia pode afetar a classe trabalhadora nacional, Bernardo foi objetivo. “A economia é diretamente ligada aos

índices do Produto Interno Bruto (PIB). Se o PIB cai, o fator econômico do trabalhador entra em degradação e, necessariamente afeta as classes excludentes”, ressaltou, demonstrando que a economia mundial é, na verdade, uma reação em cadeia. “Após recuo do PIB, previsões para o crescimento econômico do Brasil são negativas”

(Fonte :<http://www.conatecbr.com.br/attachments/article/75/Revista%20Conatec.pdf>),

A seguir reproduzimos, pelo interesse deste tema, a tela em que, na ocasião , aludimos sobre os Programas de Aceleração do crescimento nacional, sugerindo algumas manobras contra hegemônicas

**Programa de Aceleração do Crescimento
-PAC : “ Manobras Contra Hegemônica”**



- **Medidas de infraestrutura social (habitação, Saneamento e transporte em massa)**
- **Medidas para estimular crédito e financiamento**
- **Área ambiental**
- **Desoneração tributária**
- **Medidas fiscais (Pleno emprego e baixa inflação)**

Fonte: Revista Oficial do Congresso Nacional dos Dirigentes Sindicais Representantes dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínio ano 2013 / Palestra sobre "A Política Econômica atual e as perspectivas para 2014 (Oliveira, JBE)

Com informações da Agência Brasil o Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) teve queda de 0,6% no segundo trimestre de 2014 em relação aos primeiros três meses do ano, resultado que faz o Brasil entrar na chamada "recessão técnica".

Essa condição se configura por dois trimestres consecutivos de crescimento negativo do PIB. No primeiro trimestre de 2014, o PIB revisado do Brasil caiu 0,1%, e segundo dados um dos principais fatores que levaram a queda foi diminuição do consumo das famílias, causado por restrição de crédito, endividamento das famílias e sentimento de insegurança , conforme verificado na tabela que segue :

Variação do PIB brasileiro, comparado a outros países no ano 2014

<i>Local</i>	<i>PIB (%)</i>	<i>Principais fatores que causaram o fraco desempenho do PIB no primeiro trimestre de 2014:</i> <i>a) Crise econômica na Zona do Euro;</i> <i>b) Desaquecimento da economia da China;</i> <i>c) Fraco desempenho da economia dos Estados Unidos.</i> <i>d) Diminuição do consumo das famílias, causado por: restrição de crédito, endividamento das famílias, sentimento de insegurança</i> <i>e) Queda no setor da indústria: 0,8%;</i> <i>f) Queda dos investimentos de 2,1%.</i> <i>g) O crescimento fraco do setor de serviços: apenas 0,4%.</i>
<i>Brasil</i>	<i>0,1</i>	
<i>China</i>	<i>7,4</i>	
<i>Coréia do Sul</i>	<i>0,9</i>	
<i>Estados Unidos</i>	<i>- 2,1</i>	
<i>Japão</i>	<i>1,5</i>	
<i>Reino Unido</i>	<i>0,8</i>	
<i>Alemanha</i>	<i>0,8</i>	
<i>Chile</i>	<i>0,4</i>	
<i>México</i>	<i>0,28</i>	

Fonte: Dados divulgados pelo IBGE em 30 de maio de 2014

Segundo a OCDE - Organização de Cooperação Internacional de Desenvolvimento Econômico, composta por 34 países com sede em Paris, prevê queda de 0,5% para a economia brasileira em 2015. Entre onze economias, o Brasil é o único com a expectativa de resultado negativo no Produto Interno Bruto (PIB).

A expectativa é que a China cresça cerca de 7% ao ano em 2015 e 2016. A Índia terá uma expansão de 7,7 % em 2015 e de 8% em 2016.

As perspectivas da OCDE para o crescimento dos EUA é 3,1% este ano e de 3% em 2016, enquanto o Reino Unido deverá avançar 2,6% em 2015 e 2,5% em 2016. A expansão do Canadá está projetada em 2,2% este ano e 2,1% em 2016. O Japão deverá crescer 1% em 2015 e 1,4% em 2016 .

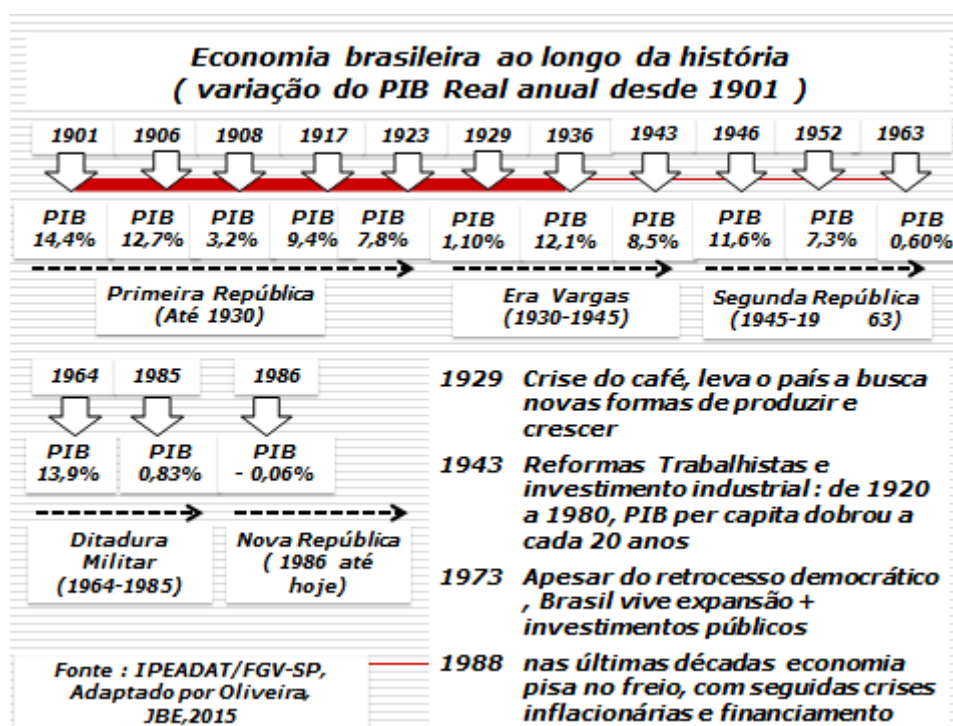
O baixo preço do petróleo e a flexibilização da política monetária estão impulsionando o crescimento nas principais economias do mundo, mas o ritmo da expansão econômica no curto prazo continua modesto, destaca a OCDE. Para a organização, a forte demanda doméstica tem impulsionado o crescimento nos Estados Unidos, ajudado também pela valorização do dólar.

Na avaliação da OCDE, a zona do euro deverá se beneficiar de baixos preços do petróleo, do estímulo da política monetária e da depreciação do euro para escapar da estagnação econômica.

No Japão, os desafios para crescimento a longo prazo permanecem. A desaceleração gradual na China deverá continuar. A Índia deve ser a economia com o mais rápido crescimento nos próximos dois anos, enquanto as perspectivas tendem a piorar para muitas nações exportadoras de commodities, com o Brasil.

Sendo assim, é necessário avaliar o real discurso sobre políticas emancipadoras estratégicas, que estimulem a criação de novas formas de reprodução social no contexto Brasil, bem como uma melhor revisão das políticas públicas.

Para ter maior argumento de análise de uma política emancipatória, a seguir fazemos uma análise do PIB nacional desde 1901, como pode ser verificado no quadro a seguir, época que o País registrou uma das mais altas taxas de crescimento, a população passou de 17,4 milhões para 169,6 milhões; o Produto Interno Bruto se multiplicou por cem; e a expectativa de vida saltou de 33,4 anos em 1910 para 64,8 anos no final do século. Continuamos, porém, com o desafio de promover uma distribuição de renda mais justa, reduzindo a pobreza e a exclusão social.



O forte crescimento da economia do país no período conhecido como milagre econômico, ocorrido no final dos anos 1960 e início dos 1970, durante a ditadura militar, ganhou destaque graças aos índices de crescimento obtidos pelo Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, a riqueza gerada não foi distribuída igualmente entre

os setores da economia. Para aqueles que viviam de salário mínimo, por exemplo, o período representou um retrocesso.

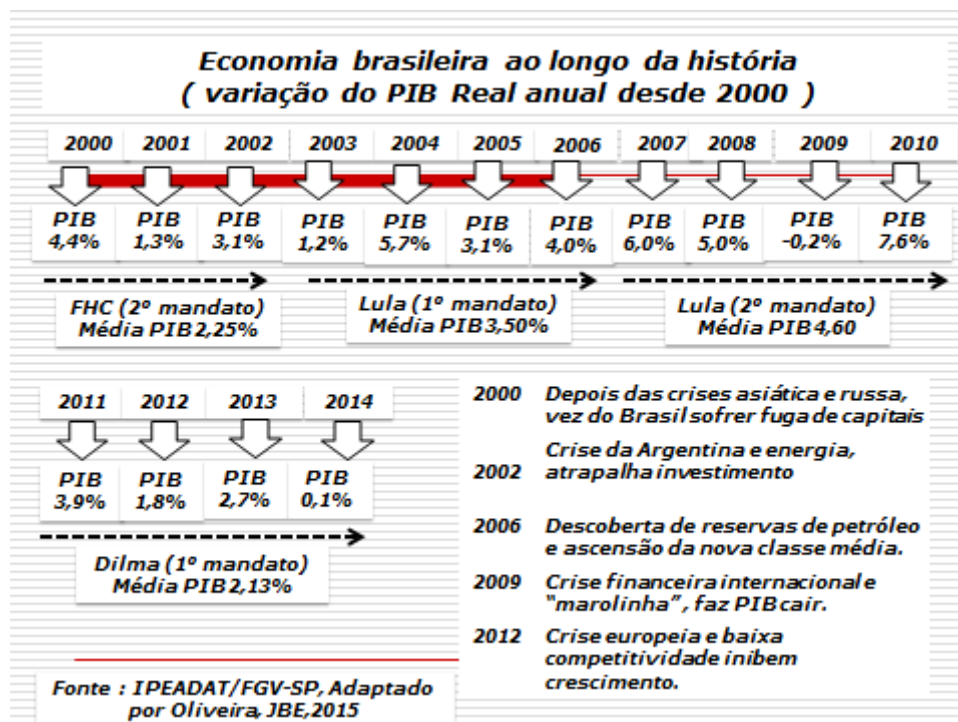
Nos anos 60 e 70, houve uma retomada do investimento público em infraestrutura, apoio ao processo de industrialização, combinado muitas vezes com restrições ao crescimento do salário, especialmente do salário mínimo. Portanto, um contingenciamento do crescimento de base na economia, favorecendo uma formação de preços sem pressão de custo de salário, destaca o diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, Clemente Ganz.

Na década de 2000 o avanço da inclusão social, com programas como o Bolsa-Família e os sucessivos aumentos no salário-mínimo, possibilitou a ascensão de 30 milhões de brasileiros à classe média o que fortaleceu seu mercado consumidor, tornando-o mais atraente para os investidores internacionais elevando seu investimento estrangeiro direto. Somado ao surgimento da "nova classe-média", a retomada dos investimentos em infraestrutura, como transporte e energia, sustentaram o crescimento econômico até a crise mundial de 2008.

A indústria brasileira encolheu em média 0,3% ao ano desde 2011, de acordo com dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comparando a evolução da indústria dentro do período de cada um dos recentes presidentes da República, a média anual do governo Dilma Rousseff é a pior desde Fernando Collor de Mello.

A produção industrial é mais um indicador que confirma o fim do ciclo de crescimento que o Brasil conheceu na década de 2000. O que nos falta, provavelmente, é eficiência, devemos melhorar a infraestrutura do país, a burocracia e a qualificação profissional.

A ideia é que a única forma de garantir o crescimento do PIB no médio e longo prazo teria sido reduzir os problemas estruturais que afetam a competitividade das empresas brasileiras - como a complexa burocracia e sistema tributário do país, as deficiências de infra-estrutura e a escassez de mão de obra qualificada.



Em nosso modo de pensar , quaisquer processos de desenvolvimento social e econômico se conjugam pelas políticas publicas e, por sua vez, é função do Estado desempenhar sua administração a favor do bem estar social, no que tange a educação, transporte, saúde e, de modo geral, a sustentabilidade econômica daquela região.

Esta questão seria simples se o planejamento público fosse administrado por técnicos especializados. A má administração faz com que ocorra o repasse dos gastos públicos a população em geral, aumentando os impostos e/ou transferindo a responsabilidade aos grupos organizados da sociedade civil, que inclui sindicatos, associações empresariais, ONGs e outros.

Na nossa análise, sem ser tratada como critica, mas na busca de alternativas para a sustentabilidade econômica e social, percebe-se a deficiência das condições básicas para qualquer sucesso de crescimento do pais. Entendemos que as políticas públicas ao invés de serem travadas com a função de promover o bem estar da sociedade, ao contrario , resultando num palco de competição entre a garantia de interesses políticos eleitores e os beneficio de determinadas regiões (e/ou pessoas).

Estamos , ao longo deste estudo, pontuando a necessidade de novos modos de produção , atendam a população de idosos que crescerá nos , cuja implicação não

esta somente no desenvolvimento econômico, mas também em questões sociais, como renda e trabalho, com risco de degradação social.

É medida urgente, que sirva de alerta ao Estado, se este já não estiver atento ao cenário das contas públicas e demográficas do país, como, por exemplo, a mudança das regras da previdência.

Nossa intenção não é fomentar o risco ou a crise, muito menos ser pessimista, mas buscar alternativas para evitar o caos. Devemos pensar no potencial emancipatório de alternativas nas formas de organização econômica, baseadas na autonomia do envelhecido para o futuro próximo.

Não vemos como reforma radical do capitalismo, mas processo emancipatório de autonomia voltado não só à sobrevivência, mas a plena contribuição para uma economia não seja mais controlada pelos países centrais, que levaram à sociedade em plena desigualdade.

O idoso, nesta categoria social excluída, diante da precária condição de vida, sofre com as influências deste ideal neo liberalista.

Em Santos (2005, p: 27-29), encontramos três características negativas desta economia capitalista: A produção de desigualdades sociais, no que tange aos recursos e poder, oprimindo as classes submissas e dependentes; A relação de concorrência confundindo benefícios pessoais com solidariedade, onde o sociólogo cita o conceito de alienação em Marx; A exploração crescente dos recursos naturais em nível global, colocando em perigo as condições físicas de vida na terra, esgotando os recursos naturais que permitem a reprodução.

O autor propõe alternativas produtivas como as cooperativas de trabalhadores e economia regionais baseadas nos princípios de cooperação e solidariedade. Ainda, distingue três vertentes da produção não capitalista: a) Exploração das teorias sociais associativas (Socialismo de mercado); b) Economias informais (Desenvolvimento alternativo); c) Movimento ecologista dando sustentabilidade ao desenvolvimento econômico.

Os modelos de emancipação social, desenvolvidas na visão deste sociólogo, quando discute tentativas de recuperar autonomia econômica, vem o destaque da economia solidária a qual, na visão do Ministério do Trabalho e Emprego, durante O Conselho Nacional de Economia Solidária, precedida de conferências temáticas, municipais, territoriais e estaduais, com o tema: “Construindo um Plano Nacional da

Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”, é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

Destas idéias preferimos resumir no quadro a seguir, apontando suas principais características, até como suporte das discussões que seguem neste texto (Santos,2002) :

Socialismo de Mercado	Economias Informais	Movimento Ecológico
1. Origem na Inglaterra em 1826, paralelo ao capitalismo indústria; 2. Oposição as misérias causadas pelos baixos salários e condições de trabalho desumano; 3. Apoio aos bens de consumo barato e de boa qualidade para vender aos trabalhadores; 4. Associativismo baseado na defesa de uma economia de mercado e a crítica ao Estado na preferência a sociedade civil; 5. Inspira na prática econômica de autonomia, democracia, igualdade e solidariedade; 6. As cooperativas de trabalhadores, como oposição a desigualdade da economia capitalista.	1. Origem na Suécia, 1970, contra desenvolvimento econômico neoliberalista; 2. Os pressupostos: • Base na crítica as políticas dominantes; • Opor as iniciativas exclusivas do estado e elites econômicas que geram a marginalização; • Privilegiar a ação social local das comunidades marginalizadas; • Ceticismo em relação à economia centralizada e em formas de produção capitalista, controladas pelo Estado. 3. Propor alternativas com iniciativa coletivas, contrariando a separação entre capital e trabalho; 4. Estratégias econômicas autônomas, com iniciativa de autogestão das empresas populares.	1. Surge na década de 80; 2. Luta contra o colonialismo com a autonomia local; 3. Contrário ao paradigma eco socialista cosmopolita com formas mais igualitárias, solidárias e sustentáveis.

Quadro das alternativas:
"Produzir para viver, os caminhos da produção"

(Fonte: Santos Boaventura Souza: Produzir para viver, os caminhos da produção, 2002, adaptado por Oliveira, JBE, 2014).

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

A primeira vista, na leitura sobre *economia solidária*, nos faz pensar em utopia e, de certa forma, contrariar as ideias do empreendedorismo que esta pesquisa vem desenvolvendo, como recurso da reprodução social da sociedade envelhecida. Um pensamento que vem é a dificuldade em aceitar este novo paradigma da produção, que não é novo, mas estranho ao pensar em renda numa situação oposta ao capitalismo tradicional, vivenciado por todos nós na sociedade ocidental.

Outra insegurança é uma produção sem lucro, quando direcionamento desta pesquisa é justamente o encontro de alternativas que proporcionem sustentação e meios econômicos ao idoso.

Este modelo nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, a base do capitalismo. Todavia, para estabelecer uma crítica e entender como o conceito se ajusta em nossa pesquisa e se relaciona com o empreendedorismo, apoiamos a análise de Paul Singer, Economista, Sociólogo e Professor titular da USP em desenvolvimento econômico (Santos, 2005), quanto a questão da economia solidária.

O sociólogo apresenta a *economia solidaria* como invenção dos operários nos primórdios do capitalismo industrial, reposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulada” das máquinas – ferramentas e motor a vapor do início do século XIX. A principal iniciativa destes trabalhadores é a recuperação do trabalho (*renda*) e a autonomia econômica, aproveitando novas forças produtivas.

Para Singer, o capital da empresa solidaria não é remunerada e não há lucro, onde os trabalhadores indiretamente são seus proprietários e a finalidade básica é a qualidade e quantidade do trabalho. O excedente anual (*sobras*) nas cooperativas é decidido pelos trabalhadores: Uma parte destina-se ao (re) investimento e outra parte pode acrescer o valor das cotas dos sócios que tem o direito de sacar por ocasião da sua retirada da empresa. Também ocorre outro destino, onde as cotas

sobradas, que podem ser destinadas a um fundo de educação, saúde, etc. Desta forma, o capital da empresa solidaria não é remunerado sob quaisquer pretextos. As modalidades das economias solidarias, podem ser resumidas no quadro a seguir:

Modalidades das economias solidarias	
Cooperativa De produção	É a modalidade básica da economia solidaria e as relações sociais de produção.
Cooperativa e Comercialização	a) Composta por produtores autônomos individuais ou familiares (Camponeses; taxistas; profissionais liberais; Artesãos; etc.), que fazem suas compras e vendas em comum; b) O ganho das operações comerciais é distribuído proporcionalmente.
Empresa solidária ou cooperativa Mista	a) É a cooperativa de consumo que pertence aos consumidores associados dos serviços ou produtos; b) A finalidade é proporcionar satisfação ao menos custo aos cooperados; c) Muitas vezes contratam trabalhadores assalariados, fazendo com que estas empresas solidarias não façam parte das economias solidarias.
Cooperativa De crédito	a) Empresas de intermediação financeira; b) Para ser solidaria, os trabalhadores que operam profissionalmente sejam sócios delas.
<i>Fonte: Santos(2002): Produzir para viver, os caminhos da produção, adaptado por Oliveira, JBE, 2014).</i>	

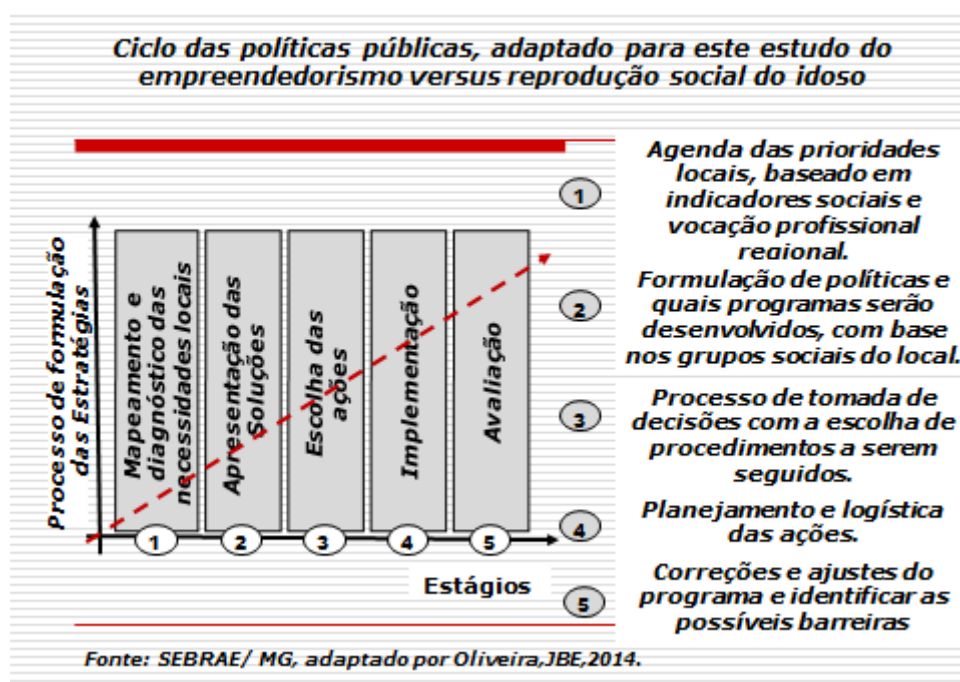
Diante desta reflexão, apontamos como exemplo o Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, com a proposta de potencializar oportunidades empreendedoras.

Este programa foi desenvolvido visando geração de empregos e renda, bem como, preservação de culturas locais e criação de uma mentalidade empreendedora; para tal, as ações adotadas são a capacitação de artesãos e multiplicadores, estruturação de núcleos produtivos do segmento artesanal, feiras e eventos para comercialização de produção artesanal e turismo.

No interesse deste estudo, vimos ser possível o desenvolvimento de programas econômicos e sociais, desde que os atores políticos, se conscientizem da atuação e preparo técnico, e não político, desempenhando o papel de análise correta e prazos de aprovação do orçamento que define gastos das políticas públicas; da elaboração das políticas municipais e outras ações que não demandem somente tempo para os conchavos partidários.

Desta forma, o modelo empreendedor que viabiliza a reprodução social da sociedade envelhecida, através de programas educacionais e alternativas que incentivem a inserção do trabalhador e/ou empresário idoso na sociedade, deve ocorrer em ações planejadas distribuídas em fases que se interligam.

Como norte deste processo, encontramos no SEBRAE/ MG – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais, o ciclo das políticas públicas (Políticas Públicas: conceitos e práticas/ supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff - Belo Horizonte: SEBRAE/ MG, 2008), adaptado para este estudo, os estágios necessários ao processo de disseminação dos programas para o empreendedorismo local , conforme esquematizado na figura a seguir.



Estágios:

- a) *Mapeamento e diagnóstico das necessidades locais:* É a formação de agenda que envolve as prioridades locais, baseado em indicadores sociais e vocação profissional regional;
- b) *Apresentação das soluções ou alternativas:* Formulação de políticas e quais programas serão desenvolvidos, com base nos grupos sociais do local. Para tal sugerem-se os passos iniciais de conversão dos indicadores e estatística, análise de preferência da sociedade local;

- c) *Escolha das ações*: Processo de tomada de decisões com a escolha de procedimentos a serem seguidos;
- d) *Implementação*: Momento do planejamento e logística das ações, incluindo o monitoramento das variáveis internas e externas;
- e) *Avaliação*: Momento que deve tratar das correções e ajustes do programa e identificar as possíveis barreiras

Uma questão que prevalece nas novas possibilidades de inserção do idoso no cenário econômico, são as leis alternativas com que as políticas públicas visam o desenvolvimento de empresas, principalmente no tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas.

Nesta linha de pesquisa, vemos que o artigo 179 da Constituição Federal de 1988, prevê que:

“A União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”.

Outro fato importante são estudos recentes, no que tange políticas públicas, como forma de torná-las mais eficientes e eficazes, administradas pelos Municípios, fazendo com que cada cidade tenha responsabilidade de operacionalizar programas, conforme a especificação daquele local.

Neste texto, que envolve ações do Estado, queremos justificar a possibilidade de ocorrência de procedimentos, referentes a políticas públicas, que venham fortalecer alternativas produtivas e, enquanto órgãos controladores, a abertura de possibilidades para reprodução social dos idosos. Sendo assim, os negócios locais passam a estabelecer estratégias de captação de recursos numa gestão empreendedora em cidades empreendedoras.

Vale a pena insistir nos efeitos do capitalismo neoliberalista e a intensa intervenção da globalização que, em locais menos estruturados, levou a desemprego e queda de empregos formais, tendo como consequência aumento da pobreza e dificuldade de inclusão social.

Nisto a sociedade ficou a mercê do estado, que, por sua vez, refém das políticas dos países centrais, sem como praticar, por intervenção do “estado mínimo”, ações de transferência de renda e emancipação à população excluída. A marca da

incompetência dos gestores públicos é a falta de planejamento e de normas governamentais, além da incapacidade de pensar num projeto de inclusão social.

As precárias ações dos programas sociais de cada município tiveram a marginalização dos menos capazes aumentada, no caso dos sujeitos idosos, somada ao estigma da sociedade, tornando-se ainda mais prejudicados neste processo.

Ao longo deste tempo de pesquisa que nosso estudo vem propondo, observamos a necessidade de cada município, diante da globalização localizada, assumir estratégias de inclusão social, principalmente dos mais estigmatizados e , nesta perspectiva, a eliminação do clientelismo e o paternalismo, que só aumentam os gastos públicos com modelos de ações sociais não planejadas e desperdícios. Nesta trajetória, o Brasil perde as possibilidades de ser uma grande nação independente.

Chamamos a atenção, neste sentido, ao pouco interesse , talvez nenhum, obviamente sem fazer quaisquer tipos de crítica partidários, mas refletir sobre o sistema político, no que tange a sua deficiência administrativa em formular estratégias ao combate à exclusão social, com parca contribuição sobre o futuro do envelhecimento social e o aumento da população idosa, futura referência ao desenvolvimento do país.

Em Pochmann (2007), mencionam três componentes básicos como estratégias de inclusão social, viabilizando este estudo e a aplicação sobre a reprodução social da sociedade envelhecida, o qual por uma questão de melhor reflexão do tema preferimos reproduzir no quadro a seguir sobre *“Os componentes que devem envolver uma estratégia de inclusão social”*:

"Os componentes que devem envolver uma estratégia de inclusão social":

<i>Políticas Redistributivas</i>	<i>Ações de transferência de renda, fundamentais para garantir algum tipo de segurança financeira para as famílias pobres e trabalhadores desempregados.</i>
<i>Políticas Emancipatórias</i>	<i>Ação pública comprometida com a educação, capacitação, articuladas com a promoção da emancipação social e política.</i>
<i>Políticas Desenvolvimentistas</i>	<i>Ações relacionadas ao compromisso público com a autonomia da população excluída, em combinação com os outros componentes do desenvolvimento econômico.</i>

Fonte : Fonte: Desenvolvido por Alexandre Guerra; Rodrigo Coelho; Dulce Cazzuni, 2008. Adaptado por Oliveira, JBE, 2014.

Incorporando estes componentes na questão da inclusão do idoso, referência deste estudo, entendemos que políticas redistributivas, pensando numa questão local, em alguns municípios, oferecem a oportunidade de mudar sua condição sociopolíticaeconômica, dando suporte ao desenvolvimento do próprio negócio , envolvendo sua habilidade e vocação no processo empreendedor.

Políticas emancipatórias, comprometidas com cidadania e educação, após a garantia de renda provinda das políticas redistributivas, capacitação e/ou reciclagem das atividades profissionais, bem como a incorporação a este desenvolvimento do conhecimento, permitem solucionar questões básicas do empreendedorismo, tais como alfabetização e educação orçamentária.

Falamos aqui , no desenvolvimento deste estudo, sobre o conhecimento do idoso, nas diferentes possibilidades de renda , através do trabalho assalariado e dos autônomos. Por ultimo, nas políticas desenvolvimentistas, que operam no sentido da autonomia econômica e social, combinando os componentes políticos redistributivos e políticas emancipatorias.

Observamos, nos governos anteriores e atuais, ações redistributivas de renda, associadas a programas como:

1) *Programa de Garantia de Renda Mínima Municipal no Município de São Paulo pela Lei nº 12.651. O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal – mais conhecida como Programa Renda Mínima é um programa de transferência de renda que assegura a melhoria das condições de vida do grupo familiar, por meio da concessão de benefício financeiro. Tem como objetivos promover o acesso do grupo familiar à rede socioassistencial do território do Município; estimular a frequência escolar e fortalecer os vínculos familiares e a convivência comunitária. Ressalta-se que o benefício é concedido às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social cadastradas no Banco de Dados do Cidadão (BDC).*

2) *Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza extrema e de pobreza. É um programa do Governo Federal com condicionalidade nas áreas de saúde e educação.*

Os objetivos do Programa Bolsa Família são: promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de saúde, de educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza extrema e pobreza; combater a pobreza; e promover a intersetorialidade, a complementariedade e a sinergia das ações do Poder Público.

3) *Programa Renda Cidadã é um programa de transferência de renda do Governo do Estado de São Paulo, tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional mediante ações complementares e transferência direta de renda.*

Nos parece que , estes programas foram mais atos político eleitoreiros , do que sociais de inclusão, implantados sem estudo prévio ou, inicialmente, sensibilizando a sociedade excluída em como utilizar estes benefícios com a preparação da economia domestica e orçamentária, utilizando os beneficio para compra de aparelhos eletrônicos ou outros produtos supérfluos, perdendo seu real objetivo.

Em alguns municípios, a exemplo da cidade de Osasco, existe o Comitê Gestor do Centro Publico de Economia Popular e Solidaria e da Incubadora Pública de Empreendedorismo Popular Solidário, cujas ações estão direcionadas para o desenvolvimento econômico da cidade, através da inclusão social, das quais tivemos oportunidade de vivenciar, como *Membro Efetivo do Conselho Consultivo da Incubadora de Empresas de Osasco* (posse em 03 de Dezembro de 2009, com registro em Ata, na presença de membros da Associação Comercial e Empresarial de Osasco, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Secretaria de Indústria Comercio e Abastecimento da prefeitura do Município de Osasco).

São projetos inerentes a políticas públicas locais, tais como : criação de incubadoras de empresas incentivando a formação de distritos industriais, feiras e exposições para dinamização do comercio local, urbanização e execução de programas de

educação empreendedora nas escolas, incentivo ao microcrédito, desburocratização etc.

Na visão local dos munícipes empreendedores, a prefeitura, através de sua Secretaria de Indústria, Comércio e Abastecimento, com apoio do SEBRAE local adotou, na gestão empreendedora, algumas funções que na época foram consideradas essenciais para o desenvolvimento, como pode ser verificado a seguir:

**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da IEEO-
Incubadora de Empresas de Osasco**

*Aos 11 dias do mês de Agosto de 2010, após prévio contato por meio de carta, telefone e/ou e-mail, realizou-se, às 09H35, na ACEO – Associação Comercial e Empresarial de Osasco, Rua Dionísia Alves Barreto, nº 701 – Jd Bela Vista – Osasco – SP, reunião de membros do Conselho Consultivo da Incubadora de Empresas de Osasco (IEEO). O Sr. Sérgio Manójo, diretor da ACEO saudou os participantes e logo em seguida passou a palavra ao Sr. José Monção, Diretor da Prefeitura, que também fez uma saudação aos presentes e informando que assumiu recentemente a Diretoria de Comércio e Serviços da Secretaria de Indústria e Comércio fez rápida explanação sobre os motivos da reunião do Conselho Consultivo, ou seja, com o fim do Convênio do SEBRAE que deu origem a realização do Projeto de Incubadora de Empresas em Osasco desde 2006, era importante a presença dos conselheiros, enquanto membros de entidades fortes nesta parceria, para discutirmos os novos rumos que a incubadora deveria tomar daqui para frente. Em seguida foi proposta uma rodada de apresentações dos membros do Conselho Consultivo e suas respectivas entidades que se fizeram representadas: BANCO DO BRASIL – Sr. Igor, representando o Senhor Gerente Geral Osvaldo Katsuji Takikawa, em período de férias; CAIXA ECONOMICA FEDERAL – Sr. Abelardo; ACM – ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS – Sr. Sérgio Manójo; SEBRAE/SP – AR Osasco – Sra. Clausimara; SESCON – Dr. Amir Gomes, representando o Sr. Valdeir Ferreira Resende; ACEO – Sr. Denis Mello; SENAI – Sr. Adilson Francisco Maria; UNIBAN – Professores Sérgio, Denílson e **José Bernardo Enéias de Oliveira**, e UNIFIEO – Professora Zilá Grazziotin; Sr. Serge Henry Ojeda – da empresa Wiseminds, representante eleito das demais empresas incubadas, e Sr Mario Chiba, Coordenador da Incubadora de Empresas que passou a conduzir a reunião. O Sr Chiba repassou um breve histórico da incubadora desde sua fundação, primeira etapa com FIESP/SEBRAE /PMO e Bradesco e segunda Fase sob gestão da ACEO até o fim do convenio ACEO/SEBRAE/PMO. Foi também pautado pelo Sr Mario Chiba a situação das empresas ali incubadas, bem como, sobre os projetos que cada uma delas está desenvolvendo. Falou do suporte em infra-estrutura que a Prefeitura tem dispensado, além do aluguel, recursos humanos e materiais; do suporte em sala para reuniões, divulgação da incubadora e ajuda na cobrança da taxa de rateio com empresários realizados pela ACEO. Informou que esta taxa de rateio encontra-se atualmente com alguns empresários inadimplentes e que está estudando uma forma mais justa de cobrá-los, tais como, metro quadrado utilizado por empresas, etc. Explicou que pelas alterações estruturais que ocorreram recentemente pela perda do convênio SEBRAE, que as atuais*

necessidades das empresas instaladas na Incubadora, demandam uma participação mais direta dos membros do Conselho Consultivo e suas entidades na vida da incubadora e na sobrevivência dos incubados. Como exemplo, o coordenador Mário informou que muitas das incubadoras de empresas em atuação no país têm como parceiros os centros de conhecimento, que são faculdades, centros universitários e universidades, para que seja aliada a teoria à prática das empresas. Foi proposto que os representantes do SENAI, da UNIFIEO e da UNIBAN presentes, juntamente com os demais centros universitários e faculdades que hoje estiveram ausentes – SENAC, Faculdade Anhanguera, FIPEN, FAC-FITO e Faculdade Fernão Dias integrem núcleo dos centros de conhecimento de apoio às empresas da IECO, efetuando acompanhamento direto através de consultorias das mais diversas áreas de conhecimento, tais como:- contabilidade, marketing, custos, etc., e especificamente com relação ao SENAI, pela cooperação técnica, utilização de pessoal e laboratórios. O Professor José Bernardo Enéias de Oliveira da Uniban, manifestou-se positivamente às demandas elencadas colocando-se à disposição para que tirássemos do papel e fôssemos à prática. Já a Professora Zilá da Unifio pautou sobre as necessidades de conhecermos melhor as vocações regionais para podermos pensar na situação das empresas pós-incubadas. O Denis da ACEO disse que estas questões suscitam o porquê apoiar e o como apoiar e sugeriu a criação de grupos temáticos. Clausimara do SEBRAE/SP- AR Osasco informou que embora o convênio tenha sido extinto, sua instituição continuará na parceria oferecendo os apoios técnicos necessários aos empresários, como consultorias de gestão empresarial. Quanto à participação em feiras para exposição de produtos, o SEBRAE contribuirá com 40% do valor e o restante é por conta do empresário. Foi proposta também pelo Sr Chiba a participação dos agentes financeiros no patrocínio das empresas incubadas, principalmente nas despesas com participação de feiras e eventos, apoio tecnológico, comunicação, etc. O Sr Abelardo da Caixa Econômica Federal informou que precisa avaliar como participar enquanto Banco Público numa situação de real fomento e não de negócios e sugeriu que o Igor do Banco do Brasil e demais agentes financeiros também pudessem pensar juntos como direcionar recursos para investimentos. O Dr. Amir do Sescon sugeriu que buscássemos apoio da CIESP Castelo para que nos ajudem a viabilizar estas propostas. Com relação aos atuais parceiros, foi informada a continuidade de participação, como segue: ACEO, na disponibilização de estrutura (auditório e sala de reuniões), divulgação online (link em site), disponibilização de página na revista da entidade, e administração financeira quanto ao recebimento de taxas de rateio e pagamento das despesas da IECO. SEBRAE/SP- AR Osasco – consultorias de gestão empresarial, mediante prévio agendamento, e tão logo sejam disponibilizados, recursos do Sebraetec para aperfeiçoamento de produtos das empresas. A ACM, pelo Sr. Sérgio Manójo estudará forma de beneficiar aos empresários, familiares e funcionários na prestação de seus serviços de recreação. O SESCON será solicitado a colaborar na identificação de empresas que tenham potencial para serem pré-residentes ou associadas à IECO, que poderão utilizar da consultoria que o núcleo universitário se dispor a prestar às empresas do Projeto, quaisquer que sejam as modalidades – pré-residentes, residentes (incubadas) ou associadas. A outros membros do Conselho serão solicitados os apoios, cada qual em sua expertise, de forma a conjugar esforços para que possa dar às empresas, apoio técnico-empresarial que permita seu desenvolvimento. Durante a reunião foram debatidos vários questionamentos sobre agência regional de desenvolvimento, formas de fomento, pós-incubação,

dados sobre o mercado local, regularização legal perante a Prefeitura, ou seja, parecer técnico da Secretaria de Assuntos Jurídicos e de Finanças sobre os aspectos legais da incubadora neste novo momento sem o convenio do SEBRAE/ACEO/PMO, etc. O Conselho deliberou o seguinte: REUNIÕES TEMÁTICAS:1) Núcleo dos Centros de Conhecimento – UNIFIEO, UNIBAN e SENAI – reunião no dia 15/09, às 09h00 horas, para estruturação das consultorias e atuações diretas nas empresas – a serem convidadas (SENAC, Faculdade Anhanguera, FAC-FITO, FIPEN e Faculdade Anhanguera) a integrarem este núcleo; 2) Núcleo Financeiro – ACEO/Nossa Caixa Desenvolvimento, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – reunião no dia 21/09, às 09h00 horas, para estudo de alternativas que possam apoiar financeiramente as empresas, quer em eventos, linhas de financiamento, etc. A ser convidado o Banco Bradesco S.A. para integrar este núcleo. Estas reuniões ocorrerão nas instalações da Incubadora de Empresas de Osasco – Avenida dos Autonomistas, 4111 – Centro. Ficou agendada nova reunião geral do Conselho Consultivo, para o dia 19 de Outubro, às 09h00, na ACEO, onde serão levadas as resoluções das reuniões temáticas, recebimento de novas alternativas dos membros do Conselho Consultivo e adoção de medidas que atendam às imediatas necessidades das empresas. Deliberou-se também sobre a necessidade de criação de grupo de trabalho para estudo de outros modelos de incubadoras de empresas, obtendo-se subsídios para nova estrutura operacional. Através de novo formato, desenha-se uma nova Incubadora, com autonomia, personalidade jurídica, administração de recursos próprios, suporte geral às empresas e que proporcione como contrapartida aos parceiros da IECO a visibilidade institucional, agregando os valores de empreendedorismo e inovação a cada empresa/organização participante do projeto. Não havendo novas deliberações, a reunião encerrou-se às 11h30min. Osasco, 31 de Agosto de 2010. Mário Chiba; de acordo José Monção da Silva;

Na sequencia dos trabalhos, decorreu um pensamento desenvolvimentista , cuja proposta deveria associar o conhecimento a sociedade industrial com a meta de crescimento da produção e da infra-estrutura, com participação ativa da prefeitura e , como resposta , o crescimento empreendedor da região.

Supostamente, na época, tratava de um debate neoliberalista , porem a intensão era direcionar ao aumento dos investimentos em infraestrutura, saúde e educação, alem do crescimento da economia local , apoiado na relação tripartite entre as Universidades, Empresários e o Governo municipal .

O norte era a criação de incubadoras de empresas, com o projeto de desenvolver pequenas empresas ou microempresas, apoiando-as nas primeiras etapas de suas vidas, inovando através do conhecimento científico, patrocinado pelas universidades.

A seguir uma pequena amostra do que se pretendia realizar, apresentando o registro de uma palestra proferida por nós nas dependências da Prefeitura de Osasco , para

implantação do projeto. Infelizmente, não atingimos a meta pela falta de apoio financeiro e o comodismo das Universidades da região.

**Ata de reunião das Incubadoras de Empresas da
Cidade de Osasco :**

As entidades presentes através de seus respectivos representantes : UNIBAN; FITO; FIEL; SENAI; SENAC; CIETEC (Centro de incubadoras, conveniadas pela Secretaria do Desenvolvimento do Estado de São Paulo); Prefeitura do Município de Osasco (Secretaria de Indústria e Comércio e Abastecimento)., dão início a reunião periódica , com a exposição do professor José Bernardo Enéias de Oliveira , coordenador pedagógico da Universidade Bandeirante – UNIBAN , explorando tema incubadora de empresas, “entendendo como estímulo ao empreendedorismo na medida em que fortalece e prepara pequenas empresas para sobreviver no mercado.(mais da metade da micro, pequenas e médias empresas, (56%), fecha as portas até o terceiro ano de vida, segundo dados do Sebrae). Uma incubadora de empresas busca oferecer as pequenas empresas apoio estratégico durante os primeiros anos de existência. Estima-se em cerca de 1.100 o número de empresas residentes nessas incubadoras, o que representa a geração de cerca de 6.100 novos empregos.A Incubadora é uma proposta do Governo Federal em conjunto ao SEBRAE.Basicamente o objetivo de uma incubadora é reduzir a taxa de mortalidade das pequenas, empresas. A proposta da reunião é que cada Universidade adote um grupo de empresas, numa relação institucional, acompanhando o seu desenvolvimento organizacional e tecnológico. É a substituição dos serviços do SEBRAE, que diminuiu o seu corpo de consultores no atendimento dessas empresas. A Prefeitura de Osasco apresenta um projeto Empresa x Escola, com o intuito de viabilizar o crescimento econômico regional. (O pré projeto será encaminhado posteriormente aos presentes). O pré projeto com base na vocação da sociedade empresarial e a população, em conjunto as Universidades dará a contribuição científica através de seus professores especializados e alunos, subsidiando planos de negócios e assessoria tecnológica e ensino as empresas incubadas, em troca de acréscimo a orientações de Trabalho de conclusão de curso e preenchimento dos Currículos lattes dos professores, exigência do Ministério de Educação.Entendendo a preocupação presente dos representantes das universidades, qual a consequência jurídica, no que tange as ações trabalhistas futuras e convivência comercial destas empresas assessoradas, fico a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Considero tais funções como analogia, que pode implicar como parâmetro na reprodução social do idoso: Preparo das pessoas e grupos de convivência, para a inserção do mercado econômico por meio da educação, informação e comunicação; Integração aos diferentes setores e mercados, integrando o capital e trabalho. Exemplo foi o desenvolvimento da informática como fator importante no mercado de trabalho; Estimulo a inovação nas empresas, viabilizando novos

serviços e produtos; Atrativos aos empresários, criando empreendedores parceiros. Para isso, programas de capacitação e crédito acessíveis.

A experiência abordada neste processo de gestão empreendedora, acumulada na participação desenvolvimentista da cidade de Osasco, é o destaque do tripé: Desburocratização; Desoneração e Inovação, modelo de sustentabilidade ao empreendedorismo.

3.6. As perspectivas econômicas da população brasileira e as condições que afetam o empreendedorismo:

Nosso interesse nesta abordagem é analisar alguns dados sobre a população brasileira e a sua motivação empreendedora, além de ter um caráter ilustrativo e comparativo em relação à capacidade de empreender da população idosa, estabelecendo um norte comparativo na pesquisa de campo deste projeto.

Na perspectiva econômica nacional, em recente patrocínio de um estudo pelo SEBRAE - SP, sobre *“Cenários para as MPEs (Micro e Pequenas Empresas) no Brasil entre 2009 a 2015”*, as MPEs serão as grandes geradoras de emprego, pontuando: Em 2015 existirão pelo menos 8,8 milhões de empreendimentos registrados no país, sendo 4,8 milhões no comércio; 2,9 milhões nos serviços e um milhão na indústria; Os homens continuarão sendo a maioria dos empreendedores, apesar do avanço das mulheres; Os empreendedores terão mais renda, maior escolaridade, mais idade e utilizarão forma mais intensiva a internet, computadores e celulares.

Na mesma linha, outro importante estudo, o projeto *GEM (Global Entrepreneurship Monitor)*, em âmbito mundial e, no Brasil, conduzido pelo Instituto da Qualidade e Produtividade (IBQP), parceria técnica e financeira do SEBRAE, com apoio técnico do *Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas*, pesquisou a população nacional sobre o empreendedorismo e novos negócios. Optamos, como interesse, em função desta pesquisa, por envolver as pessoas do Estado de São Paulo, para mais tarde afinar, com mais especificidades, no Município de São Paulo, foco deste estudo.

A Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) reuniram uma população de 82 milhões de habitantes, equivalente a 42 % da população brasileira, faixa etária entre 18 a 64 anos.

As tabulações dos resultados estão alinhadas em duas colunas comparativas, sendo uma com indicadores da Região Sudeste , e outra com Brasil, que verificam, de modo geral, as percepções sobre empreendedorismo, da população pesquisada, conforme verificado nas tabelas que seguem:

Tabela 1: Mentalidade Empreendedora da região Sudeste e Brasil (Fonte : GEM Brasil, 2012)

(*) As questões foram respondidas por empreendedores e não empreendedores.

Pesquisa junto a população adulta brasileira	Região Sudeste	Brasil
Afirmam conhecer pessoalmente alguém que começou um novo negócio nos últimos dois anos	32,5%	33,7%
Percebem para os próximos anos boas oportunidades de começar um novo negocio na região onde vivem	50,3%	50,2%
Afirmam ter conhecimento , habilidades e a experiência necessários para se começa um novo negócio	51,5%	54,0%
O medo de fracassar impediria que comesçassem um novo negocio	37,0%	35,5%
A maioria das pessoas gostaria que todos tivessem um padrão de vida parecido	86,5%	83,0%
Consideram o inicio de um novo negocio como uma opção desejável de carreira	87,4%	88,1%
Aqueles que alcançam sucesso ao iniciar um novo negocio tem status e respeito perante a sociedade	83,8%	84,8%
Vê frequentemente na mídia ,histórias sobre novos negócios bem sucedidos	87,7%	85,0%

Na tabela 1, 51,5 % da população consideram ter conhecimento, habilidade e a experiência necessária para começar novo negocio. Em contrapartida, 37,0 % afirmam que o medo de fracassar impediria que comesçassem um novo negocio.

Tabela 2 : Sonho dos brasileiros

Pesquisa junto a população adulta brasileira	Região Sudeste	Brasil
Viajar pelo Brasil	51,9%	50,2%
Comprar casa própria	47,1%	48,0%
Ter seu próprio negocio	44,3%	43,5%
Viajar para o exterior	34,2%	33,0%
Ter um diploma de ensino superior	32,9%	31,6%
Comprar um automóvel	31,5%	36,4%
Ter plano de saúde	30,8%	29,9%
Fazer carreira numa empresa	26,7%	24,7%
Formar uma família	18,3%	16,1%

(Fonte : GEM Brasil, 2012)

Na tabela 2, 44,3 % da população adulta brasileira sonha em ter seu próprio negócio, contra 26,7%, que quer fazer carreira numa empresa.

Tabela 3 : Fatores limitadores que afetam o empreendedorismo

<i>Pesquisa junto a população adulta brasileira</i>	<i>Região Sudeste</i>	<i>Brasil</i>
<i>Políticas governamentais</i>	<i>77,4%</i>	<i>80,6%</i>
<i>Apoio financeiro</i>	<i>48,4%</i>	<i>51,6%</i>
<i>Educação e capacitação</i>	<i>35,5%</i>	<i>45,2%</i>

(Fonte : GEM Brasil, 2012)

Na tabela três, as condições que se referem a fatores favoráveis, 58,1 % se sentem confortáveis em empreender, diante do clima econômico, contra 38.7% das normas sociais e culturais. Em fatores limitantes, 35,5 % referendam à educação e capacitação.

É interessante notar que o item “opinião sobre dinâmica e apoio do empreendedorismo feminino”, avaliado como fator favorável, apesentou na Região Sudeste, em relação ao Brasil, uma média significativa. O empreendedorismo feminino, ao que parece, tem recebido incentivo.

Outro destaque é o fator limitante em relação às políticas governamentais, com valor pouco mais positivo na Região Sudeste, ao comparar com Brasil.

A observação que pode ser feita, no que tange questões de incentivo do governo ao empreendedorismo, é a preocupação levantada no texto introdutório de nossa pesquisa, quando trata do crescente aumento da população idosa e de como amparar, com subsídios públicos, saúde; aposentadoria e outros, sem deixar de pensar em alternativas de reprodução social para essas pessoas envelhecidas.

Na tabela 4, o GEM analisa taxas de empreendedorismo, segundo as características demográficas de gênero, faixa etária, escolaridade, renda e escolaridade. Pode-se perceber que empreendedores iniciais encontramos, entre

os adultos do sexo masculino, na faixa etária entre 35 e 44 anos, curso superior e faixa de renda entre 6 a 9 salários mínimos.

Tabela 4 : Estágio de desenvolvimento do empreendedorismo
(Fonte : GEM Brasil, 2012)

Características demográficas	Empreendedores Iniciais	Empreendedores Estabelecidos	Total
Gênero			
Masculino	15,3%	17,6%	32,4%
Feminino	13,0%	13,8%	26,1%
Faixas etárias			
18-24 anos	15,2%	2,6%	17,8%
25-34 anos	16,9%	12,8%	28,8%
35-44 anos	17,1%	20,6%	36,7%
45-54 anos	9,9%	23,3%	33,0%
Acima 60 anos	7,9%	20,1%	27,2%
Grau de escolaridade			
Nenhuma educação	0,0%	20,0%	20,0%
1º grau completo	11,4%	20,8%	31,2%
2º grau completo	15,3%	14,2%	29,0%
Superior completo	17,5%	12,4%	29,6%
Pós graduação	9,6%	15,7%	25,3%

Entre empreendedores estabelecidos encontram-se, também, adultos do sexo masculino, entre 45 e 54 anos, com escolaridade , pós graduação incompleta e renda de seis a nove salários mínimos. Comparando os dados de Brasil, percebe-se que a diferença mais significativa se dá no grau de escolaridade ; enquanto no Sudeste, entre empreendedores em estágio inicial , não foram encontrados sujeitos com nenhuma educação formal, no Brasil este percentual atingiu 7,6%.

Ao fazer uma análise sob a ótica do bônus demográfico, transformação populacional pela qual o Brasil passará nos próximos anos até 2020, estudiosos do Banco Mundial entendem que a força de trabalho (pessoas na ativa) será muito maior que a população dependente e que essa transição pode ser benéfica para o país, evitando as temíveis dificuldades sociais, fiscais e institucionais do futuro.

O país poderá aumentar seu PIB per capita em até 2,48 pontos percentuais por ano nesse período, segundo informações disponíveis no site do Banco Mundial. Essa vantagem dependerá de uma série de políticas públicas que precisam ser implementadas com urgência, principalmente nas áreas de educação, saúde e previdência.

Segundo esses estudiosos, a velocidade da transição no Brasil está muito acentuada. Eles afirmam que a população idosa (65+) irá mais do que triplicar nas

próximas quatro décadas, de menos de 20 milhões em 2010 para 65 milhões em 2050, passando a representar quase 50% dos habitantes do Brasil.

O lado negativo pode começar a ser sentido em 2020, se nada for feito, isto por que a taxa de crescimento do grupo etário de 15-59 anos irá se tornar negativa e o crescimento da população será puxado somente pelo número de idosos.

Competitividade, lucro e investimentos de empresas brasileiras serão afetados, bem como a sustentabilidade das contas públicas. Por esta razão é urgente encontrar formas de financiar os gastos fiscais associados ao aumento da idade da população e estimular a poupança e o desenvolvimento econômico e social do país (Cox, LAC, USA, 2011).

Verifica-se que o maior numero de empreendedores em estagio inicial encontram-se nos empreendedores do sexo masculino, entre 25 e 34 anos, com segundo grau completo e renda inferior a três salários mínimos.

Na avaliação do bônus demográfico, a população ativa espera do governo o aproveitamento produtivo destas pessoas, todavia, pouca coisa esta sendo feito na capacitação destas pessoas.

Entre empreendedores estabelecidos, as maiores proporções também se encontram na idade entre 35 e 44 anos, com segundo grau completo e renda entre três a seis salários mínimos.

Na tabela 5, define a motivação como alavanca do empreendedorismo, por oportunidade ou por necessidade. Os empreendedores por necessidade são aqueles que iniciam empreendimento autônomo por não possuírem melhores opções de trabalho, abrindo um negocio a fim de gerar renda para eles próprios e para suas famílias.

Os empreendedores por oportunidade optam por iniciar um novo negocio mesmo quando possuem alternativas de emprego e renda, para manter ou melhorar o sustento próprio e/ou da família ou pelo desejo de independência. Ressaltamos que para a faixa etária acima dos 60 anos a taxa de motivação fica em 75,0%.

Tabela 5 : Perfil dos empreendedores em relação a Motivação

<i>Características demográficas</i>	<i>Empreendedores Em relação a motivação</i>
<i>Masculino</i>	<i>80,0%</i>
<i>Feminino</i>	<i>67,0%</i>
<i>18-24 anos</i>	<i>71,2%</i>
<i>25-34 anos</i>	<i>72,5%</i>
<i>35-44 anos</i>	<i>83,3%</i>
<i>45-54 anos</i>	<i>61,1%</i>
<i>Acima 60 anos</i>	<i>75,0%</i>
<i>Nenhuma educação formal</i>	<i>0,0%</i>
<i>1º grau completo</i>	<i>80,0%</i>
<i>2º grau completo</i>	<i>76,2%</i>
<i>Curso superior completo</i>	<i>69,8%</i>
<i>Pós graduação completo</i>	<i>100,0%</i>

(Fonte : GEM Brasil, 2012)

Nessa perspectiva , Santos (2002) ao pregar a contrahegemonia do modelo atual neoliberalista, tem um olhar não só econômico, mas cultural e político, em relação a globalização , quando analisada de forma localizada e dependente das necessidades dos parceiros transformadores.

Num olhar voltado a transformação, pensamos ser necessárias ações políticas e estratégias sociais, sendo que , estas ultimas, promovam o melhor aproveitamento do potencial de cada cidadão e dos grupos, oferecendo alternativas de desenvolvimento econômico e não ficar inerte no âmbito da política burocrata.

Todavia, o que se percebe é um movimento de fragmentação e desordem, que não é capaz de atender as expectativas de crescimento dos grupos excluídos. Em breve entendimento pessoal, os excluídos não estão sintetizados nas classes sociais mais pobres ou nos idosos ou nos deficientes físicos, mas a sociedade como um todo, que não se sujeita as ideologias neoliberais dos países centrais.

Para o fim da exclusão social é necessário buscar alternativas, de transformação, que venham de encontro ao planejamento e organização da estrutura política e social .Refirimo-nos as ações sociopolíticas , formatando leis com pensamento de assegurar os menos favorecidos, sem dependência e subordinação aos grupos majoritários do poder e ao Estado.

A proposta de alternativas contra hegemônicas para o embate, tambem refere-se a união de forças num modelo com referencia ao “pacto social”, na relação tripartite ,

cuja conduta desenvolvimentista estabeleça entre os principais atores sociais: Estado e a Sociedade civil, formada pelos Empresários e Empregados , um " Brasil melhor", começando com a reforma das políticas públicas , trabalhistas e econômicas, que auxilie no processo empreendedor, atentando aos menores juros; melhores escolas; saúde, habitação, mobilidade etc. Trata-se da criação de um instrumento de diálogo e negociação do Estado com a sociedade civil organizada (Empregados e Empresarios) ,para a estruturação das propostas de mudanças na legislação a serem encaminhados pelo Poder Executivo à apreciação do Congresso Nacional.

Na atitude Contra hegemônica dos sindicatos das categorias profissionais e econômicas, como defesa dos trabalhadores e empresários, especificamente no que tange as condições de trabalho e desenvolvimento dos micro empreendedores e empreendedores individuais, como empreendedores, é importante a retomada do Fórum Nacional do Trabalho - FNT, cujo objetivo é promover a democratização das relações de trabalho por meio da adoção de um modelo de organização sindical baseado em liberdade e autonomia; Atualizar a legislação do trabalho e torná-la mais compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional, de maneira a criar um ambiente propício à geração de emprego e renda.



Em 2004 , as questões relativas às Reformas Sindical e Trabalhista vinham sendo ampla e exaustivamente discutidas . Durante o governo anterior, houve uma tentativa frustrada de promover mudanças significativas na estrutura da legislação trabalhista com o Projeto de Lei 5.483, de 2001, que alterava o art. 618 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT (*As empresas e instituições que não estiverem incluídas no enquadramento sindical a que se refere o art. 577 desta Consolidação . O Quadro de Atividades e Profissões em vigor fixará o plano básico do enquadramento sindical- poderão celebrar Acordos Coletivos de Trabalho com os Sindicatos representativos dos respectivos empregados, nos termos deste Título : Redação dada pelo Decreto-Lei n.º 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67*).

Esse projeto estabelecia que as condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevaleceriam sobre o disposto em lei, desde que não contrariassem a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde no trabalho.

Ao apresentar o Fórum, na página oficial do Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE (www.mtb.gov.br), afirmava :

“ O FNT tem por objetivo, promover a democratização das relações de trabalho por meio da adoção de um modelo de organização sindical baseado em liberdade e autonomia. Atualizar a legislação do trabalho e torná-la mais compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional, de maneira a criar um ambiente propício à geração de emprego e renda.

O FNT pretende, ainda, modernizar as instituições de regulação do trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego; estimular o diálogo e o tripartismo e assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.

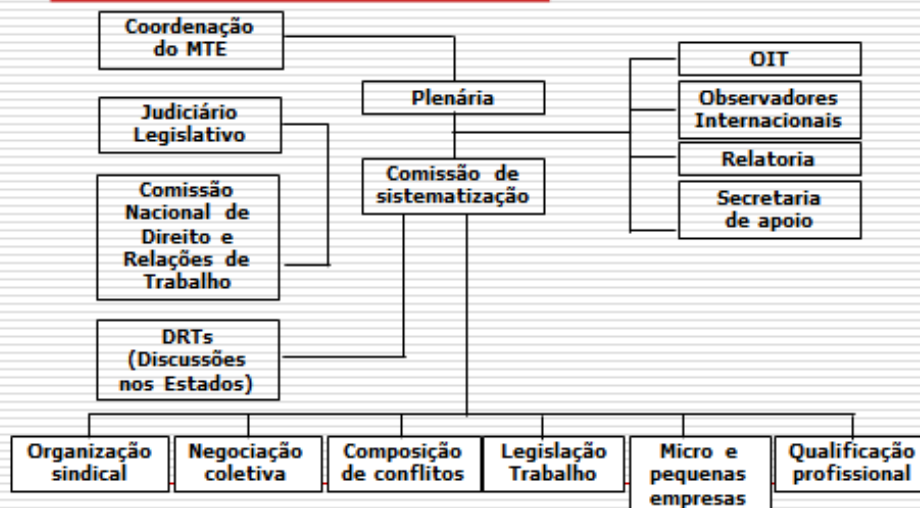
O FNT é composto de forma tripartite, conforme procedimentos adotados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.¹⁴ .

O Fórum foi dividido em grupos temáticos, que tinha por objetivo (nos termos da Portaria nº 1.029, de 12 de agosto de 2003 - MTE), discutir e negociar os assuntos específicos de sua agenda, de acordo com os prazos estabelecidos no cronograma de atividades, e elaborar um relatório parcial, a cada reunião, contendo as questões acordadas e divergentes.

A estrutura do Fórum era a seguinte:

¹⁴ Consultoria Legislativa do Senado Federal – Coordenação de Estudos :Antonio Ostrowski ,Fernando Boarato Meneguín ,Roberta Maria Corrêa de Assis Brasília, agosto / 2004

O Fórum foi dividido em grupos temáticos, que têm por objetivo, nos termos da Portaria nº 1.029, de 12 de agosto de 2003 (MTE),



Ressaltamos neste fórum, fazendo parte da comissão de sistematização, as câmaras setoriais, com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das atividades da cadeia produtiva, por meio de ações que organizam, incentivam e fomentam o setor produtivo, observando as Micro e pequenas empresas e a qualificação profissional. A idéia não é ficar no discurso, mas viabilizar ações que ajude a produzir e consumir.

Nosso exemplo apóia-se ao futuro da sociedade envelhecida, onde o mundo já passa a conviver com este fenômeno. Tivemos oportunidade de mencionar em capítulo anterior, a disposição de países desenvolvidos em agir isoladamente com ações preventivas de forma localizada, impulsionando às pessoas idosas a inserção ao mercado de trabalho e renda, ampliando essas possibilidades de autonomia como política do Estado.

Em Santos (2002), o princípio do Estado é a tentativa de socializar a economia e o trabalho e é visto não apenas como força produtiva, mas a relação social que dá o direito aos homens e mulheres, de comprar produtos onde são eles próprios os produtores e não podem ficar fora deste mercado.

Tal reflexão sociológica justifica a relação da sociedade envelhecida e a reprodução social, que em futuro próximo e/ou em médio prazo, deve ultrapassar a marca do bônus demográfico que o país se orgulha com isso. Há hoje proporcionalmente mais gente na faixa etária em que existe maior probabilidade de exercer atividade

econômica do que aqueles potencialmente dependentes deste mesmo grupo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Edição 2012, "Síntese de Indicadores Sociais"), o período é favorável a uma reforma da estrutura do estado – sobretudo da deficitária Previdência – graças ao apoio de toda uma geração de contribuintes.

Nesta mesma pesquisa, se verificou no Brasil uma redução da taxa de dependência de 60,3% para 54,6% , entre 2001 e 2011. O percentual foi puxado pela significativa diminuição no número de jovens enquanto proporção dessa faixa etária potencialmente ativa, de 45,8% para 36%. A fatia de idosos, por sua vez, subiu de 14,5% para 18,6% – uma decorrência do envelhecimento populacional.

Proporcionalidade entre jovens e idosos no Mundo
(Fonte: Síntese Indicadores Sociais, 2012 com base nos dados da PNAD 2011 e Nações Unidas)

Jovens		Idosos	
Índia	48,8%	Japão	67,8%
África do Sul	47,8%	Alemanha	52,3%
México	46,2%	França	49,5%
Brasil	36,0%	Reino Unido	46,1%
Chile	33,5%	Austrália	37,4%
Estados Unidos	32,8%	Estados Unidos	36,9%
França	31,5%	Chile	24,2%
Austrália	30,8%	China	20,9%
Reino Unido	29,1%	Brasil	18,6%
China	28,1%	México	17,1%
Japão	23,9%	Índia	13,6%
Alemanha	22,2%	África do Sul	13,1%

Surge a questão: Qual o futuro da sociedade capitalista e do estado, quando os velhos de hoje se juntarão aos que hoje envelhecem?

Wanderley (2010), em seus textos cita, Paulo Freire, educador brasileiro que nas suas idéias sustentava a educação conscientizadora e libertadora, ensinando as pessoas a buscar causas , e não interesses, no processo de transformação.

Nesta reflexão o grande educador, Freire, defendia a comunhão de subjetividade e racionalidade. A subjetividade representada pela criatividade e o racional pela lógica do conhecimento.

Capítulo 4. Envelhecimento Populacional no Município de São Paulo, uma análise voltada ao processo da Reprodução Social, no contexto da Globalização:

Ao pensar a sociedade contemporânea, na cidade de São Paulo, necessariamente, temos que, em paralelo, repassar a dinâmica do mundo em constante transformação. Desse modo, Santos (2011), observa as diferenças do processo de internacionalização, que tem influenciado a vida cultural e social, graças a pressões políticas e econômicas vigentes no modelo transformacionista. Sendo assim, a globalização é assunto recorrente na reflexão de estudiosos sociais e merece ser incluída na temática do envelhecimento populacional da megametropole cidade de São Paulo.

No contexto deste capítulo, a globalização pode ser entendida na concepção de Santos (2005), como construção de novos paradigmas científicos a fim de explicar a relação entre local e global, numa perspectiva multiculturalista emancipatória. O autor, discute a globalização focando seus dois aspectos, os quais nomeia "hegemônico" e "contra-hegemônico". O primeiro apresenta-se na forma de capital global que procura estabelecer os princípios de mercado e acúmulo de riqueza por alguns países hegemônistas; o segundo aspecto se refere a diversas formas de contraposição ao modelo atual de relação de produção, associando experiências locais, articuladas numa rede global, configurando-se numa alternativa ao modelo neoliberalista.

O modelo neoliberalista desencadeou uma série de ações da economia hegemônica, decorrentes da atração do capital internacional, cuja ideologia competitiva e liberal, também resultou numa tática de *Cidade como empresa* (mudança do modelo público para o modelo privado) e investimento local pelas multinacionais (parte de exigências neoliberais capitalistas) levando, muitas vezes, ao descaso social.

Os governantes, por sua vez, ficaram reféns de acordos efetuados junto aos países centrais, quando da captação de ajuda financeira, muitas vezes com interesses movidos por políticas eleitoreiras, conduzindo as cidades à agenda pública enganosa, tais como: a) estratégia de desenvolvimento local (competição entre cidades e gestão urbana local); b) políticas públicas compensatórias (a ilusão do combate à pobreza), com poucos e ilusórios benefícios à camada da população mais

pobre; c) governança local, sobrepondo a relação Estado e sociedade (o Planejamento estratégico e Marketing Urbano) e, d) a *Vida própria das Cidades*, ou seja, a descentralização do Estado, visando rápida reforma neoliberal e acertos de pagamento da dívida externa junto a FMI - Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento, como parte do acordo isolado junto aos países centrais.

A sociedade como um todo foi levada a era dos extremos, com incoerências do tipo: “fome para a maioria e acumulação para poucos”. Hoje é verificado que, nas classes sociais menos favorecidas, a luta é muito mais do que por salário, trata-se de um movimento social, econômico e político, apoiado por organizações sem fins governamentais, como as ongs e sindicatos, de influência contra hegemônica, nacionais e internacionais.

Pelo que se percebemos, atuando junto a sindicatos de representação dos trabalhadores, a conduta social está voltada a reforma política, quebrando as correntes neo liberalistas; políticas públicas igualitárias; reforma agrária e, uma melhor avaliação das novas categorias de trabalho e renda.

Os países pobres, ou em processo de desenvolvimento (Brasil, por exemplo), sofrem os resultados da política neoliberal, como a exclusão social, verificado na região em estudo, o município de São Paulo.

Os órgãos contra hegemônicos, por contingência, fomentam o exercício de uma nova política que, naturalmente, justifica a inserção das classes excluídas, com políticas específicas de crédito, articuladas à contrapartidas de geração e formalização de empregos; implementação de políticas específicas para micro e pequenas empresas, gerando emprego formal; fortalecimento das políticas de qualificação e certificação profissionais; criação de programas para inclusão no mercado de trabalho, por meio de aprendizagem prática, capacitação profissional, escolarização e orientação para (re) inserção ao trabalho.

Ao analisar a cidade de São Paulo, na ótica de Santos (2011, p.63), na direção de nossas reflexões, o autor apresenta uma proposta teórica partindo de globalização e localização, quando, no seu entendimento, o local é socialmente produzido no interior dos processos da globalização. Isso quer dizer que a cidade de São Paulo, tem influência das ações da globalização e das empresas transnacionais ou

multinacionais ,quando estabelece suas bases e relações, refletindo, na cultura local, os reflexos dos países industrializados e desenvolvidos.

Para Santos, o que nos parece, visto em outro ângulo não hegemônico, traz ideia emancipatória e progressista. Neste sentido, diz respeito ao Estado- nação e o não-Estado transnacional onde:

“... Se para uns, o Estado é uma entidade obsoleta [...] para organizar e regular a vida social, para outros o Estado continua a ser a entidade política central... porque a própria institucionalidade da globalização das agências financeiras multilaterais à desregulação da economia é criada pelos Estados nacionais... a tal ponto que se pode afirmar que os Estados nunca foram tão importantes como hoje.” (Santos, 2005, p.55).

As relações contraditórias da “*economia global distinta da economia-mundo*” colocadas por (Santos, 2011, p.55). revelam: “... *constelação de diferentes processos de globalização e, em última instância, de diferentes e, por vezes, contraditórias, globalizações.*”

Nessa direção, ainda para Santos , novas desigualdades sociais desenvolvidas pela *trípa aliança* , entre empresas multinacionais, elite capitalista local e burguesia estatal, em países como o Brasil, vem sendo amplamente discutida pelas próprias agências fomentadoras da globalização (Banco Mundial e FMI).

Para Evans (Apud Santos, 2005, p.33), “O modelo de industrialização e crescimento baseado na “trípa aliança” é inerentemente injusto e apenas capaz de um tipo de redistribuição da massa da população, para burguesia estatal, as multinacionais e o capital local”.

Nosso entendimento é que São Paulo tornou-se uma cidade emancipada com globalização local, não só em questões políticas e econômicas, mas também diante das ações sociais, palco de movimentos sociais, com reações transformadoras e transnacionais.

Esse pensamento também se abre para empresas transnacionais ou multinacionais, com matriz no exterior , através de suas filiais , na busca de mercado consumidor, matéria-prima e mão-de-obra barata, interferindo na sociedade local, inclusive nas ações dos movimentos sociais . Como exemplo, em recente visita ao sindicato de representação de categoria profissional , com sede na cidade de São Paulo , presenciamos a contaminação informacional a partir da central italiana, passando diretrizes ao sindicato filiado , no apoio a assembleia dos trabalhadores

estrangeiros que decidia a sua adesão ao comando de greve , em tempo real, envolvendo a filial brasileira.

Trata-se, portanto, de uma reação em cadeia da globalização, inclusive nas ações contra hegemônicas do sindicato internacional.

Ao que lemos sobre este processo de transformação, na concepção de Santos (in Wanderley, 2003: p.229), a questão da desigualdade social tem representado um crescimento tão preocupante que uma revolta das classes dominantes contra as iniciativas de redistribuição de renda passa a ser tema de extrema importância para os cientistas sociais.

Para Wanderley e Santos, no domínio cultural, o consenso neoliberal é muito seletivo. Os fenômenos culturais só lhe interessam na medida em que se tornam mercadorias que, como tal, devem seguir o trilho da globalização econômica .

Nos estudos dos artigos de Wanderley e, em particular sobre “São Paulo no contexto da globalização”, estes relacionados a pesquisa sobre “Gestão pública e inserção internacional das cidades” (2006), o autor sugere nomear a cidade de São Paulo, como *grande metrópole*, pelo alcance geográfico e por ser ponto de referência regional para diversas cidades vizinhas, bem como para a área metropolitana.

Distingue São Paulo como *cidade-global periférica*, ou *cidade-global emergente*, pelas potencialidades em certos aspectos (expansão do terciário, bancos internacionais, comércio mundial etc.), mas que não podem ser equiparada às cidades de Nova York, Londres e Tóquio (e mesmo outras), por apresentar baixa intensidade em outros aspectos (sedes de conglomerados, aeroporto internacional, tecnologia avançada etc.).

A cidade de São Paulo sempre foi considerada de dinamismo especial, basicamente pelo crescimento de sua população. Wanderley lembra o *slogan* do IV Centenário da cidade de São Paulo (1954) , onde a registrava como “*A metrópole que mais cresce no mundo*”.

Em outra análise, a cidade de São Paulo sempre foi uma metrópole de grandes contrastes : ora marcada por chances de mobilidade social e econômica, ora por agrupamentos residenciais dos ricos, ora pela expulsão da população pobre, para as cidades dormitório, periferias, cortiços, favelas etc.

Wanderley cita a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (2001), ao tratar esta cidade como heterogênea, fragmentada e lugar da competição mais selvagem e desgovernada de projetos individuais visando ascensão ou sobrevivência:

“Centro de produção, distribuição, gestão e logística de uma rede de empresas que atuam em mercados regionais e internacionais”. É ela mesma, um imenso mercado: cidade de mil povos, capital financeira, cidade conectada no mundo virtual e real das trocas, potência econômica do país, berço de movimentos sociais e lideranças políticas”. (Apud Rolnik, 2001:09).

Em nossa linha de pensamento, ao referirmo-nos sobre à cidade de São Paulo, no aspecto da localização, pressupondo-a correta para nosso estudo sobre a reprodução social da sociedade envelhecida, a estabelecemos como foco, dadas as características voltadas ao investimento econômico e sua diversidade populacional, com índice de envelhecimento igual a 64,33%%, bem como, no que se refere a população com mais de 60 anos (índice de 12,85%), como verificamos no quadro Perfil do Município de São Paulo: Território e População.

Perfil do Município de São Paulo

<i>Território e População</i>	<i>Ano</i>	<i>Município</i>
☐ <i>Área</i>	<i>2014</i>	<i>1.521,10</i>
☐ <i>População</i>	<i>2013</i>	<i>11.446.275</i>
☐ <i>Densidade Demográfica (Habitantes/km2)</i>	<i>2013</i>	<i>7.525,00</i>
☐ <i>Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População : 2010/2013 (Em %)</i>	<i>2013</i>	<i>0,59</i>
☐ <i>Grau de Urbanização (Em %)</i>	<i>2010</i>	<i>99,10</i>
☐ <i>Índice de Envelhecimento (Em %)</i>	<i>2013</i>	<i>64,33</i>
☐ <i>População com Menos de 15 Anos (Em %)</i>	<i>2013</i>	<i>19,97</i>
☐ <i>População com 60 Anos e Mais (Em %)</i>	<i>2013</i>	<i>12,85</i>
☐ <i>Razão de Sexos</i>	<i>2013</i>	<i>90,23</i>

Fonte : Fundação SEADE

Outro fato importante para este estudo, é tratado nas questões de finanças e consumo, itens revitalizantes da economia e, neste sentido, viabilizando a ocorrência de projetos empreendedores, analisados nos quadros apresentados a seguir, os quais evidenciam o consumo e a concentração das finanças do município, com a concentração da maior parte de eventos e feiras comerciais do país, oferecendo oportunidades de novos negócios.

Perfil do Município de São Paulo

Consumo e Finanças

- ❑ São Paulo reúne uma das cinco maiores bolsas do mundo em valores de mercado.
- ❑ Em 2011, ficou na 4ª posição entre as 22 que mais receberam investimentos.
- ❑ The Banker classificou São Paulo como terceiro centro financeiro mais promissor do mundo, atrás de Hong Kong e Cingapura.
- ❑ 864 mil transações de cartão de crédito por dia
- ❑ 240 mil lojas
- ❑ 1,9 mil agências bancárias
- ❑ 50.800 indústrias
- ❑ 38 das 100 maiores empresas privadas de capital nacional;
- ❑ 63% dos grupos internacionais instalados no Brasil;
- ❑ 17 dos 20 maiores bancos;
- ❑ 8 das 10 maiores corretoras de valores;
- ❑ 31 das 50 maiores seguradoras;
- ❑ Abriga cerca de 40 câmaras internacionais de comércio e negócios;
- ❑ Aproximadamente 100 das 200 empresas de tecnologias;

(Fonte: São Paulo Outlook – anuário 2013, 2. BBC Brasil)

Observamos, nestes indicadores, razoável produção de novos negócios e os recursos oferecidos, com impactos positivos ao empreendedorismo e inserção da população idosa neste cenário econômico; vemos, inclusive, de possibilidades de parceria para estes idosos nas empresas, prestando serviços como consultores e em atividades profissionais terceirizadas, tais quais as que observamos em outros países, quando foram instituídos programas de inserção de idosos com renda e economia solidária.

Perfil do Município de São Paulo

Eventos e Feiras de Negócios

- ❑ O impacto econômico das Feiras de Negócios na cidade é de R\$16,3 bilhões/ano
- ❑ R\$7,3 bilhões de receita ao ano de recursos gerados pelos eventos nos setores de hospedagem, alimentação, compras, transporte aéreo, terrestre, lazer e alimentação.
- ❑ Os principais pontos positivos no campo dos negócios são a disponibilidade e qualidade da mão de obra, seguido pelo mercado consumidor paulistano.
- ❑ Das principais grandes feiras do Brasil, 388 feiras ocorrem no estado de São Paulo e 360 na cidade de São Paulo
- ❑ 72% do mercado brasileiro de feiras de negócios.
- ❑ Circulam pelos eventos 8,8 milhões de visitantes, entre profissionais e compradores, além de 77,5 mil expositores. Destes 8,8 milhões de visitantes, 5 milhões (53%) são residentes e 3,8 milhões (47%) são turistas, dos quais 2,7 milhões (70%) hospedam-se em hotéis da cidade¹;
- ❑ Os segmentos que mais realizam feiras, reuniões e eventos na cidade são pela ordem: 1º Medicina, 2º Ciência, Tecnologia e Comunicação, 3º Cultura & Educação, 4º Técnico e Científico e 5º Turismo
- ❑ 871 feiras livres semanais

(Fonte : FIPE – Impacto das Feiras de Negócios na cidade de São Paulo, 2014, S.P. – anuário 2013/ SPTuris UBRAFE – União Brasileira de Promotores de Feiras/ Prefeitura Municipal de S.P.

Pensando na questão da mobilidade e viabilização de transporte, alinhados a questão da produtividade da população idosa, utilizamos da pesquisa sobre políticas públicas apresentado pela repórter Fernanda Cruz ¹⁵, a qual demonstrou que, se o metrô paulistano deixasse de existir, a economia local perderia R\$ 6,15 bilhões ao ano, equivalentes a 1,7% do Produto Interno Bruto PIB nacional, soma de todos os bens e serviços produzidos no município paulista.

Este estudo fez parte de um *workshop* promovido na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), em que foram mostradas pesquisas sobre os impactos da existência do metrô no município sob vários aspectos, como economia, acessibilidade e saúde.

Neste *workshop*, as políticas públicas, informações coletadas no anuário 2013 / CET – Companhia de Engenharia de Tráfego e SPTRANS- São Paulo Transporte, cujos indicadores seguem como ilustração da palestra proferida pelo professor Eduardo Haddad, Coordenador da Pesquisa do Departamento de Economia da USP e Diretor de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), as quais podem ser observadas a seguir:

Perfil do Município de São Paulo

Transporte Público
□ Aproximadamente 15 mil ônibus urbanos;
□ 1.281 linhas de ônibus e uma média de 9,7 milhões de pessoas transportadas por dia;
□ 29 terminais de ônibus;
□ 67 estações de metrô em 05 linhas;
□ 74,3 quilômetros de linhas de metrô;
□ 3,7 milhões de passageiros transportados por dia no Metrô;
□ 90 Estações de trens, 6 linhas e 260 quilômetros de estação das linhas;

(Fonte :SPTRANS – S.P. Transporte/METRÔ – Companhia do Metropolitano de S. P./CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos)

¹⁵ Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil: <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>.

Em segunda exposição, não menos importante que questões dos transportes públicos, encontramos indicadores coletados pelos Observatórios de Turismo da cidade de São Paulo, apontando estabelecimentos da saúde .

Para Haddad os cálculos foram baseados na infraestrutura ligada à mobilidade , e no modo como , afeta a produtividade dos trabalhadores: “Isso, por sua vez, afeta a competitividade das firmas, e, através de relações de rendas produtivas e comerciais, afeta toda a economia brasileira “.

Pessoas que utilizam o transporte público demoram mais para chegar ao trabalho, tornam-se menos produtivas, empresas obtêm menos lucro, e o governo arrecada menos, destaca a pesquisa.

Outro ponto levantado na consulta foi que a redução do bem-estar proporcionado pelo parco transporte faria o consumo cair e, também com isto, diminuiria a arrecadação governamental. Além disso, como a capital paulista é um grande polo econômico, a inexistência da qualidade do transporte público geraria impacto negativo na economia nacional: O país perderia R\$ 19,3 bilhões ao ano, correspondentes a 0,6% do PIB. “Apesar de ser uma infraestrutura local, o metrô [de São Paulo] causa impacto sobre toda a economia brasileira”, concluiu Haddad.

Perfil do Município de São Paulo	
Transportes	
☐	5,4 milhões de carros
☐	85.116 veículos para locação
☐	34 mil táxis
☐	21 Empresas de táxi
☐	7,2 mil km de extensão de vias pavimentadas;
☐	1.800 postos de gasolina
☐	349 mil placas de trânsito
☐	6,1 mil cruzamentos com semáforos
☐	138,31 Km de malha ciclo viária
 (Fonte : .Portal de notícia do G1, 2014/ Observatório do Turismo da Cidade de São Paulo, SPTuris, 2014/ São Paulo Outlook – anuário 2013/CET – C.E.T.)	

Este assunto, também será tratado na Reprodução Social da Sociedade Envelhecida, em pesquisa futura, quanto ao idoso e suas deficiências de mobilidade, o município deve pensar nestas pessoas inseridas no mercado de trabalho, inclusive no que tange questões de locomoção.

A questão da saúde do idoso é fato relevante, para o processo da reprodução social, da qual, pode-se fazer uma avaliação no quadro a seguir, do numero de pessoas que procuram o Município de São Paulo com intuito de prevenção.

Perfil do Município de São Paulo
Saúde
☐ 3,3% das pessoas vem a São Paulo por motivo de saúde
☐ São Paulo conta com laboratórios avançados e os tratamentos que se destacam são doenças do coração e cirurgias plásticas e também a cidade que mais realiza transplantes de rim e fígado no mundo.
☐ Hospital das Clínicas, o maior e mais renomado complexo hospitalar da América Latina;
☐ 2.500 estabelecimentos de saúde
☐ 205 Hospitais
☐ 4 mil farmácias
(Fonte : São Paulo Outlook – anuário 2013/SPCVB/ Observatório do Turismo da Cidade de S.P,2014)

No que tange ao conhecimento , os meios de comunicação e educação, reúne possibilidades de desenvolvimento e atualização cultural, como pode ser verificado no quadro a seguir :

Perfil do Município de São Paulo
Educação e Comunicação
☐ De acordo com a RUF - Ranking Universitário da Folha em 09/09/2013, a Universidade de São Paulo (USP) lidera como melhor universidade pública brasileira.
☐ 4.040 Instituições de Ensino Infantil
☐ 2.983 Instituições de Ensino Fundamental
☐ 211 Instituições de Ensino Superior
☐ 29 Universidades
☐ 249 Escolas Técnicas
☐ 45 CEUs
☐ 11 emissoras de TV
☐ 42 rádios
☐ Tiragem do maior jornal diário 296 mil
☐ 6 provedores de TV a cabo
☐ 607 revistas
(Fonte :Secretaria da Educação do Estado de S. P./MEC – Ministério da Educação/ São Paulo Outlook – anuário 2013)

Esta exposição, feita por Haddad, é tratada como sustentação da produtividade versus políticas públicas, feita em capítulos anteriores, especialmente no aspecto da qualidade de vida dos idosos e, conseqüentemente, no desenvolvimento de nossa região metropolitana.

Na abordagem econômica, porém com outro foco bastante presente na vida do idoso, a velha poupança como *pezinho de meia*, para se garantir contra os percalços da vida na velhice, é uma questão social, diante da alta inflação e do misero salário no planejamento familiar.

Tais fatos, acumulados, levam a uma perspectiva maior para pensar o processo da reprodução social do idoso. Desta maneira, podemos afirmar que a cidade de São Paulo é referência aos demais municípios, com a concentração de investimentos e o acolhimento aos migrantes de diversas cidades e estados do Brasil.

Segundo a redação do “Brasil Econômico”, a cidade de São Paulo é detentora de um Produto Interno Bruto (PIB) próximo de R\$ 450 bilhões e, se fosse um país, seria a 36ª economia mundial, à frente de países como Portugal, Finlândia e Hong Kong. O levantamento baseia-se nos números do PIB dos municípios de 2010, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e dados internacionais divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Diferentemente da maioria das cidades e regiões brasileiras, que concentram atividades econômicas em setores como petróleo, comércio exterior, mineração e agricultura, entre outros, a cidade de São Paulo agrega as mais diversas atividades econômicas, o que reduz riscos para a cidade, em casos de descontroles econômicos.

A economia paulistana, comparada com países da América Latina, permaneceu, na mesma colocação de 2009, em 5º lugar; entretanto, se aproximaram ainda mais da Colômbia e Venezuela, quarta e terceira colocadas, respectivamente.

O PIB da cidade de São Paulo representa cerca de 70% da economia da Argentina, 85% da Venezuela e 90% da Colômbia. IBGE e FMI destacam que, se a cidade de São Paulo fosse um estado americano, estaria à frente de 31 destes. Dentro da própria economia brasileira, o PIB paulistano representa 12% do nacional.

Entre regiões geopolíticas brasileiras, a economia paulistana representa 21% do PIB da região Sudeste, 65% da Sul e 87% da Nordeste; o PIB de São Paulo é ainda

27% maior do que o PIB do Centro-Oeste, e quase duas vezes e meia o da região Norte.

Para a OIT- Organização Internacional do Trabalho, o Brasil apresenta uma tendência de terminar os próximos dois anos, mais precisamente 2015 e 2016, com forte turbulência nos mercados financeiros, inclusive focalizando a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a maior no Brasil, com 31 municípios.

Ao tratar de empreendedorismo, verificado em possibilidades futuras de renda e trabalho da camada de pessoas que envelhecem, a estimativa é alarmante, ao destacar projeções quantitativas das pessoas idosas, como pode ser verificado, com índices importantes, em recente estudo adaptado pelo *GCMI – Grande Conselho Municipal do Idoso*, verificados nas tabelas que seguem :

Total População idosa da Cidade de São Paulo:

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
60 a 64	258.172	206.084	474.258
65 a 69	202.883	146.849	349.732
70 a 74	151.771	101.549	253.720
75 e mais	258.376	136.635	339.011
Total	871.202	591.117	1.416.721

(Fonte IBGE – Censos Demográficos elaborados por Nilda Florio/ GCMI – Grande Conselho Municipal do Idoso – 2014)

Notar que idosos do sexo feminino estão em maior numero em relação aos do sexo masculino. Ao comparar a faixa etária de idosos acima de 75 anos (339.011), proporcionalmente, à faixa etária entre 70 e 74 anos, revela-se um importante dado na perspectiva de crescimento e aproveitamento no mercado de trabalho : segundo o GCMI, 1% da população idosa vive abaixo do nível da pobreza.

Total População idosa do Estado de São Paulo

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
60 a 64	936.865	795.054	1.731.919
65 a 69	707.557	574.153	1.281.710
70 a 74	526.243	401.516	927.759
70 e mais	837.661	518.568	1.356.229
Total Geral	3.008.326	2.289.291	5.297.617

Fonte IBGE - Censos Demográficos elaborados por Nilda Florio/ GCMi - Grande Conselho Municipal do Idoso - 2014)

Da mesma forma, podemos verificar, nas proporções em relação a Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo, que, faixas etárias e sexo seguem o mesmo raciocínio anterior, justificando a iniciativa deste estudo em prospectar formas de sustentabilidade econômica alertando nossas autoridades políticas para em rever projetos que apoiam a inserção dos idosos no mercado de trabalho e projetos empreendedores, para que seja possível um futuro melhor, em termos de renda e status, para eles.

Segundo o Boletim CEINFO- Informativo Censo Demográfico 2011(Boletim nº 3, Agosto de 2012/ Prefeitura do Município de São Paulo) ¹⁶, envelhecer é um processo de múltiplas dimensões, que envolve aspectos de herança genética e condições de vida: fatores econômicos e sociais, aspectos psíquicos, afetivos e familiares. Para tal, optamos por analisar informações sobre a intensidade de presença dos idosos por território (em metros quadrados).

O método estatístico escolhido por esta instituição , para esta análise, segundo os pesquisadores, foi a estimativa de densidade Kernel (EDK), considerada forma não

¹⁶ Boletim CEInfo informativo do Censo Demográfico 2010 nº 03 é uma publicação da Coordenação de Epidemiologia e Informação - CEInfo da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Conselho editorial: Cassio Rogério Dias Lemos Figueiredo, Kátia Cristina Bassichetto, Margarida Maria Tenório de A. Lira e Michel Naffah Filho. Elaboração: Maria Cristina Haddad Martins e Karla Reis Cardoso de Mello. Projeto gráfico e editoração eletrônica: Josane Cavaleiro. Contato: smsceinfo@prefeitura.sp.gov.br.

paramétrica, para estimar a função de densidade provável de variável aleatória 17. Por este método (Método de Kernel) é possível verificar que uma região, no limite entre os bairros Lapa e Pinheiros, registra a maior intensidade da presença de idosos (115.511); uma segunda área, de menor intensidade que a anterior, mas também importante, compreende partes dos distritos Mooca e Aricanduva (106.252). Para a Fundação do Sistema Estadual de Análise de Dados- SEADE, São Paulo está entre os estados com maior proporção de idosos na população: 11,6% de seus habitantes têm mais de 60 anos.

Projeção de População Residente em 1º de julho / Município de São Paulo - 2014 (Fonte: Fundação SEADE)

Faixa Etária	Homem	Mulher	Total
00 a 04 anos	407.175	389.538	796.713
05 a 09 anos	359.226	347.201	706.427
10 a 14 anos	390.020	378.115	768.135
15 a 19 anos	435.454	429.447	864.901
20 a 24 anos	443.482	448.734	892.216
25 a 29 anos	497.753	517.307	1.015.060
30 a 34 anos	502.188	542.492	1.044.680
35 a 39 anos	457.070	505.935	963.005
40 a 44 anos	403.112	448.069	851.181
45 a 49 anos	363.666	412.260	775.926
50 a 54 anos	320.100	382.943	703.043
55 a 59 anos	274.271	341.055	615.326
60 a 64 anos	214.262	278.066	492.328
65 a 69 anos	154.022	212.850	366.872
70 a 74 anos	104.228	155.031	259.259
75 anos e mais	138.558	260.206	398.764
Total da Seleção	5.464.587	6.049.249	11.513.836
Total Geral da População	5.464.587	6.049.249	11.513.836

No total, do país, esta participação é de 10,8% e, nos demais estados, é de 10,6%. Existem mais idosas que idosos e essa diferença aumenta com a idade. No grupo de 60 a 69 anos, existem oito homens para cada dez mulheres residindo em São Paulo, enquanto, entre aqueles com mais de 90 anos, esta relação é de quatro para dez.

Nossa análise demonstra que, na cidade de São Paulo, a população está cada vez mais envelhecida. As pesquisas demonstram que, nos últimos dez anos, o número de paulistanos com 60 anos ou mais subiu 35% e chegou a 1,3 milhão.

17 Método do Kernel é um método não paramétrico para estimação de curvas de densidades onde cada observação é ponderada pela distância em relação a um valor central, o núcleo. A ideia é centrar cada observação x onde se queira estimar a densidade. (Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre.).

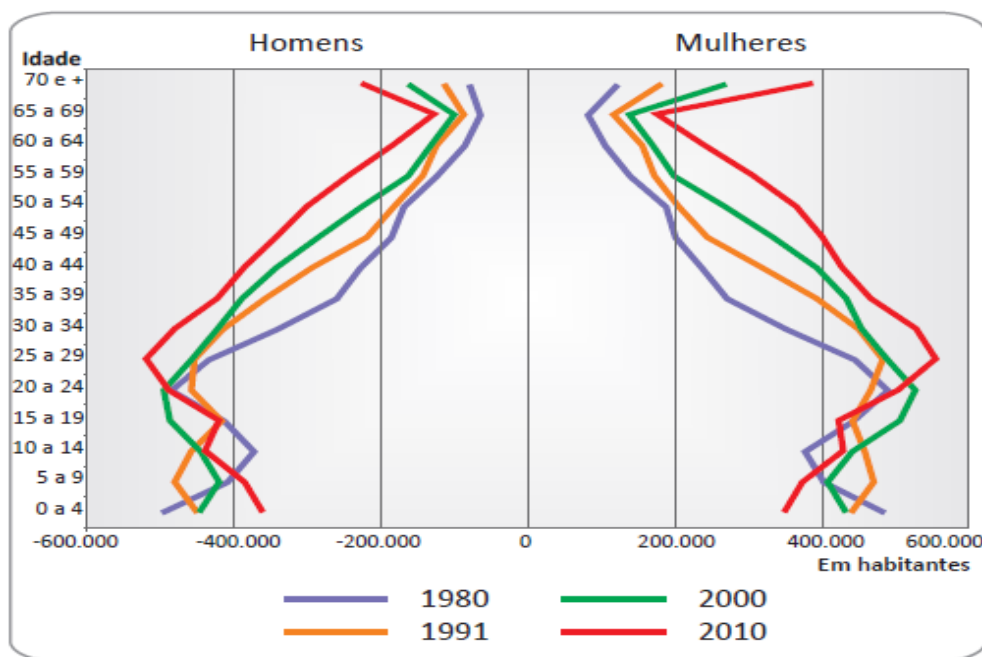
Esta tendência é verificada no artigo encontrado no jornal “ O Estado de São Paulo “de 3 de abril de 2010 , quando , nos últimos dez anos, o número médio de filhos por mulher, na capital, caiu na proporção de 2,2 para 1,99 (uma redução de 14%). Se o ritmo for mantido, até 2017 , o índice será de 1,64 , equivalente ao de países europeus.

Conforme dados dos censos demográficos do IBGE, é verificado no gráfico “Pirâmides Etária no Município de São Paulo”, entre os anos 2000 e 2010, que na faixa dos 15 aos 19 anos de idade, ocorre o excedente da população feminina, sendo 5.924.871 habitantes femininos ou 52,65%, e 5.328.632 habitantes masculinos, ou 47,35%.

Segundo indicadores fornecidos pela prefeitura de São Paulo, através dos Informes Urbanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, publicado mensalmente pela internet (http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos/), estudos elaborados sobre dados demográficos, sociais e econômicos, há excedente de mulheres, de modo geral, devido às diferenças nas taxas de mortalidades , decorrentes dos fatores consumo de álcool e tabaco. A conscientização das mulheres as leva ,com maior frequência, ao médico, e a se expor menos a riscos e homicídios (Pereira, 2003).

No gráfico “Comparação das pirâmides etárias no Município de São Paulo”, pode ser verificado esta tendência:

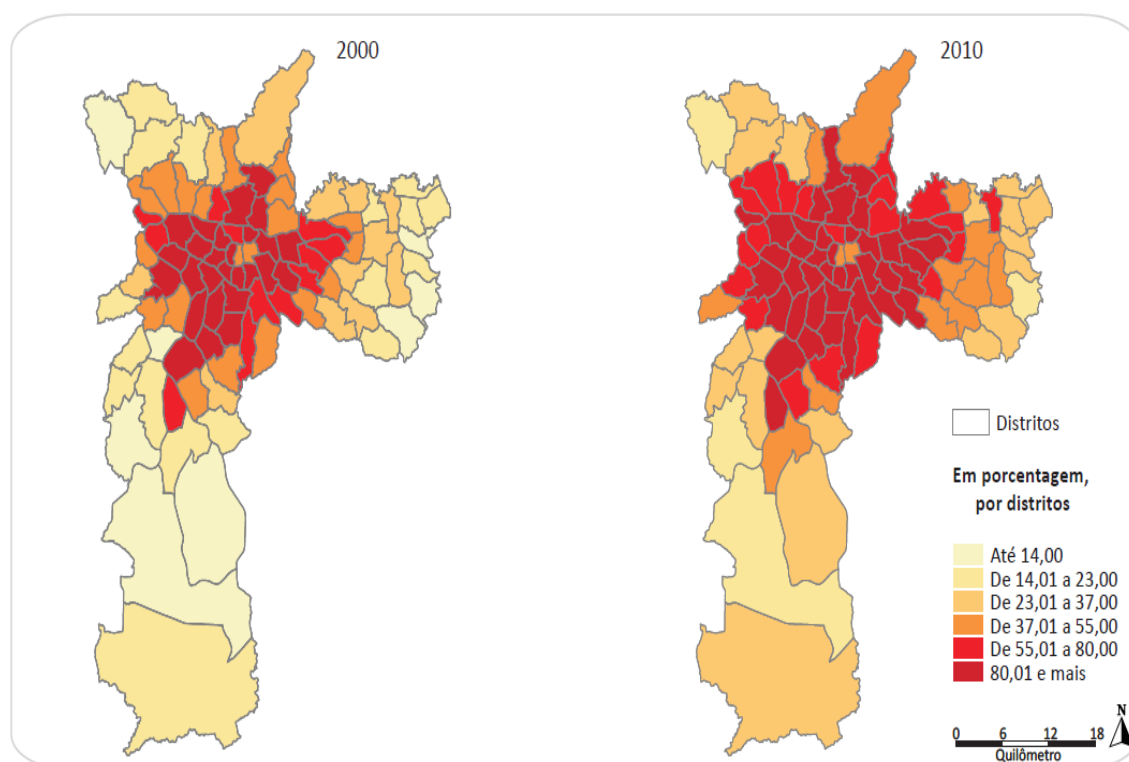
Gráfico de Comparação das pirâmides etárias no Município de São Paulo



Neste gráfico é visualizado o excedente de mulheres, com aumento excepcional entre os idosos, representado nas inclinações das linhas das faixas acima de 65 anos. Em 1980, para cada dois homens idosos existiam três mulheres idosas, conforme o censo demográfico do IBGE, numa relação de 50%. Para os pesquisadores do IBGE, trata-se de uma tendência mantida nas décadas seguintes, chegando, em 2010, a 70%.

Dessa forma, no que tange a população idosa na cidade de São Paulo, podemos estabelecer três tendências: As mulheres estão aumentando muito rápido e o processo de envelhecimento se feminiza, modificando os valores; A ocorrência do envelhecimento da população idosa, com idosos acima de 80 anos, registra franco crescimento, gerando impactos na composição dos benefícios previdenciários, com número crescente de pensões, que serão pagas por mais tempo; O percentual de idosos trabalhando chega a 6,6%, cifra de destaque quando se trata da importância do mercado de trabalho paulistano (revista Informe Urbano, 08.01.2014), fazendo com que a população idosa torne-se representativa e se transforme num grupo etário diversificado, com idosos ativos e com autonomia para desenvolver as tarefas do dia-a-dia - sua presença no mercado de trabalho passa a ser natural.

Mapa de índice de envelhecimento da população no Município de São Paulo



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

Informes Urbanos - 2

4.1 . Divisão territorial da Cidade de São Paulo:

Numa análise pouco criteriosa, porem suficiente para estabelecer uma reflexão sobre a presença do idoso na sociedade metropolitana, ao estabelecer como parâmetro a média proporcional acima de 10 % de gerontes, verifica-se que em algumas subprefeituras (*) , lideram na presença de habitantes idosos, como pode ser verificado a seguir no *Quadro de classificação de distritos*.

Quadro de classificação de distritos

Subprefeitura	Área	População	Subprefeitura	Área	População
Aricanduva	21,5 km ²	266 838	Mooca	35,2 km ²	305 436
Butantã	56,1 km ²	345 943	Parelheiros	353,5 km ²	110 909
Campo Limpo	36,7 km ²	508 607	Penha	42,8 km ²	472 247
Capela do Socorro	134,2 km ²	561 071	Perus	57,2 km ²	109 218
Casa Verde	26,7 km ²	313 176	Pinheiros	31,7 km ²	270 798
Cidade Ademar	30,7 km ²	370 759	Pirituba	54,7 km ²	390 083
Cidade Tiradentes	15 km ²	248 762	Sé	26,2 km ²	373 160
Ermelino Matarazzo	15,1 km ²	204 315	Santana	34,7 km ²	327 279
Freguesia do Ó	31,5 km ²	391 403	Tremembé	64,1 km ²	255 435
Guaianases	17,8 km ²	283 162	Santo Amaro	37,5 km ²	217 280
Ipiranga	37,5 km ²	427 585	São Mateus	45,8 km ²	422 199
Itaim Pta V.Curuça	21,7 km ²	358 888	S. Miguel Pta	24,3 km ²	377 540
Itaquera	54,3 km ²	488 327	Vila Maria	26,4 km ²	302 899
Jabaquara	14,1 km ²	214 200	Vila Mariana	26,5 km ²	311 019
Lapa	40,1 km ²	270 102	Vila Prudente	33,3 km ²	523 138
M'Boi Mirim	62,1 km ²	480 823			

(*) Aricanduva (17,4%), Zona Leste (21) ; Jabaquara (17,0%), Zona Sul (62); Mooca (17,4%), Zona Leste (36) ; Pinheiros (19,4%), Zona Oeste (89); Sé (16,2%) , Zona Central (10) e Vila Mariana (17,0%), Zona Sul (76).

(Fonte : Wikipédia, a enciclopédia livre, Adaptado por Oliveira, JBE, 2014).

Resumidamente, observa-se que nos distritos mais centrais, onde a cidade tem melhor infraestrutura, os idosos ficam mais concentrados e, ao contrario, naqueles distritos periféricos, com atendimento de políticas públicas reduzido, condições mais precárias de qualidade de vida e padrão de renda menor, os índices de idosos diminuem.

Reproduzimos a seguir , a localização geofísica das sub prefeituras do Municipio de São Paulo , estabelecidas por zonas da cidade de São Paulo:



(Fonte: <http://www.encontrasaopaulo.com.br/>)

O quadro a seguir faz uma divisão das subprefeituras do município de São Paulo, Indicando, por distrito ,a média em percentual de idosos, viabilizando um estudo da concentração desta população nas diferentes regiões :

Subprefeitura e distritos		Média	Subprefeitura e distritos		Média
Aricanduva	Aricanduva, Carrão, Vila Formosa	17,4 %	Mooca	Rasa,Belem,Brás,Mooca, Pari, Tatuapé	17,4%
Butantã	Butantã,Morumbi,Vila Sonia, Raposo Tavares,Rio Pequeno	12,7%	Parelheiros	Parelheiros, Marsilac	6,4%
Campo Limpo	Campo Limpo,Capão redondo,Vila Andrade	7,6%	Penha	Penha, Cangaíba,Vila Matilde,Artur Alvim	14,5%
Capela do Socorro	Socorro,Grajaú,Cidade Dutra	8,2%	Perus	Anhaguera, Perus	9,5%
Casa Verde	Casa Verde, Cachoeirinha,Limão	12,5%	Pinheiros	Pinheiros, Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Jardim Paulista	19,4%
Cidade Ademar	Cidade Ademar, Pedreira	12,0%	Pirituba	Pirituba, São Domingos, Jaraguá,	9,5%
Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	8,4%	Sé	Bela Vista, Bom Retiro ,Cambuci,Consolação, Liberdade, República, Sé,Santa Cecilia	16,2%
Ermelino Matarazzo	Ermelindo Matarazzo, Ponte Rasa	11,5%	Santana	Zona Norte,Santana, Tucuruvi, Mandaqui	14,4%
Freguesia Ó	Freguesia do Ó, Brasilândia	10,3%	Tremembé	Tremembé, Jacanã	14,4%
Guaianases	Guaianases, Lageado	7,3%	Santo Amaro	Santo Amaro,Campo Belo, Campo Grande	12,0%
Ipiranga	Ipiranga,Cursinho, Sacomã	13,8%	São Mateus	São Mateus ,São Rafael ,Iguatemi	8,4%
Itaim Paulista/Vila Curuçá	Itaim Paulista, Vila Curuçá	8,2%	São Miguel Paulista	São Miguel Paulista, Jardim helena, Vila Jacuí	9,1%
Itaquera	Itaquera,Parque do Carmo,José Bonifácio,Cidade Lider	9,7%	Vila Maria	Vila Maria, Vila Guilherme, Vila Medeiros	14,3%
Jabaquara	Jabaquara	17,0%	Vila Mariana	Vila Mariana, Saúde, Moema	17,0%
Lapa	Lapa,Barra Funda,Perdizes,Vila Leopoldina,Jaguareé, Jaguará	19,4%	Vila Prudente	Vila Prudente, Sapopemba, São Lucas	12,8%
M'Boi Mirim	Jardim Angela, Jardim São Luis	6,9%			

(Fonte : Wikipédia, a enciclopédia livre, Adaptado por Oliveira,JBE, 2014.)

Para manter uma ordem de análise, a seguir apresentamos a Projeção Populacional por faixa etária e sexo no Município de São Paulo e distritos Municipais (2013) :

Distritos	Total MSP	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais	Total Idosos
Total geral	11.403.873	554.752	427.848	305.577	239.596	172.545	206.334	1.351.901
Homens	5.572.522	257.393	195.939	137.628	104.919	73.284	83.029	594.800
Mulheres	5.831.351	297.358	231.909	167.949	134.677	99.261	123.305	757.101
Água Rasa	83.743	5.138	4.292	3.365	3.031	2.507	3.253	16.448
Homens	40.347	2.384	1.966	1.516	1.327	1.065	1.309	7.182
Mulheres	43.397	2.754	2.327	1.849	1.704	1.442	1.944	9.266
Alt.P inheiros	42.249	2.902	2.507	2.034	1.840	1.360	1.873	9.615
Homens	20.250	1.347	1.148	916	806	578	754	4.202
Mulheres	21.999	1.556	1.359	1.118	1.034	782	1.120	5.414
Anhanguera	76.551	2.526	1.502	879	532	303	356	3.571
Homens	37.846	1.172	688	396	233	128	143	1.588
Mulheres	38.706	1.354	814	483	299	174	213	1.983
Aricanduva	87.141	4.680	3.957	3.074	2.614	1.767	1.765	13.177
Homens	42.368	2.171	1.812	1.385	1.144	750	710	5.802
Mulheres	44.773	2.508	2.145	1.690	1.469	1.016	1.055	7.375
Artur Alvim	102.398	5.547	4.565	3.435	2.660	1.883	1.768	14.312
Homens	49.886	2.574	2.091	1.547	1.165	800	712	6.314
Mulheres	52.512	2.974	2.474	1.888	1.495	1.083	1.057	7.998
Barra Funda	14.673	811	731	505	434	424	644	2.737
Homens	7.082	376	335	227	190	180	259	1.191
Mulheres	7.591	435	396	278	244	244	385	1.546
Bela Vista	70.665	3.989	3.288	2.341	1.897	1.563	2.284	11.373
Homens	34.232	1.851	1.506	1.054	831	664	919	4.974
Mulheres	36.433	2.138	1.782	1.286	1.066	899	1.365	6.399
Belém	46.308	2.497	1.882	1.438	1.344	1.188	1.636	7.488
Homens	22.450	1.159	862	648	588	504	658	3.261
Mulheres	23.858	1.338	1.020	791	755	683	977	4.227
Bom Retiro	36.043	1.702	1.239	946	948	674	843	4.650
Homens	17.585	789	567	426	415	286	339	2.034
Mulheres	18.458	912	672	520	533	388	504	2.616
Brás	30.283	1.362	930	676	482	387	487	2.962
Homens	14.833	632	426	304	211	164	196	1.302
Mulheres	15.450	730	504	371	271	223	291	1.660
Brasilândia	267.428	10.447	7.948	5.295	3.952	2.604	2.518	22.317
Homens	131.622	4.847	3.640	2.385	1.731	1.106	1.013	9.874
Mulheres	135.806	5.600	4.308	2.910	2.222	1.498	1.505	12.442
Butantã	54.061	3.373	2.835	2.179	1.949	1.510	1.935	10.407
Homens	26.072	1.565	1.298	981	853	641	779	4.553
Mulheres	27.989	1.808	1.537	1.197	1.095	869	1.156	5.854
Cachoeirinha	140.726	6.098	4.565	3.073	2.369	1.682	1.704	13.394
Homens	69.067	2.829	2.091	1.384	1.038	714	686	5.912
Mulheres	71.659	3.269	2.475	1.689	1.332	968	1.019	7.481

Cambuci	39.407	2.151	1.667	1.361	1.232	992	1.415	6.667
Homens	19.074	998	763	613	539	421	570	2.907
Mulheres	20.333	1.153	904	748	692	571	846	3.760
Campo Belo	64.758	4.157	3.471	2.907	2.501	1.868	2.592	13.339
Homens	31.157	1.929	1.589	1.309	1.095	794	1.043	5.831
Mulheres	33.601	2.228	1.881	1.598	1.406	1.075	1.549	7.509
Camp.Grande	102.544	5.657	4.363	3.222	2.523	1.784	1.988	13.880
Homens	49.888	2.625	1.998	1.451	1.105	758	800	6.112
Mulheres	52.656	3.033	2.365	1.771	1.418	1.026	1.188	7.769
Camp. Limpo	215.282	8.974	6.538	4.230	3.065	1.874	1.914	17.622
Homens	105.885	4.164	2.994	1.905	1.342	796	770	7.808
Mulheres	109.397	4.810	3.544	2.325	1.723	1.078	1.144	9.814
Cangaíba	134.862	6.597	5.047	3.775	2.780	1.986	2.135	15.723
Homens	65.916	3.061	2.311	1.700	1.217	844	859	6.932
Mulheres	68.946	3.536	2.736	2.075	1.563	1.143	1.276	8.791
Cap.Redondo	274.637	11.252	8.176	5.303	3.324	1.939	1.941	20.682
Homens	135.284	5.221	3.744	2.388	1.455	823	781	9.192
Mulheres	139.353	6.031	4.432	2.915	1.868	1.115	1.160	11.489
Carrão	83.933	4.960	4.212	3.220	2.893	2.299	2.816	15.440
Homens	40.541	2.301	1.929	1.450	1.267	976	1.133	6.756
Mulheres	43.392	2.658	2.283	1.770	1.626	1.322	1.683	8.684
Casa Verde	85.273	4.772	3.818	2.959	2.576	1.981	2.358	13.691
Homens	41.367	2.214	1.748	1.332	1.128	841	949	5.999
Mulheres	43.906	2.558	2.069	1.626	1.448	1.140	1.409	7.692
Cid. Ademar	271.052	11.798	9.074	6.310	4.512	2.928	2.934	25.758
Homens	133.075	5.474	4.156	2.842	1.976	1.244	1.181	11.398
Mulheres	137.977	6.324	4.919	3.468	2.536	1.685	1.754	14.361
Cidade Dutra	195.676	9.200	7.211	4.763	3.271	2.083	2.106	19.433
Homens	95.953	4.269	3.302	2.145	1.432	885	847	8.612
Mulheres	99.723	4.931	3.909	2.618	1.838	1.198	1.258	10.821
Cidade Líder	128.238	6.201	4.732	3.134	2.038	1.253	1.205	12.362
Homens	62.903	2.877	2.167	1.412	892	532	485	5.488
Mulheres	65.334	3.324	2.565	1.723	1.146	721	720	6.874
Cid.Tiradentes	215.762	8.630	5.532	3.310	1.962	1.116	944	12.863
Homens	106.585	4.004	2.533	1.491	859	474	380	5.737
Mulheres	109.176	4.626	2.998	1.819	1.103	642	564	7.126
Consolação	57.599	3.481	3.078	2.337	2.047	1.759	2.881	12.103
Homens	27.681	1.615	1.410	1.053	897	747	1.159	5.265
Mulheres	29.918	1.866	1.669	1.285	1.151	1.012	1.721	6.838
Cursino	110.043	6.423	4.965	3.713	3.440	2.742	3.194	18.054
Homens	53.303	2.980	2.274	1.672	1.506	1.165	1.285	7.902
Mulheres	56.739	3.443	2.691	2.041	1.934	1.577	1.909	10.151
Er. Matarazzo	114.444	5.382	3.875	2.611	1.970	1.267	1.371	11.094
Homens	56.130	2.497	1.775	1.176	863	538	552	4.903
Mulheres	58.314	2.885	2.100	1.435	1.107	729	819	6.191
Freguesia Ó	139.983	7.747	5.935	4.191	3.659	2.757	3.156	19.697
Homens	68.078	3.595	2.718	1.887	1.602	1.171	1.270	8.648
Mulheres	71.906	4.153	3.217	2.303	2.057	1.586	1.886	11.049
Grajaú	365.314	13.649	9.581	5.631	3.464	1.947	1.925	22.548
Homens	180.365	6.333	4.388	2.536	1.517	827	775	10.042
Mulheres	184.949	7.316	5.193	3.095	1.947	1.120	1.151	12.505

Guaianases	104.514	4.342	3.066	2.018	1.401	841	868	8.195
Homens	51.463	2.014	1.404	909	613	357	349	3.633
Mulheres	53.051	2.327	1.662	1.109	787	484	519	4.561
Iguatemi	135.122	5.236	3.537	2.232	1.366	791	698	8.624
Homens	66.683	2.429	1.620	1.005	598	336	281	3.840
Mulheres	68.438	2.807	1.917	1.227	768	455	417	4.784
Ipiranga	108.173	5.977	4.760	3.570	3.200	2.758	3.781	18.070
Homens	52.379	2.773	2.180	1.608	1.401	1.172	1.521	7.882
Mulheres	55.794	3.204	2.580	1.962	1.799	1.587	2.259	10.187
Itaim Bibi	95.121	6.204	5.173	3.922	3.016	2.786	4.296	19.193
Homens	45.741	2.879	2.369	1.766	1.321	1.183	1.729	8.368
Mulheres	49.380	3.326	2.804	2.156	1.695	1.603	2.567	10.825
Itaim Paulista	225.062	9.049	6.548	4.379	2.984	1.749	1.590	17.250
Homens	110.852	4.198	2.999	1.972	1.307	743	640	7.660
Mulheres	114.210	4.850	3.549	2.407	1.677	1.006	950	9.589
Itaquera	203.600	9.233	7.027	5.034	3.674	2.246	2.092	20.073
Homens	99.883	4.284	3.218	2.267	1.609	954	842	8.890
Mulheres	103.717	4.949	3.809	2.767	2.065	1.292	1.250	11.183
Jabaquara	224.249	11.272	8.454	6.615	5.277	3.895	4.606	28.847
Homens	109.332	5.230	3.872	2.979	2.311	1.654	1.854	12.669
Mulheres	114.916	6.042	4.582	3.636	2.966	2.241	2.753	16.177
Jaçanã	94.404	4.599	3.626	2.570	2.203	1.503	1.657	11.559
Homens	46.131	2.134	1.661	1.158	965	638	667	5.088
Mulheres	48.273	2.465	1.966	1.413	1.238	865	990	6.471
Jaguara	24.381	1.447	1.222	868	718	596	678	4.082
Homens	11.811	672	560	391	314	253	273	1.791
Mulheres	12.570	776	662	477	404	343	405	2.291
Jaguare	51.737	2.246	1.831	1.407	1.133	772	868	6.012
Homens	25.312	1.042	839	634	496	328	349	2.646
Mulheres	26.426	1.204	993	773	637	444	519	3.366
Jaraguá	196.198	8.135	5.703	3.709	2.501	1.426	1.335	14.674
Homens	96.600	3.774	2.612	1.671	1.095	606	537	6.520
Mulheres	99.598	4.360	3.091	2.039	1.406	820	798	8.154
J. Ângela	308.720	10.769	7.451	4.578	2.967	1.636	1.547	18.179
Homens	152.584	4.997	3.412	2.062	1.299	695	622	8.091
Mulheres	156.136	5.772	4.039	2.516	1.668	941	924	10.088
J. Helena	132.359	5.255	3.940	2.684	1.927	1.083	1.080	10.714
Homens	65.172	2.438	1.804	1.209	844	460	435	4.752
Mulheres	67.187	2.817	2.135	1.475	1.083	623	646	5.962
J. Paulista	89.254	5.933	5.167	4.127	3.171	2.563	4.830	19.858
Homens	42.784	2.753	2.366	1.859	1.389	1.089	1.944	8.646
Mulheres	46.470	3.180	2.800	2.268	1.782	1.475	2.887	11.212
J. São Luís	274.057	11.463	8.322	5.403	3.745	2.308	2.155	21.932
Homens	134.839	5.319	3.811	2.433	1.640	980	867	9.732
Mulheres	139.217	6.144	4.511	2.970	2.105	1.328	1.288	12.201
J. Bonifácio	128.302	6.718	5.062	2.981	2.020	1.166	1.098	12.327
Homens	62.966	3.117	2.318	1.343	885	495	442	5.482
Mulheres	65.336	3.601	2.744	1.638	1.136	671	656	6.845
Lajeado	164.737	6.229	4.410	2.851	1.953	1.153	1.120	11.486
Homens	81.263	2.890	2.020	1.284	855	490	451	5.099
Mulheres	83.474	3.339	2.390	1.567	1.098	663	669	6.387

Lapa	66.753	4.197	3.474	2.820	2.584	2.189	3.306	14.373
Homens	32.038	1.947	1.591	1.270	1.132	930	1.330	6.253
Mulheres	34.715	2.250	1.883	1.550	1.453	1.259	1.976	8.121
Liberdade	70.623	4.035	3.413	2.388	2.025	1.526	2.267	11.619
Homens	34.204	1.872	1.563	1.075	887	648	912	5.086
Mulheres	36.419	2.163	1.850	1.312	1.138	878	1.355	6.533
Limão	78.806	4.286	3.352	2.335	1.997	1.481	1.787	10.952
Homens	38.369	1.988	1.535	1.052	874	629	719	4.809
Mulheres	40.437	2.297	1.817	1.283	1.122	852	1.068	6.143
Mandaqui	107.746	5.794	4.717	3.560	2.895	2.153	2.276	15.602
Homens	52.367	2.688	2.160	1.604	1.268	915	916	6.862
Mulheres	55.379	3.106	2.557	1.957	1.628	1.239	1.360	8.740
Marsilac	8.123	375	279	191	144	85	76	776
Homens	3.990	174	128	86	63	36	31	344
Mulheres	4.133	201	151	105	81	49	46	432
Moema	86.409	6.092	4.989	3.330	2.696	2.114	3.546	16.675
Homens	41.579	2.827	2.285	1.500	1.181	898	1.427	7.290
Mulheres	44.831	3.266	2.704	1.830	1.515	1.216	2.119	9.385
Moóca	79.026	4.677	3.657	2.994	2.753	2.442	3.316	15.161
Homens	38.078	2.170	1.675	1.348	1.206	1.037	1.334	6.600
Mulheres	40.948	2.507	1.982	1.646	1.547	1.405	1.981	8.561
Morumbi	50.895	2.811	2.366	1.807	1.407	1.002	1.209	7.790
Homens	24.714	1.304	1.084	814	616	425	486	3.425
Mulheres	26.181	1.507	1.283	993	791	576	722	4.365
Parelheiros	139.554	5.038	3.570	2.187	1.379	753	758	8.646
Homens	68.924	2.338	1.635	985	604	320	305	3.848
Mulheres	70.629	2.701	1.935	1.202	775	433	453	4.798
Pari	17.918	764	730	538	560	418	641	2.888
Homens	8.704	355	334	242	245	178	258	1.258
Mulheres	9.214	410	396	295	315	241	383	1.630
Pq do Carmo	68.794	3.064	2.391	1.520	1.110	703	645	6.369
Homens	33.788	1.422	1.095	685	486	298	260	2.824
Mulheres	35.006	1.643	1.296	835	624	404	386	3.545
Pedreira	148.143	5.858	4.196	2.659	1.733	1.137	1.061	10.786
Homens	72.989	2.718	1.922	1.198	759	483	427	4.788
Mulheres	75.153	3.140	2.274	1.462	974	654	634	5.998
Penha	127.465	7.185	6.006	4.544	4.123	3.196	3.749	21.618
Homens	61.730	3.334	2.751	2.047	1.805	1.357	1.508	9.468
Mulheres	65.735	3.851	3.256	2.498	2.317	1.839	2.240	12.149
Perdizes	112.651	7.610	6.431	4.384	3.512	2.913	4.497	21.738
Homens	54.258	3.531	2.945	1.974	1.538	1.237	1.810	9.505
Mulheres	58.393	4.079	3.486	2.409	1.974	1.675	2.688	12.233
Perus	82.352	3.138	2.325	1.480	1.074	669	625	6.173
Homens	40.573	1.456	1.065	667	470	284	251	2.737
Mulheres	41.778	1.682	1.260	814	603	385	373	3.435
Pinheiros	65.356	4.265	3.487	2.795	2.307	1.917	3.372	13.879
Homens	31.370	1.979	1.597	1.259	1.010	814	1.357	6.038
Mulheres	33.987	2.286	1.890	1.536	1.297	1.103	2.015	7.842
Pirituba	167.928	8.849	6.784	4.923	3.895	2.801	2.985	21.388
Homens	81.890	4.106	3.107	2.217	1.706	1.190	1.201	9.421
Mulheres	86.038	4.743	3.677	2.706	2.189	1.611	1.784	11.968

Ponte Rasa	91.634	4.927	3.848	2.891	2.388	1.579	1.814	12.520
Homens	44.629	2.286	1.762	1.302	1.046	671	730	5.511
Mulheres	47.005	2.641	2.086	1.589	1.342	908	1.084	7.009
Rap. Tavares	101.874	4.590	3.551	2.396	1.499	874	923	9.243
Homens	50.048	2.130	1.626	1.079	656	371	371	4.104
Mulheres	51.826	2.460	1.925	1.317	843	503	552	5.139
República	59.428	3.191	2.552	1.879	1.436	1.061	1.360	8.288
Homens	28.875	1.481	1.169	846	629	450	547	3.642
Mulheres	30.553	1.711	1.383	1.033	807	610	813	4.646
Rio Pequeno	119.207	5.672	4.423	3.118	2.547	1.775	1.775	13.638
Homens	58.276	2.632	2.026	1.404	1.115	754	714	6.014
Mulheres	60.931	3.040	2.397	1.714	1.432	1.021	1.061	7.625
Sacomã	251.217	12.116	8.985	6.502	5.326	3.766	4.165	28.745
Homens	122.790	5.622	4.115	2.928	2.332	1.600	1.676	12.652
Mulheres	128.427	6.495	4.870	3.574	2.994	2.167	2.489	16.094
Santa Cecília	86.915	5.113	4.183	3.175	2.631	2.182	3.194	15.364
Homens	41.986	2.372	1.916	1.430	1.152	927	1.285	6.710
Mulheres	44.930	2.741	2.267	1.745	1.479	1.255	1.908	8.655
Santana	115.792	7.830	6.213	4.581	4.169	3.493	4.546	23.001
Homens	55.727	3.633	2.845	2.063	1.826	1.484	1.829	10.047
Mulheres	60.065	4.197	3.368	2.518	2.343	2.009	2.717	12.955
Santo Amaro	74.405	4.786	4.163	3.408	2.718	2.085	3.131	15.505
Homens	35.776	2.221	1.907	1.535	1.190	885	1.260	6.777
Mulheres	38.629	2.566	2.257	1.873	1.528	1.199	1.871	8.728
S. Domingos	84.505	4.241	3.483	2.612	2.050	1.361	1.415	10.920
Homens	41.222	1.968	1.595	1.176	898	578	569	4.816
Mulheres	43.283	2.273	1.888	1.436	1.152	783	845	6.104
São Lucas	141.671	7.732	6.205	4.815	4.288	3.075	3.204	21.587
Homens	68.815	3.588	2.842	2.169	1.878	1.306	1.289	9.483
Mulheres	72.856	4.145	3.364	2.646	2.410	1.769	1.915	12.104
São Mateus	153.501	7.193	5.577	4.002	3.145	1.996	1.844	16.565
Homens	75.172	3.337	2.554	1.803	1.377	848	742	7.324
Mulheres	78.329	3.856	3.023	2.200	1.768	1.148	1.102	9.241
São Miguel	89.543	4.117	3.221	2.590	2.084	1.531	1.510	10.935
Homens	43.752	1.910	1.475	1.166	913	650	608	4.812
Mulheres	45.792	2.207	1.746	1.423	1.171	881	902	6.123
São Rafael	148.532	5.573	4.239	2.970	1.942	1.126	960	11.237
Homens	73.210	2.586	1.941	1.338	851	478	386	4.994
Mulheres	75.322	2.987	2.297	1.632	1.092	648	574	6.243
Sapopemba	282.042	13.222	10.093	6.935	5.253	3.269	2.888	28.438
Homens	138.291	6.135	4.622	3.123	2.300	1.389	1.162	12.596
Mulheres	143.751	7.087	5.471	3.812	2.953	1.881	1.726	15.841
Saúde	133.352	8.688	6.968	5.455	4.419	3.665	5.284	25.791
Homens	64.212	4.031	3.191	2.457	1.935	1.556	2.126	11.266
Mulheres	69.140	4.657	3.777	2.998	2.484	2.108	3.158	14.525
Sé	24.552	905	691	539	382	277	267	2.156
Homens	12.053	420	316	243	167	118	107	952
Mulheres	12.500	485	374	296	215	160	159	1.204
Socorro	36.982	2.261	1.912	1.639	1.252	964	1.105	6.872
Homens	17.865	1.049	875	738	548	409	445	3.016
Mulheres	19.117	1.212	1.036	901	704	555	660	3.856

Tatuapé	94.654	5.863	4.496	3.531	3.202	2.670	3.666	17.565
Homens	45.630	2.720	2.059	1.590	1.402	1.134	1.475	7.661
Mulheres	49.024	3.143	2.437	1.941	1.800	1.536	2.191	9.904
Tremembé	206.249	9.386	7.006	4.905	3.717	2.538	2.875	21.041
Homens	101.097	4.355	3.209	2.209	1.628	1.078	1.157	9.280
Mulheres	105.152	5.031	3.798	2.696	2.090	1.460	1.718	11.761
Tucuruvi	97.069	6.229	4.863	3.816	3.397	2.736	3.421	18.234
Homens	46.832	2.890	2.227	1.719	1.488	1.162	1.376	7.973
Mulheres	50.238	3.339	2.636	2.098	1.910	1.574	2.044	10.262
Vila Andrade	147.913	5.161	3.715	2.405	1.622	1.010	1.040	9.791
Homens	72.931	2.395	1.701	1.083	710	429	418	4.342
Mulheres	74.982	2.767	2.014	1.322	912	581	621	5.449
Vila Curuçá	148.167	6.066	4.691	3.309	2.419	1.468	1.458	13.345
Homens	72.839	2.814	2.148	1.490	1.059	623	587	5.908
Mulheres	75.328	3.251	2.543	1.819	1.360	844	871	7.437
Vila Formosa	94.028	5.633	4.449	3.398	2.953	2.333	2.754	15.887
Homens	45.518	2.614	2.037	1.530	1.293	991	1.108	6.960
Mulheres	48.510	3.020	2.411	1.868	1.660	1.342	1.646	8.927
V. Guilherme	55.088	3.105	2.479	1.934	1.714	1.396	1.752	9.274
Homens	26.682	1.440	1.135	871	750	593	705	4.055
Mulheres	28.406	1.664	1.344	1.063	963	803	1.047	5.220
Vila Jacuí	140.912	6.012	4.179	2.743	1.954	1.210	1.237	11.323
Homens	69.315	2.789	1.914	1.235	856	514	498	5.017
Mulheres	71.596	3.222	2.265	1.508	1.098	696	739	6.307
V. Leopoldina	43.825	2.191	1.657	1.214	1.044	822	1.178	5.916
Homens	21.308	1.017	759	547	457	349	474	2.586
Mulheres	22.518	1.174	898	667	587	473	704	3.329
Vila Maria	112.088	5.167	4.015	2.982	2.660	1.966	2.411	14.033
Homens	54.739	2.397	1.839	1.343	1.165	835	970	6.151
Mulheres	57.349	2.770	2.176	1.639	1.495	1.131	1.441	7.882
Vila Mariana	131.122	9.067	7.470	5.343	4.273	3.648	5.811	26.544
Homens	63.042	4.207	3.421	2.406	1.871	1.549	2.338	11.586
Mulheres	68.080	4.860	4.049	2.937	2.402	2.098	3.472	14.958
Vila Matilde	104.385	5.936	4.610	3.622	2.973	2.294	2.699	16.199
Homens	50.669	2.754	2.111	1.632	1.302	974	1.086	7.105
Mulheres	53.715	3.182	2.499	1.991	1.671	1.319	1.613	9.094
V. Medeiros	125.475	6.636	5.347	4.065	3.516	2.708	2.987	18.623
Homens	61.021	3.079	2.449	1.831	1.540	1.150	1.202	8.171
Mulheres	64.454	3.557	2.898	2.234	1.976	1.558	1.785	10.452
V.a Prudente	103.726	6.039	4.858	3.788	3.259	2.534	2.952	17.391
Homens	50.231	2.802	2.225	1.706	1.427	1.076	1.188	7.622
Mulheres	53.495	3.237	2.633	2.082	1.832	1.458	1.764	9.769
Vila Sônia	114.413	5.854	4.721	3.393	2.607	1.934	2.355	15.011
Homens	55.784	2.716	2.162	1.528	1.142	821	948	6.601
Mulheres	58.628	3.138	2.559	1.865	1.466	1.113	1.407	8.410

Fonte IBGE – Censos Demográficos, adaptado por Nilda Florio / GCMI – Grande Conselho Municipal do Idoso – 2014.

Para o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na cidade de São Paulo, em 1980, a idade média do brasileiro, era de 20,2 anos. Hoje, é de 28,8. anos . A tendência é de crescimento: 35,8 anos , em 2025; 42 anos, em 2040; e 46,2 anos, em 2050, quando haverá 64 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais, frente a 28 milhões com menos de 15 anos e 50 milhões entre zero e 24 anos.

Pela projeção da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), trata-se de um fenômeno que ocorrerá em 2024. Será quando, pela primeira vez desde que há levantamentos do tipo, o contingente da terceira idade (que será de 2,2 milhões) ultrapassará o de crianças (de 2,13 milhões).

Portanto, justifica-se nosso estudo nesta cidade, em particular, motivado pelo processo de adaptação a este cenário, como analisa o demógrafo Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira, da área de projeções demográficas da Seade:

“Uma mudança como essa exigirá que a cidade se adapte, com opções de lazer, transporte, habitação e até publicidade mais focada nesse público”, analisa o demógrafo Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira, da área de projeções demográficas da Seade. “Para ele, o envelhecimento da população se deve a uma combinação de fatores, como a rápida urbanização; a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho e o desenvolvimento da saúde pública” (Ferreira, OESP, 2010).

O processo da reprodução social desta sociedade envelhecida requer uma adaptação mais participativa população. Todavia, em nossas pesquisas estatísticas, pouco se encontrou sobre as questões de renda deste idoso, condição cada vez mais relevante neste estudo.

4.1. Critérios utilizados na pesquisa:

Destacamos o objetivo desta pesquisa : análise da emancipação e transformação do idoso, na relação sujeito-sociedade. Adotamos, como critério de pesquisa de campo , o roteiro apresentado a seguir:

- a) amostra direcionada a pessoa do sexo feminino e masculino, na faixa etária entre 60 a 80 anos;
- b) dados pesquisados junto ao SINDIMEI – Sindicato dos Ambulantes, Camelôs, Autônomos e Microempreendedores Individuais do Estado de SP; SINDNAPI

– Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e idosos e, GCMI- Grande Conselho Municipal do Idoso.

- c) foco das informações centrado no Município de São Paulo, entendido como região de representação ideal, para amostra da população idosa, agrupada entre nativos da cidade de São Paulo e migrantes de outras cidades, caracterizando diferentes perfis de localidade;
- d) coleta dos dados através de entrevistas de campo, com roteiros pré-estabelecidos, conforme os objetivos da pesquisa, como podem ser verificados no formulário: “Questionário de Pesquisa de Campo” .

A decisão de estudar amostras de idosos das referidas entidades pesquisadas, se deu pelo agrupamento destas pessoas, com objetivos direcionados a empreendedorismo e a questões relacionadas ao processo de transformação.

O SINDIMEI - Sindicato dos Ambulantes, Camelôs, Autônomos e Microempreendedores Individuais do Estado de SP é representado pela sua presidente, Janete Pereira. É o sindicato patronal de ambulantes, camelos, autônomos e micro empreendedores individuais do estado de São Paulo, criado para ser base de apoio a organização e formação de trabalho qualificado.

SINDIMEI oferece a seus associados toda orientação jurídica e contábil, bem como uma série de benefícios, em todas as áreas, a custo de taxa associativa, na razão de 15% do valor do salário mínimo regional.

Assim sendo, todo associado terá um contador, que tratará de sua e um advogado, responsável por sua assessoria jurídica, por preço muito menor que o praticado no mercado, além de ter direito, junto a seus dependentes: colônia de férias, dentistas, salão de beleza, seguros de vida e saúde, seguro residencial, vários descontos em universidades de São Paulo e outros benefícios.

O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical é representado por seu presidente Carlos Andreu Ortiz e pelo secretário nacional Dr Plínio Gustavo Adri Sarti; foi criado para defender interesses de aposentados brasileiros, lutando por dignidade e respeito ao idoso. Em apenas seis anos, o SINDNAPI estruturou-se em todos os estados, tornando-se um dos maiores do Brasil, com quase 500 mil sócios e muitas conquistas; foi criado no dia 15 de junho de 2000, mais de cinco mil aposentados se reuniram em Praia

Grande, litoral de São Paulo, para participar de um congresso, naquele momento o sindicato virava realidade.

O Sindicato Nacional dos Aposentados veio para ficar , *“É o maior congresso da história do sindicalismo brasileiro. São cinco mil aposentados numa área de 300 metros de comprimento para o aposentado, a partir de hoje, poder sair daqui com cabeça erguida acreditando que agora vai mudar que vamos mudar”*(presidente Carlos Andreu Ortiz) . Muito aplaudido concluiu, *“e viva os aposentados do Brasil.”*

A inspiração para criar o Sindicato Nacional dos Aposentados veio da Itália, baseado na *Uil Pensionatti*, Central Italiana que representa milhões de aposentados organizados, respeitada pelo estado e pela sociedade. Até hoje essa parceria se mantém firme, com os italianos vindo ao Brasil e diretores do Sindicato indo à Itália, trocando informações e experiências, buscando formas para melhorar a qualidade de vida dos aposentados nos dois países.

O começo difícil, numa pequena sala emprestada pela Força Sindical, não foi empecilho para levar a ideia adiante. Falta de recursos e dificuldades em dialogar com o governo serviram de motivação , em pouco tempo, alugou o prédio do sindicato dos metalúrgicos, na Rua do Carmo, palco de grandes conquistas do sindicalismo brasileiro. Em 2004, comprou o prédio e, meses depois , iniciou uma grande reforma que terminou em 2006.

A nova sede foi entregue no Dia Nacional dos Aposentados , em 24 de janeiro de 2006, com grande festa popular. O prédio, bonito e moderno, oferece mais espaço e conforto para idosos , que procuram atendimento todos os dias.

Na defesa dos interesses dos aposentados, o sindicato participa de negociações, mas quando é preciso , vai às ruas, organizando manifestações para pressionar o governo e mostrar ao país sua capacidade de organização.

O sindicato investiu em tecnologia, adquirindo modernos computadores, criou uma rede informatizada e desenvolveu softwares que agilizam o trabalho. Com isso o atendimento aos aposentados ficou mais rápido e eficiente; o sindicato promove e participa de eventos para discutir os interesses dos aposentados em várias cidades brasileiras e nos países vizinhos.

O primeiro encontro internacional de aposentados aconteceu em janeiro de 2006 , reunindo representantes de países da América do Sul, da UIL italiana e da FERPA – Federação Europeia de Aposentados e Pensionistas.

Em 2006, João Batista Inocentini, presidente do sindicato esteve na Itália participando do 14º congresso da Uil. Líderes dos aposentados de 48 países estiveram presentes, discutindo interesses dos idosos de todas as partes do mundo. O Sindicato Nacional dos Aposentados recebeu o *prêmio Top of Quality 2006*, oferecido pela Ordem dos Parlamentares do Brasil, em reconhecimento a qualidade do trabalho feito pelo SINDNAPI na defesa dos direitos dos idosos.

A prioridade do sindicato é recuperar o poder de compra dos benefícios e resgatar a dignidade do idoso. Para que isso aconteça, toda diretoria está empenhada em fazer o SINDNAPI crescer, aumentando o número de subseções, com novos sócios e criando projetos que melhorem a qualidade de vida dos idosos.

O GCMI- Grande Conselho Municipal do Idoso foi criado em 24 de setembro de 1992, Lei Municipal nº 11.242, pela necessidade de um órgão de representação dos idosos na administração pública municipal. Atualmente está vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, junto à Coordenação de Políticas para Idosos.

O conselho é um órgão que tem por finalidade contribuir para formulação de políticas públicas que promovam bem estar e qualidade de vida da pessoa idosa. Neste intuito, promove discussões, faz encaminhamentos e delibera de forma colegiada, temas pertinentes a defesa, proteção e valorização dessa população, asseguradas na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso e na Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/2004).

4.2. Resultado da pesquisa e comentários:

Para a amostra pesquisada, consideramos o total de 105 idosos, distribuídos entre 46 pessoas do sexo feminino e 59 pessoas do sexo masculino, classificadas por faixa etária.

Os dados foram coletados através de entrevistas individuais, com roteiro pré elaborado, conduzidas em ambiente natural, respeitando o cotidiano dos sujeitos, com cuidado, por parte do entrevistador, de não interferir na conduta do entrevistado, deixando-o livre para comentários.

Os resultados da coleta de dados estão resumidos nas tabelas separadas por idosos do sexo feminino (*Tabela 1*) e masculino (*Tabela 2*), respectivamente, com o título:

Tabulação da Pesquisa das Ações Socioeconômicas, Política e Cultura, para a Transformação e Reprodução Social da Sociedade Envelhecida.

Nos idosos do sexo feminino , como pode ser verificado , as faixas etárias selecionadas tem leve predominância das idosas entre 65 anos e 69 anos e acima de 75 anos de idade, ressaltamos o interesse destas idosas em ter outra forma de renda além da aposentadoria.

Outro dado importante : quando indagadas sobre qual forma de renda preferem, a maioria escolheu negócio próprio, mesmo reconhecendo a segurança diante dos benefícios com carteira profissional registrada , motivadas pela "liberdade de agir e fazer algo que gostam".

Em relação à pergunta: "A sociedade respeita as pessoas com mais idade ?", as idosas foram quase unânimes ao declarar que não existe respeito.

No que tange a questão sobre o significado, para elas, da opinião entre trabalho e negócio próprio, predominou a variável " sentir-se útil para sociedade".

Ao tratar das dificuldades encontradas na busca de renda e trabalho, para a pessoa com mais idade, consideram a idade o principal obstáculo.

Quanto à capacitação profissional e conhecimento , como condição importante no mercado empreendedor, todas responderam "Sim".

Ao serem argüidas sobre a aposentadoria recebida, se satisfaz suas necessidades em relação a qualidade de vida, responderam negativamente, devido ao custo de vida.

Quando questionadas sobre a autonomia para a pessoa com mais idade, as idosas a entendem como possibilidade de ter poder de decisão , assim como ter saúde física e mental, significa serem reconhecidas pela sociedade.

A maioria dessas idosas foram céticas em relação a melhora da economia do Brasil nos próximos anos.

Finalizando esta primeira análise, as idosas, ao serem questionadas sobre a possibilidade de desenvolver mais conhecimento, responderam positivamente .

Portanto, podemos considerar , na amostragem junto as essas idosas pesquisadas, forte presença das características de interesse pelo exercício de atividades que lhe dêem renda e, como principal opção, negocio próprio, significando independência e autonomia.

Ficou evidente a necessidade em serem respeitadas pela sociedade e demonstrarem sua utilidade, contribuindo no cenário econômico, através de atividade produtiva ou mesmo, em alguns casos, situações de filantropia.

Em relação às políticas públicas, estas idosas foram quase unânimes em afirmar a incapacidade do Estado em oferecer qualidade de vida à população envelhecida, cabendo unicamente aos idosos a conquista destes direitos.

As variáveis conhecimento; capacitação profissional e autonomia, para estas idosas, são tratadas com foco na transformação pois segundo elas são condições que não pensaram no passado, quando mais jovens; para tal, o principal argumento relatado por elas, na maioria, referia-se ao controle da família ou do cônjuge, bem como insegurança diante do novo e/ou falta de conhecimento.

Como resultado da pesquisa dessas idosas, consideramos o nítido interesse de ser reconhecidas pela sociedade, por se sentirem capazes de desenvolver alguma atividade, seja para sustento de filhos e netos, seja por almejar uma vida melhor, ou na busca de realização pessoal.

TABELA 1 -Tabulação da pesquisa referente as perspectivas das ações socioeconômicas, política e cultura, para a transformação e reprodução social da sociedade envelhecida (Total de idosos sexo feminino pesquisados = 46)

Perguntas realizadas	Variáveis Pesquisadas	60 à 64			65 à 69			70 à 74			Mais de 75			Total Geral (46)		
		Anos (10)			Anos (14)			Anos (08)			anos (14)			Sub Total		
		Total	Sub	(%)	Total	Sub	(%)	Total	Sub	(%)	Total	Sub	(%)	Total	Sub	(%)
Você tem interesse em alguma forma de renda fora a aposentadoria?	Sim	09	90,0		14	100,0		07	39		09	64,3		39	84,8	
	Não	01	10,0		00	00,00		01	07		05	35,7		07	15,2	
Qual a forma de renda você prefere?	Registro em carteira	03	30,0		04	28,6		06	20		07	50,0		20	43,5	
	Negócio próprio	06	60,0		10	71,4		02	25		07	50,0		25	54,3	
A sociedade, respeita as pessoas com + idade?	Sim	03	30,0		00	00,0		01	07		03	21,4		07	15,2	
	Não	07	70,0		14	100,0		07	39		11	78,6		39	84,8	
O que significa para você, ter trabalho ou um negócio próprio na velhice?	Sustento próprio e da família	05	50,0		05	35,7		03	18		05	35,7		18	39,1	
	Sentir-se útil para sociedade	07	70,0		09	64,3		04	26		06	42,8		26	56,5	
	Preencher o tempo vago	02	20,0		02	14,3		03	14		07	50,0		14	30,4	
	Ter uma nova profissão	02	20,0		03	21,4		00	05		00	00,0		05	10,9	
	Outros	00	00,0		01	7,14		02	04		01	7,14		04	8,7	
	Idade	05	50,0		08	57,1		01	24		10	71,4		24	52,2	
	Exigências do mercado trabalho	02	20,0		05	35,7		05	17		00	00,0		17	36,9	
Quais dificuldades encontradas na busca de renda e trabalho, para a pessoa com mais idade?	Problemas de saúde	00	00,0		05	35,7		01	10		04	28,6		10	21,7	
	Falta de qualificação profissional	00	00,0		03	21,4		00	06		03	21,4		06	13,0	
	Falta de escolaridade	03	30,0		03	21,4		01	12		05	35,7		12	26,1	
	Não encontra dificuldades	01	10,0		01	7,14		01	04		01	7,14		04	8,7	
	Tem vergonha dos mais jovens	00	00,0		00	00,0		00	00		00	00,0		00	00,0	
	Sim	09	90,0		14	100,0		08	43		12	85,7		43	93,5	
	Não	01	10,0		00	00,0		00	03		02	14,3		03	6,5	
Você acha importante a capacitação profissional para o idoso? O atual benefício da aposentadoria recebido por você, oferece qualidade de vida ?	Sim	03	30,0		01	7,1		02	10		04	28,6		10	21,7	
	Não	05	50,0		13	92,8		05	31		08	57,1		31	67,4	
	Não recebe este benefício	02	20,0		00	00,0		01	05		02	14,3		05	10,9	
	Ter poder de decisão	04	40,0		08	57,1		03	20		05	35,7		20	43,5	
	Ser reconhecido pela sociedade	04	40,0		05	35,7		03	18		06	42,8		18	39,1	
Qual o significado de autonomia para a pessoa com mais idade ?	Ter saúde física e mental	04	40,0		04	28,6		06	22		08	57,1		22	47,8	
	Ter mais responsabilidade	00	00,0		03	21,4		01	08		04	28,6		08	17,4	
	Sim	04	40,0		02	14,3		01	11		04	28,6		11	23,9	
	Não	04	40,0		10	71,4		05	24		05	35,7		24	52,2	
	Não sabe responder	02	20,0		02	14,3		02	11		05	35,7		11	23,9	
Em sua opinião, a economia do Brasil, nos próximos anos vai melhorar para idosos ?	A mente esta cansada	00	00,0		00	00,0		00	03		03	21,4		03	6,5	
	Falta interesse	01	10,0		00	00,0		00	01		00	00,0		01	2,2	
	Sim é possível	10	100,0		14	100,0		08	43		11	78,6		39	84,8	

(Fonte: Resultado da Pesquisa de Campo junto à população idosa Oliveira, JBO, 2014).

Para a amostragem dos idosos do sexo masculino, o desejo de obter renda além da aposentadoria, também é verificado. Comprovou-se maior interesse nos idosos situados nas faixas etárias de 60 a 64 anos, seguidos pelos de 65 a 69 anos e de 70 a 74 anos, superando as idosas; o principal argumento dos entrevistados, esta no sustento ou na contribuição para despesas dos filhos, mesmo quando estes já tem família constituída.

A opção por negocio próprio, para estes idosos, comparado as idosas ,também é de grande interesse, sendo mais acentuada na faixa etária de 60 a 64 anos, no caso deles por maior preocupação com a qualidade de vida.

Para todos os entrevistados , quando questionados sobre a sua relação com a sociedade em geral, predomina a sensação de desrespeito .

Ao serem questionados sobre trabalho ou negócio próprio, foram quase que unanimes no desejo de ser útil para a sociedade e de sustentar a família.

A variável idade e as exigências do mercado de trabalho, são os pontos mais preocupantes para sua aceitação na sociedade produtiva, seguindo a mesma proporção em relação às idosas, quando questionadas sobre essas dificuldades.

Capacitação profissional e conhecimento, da mesma forma que para as idosas, foram consideradas variáveis importantes para o ingresso do mercado de trabalho e/ou para atividade empreendedora.

O beneficio da aposentadoria, na mesma proporção das respostas das idosas , é considerado precário , pelo valor recebido, sendo que , para os homens, o principal problema e sua insuficiência para ter uma velhice digna, após tanto tempo de contribuição ao Estado.

A autonomia para esses idosos é entendida como poder de decisão, ser reconhecido pela sociedade e ter saúde física e mental. Comparando com as idosas, o reconhecimento pela sociedade não é tão importante , embora necessário , para sua participação no cenário econômico e relacionamento , de forma geral.

Esses idosos também são descrentes quanto à melhora da economia nacional, nos próximos anos, diante da “incapacidade dos políticos” e as “exigências da globalização” .

Percebe-se, nesses idosos, uma maior referencia política e interesse pelas informações do dia a dia, com leitura de jornais e discussão entre eles , sobre atualidades , diferentemente das idosas , cujas principais preocupação são questões sociais e sobrevivência da familia.

Os idosos são categóricos ao afirmar a possibilidade de adquirir novos conhecimentos , argumentando ser necessário sua equiparação aos mais jovens, embora “ não saber se teriam paciência em voltar aos bancos da escola”.

Em ambos os grupos pesquisados de idosos, masculino e feminino, partindo de diferentes instituições e localidades, deixam claro sua possibilidade de autonomia e o reconhecimento pela sociedade, de modo a agir como agentes de transformação, capazes de contribuir com suas experiências à economia do país.

Resumidamente , podemos interpretar nos resultados das pesquisas , na direção de nossa tese , a preocupação desses idosos com sua sobrevivência financeira frente a precária condição econômica e a degradante qualidade de vida.

Por outra direção, percebe-se, nessas pessoas , maior consciência de seu papel na sociedade, com sentimento de menor dependência social, ao sentirem-se capazes em competir de igual para igual nas diferentes estratificações sociais , mesmo rotulados como desiguais , devido a decadência física.

Todavia, pensando o modelo de desigualdade social , esses idosos demonstram potencialidade e se organizam para sua emancipação econômica, cuja mobilidade social torna-se perceptível, quando passam a ter consciência de suas necessidades e são motivados a buscar alternativas de sobrevivência.

Percebe-se que vem crescendo a quebra de paradigmas de exclusão e incapacidade dessas pessoas, por vários motivos, dentre eles o avanço da ciência que viabiliza a longevidade e expectativa de vida e ,como consequência, a sociedade envelhecida começa a repensar a aposentadoria , questionando-se a respeito do retorno a escola , ou , ainda, de uma segunda profissão.

Os planos de benefícios da Previdência Social, através da lei 8213 , de 24 de Julho de 1991, dá direito ao segurado de continuar ativo mesmo estando aposentado por tempo de contribuição, por idade ou regime especial.

Quanto ao conhecimento dos idosos , a escolaridade cresceu em importância como subsidio para continuidade dos aposentados no mercado de trabalho e , como mostrou nossa pesquisa ,os aposentados que permanecem ativos são os na faixa etária entre 60 a 64 anos , os mais escolarizados e os que recebem os menores valores de benefício da Previdência Social .

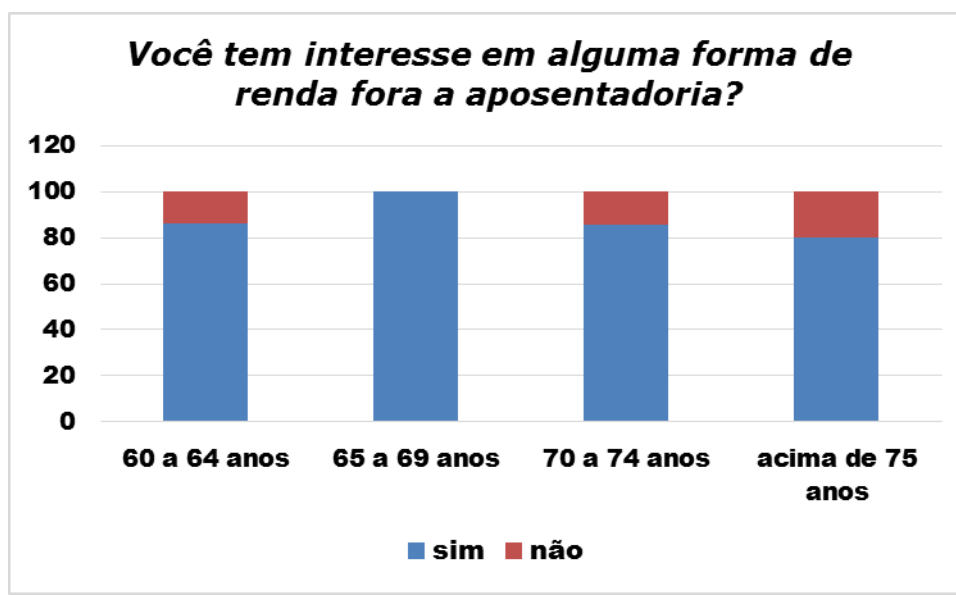
TABELA 2 -Tabulação da pesquisa referente as perspectivas das ações socioeconômicas, política e cultura, para a transformação e reprodução social da sociedade envelhecida (Total de idosos sexo masculino pesquisados = 59)

Perguntas realizadas	Variáveis Pesquisadas	60 à 64			65 à 69			70 à 74			Mais de 75			Total Geral (59)		
		Anos (22)			Anos (13)			Anos (14)			anos (10)			Sub Total		
		Total	Sub	(%)	Total	Sub	(%)	Total	Sub	(%)	Total	Sub	(%)	Total	Sub	(%)
Você tem interesse em alguma forma de renda fora a aposentadoria?	Sim	19	86,4	13	100,0	12	85,7	08	80,0	52	88,1	07	11,9			
	Não	03	13,6	00	0,00	02	14,3	02	20,0	07	11,9	00	0,00			
Qual a forma de renda você prefere?	Registro em carteira	05	22,7	05	38,5	05	35,7	05	50,0	20	33,9	05	50,0			
	Negócio próprio	17	77,3	08	61,5	09	64,3	05	50,0	39	66,1	05	50,0			
A sociedade, respeita as pessoas com + idade?	Sim	03	13,6	00	0,00	07	50,0	02	20,0	12	20,3	02	20,0			
	Não	19	86,4	13	100,0	07	50,0	08	80,0	49	83,0	08	80,0			
O que significa para você, ter trabalho ou um negócio próprio na velhice?	Sustento próprio e da família	14	63,6	07	53,8	07	50,0	02	20,0	30	50,8	02	20,0			
	Sentir-se útil para sociedade	10	45,4	08	61,5	05	37,7	06	60,0	29	49,2	06	60,0			
	Preencher o tempo vago	06	27,3	03	23,1	02	14,2	03	30,0	14	23,7	03	30,0			
	Ter uma nova profissão	05	22,7	00	0,00	03	21,4	02	20,0	10	16,9	02	20,0			
	Outros	01	4,5	01	7,7	01	7,1	01	10,0	04	6,8	01	10,0			
	Idade	13	59,1	05	38,5	06	42,8	05	50,0	29	49,1	05	50,0			
	Exigências do mercado trabalho	11	50,0	06	37,5	05	35,7	05	50,0	27	45,8	05	50,0			
Quais dificuldades encontradas na busca de renda e trabalho, para a pessoa com mais idade?	Problemas de saúde	06	27,3	00	0,00	05	35,7	04	40,0	17	28,8	04	40,0			
	Falta de qualificação profissional	12	54,5	02	15,4	03	21,4	01	10,0	18	30,5	01	10,0			
	Falta de escolaridade	05	22,7	03	23,1	03	21,4	01	10,0	12	20,3	01	10,0			
	Não encontra dificuldades	01	4,5	03	23,1	02	14,2	00	0,00	06	10,2	00	0,00			
	Tem vergonha dos mais jovens	01	4,5	00	0,00	03	21,4	00	0,00	04	6,8	00	0,00			
	Sim	21	95,45	11	84,6	13	92,8	09	90,0	54	91,5	09	90,0			
	Não	01	4,5	02	15,4	01	7,1	01	10,0	05	8,5	01	10,0			
Você acha importante a capacitação profissional para o idoso?	Sim	03	13,6	03	23,1	06	42,8	03	30,0	15	25,4	03	30,0			
	Não	12	54,5	09	69,2	08	57,1	07	70,0	36	61,0	07	70,0			
	Não recebe este benefício	07	31,8	01	7,7	00	0,00	00	0,00	08	13,6	00	0,00			
	Ter poder de decisão	11	50,0	06	37,5	06	42,8	02	20,0	25	42,4	02	20,0			
Qual o significado de autonomia para a pessoa com mais idade ?	Ser reconhecido pela sociedade	10	45,4	04	30,7	05	35,7	04	40,0	23	39,0	04	40,0			
	Ter saúde física e mental	11	50,0	05	38,5	08	57,1	04	40,0	28	47,5	04	40,0			
	Ter mais responsabilidade	03	13,6	01	7,7	01	7,1	02	20,0	07	11,9	02	20,0			
	Sim	07	31,8	04	30,7	06	42,8	03	30,0	20	33,9	03	30,0			
Em sua opinião, a economia do Brasil, nos próximos anos vai melhorar para idosos ?	Não	12	54,5	10	76,9	05	35,7	07	70,0	34	57,6	05	50,0			
	Não sabe responder	03	13,6	00	0,00	03	21,4	00	0,00	06	10,2	03	30,0			
	A mente esta cansada	00	0,00	00	0,00	01	7,1	00	0,00	01	1,7	01	10,0			
	Falta interesse	00	0,00	00	0,00	03	21,4	00	0,00	03	5,1	03	30,0			
É possível a pessoa com mais idade, desenvolver novos conhecimentos?	Sim é possível	22	100,0	13	100,0	12	85,7	10	100,0	57	96,6	10	100,0			

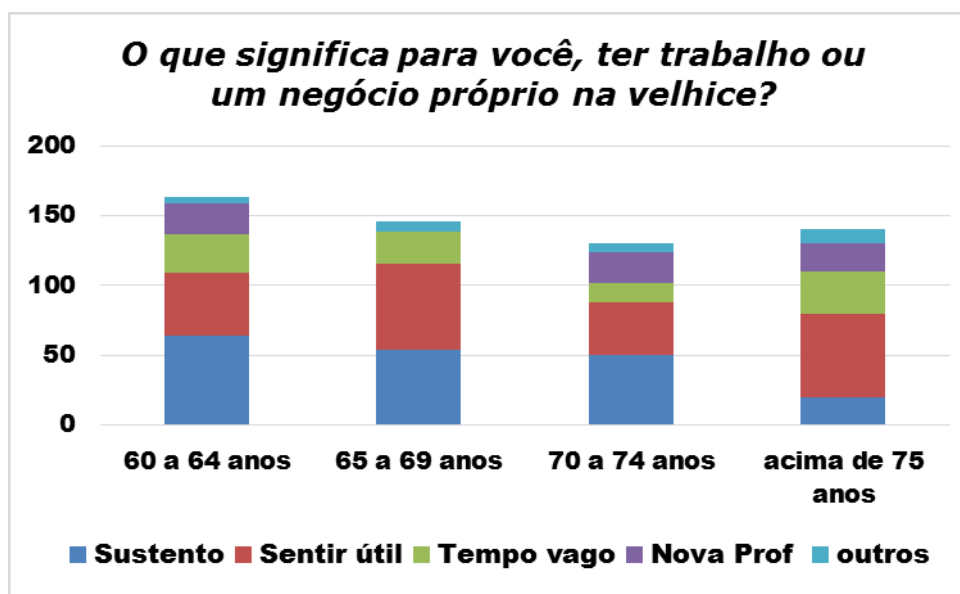
(Fonte: Resultado da Pesquisa de Campo junto à população Idosa Oliveira, JBO, 2014).

A seguir apresentamos a representação gráfica da pesquisa referente as perspectivas das ações socioeconômicas, política e cultura, para a transformação e reprodução social da sociedade, oferecendo uma visão dimencional das variáveis estudadas , iniciando pelos idosos do sexo masculino .

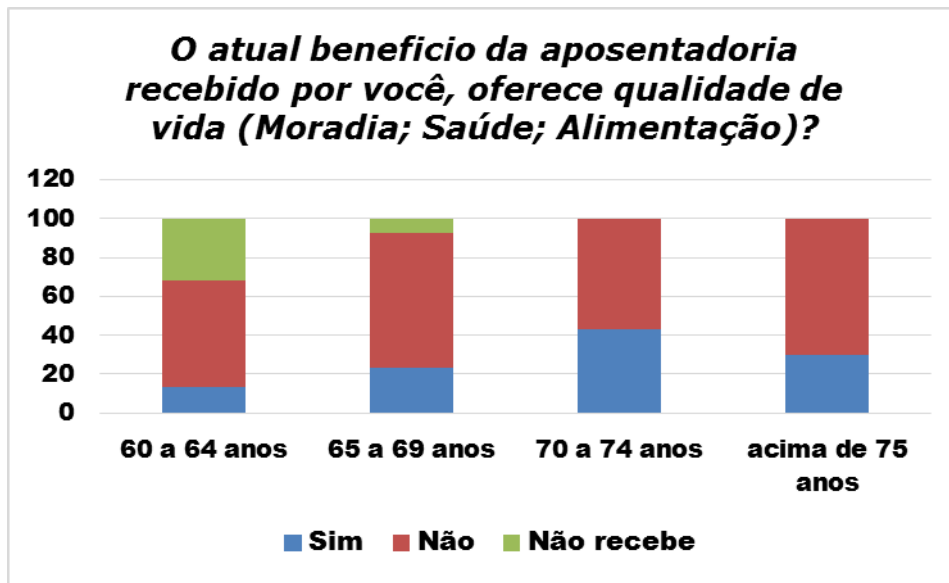
A variável “ Interesse em alguma forma de renda fora a aposentadoria “, é predominante na faixa etária entre os idosos de 60 a 64 anos, não sendo menos importante nas demais :



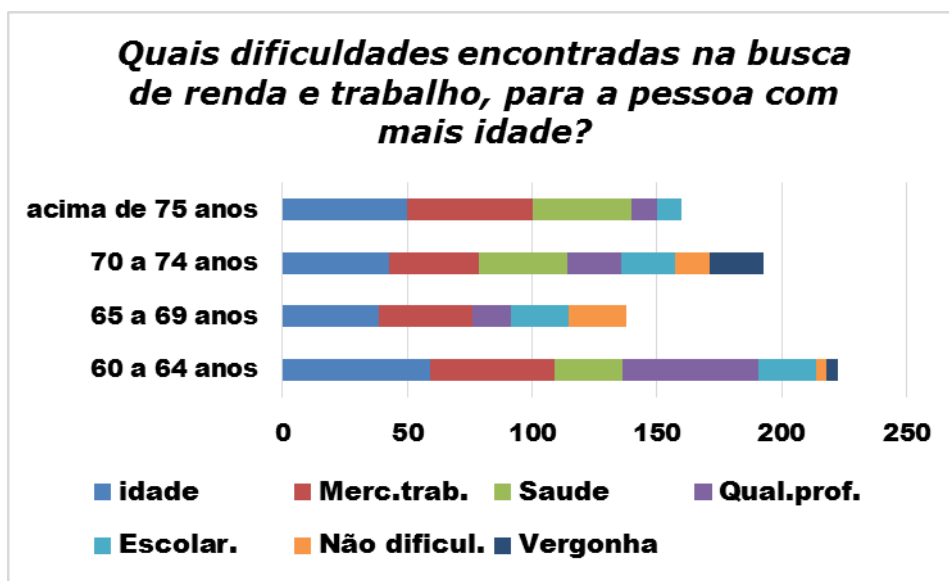
“ O que significa para você, ter trabalho ou um negócio próprio na velhice? “ , a variável sustento próprio predomina em todas as faixas etária, assim como “sentir-se útil para a sociedade” :



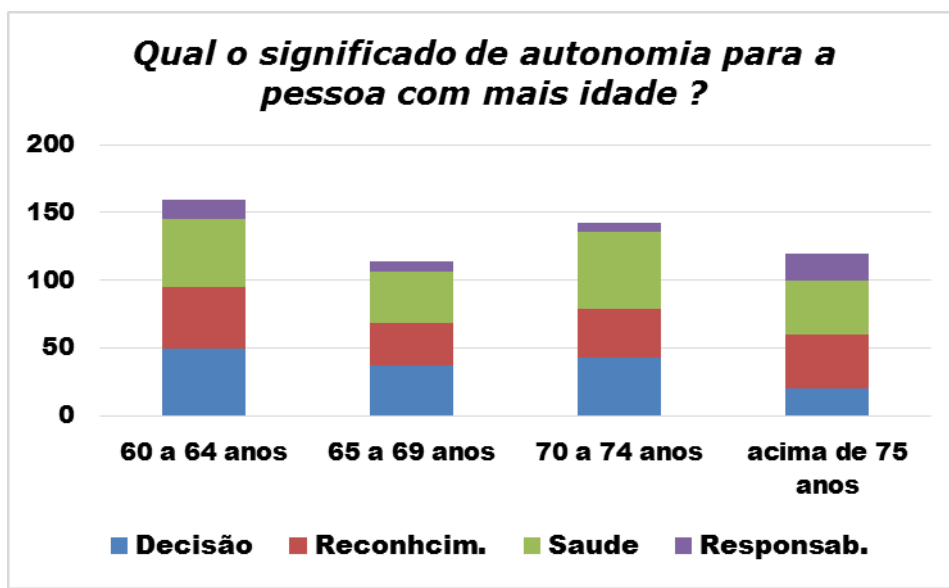
Em “ O atual benefício da aposentadoria recebida por você, oferece qualidade de vida? “ , a variável “ não “ predomina nas diferentes faixas etárias:



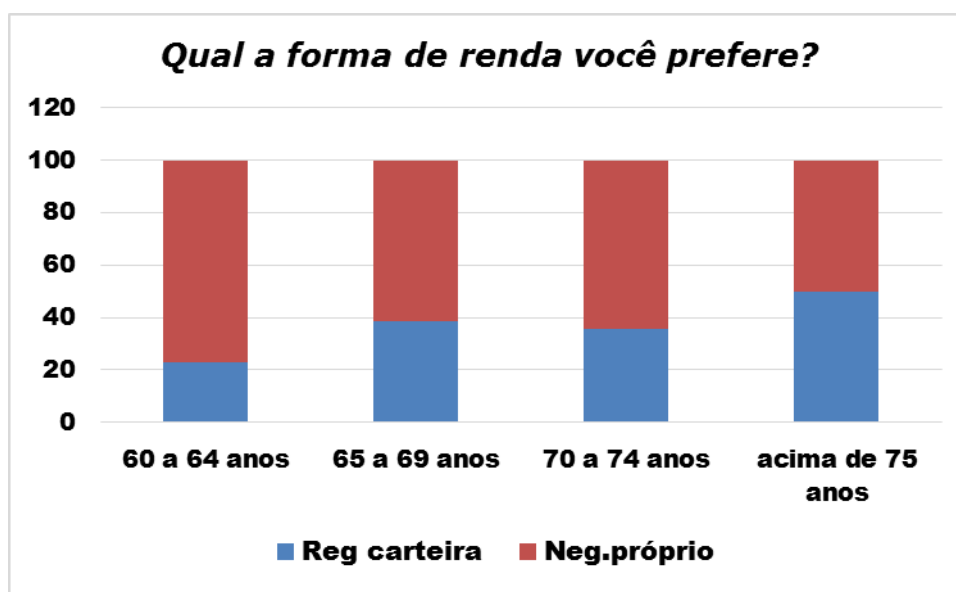
A “ Quais dificuldades encontradas na busca de renda e trabalho, para a pessoa com mais idade?”, “ Idade” e “ Exigências do mercado de trabalho” são critérios considerados importantes para todas as faixas etárias, porém, a falta de “ qualificação profissional “ é condição importante para os idosos do sexo masculino na faixa etária entre 60 a 64 anos :



Em “O significado de autonomia para a pessoa com mais idade” , as variáveis “ poder de decisão” ; “ Ser reconhecido pela sociedade” e “ter saúde física e mental “ ; foram consideradas relevantes para todas as faixas etárias :



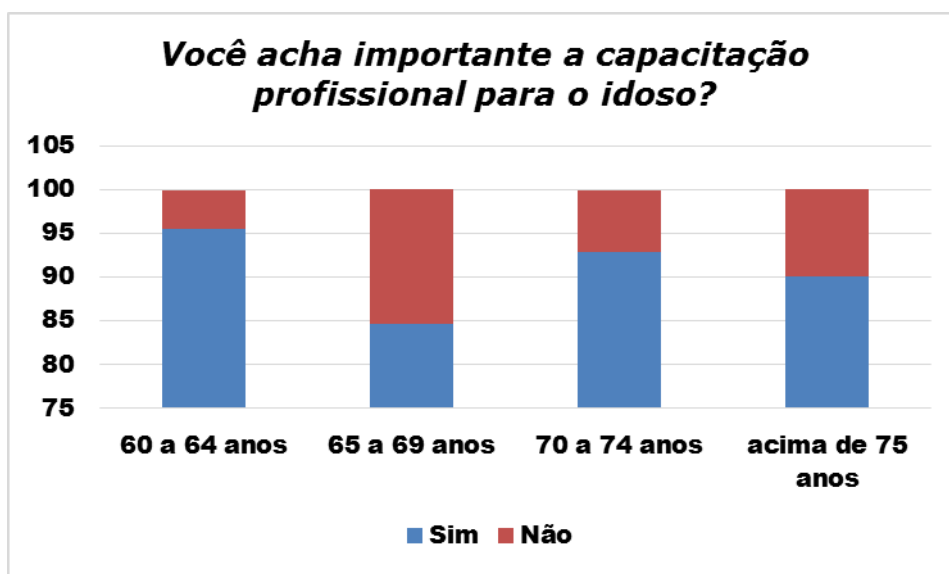
A variável referente a “ Forma de renda” como preferência , “ negócio próprio” é considerado a melhor opção as faixas etárias de 60 a 64 anos; 65 a 69 anos e 70 a 74 anos, com leve predominância para os idosos acima de 75 anos, o “ R egistro em carteira” :



Em relação a variável sobre o “ respeito da sociedade em relação as pessoas com mais idade” , em todas as faixas etárias o “ Não respeito” tem forte significado, mesmo para idosos entre 70 a 74 anos, que reconhecerem algum respeito :

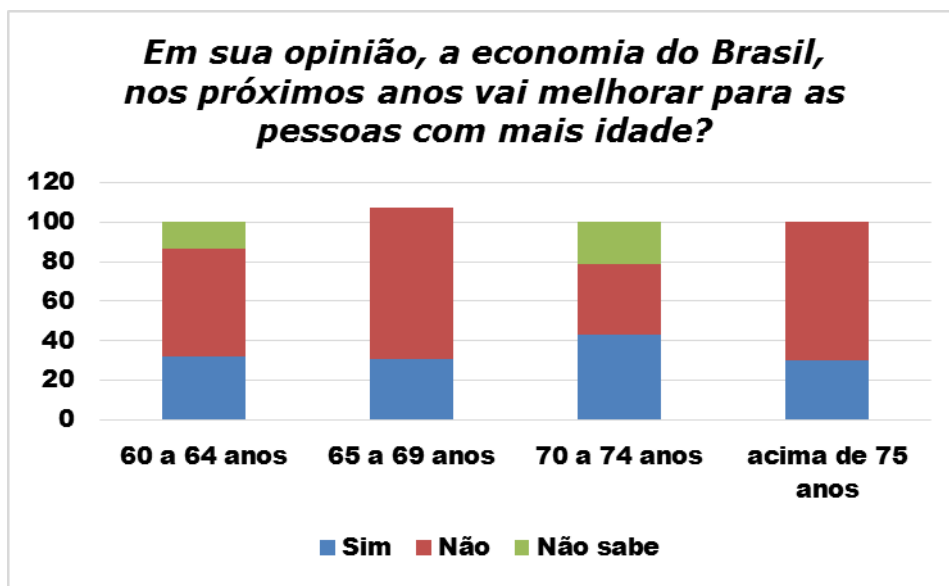


Quanto a “ Capacitação profissional”, percebe-se a importancia para todas as faixas etárias, todavia, com menor relevância , para idosos entre 65 a 69 anos :

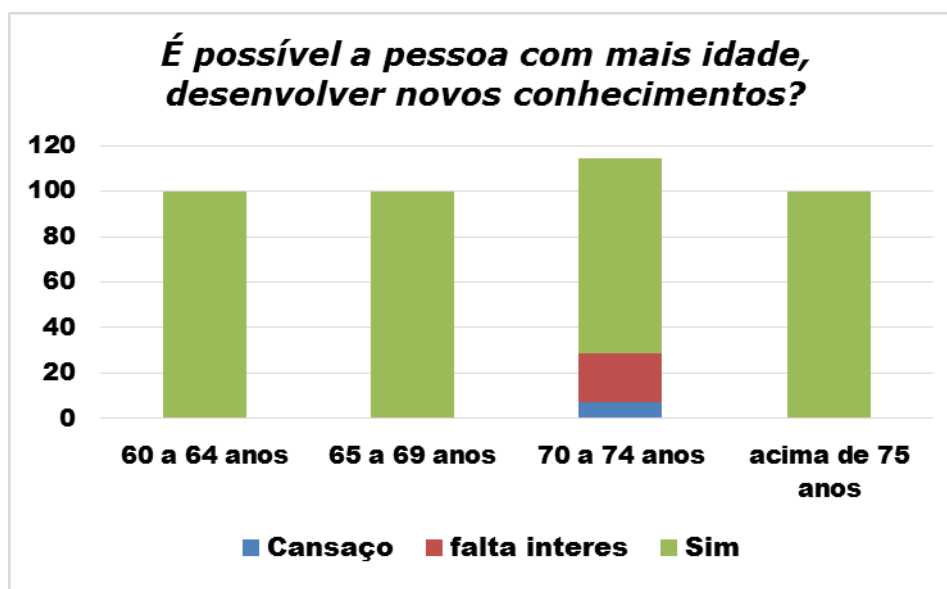


No que tange a “ Melhora da economia do Brasil” , nos próximos anos , são céticos na possibilidade de melhora. Relevamos que durante as entrevistas, os idosos ,

diante desta perspectiva, mencionaram a importância de sua (re) inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento de novos negócios :

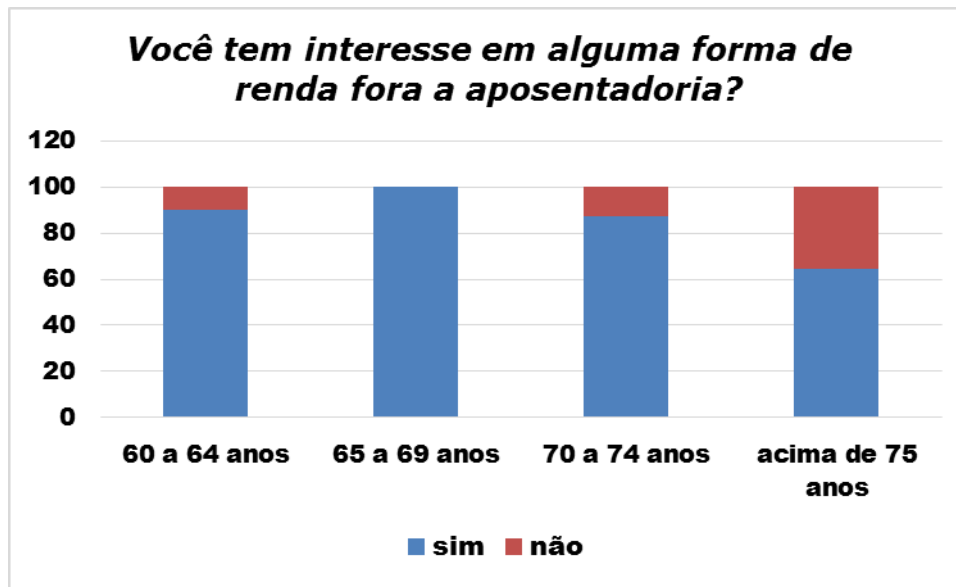


A variável sobre A possibilidade da pessoa, com mais idade, “Desenvolver novos conhecimentos” tem predominância em todas as faixas etárias, com leve falta de interesse nos idosos com faixa etária entre 70 a 74 anos :



A seguir iniciamos os comentários dos gráficos referentes a pesquisa junto aos idosos do sexo feminino , observando a variável sobre o “ Interesse em alguma forma de renda fora a aposentadoria” , observando a predominância no interesse de

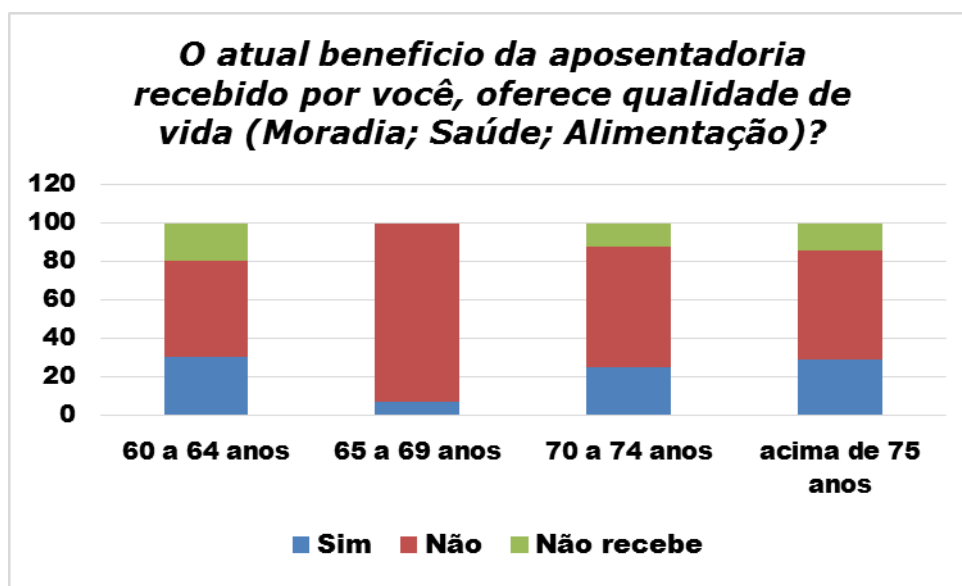
ter outra forma de renda, salvo um tímido desinteresse das idosas na faixa etária acima dos 75 anos :



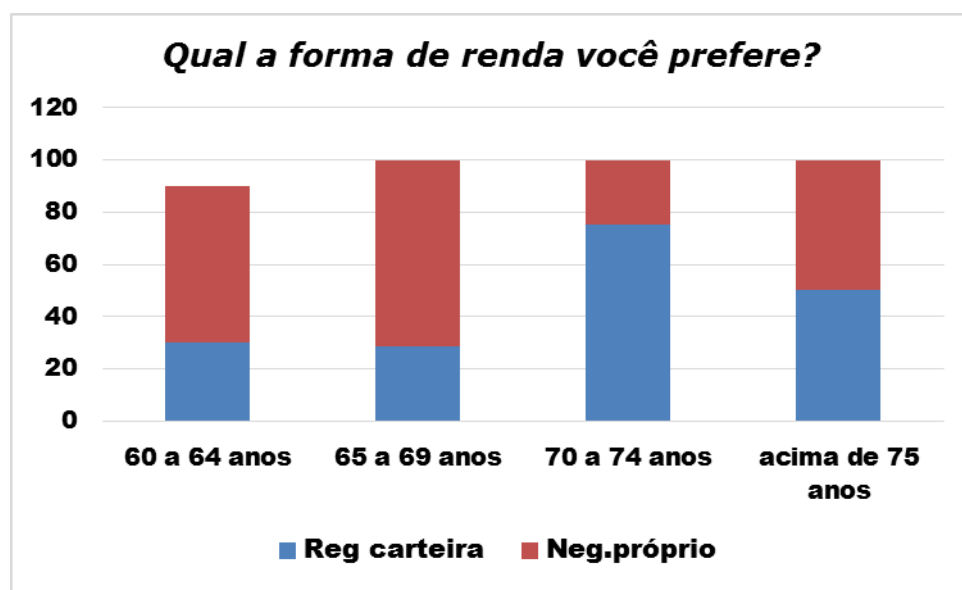
Quanto ao “ Respeito da sociedade em relação as pessoas com mais idade” , encontramos forte predominância do não respeito dos idosos, no geral. Para as idosas entre 60 a 64 anos e acima de 75 anos, apesar de confirmar o desrespeito, uma minoria desta idosas ainda considera ser respeitada :



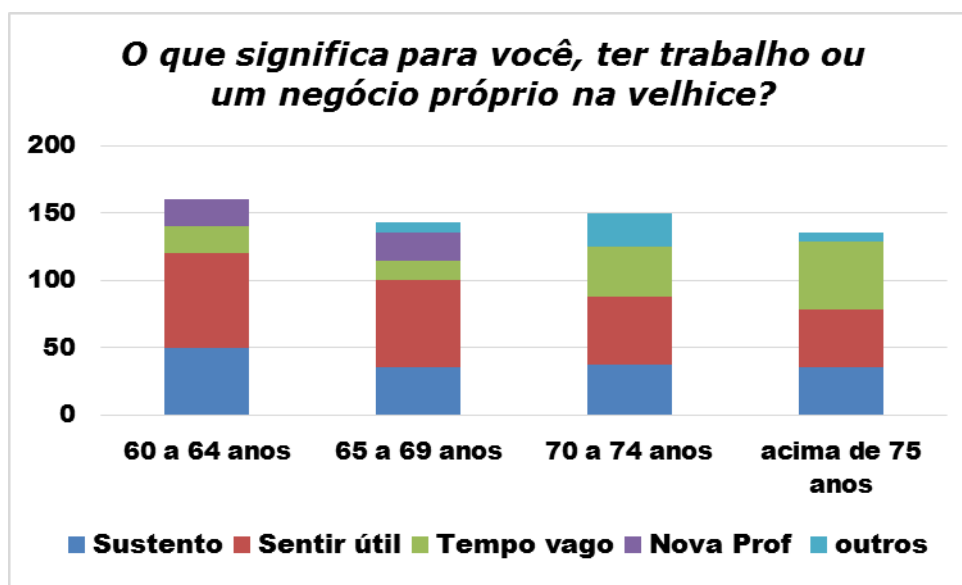
Para as idosas , o atual benefício da “ Aposentadoria recebida” , a maioria entende que não oferece qualidade de vida :



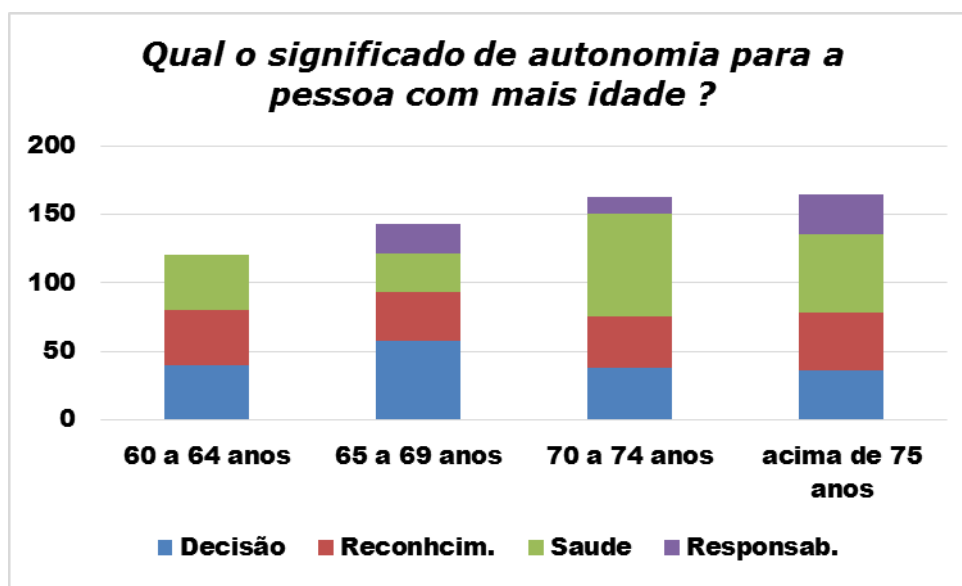
Ao que se refere a forma de renda, as idosas, na maioria preferem “ Negócio próprio”, com pequeno aumento, nesta opção na faixa etária entre 70 a 74 anos :



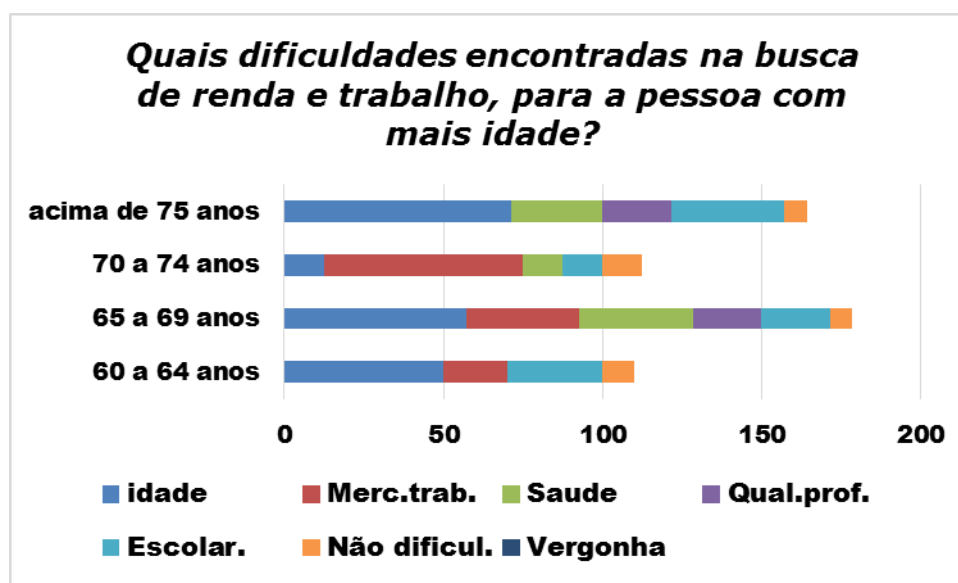
No que se refere a ter trabalho ou um “ Negócio próprio” na velhice, as idosas no geral, optaram para “ Sustento próprio e da família” e “ Sentir-se útil para a sociedade” . As idosas, situadas nas faixas etárias de 70 a 74 anos e acima de 75 anos, incluíram o preenchimento do “ tempo vago” .



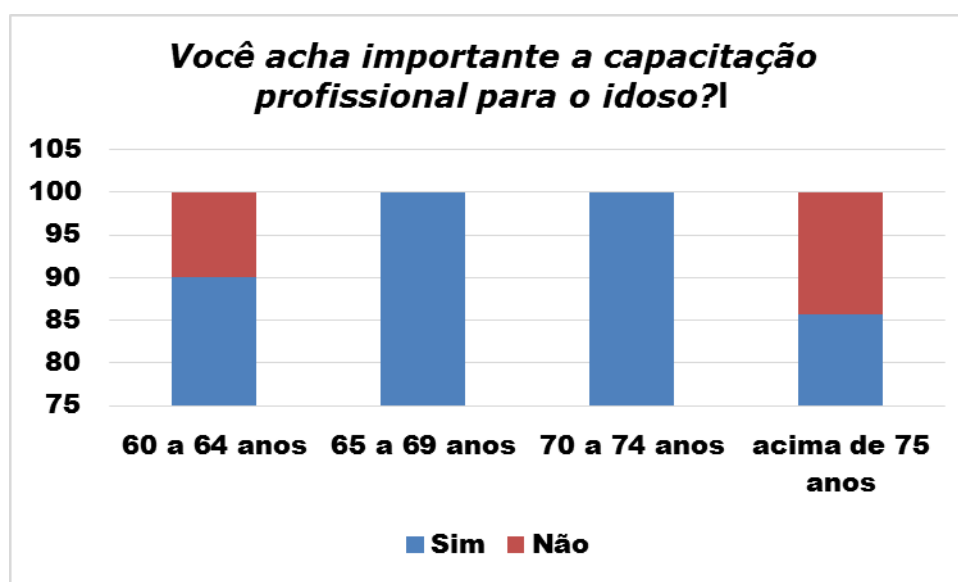
Quando abordadas sobre o significado de “Autonomia” para a pessoa com mais idade, as variáveis “Ter poder de decisão”; “Ser reconhecido pela sociedade”; “Ter saúde física e mental”, foram apontadas como importantes para todas as faixas etárias. Ressaltamos que, nas faixas etárias de 70 a 74 anos e acima de 75 anos, destas idosas, a saúde teve significado maior:



Ao serem questionadas sobre quais as maiores dificuldades encontradas na busca de renda e trabalho, para a pessoa com mais idade, as idosas na faixa etária de 60 a 64 anos; 65 a 69 anos e acima de 75 anos, responderam “Idade”. Para as idosas de 70 a 74 anos, a dificuldade predominante são as “Exigências do mercado”:

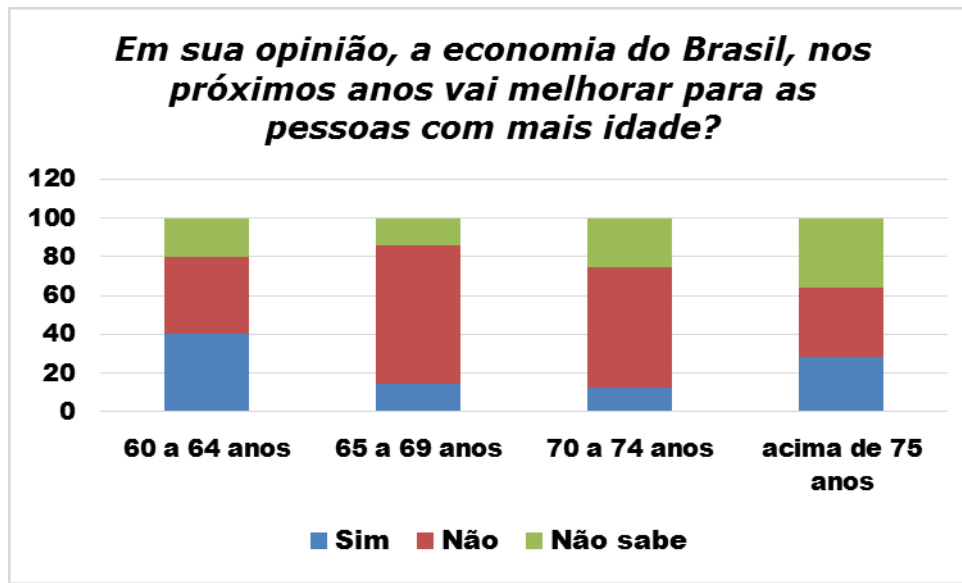


Ao referirem-se à importância da “Capacitação profissional” para as pessoas de mais idade, as idosas nas faixas etárias de 65 a 69 anos e 70 a 74 anos, foram unânimes quanto a necessidade de capacitação profissional. Para as idosas situadas na faixa etária de 60 a 64 anos, uma pequena porção não considera importante. As idosas acima de 75 anos, a resposta “Não” no que tange a importância da capacitação profissional supera a resposta “Sim”.

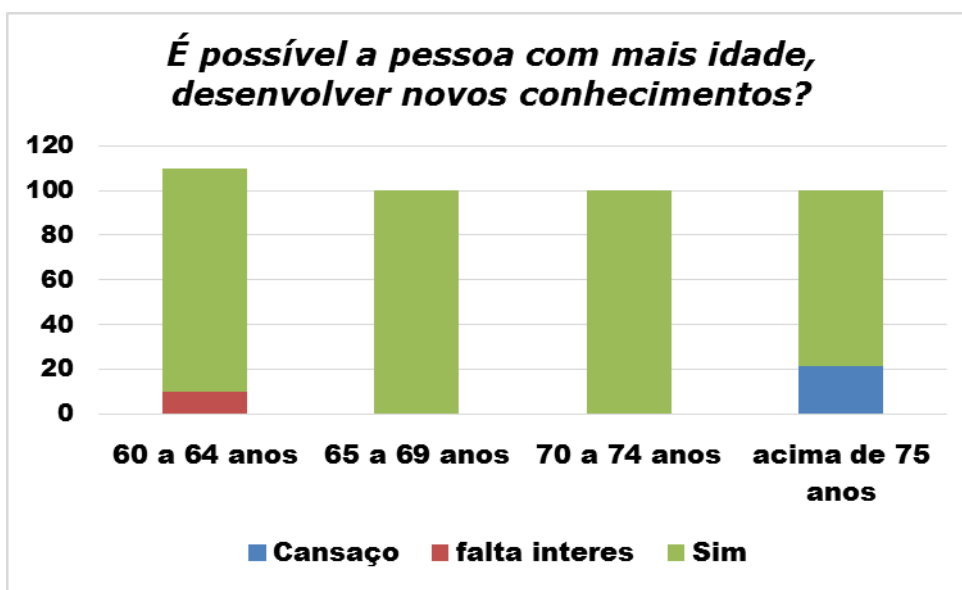


Quando as idosas questionadas sobre a “Melhora da economia do Brasil”, nos próximos anos, para idosos, todas as faixas etárias foram pessimistas.

Proporcionalmente , as faixas etárias de 60 a 64 anos e acima de 75 anos, foram menos prudentes, ao acreditar na melhora da economia nacional :



Em relação a variável sobre a possibilidade da pessoa com mais idade, desenvolver “ Novos conhecimentos” , as idosas entre 65 a 69 anos e 70 a 74 anos, são unânimes ao considerar ser possível . As idosas na faixa etária de 60 a 64 anos, entendem , em minoria, que falta interesse , e as idosas acima de 75 anos, numa pequena proporção, consideram que a mente cansada atrapalha no desenvolvimneto de novos conhecimentos:



4.3. Considerações Finais

No decorrer deste estudo, partimos de reflexões apoiadas em diferentes teorias, desenvolvidas por autores contemporâneos, com opiniões diversificadas frente ao processo de transformação da sociedade.

O foco principal desta análise ficou na *Ação contra hegemônica da sociedade envelhecida , para a garantia da reprodução social, através do empreendedorismo*, com a pretensão de encontrar alternativas de neutralizar o estigma da sociedade excludente , mediante capacidade produtiva e adesão de novos conhecimentos emancipatórios, justificando, dessa forma , sua contribuição no desenvolvimento do país e o atendimento às necessidades de sobrevivência.

Todo esse processo teve, como pano de fundo, o cenário da globalização, num mundo competitivo influenciado pelas políticas econômicas neo liberalistas e por ações contra hegemônicas da sociedade civil, em particular dos sindicatos, resguardando políticas públicas à população mais carente , como órgão de representação das categorias profissionais e econômicas .

Da mesma forma, utilizamos parâmetros da hegemonia neoliberal , que criou situações suficientes para atrofiar o desenvolvimento dos menos favorecidos, levando a desemprego e exclusão social.

Nesta direção, as correntes neoliberalistas agiram com sua ação intervencionista, refletida nas políticas de privatização das empresas estatais; Na livre circulação de capitais internacionais e redução de custos da produção, resultando novos modos de trabalho, diminuindo o numero de empregados com carteira assinada, alem de fazerem crescerem os serviços terceirizados, a fragmentando a mão de obra.

O pensamento das ações hegemônicas, baseadas no aumento da produtividade, no sentido de melhorar a economia local e global, deixou seqüelas nas populações menos privilegiadas, tornando-as excludentes, tais como o grupo das pessoas idosas.

Essas pessoas, já estigmatizadas pela sociedade, vistas como incapazes e improdutivas , talvez tenham sido as mais prejudicadas ao enfrentar as condições de sobrevivência e manutenção da renda justa , perdendo a sua qualidade de vida, decorrente da precária política pública .

O resultado desta drástica realidade fez aumentar, em índices elevados, o numero de pedidos de aposentadoria, como forma de sustento próprio, estendido a família e

aos filhos desempregados. Todavia, dado a insuficiência deste benefício, os idosos retomam à inserção no mercado de trabalho, tendo sido recebidos de braços abertos pelas sociedades produtivas, dado suas qualidades de papel ativo, por passar credibilidade, experiência e desenvolver bom relacionamento, condições que comprovam a possibilidade de trabalho e novos negócios.

Porem, nesta tese, queremos fortalecer a capacidade empreendedora do idoso, pois a participação no mercado de trabalho já foi comprovada.

Analizamos sua capacidade de gerir o próprio negócio, utilizando atributos pessoais e conhecimento, os quais rotulamos de novas competências, direcionadas a vocação e talento de construir novos modos de produção, muitas vezes um desejo antigo que não pode realizar.

A condição da reprodução social, no olhar das políticas neoliberalistas, tem foco na produtividade e, como princípio transformador, a necessidade do conhecimento torna-se a principal competência no mercado de trabalho, parte do cenário econômico, imposição da globalização, como forma de adequação à competitividade do cenário internacional.

Dessa forma, ao tratar do idoso aposentado, a tendência são as pessoas sentirem-se excluídas da sociedade, o conhecimento formal abre possibilidades de reinserção social e contribui para continuarem ativas e emancipadas.

De modo geral, não basta ter conhecimento se a vocação não tiver peso nesta exigência competitiva, fator principal de satisfação e motivação, dando abertura à criatividade empreendedora e fortalecendo o desenvolvimento profissional, através de novas competências, fortalecendo a reflexão inicial.

Para os idosos, resultou a necessidade de se adaptarem a políticas emergentes e contingentes à modernidade, como forma de reciclar sua capacitação profissional, mesmo que a educação esteja aquém de ter prioridade no campo social e político nacional. Podemos citar, como reflexo, a iniciativa pioneira do Município de São Paulo, a Universidade Aberta da Pessoa Idosa (UAPI), que tem por objetivo a ampliação do conhecimento da pessoa que envelhece.

As imposições dos ideais neo liberalistas e a globalização, somados à problemática enfrentada pelos idosos, ao se deparar com o estigma formado pela sociedade em relação ao jovem, surgem em contrapartida, ações contra hegemônicas desses idosos, muitas vezes representados por órgãos privados, ONGs e Sindicatos, condição que os fortalece na busca de direitos sociais e constitucionais.

Essas ações contra hegemônicas são estratégias adotadas na (re) socialização , residindo nas economias locais e comunitárias, economias de pequena-escala, diversificadas, auto-sustentáveis, característica dos negócios focados no empreendedorismo.

Vimos falando, no decorrer dos capítulos deste estudo, de alianças transnacionais entre sindicatos de trabalhadores da mesma empresa multinacional, operando em diferentes países, visando melhorar as condições de vida em cada um dos locais de trabalho, dando mais força e mais eficácia às lutas locais dos trabalhadores. Para os idosos, acentua-se a mesma linha de observação, quando representados por seus órgãos de classe ,que fortalecem alternativas de treinamento profissionais e/ou cursos de especialização em informática e, inclusive no ensino básico.

Felizmente, esses grupos sociais organizados, sem fins lucrativos e de forma autônoma, representam a sociedade civil, fortalecidos por ações de solidariedade ou, até mesmo, por idealismo, atuando no campo das políticas públicas e/ou movimentos sociais, inclusive por pressões políticas, na representação das populações excluídas.

Alguns pesquisadores sociais entendem que o processo de transformação social é consequência da globalização, como verificado pelo o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, ao defender a existência de duas formas de globalização: neoliberal hegemônica e contra-hegemônica, que desde há algum tempo , vem se opondo à primeira.

A globalização contra hegemônica, definida por Santos como , “ O conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo em que propõem concepções alternativas”.

Ainda, para este sociólogo, a globalização contra-hegemônica centra-se nas lutas contra a exclusão social, entendida como produto de relações de poder desiguais.

Sendo assim, recorreremos também às reflexões de Wanderley, ao tratar a crise como “ruptura, fratura, desconfiança, pânico, pessimismo, sentimento emocional, transição, conflito, tensão etc., podendo atingir todas as dimensões da sociedade: econômicas, políticas, sociais, culturais e religiosas”. Nesta direção, entendemos a força ativa da mudança social , tendo como foco a emancipação.

As questões tratadas por estes autores podem descrever uma evolução drástica da crise mundial, principalmente naqueles locais desprovidos de planejamento e/ou a não adoção de políticas futuras de integração social e econômica. Todavia, para nosso entendimento, são processos importantes de mudança e de transformação, que também envolve o fenômeno mundial do envelhecimento, condição que procuramos sustentar como controvérsia à crise.

Sendo assim, nos apropriamos das reflexões destes eminentes autores, para conduzir a crise como algo positivo no processo de transformação, quando direcionado de forma planejada e consciente, na revisão de alguns paradigmas.

Ao tratar sobre o paradigma, numa primeira análise, quando acontece sua mudança de forma natural, consequência da evolução do pensamento político e social, provê novos conceitos, como , por exemplo, o que queremos provar, a capacidade de autonomia e a aceitação do sujeito idoso perante a sociedade.

Nesta trajetória de quebra dos paradigmas, seguem as tensões sociais e, em paralelo, as resultantes descontroladas das relações sociais, que podem surgir das variáveis aperceptivas individuais, como no caso dos idosos considerarem-se impotentes diante da modernidade ou , numa visão macro, o estigma da sociedade pelas incapacidades da velhice. Tratam-se de manifestações globais e não exclusivas.

No caso brasileiro, vem sendo acompanhado pelos parceiros contra hegemônicos, movimentado por entidades que organizam e dinamizam ações sociais, através de leis e projetos de (re) inserção dos idosos no mercado de trabalho, com o propósito de mudar os paradigmas, cujos conceitos , uma vez estabelecidos, regem atitudes e comportamentos sociais.

Como adendo, a globalização e o envelhecimento populacional são estudos que necessariamente, complementam nossa discussão, pois ambas as situações envolvem processo de transformação da humanidade. Justificamos tal equivalência, quando ambas são vivenciadas pelo processo de socialização e adaptação aos novos modelos políticos, econômicos e às questões sociais.

Numa análise mais apurada deste cenário de representação social e parceiros contra hegemônicos, fazemos nossas considerações sobre o movimento sindical na sociedade moderna, diante do processo de transformação do capital contemporâneo, que afeta a sociedade como um todo.

Trata-se de um cenário que assistimos diante das reações vindas das relações de capital e trabalho, envolvendo a ação social dos sindicatos, não apenas como agente de proteção dos interesses das categorias econômicas e profissionais, mas exercendo papel ativo na condução da sociedade, através de lutas e conquistas.

A conduta social frente à reprodução social, condição do desenvolvimento socioeconômico, é um conjunto de processos e estratégias, que, de geração em geração, tendem a assegurar a recondução de vantagens e lucros. Também traz as exclusões sociais dos menos favorecidos e pouco preparados, definindo as relações entre grupos dominantes e grupos dominados.

Não pretendemos criar expectativa em defender uma conduta pacifista, que leve a igualdade social, mesmo porque, seríamos ingênuos ao acreditar na possibilidade da existência de um modelo social onde não ocorra divisão de classes, ou na ausência de dominador e dominado.

Outra análise sobre os paradigmas, que devem ser entendidos como processo de mudança, é a visão sobre alienação, quando a pessoa transfere sua liberdade a outro, sob domínio de algo mais poderoso que sua vontade.

No caso do idoso, a partir de quando este tem consciência da sua potencialidade, adquirida no processo de socialização e desenvolvimento humano no ciclo de vida, conseguindo mediar obstáculos e superar contradições individuais e sociais.

A submissão é um ato do grupo dominante de se apropriar de algo importante do dominado, causando medo e insegurança. Esta análise segue um princípio de pensamento, dos órgãos contra hegemônicos, em que prevalece a liberdade humana, no sentido de buscar a emancipação na sociedade.

Os novos meios de produção estão vinculados ao empreendedorismo, onde, prevalece dentre outros, conhecimento, experiência e criatividade, os quais lhes dá forte teor competitivo e emancipatório, principalmente sob a ótica da globalização, que rege os princípios do transformacionismo.

Ao resgatar as teorias sociológicas de Boaventura Souza Santos, quando entende ser a sociedade constituída de relações de conflitos, tem nessa dinâmica a mudança social que almejamos e, ao compartilhar às reflexões de Wanderley, sobre crise, nos seus diferentes ângulos, formulamos, numa visão pessoal, sua importância positiva como impulso a transformação e neutralização da alienação, construindo novos modos políticos e condutas sociais.

O empreendedor idoso deixa de ser mercadoria a partir de quando sai da alienação provocada pela alteridade do jovem e o estigma da sociedade. Em tal condição, o idoso deixa de ser explorado, tornando-se proprietário dos resultados do próprio negócio, empreendedor e dono de sua competência e consciência.

Diante destas breves considerações, somos levados a examinar as possibilidades futuras do idoso frente aos novos modos de renda, empenhados em manter um olhar humano, sob a ótica da produtividade.

Estes homens e mulheres idosos, na categoria de sujeito social e racional, ainda não superaram todas as suas capacidades de realização, principalmente aquelas ligadas a habilidades inatas, contingentes a seu talento e às capacidades naturais presentes em todos os seres humanos, embora pouco exploradas.

Vimos que muitos idosos, ao escolher o mercado empreendedor como fonte de renda, optaram por atividades de maior interesse, focados em na sua vocação, motivo que nos levou a conceituar uma nova modalidade de sentimento empreendedor, a *“Rendalidade”*, entendida como: *“A potencialidade existente em cada um de nós homens primitivos (emocional); sociais (valores) e racionais (mentais), ao gerar renda com resultados satisfatórios, a partir do desenvolvimento das habilidades natas (“vocação”) e inatas (“talento”), na adaptação em quaisquer empreendimentos que supere as contradições inerentes a sua vontade e as exigências sociais”*. (Oliveira, JBE, SP, 2012).

Defendemos a existência de uma categoria de trabalhador - investidor, representando nova força produtiva, capaz de sustentar a economia nacional, em igualdade com os jovens. Desta vez representados por experiência e vocação, distribuídas em células de trabalho, ou pequenos negócios, relacionando-se em cadeias de produção, servindo os mercados interno e externo, conforme sua especialidade.

Na direção central desta nova distribuição de renda, utilizamos a combinação de força de trabalho humano com meios de produção, ou seja, tecnologia e outras possibilidades informacionais somados ao conhecimento, cujo empenho está direcionado a transformação da sociedade envelhecida.

O pressuposto básico desta transformação é a reprodução social, a qual modifica a natureza, começando pela troca de nossos hábitos. Se não podemos modificar a carga genética que herdamos, é possível influenciar os aspectos afetivos, fisiológicos, cognitivos, sociais, espirituais, éticos e morais, na formação de nosso

comportamento e, acompanhando alguns cientistas sociais, o modo de fazê-lo é através do trabalho.

A sociedade moderna requer ser revisão de seus conceitos quanto a real capacidade do trabalhador em relação a ações empreendedoras e a sua capacidade produtiva. Acreditamos que movimentos sociais contra hegemonicos não estão totalmente dependentes do Estado e, assim, em suas ideologias, formam cidadãos comprometidos.

Para tal, entendemos que a sociedade contemporanea exige pessoas evoluídas e capazes, aptas a superar toda e qualquer adversidade neste processo, os organismos se adaptam ao ambiente criando formas mais complexas de sobrevivência.

A leitura antropologica e sociologica que se ajusta a este estudo faz com que o sujeito idoso não seja visto como simples receptor e portador de habitos, mas agente de mudança cultural, para desempenhar papel dinamico e inovador no capitalismo, capaz, tambem, de mudar e empreender. Ressaltamos que ao colocar o homem como agente transformador da natureza, ele passa a ter cunho empreendedor e emancipado.

Entendemos que o processo de transformação da humanidade é histórico e a possibilidade de uma *ação empreendedora* não é exclusividade do homem contemporâneo. Isso nos leva a pensar numa continua adaptação às mudanças, buscando alternativas criativas e inovadoras , para dar soluções às diversidades inesperadas nas situações que nos envolvem diante do novo.

Nesta direção, a busca de uma visão mais ampla do processo de transformação social nos instiga a pensar que reprodução social não deve ser tratada como algo específico da sociedade envelhecida, despertando forte desejo em fazer breve exame dos períodos que sucederam o capitalismo contemporâneo, provavelmente numa fase posterior aos nossos estudos.

Ao analisar as mudanças entre homem e a sociedade, ao incorporar nova identidade social, o que chamamos de transformação, faz de nossa pesquisa em instrumento para entender os hábitos sociais e as influências do comportamento coletivo em relação aos grupos estigmatizados .

Sendo assim, o interesse de nossas considerações é entender a evolução dos processos de novas formas do capitalismo, que deram origem a novos hábitos sociais, inclusive em relação à inserção do idoso no mercado de trabalho. Não

entendemos que as ações do trabalho , ou do empreendedorismo, para com a população idosa, devam ser tratadas como fenômeno mundial, mas contingências do desenvolvimento social, que sofre com as diversidades da adaptação, como em todo processo histórico.

O progresso dos modelos capitalistas ficou diferente com a evolução tecnológica e conseqüente redução da força de trabalho, condição que provoca a degradação da mão de obra, resultando no enriquecimento privado.

Porem, ao tratar de transformação, é mais que natural o sentimento de repulsa ou medo do novo, levando-nos, inevitavelmente, a acreditar numa desordem mental e social. Por essa razão, o passado nos serve de espelho e, até por questão de organização das idéias, lembramos que uma sociedade é constituída por relações de conflitos e que , tem como marco a dinâmica da mudança social.

O novo modo de produção, dentro da sociedade contemporânea, tem uma visão transformadora no processo de mudança social , embora nos pareça uma idéia revolucionária, entendemos que a ação humana do idoso, quando este passa a ser gerador de renda, através de sua capacidade e potencial, se desvincula dos medos aperceptivos decorrentes das normas sociais excludentes.

Todavia, temos consciência que qualquer ação para reprodução social da sociedade envelhecida, o processo de adaptação, depende de questões sociais e políticas.

Sendo assim, consideramos necessário no decorrer da pesquisa, entender com maior amplitude a problemática das políticas públicas, no que tange qualidade de vida desses idosos, para enfrentar mudanças e transformações de sua inserção , ou (re) inserção ,social.

O conceito empreendedor, presente nas políticas desenvolvimentistas, é alcançado pela produtividade, sustentada pela qualidade de vida, cuja responsabilidade principal é do Estado. O mínimo que se espera são serviços que envolvam saúde; educação; locomoção e outros, os quais, pela má administração de nossos governantes, dificultam a adaptação do idoso e, em decorrência, desajudam o envelhecimento psicobiosocial.

Questões da saúde física e mental do idoso são conseqüências do desgaste natural , distúrbios de locomoção, por exemplo, na mesma ordem de importância, está a perda auditiva, relevante nos processos sensoriais, que interfere no relacionamento e na aquisição de novos conhecimentos, bem como na comunicação, dificultando a socialização. Essas seqüelas acarretam a deterioração da natureza emocional,

social e ocupacional, afetando a cognição, levando a conseqüente apercepção, envolvendo os distúrbios emocionais, tais como a depressão.

A depressão do idoso, no nosso entendimento, muitas vezes é adquirida pelo sentimento de constrangimento perante o grupo social.

Portanto, ao longo deste trabalho, defendemos as possibilidades produtivas da sociedade envelhecida e a capacidade empreendedora, compartilhada pelas condições sociopsicobiológica dos idosos, onde qualquer ação emancipatória é favorável a esta parte da sociedade.

No quadro a seguir : *Tabulação da pesquisa referente as perspectivas das ações socioeconômicas, política e cultura, para a transformação e reprodução social da sociedade envelhecida (Oliveira, JBE,2015)* , reproduzimos de forma resumida e comparativa, ressaltando em vermelho o resultado que predomina na vontade e pensamento dos idosos pesquisados.

<i>Perguntas realizadas</i>	<i>Variáveis Pesquisadas</i>	<i>Idosos (%)</i>	<i>Idosas (%)</i>
<i>Você tem interesse em alguma forma de renda fora a aposentadoria?</i>	<i>Sim</i>	84,8	88,1
	<i>Não</i>	15,2	11,9
<i>Qual a forma de renda você prefere?</i>	<i>Registro em carteira</i>	43,5	33,9
	<i>Negócio próprio</i>	54,3	66,1
<i>A sociedade, respeita as pessoas com mais idade?</i>	<i>Sim</i>	15,2	20,3
	<i>Não</i>	84,8	83,0
<i>O que significa para você, ter trabalho ou um negócio próprio na velhice?</i>	<i>Sustento próprio e da família</i>	39,1	50,8
	<i>Sentir-se útil para sociedade</i>	56,5	49,2
	<i>Preencher o tempo vago</i>	30,4	23,7
	<i>Ter uma nova profissão</i>	10,9	16,9
	<i>Outros</i>	8,7	6,8
<i>Quais dificuldades encontradas na busca de renda e trabalho, para a pessoa com mais idade?</i>	<i>Idade</i>	52,2	49,1
	<i>Exigências do mercado trabalho</i>	36,9	45,8
	<i>Problemas de saúde</i>	21,7	28,8
	<i>Falta de qualificação profissional</i>	13,0	30,5
	<i>Falta de escolaridade</i>	26,1	20,3
	<i>Não encontra dificuldades</i>	8,7	10,2
<i>Você acha importante a capacitação profissional para o idoso?</i>	<i>Sim</i>	93,5	91,5
	<i>Não</i>	6,5	8,5
<i>O atual benefício da aposentadoria recebido por você, oferece qualidade de vida?</i>	<i>Sim</i>	21,7	25,4
	<i>Não</i>	67,4	61,0
	<i>Não recebe este benefício</i>	10,9	13,6
<i>Qual o significado de autonomia para a pessoa com mais idade?</i>	<i>Ter poder de decisão</i>	43,5	42,4
	<i>Ser reconhecido pela sociedade</i>	39,1	39,0
	<i>Ter saúde física e mental</i>	47,8	47,5
	<i>Ter mais responsabilidade</i>	17,4	11,9
<i>Em sua opinião, a economia do Brasil, nos próximos anos vai melhorar para idosos?</i>	<i>Sim</i>	23,9	33,9
	<i>Não</i>	52,2	57,6
	<i>Não sabe responder</i>	23,9	10,2
<i>É possível a pessoa com mais idade, desenvolver novos conhecimentos?</i>	<i>A mente esta cansada</i>	6,5	1,7
	<i>Falta interesse</i>	2,2	5,1
	<i>Sim é possível</i>	84,8	96,6

(Fonte : Oliveira, JBE, 2015)

A análise final a ser feita , é a predominância do interesse em alguma forma de renda fora a aposentadoria desses idosos ; o negócio próprio como renda; o não respeito da sociedade, em relação as pessoas com mais idade; O trabalho ou

negócio próprio , para seu sustento e da família, assim como, sentir-se útil para sociedade; a idade e as exigências do mercado, como principais dificuldades encontradas na busca de renda; a importância da capacitação profissional; a não suficiência do benefício da aposentadoria , como oferta de qualidade de vida e ser reconhecido pela sociedade, como significado de autonomia. Ainda, para esses idosos, a economia do Brasil, nos próximos anos , não vai melhorar e, é quase unanime, a pessoa com mais idade ter a possibilidade em desenvolver novos conhecimentos, como fator emancipatório.

Tais variáveis pesquisadas são resultados que reforçam nossa tese, em criar possibilidades de reprodução social, transformando e emancipando o idoso com ênfase no empreendedorismo, condição que o motiva e viabiliza a auto realização, além de facilitar o impacto positivo para a economia e sociedade.

A qualidade de vida do idoso, tema de nosso provável estudo futuro, é uma variável importante na condição humana. Segundo a Organização Mundial de Saúde Qualidade de Vida (The World Health Organization Quality of Life - WHOQOL), existe preocupação mundial em estudar os aspectos que levam à condição de vida da população, avaliando a percepção do indivíduo no contexto de seus sistemas de cultura e de valores, e seus objetivos pessoais, padrões e preocupações.

Referências Bibliográficas:

- Anderson, Perry.** *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995,
- Arendt, Hannah.** *A condição humana*. (Tradução Roberto Raposo). RJ. Ed. Forense Universitária, 2007.
- Aschcraft, Richard.** Texto: "A análise do liberalismo em Weber e Marx". In: COHN, G., "Sociologia: para ler os clássicos", R.J., Livros Técnicos e Científicos, 1977
- Aslan, A.** *Vencendo a Velhice*. RJ, Ed. Records, 1985.
- Augé, Marc.** *"Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos"*. Tradução de Meireles & Duarte. RJ, 1997
- Barroco.** *Ética e serviço social, fundamentos ontológicos*. SP, Ed. Cortez. 2003.
- Barros, Juarez Correia Jr, (Organizador)** *"Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade"*. Ed. Edicon, SP, 2009.
- _____ **Fortuny, Mariangela.** *"Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade"*. Ed. Edicon, SP, 2009.
- Batista Roberto Leme.** *"Desafios do trabalho: capital e luta de classe no século XXI"* - Trabalho e cotidiano (Jorge C. Gonzáles). Londrina, Ed. Práxis, 2003.
- Bellak, L.M.D.** *Teste de Apercepção para idosos- SAT*. SP, Editorial Psy, 1992.
- Beozzo, José Oscar e Volanin Cremildo José (Org.)**. " Alternativas à Crise por uma economia social e ecologicamente responsável ". In Wanderley, Luiz Eduardo: *"Crise como momento de reflexão e criação"*. SP, Cortez, 2009.
- Beres, Vera L. G.** *Quando nos tornamos velhos? Aspectos internos e externos desta questão*. SP: Vetor, 2002.
- Bobbio, Norberto.** *O conceito de sociedade civil*. RJ, Ed. Graal, 1982.
- Botelho, Paulo Augusto de Podestá.** *O Analfabetismo Funcional*. Disponível em <<http://www.guiarh.com.br/z3.htm> > Acesso em: 3 de fev. de 2008.
- Camarano, Ana Amélia.** *"O idoso brasileiro no mercado de trabalho"*. Texto para discussão nº 830, IPEA. Rio de Janeiro, 2001.
- Cassirer, E.** *Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. Ed. Martins Fontes, SP, 1994.
- Castellá, Desafios do mundo do trabalho: orientação, inserção e mudanças**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004.

- Castells**, Manuel. *As sociedades em Rede*. SP. Ed. Paz e terra, 1999.
- Carvalho**, M.C.Brant. *Teorias da ação em Debate*. SP, Cortez, FAPESP: Instituto de Eestudos Especiais, PUC, 1993.
- Chauí**, Marilena.” *O que é Ideologia*”. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- Chiabai**, Isa Maria. “*A influência do meio rural no processo de cognição de crianças da pré-escola: uma interpretação fundamentada na teoria do conhecimento de Jean Piaget*”. S.P., 1990. Tese (Doutorado), Instituto de Psicologia, USP. 165 p.
- Chahad**, Jose Paulo Zeetano. *Mercado de Trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais*.SP, LTr, 2003.
- Chahad**, Jose Paulo Zeetano. *Mercado de Trabalho no Brasil*. SP, Ed. LTr, 2002.
- Chopra**, Deepak. *O corpo sem idade, mente sem fronteira*. RJ, Ed. Rocco, 1994.
- Costa**, Sene, Gerontodrama, *A Velhice em Cena, estudos clínicos e psicodramáticos sobre a velhice e o envelhecimento e a terceira idade*.SP, Ed. Agora, 1998.
- Cox**, Pamela (Organizadora Presidente), Sumário: “Envelhecendo em um Brasil mais Velho”; Implicação do envelhecimento populacional sobre crescimento econômico, redução da pobreza, finanças públicas e prestação de serviços. Banco Mundial – LAC, USA, 2011
- Dagnino**, Evelina. “*Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania*”. In anos 90: Política e sociedade no Brasil. SP, Ed. Brasiliense, 1994.
- Dejours**, Cristophe. *Psicodinâmica do Trabalho*, São Paulo, Editora Atlas, 1994.
- De Masi**, D. *O ócio criativo*. RJ, Sextante, 2000.
- Donelas**, José Carlos Assis. “Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios”. RJ, Campus, 2005.
- Donelas**, José Carlos Assis.” *Criação de novos negócios: Empreendedorismo para o século 21*”, Editora Campus,
- Drucker**, Peter F.” *O Gerente Eficaz*”. Editora: Zahar, SP, 1977.
- DUTRA**, Joel Souza. *Administração da carreira: uma proposta para repensar a Gestão de pessoas*. São Paulo: Atlas, 1996.
- “**Dutra, J.**” *Gestão de carreiras na empresa contemporânea*”, SP: Atlas, 2010.
- Inácio**, Sandra Regina da Luz. “O perfil do Empreendedor”, SP, Lógica, 2004.
- Farath**, Lia Marcia G.A.” *O Trabalho na terceira idade*”, Ed. Perspectiva, SP, 1989.

Ferrigno, José Carlos. *O Estigma da Velhice à luz das idéias de Erving Goffman*. (Sumário da edição nº 24 – Abril de 2002- Revista da Terceira Idade- Gerencia de Estudos e programas da Terceira Idade do SESC/ SP).

Filgueira, Adelson Aprígio. *“A resiliência do (a) Cabra da Peste: uma contribuição à promoção de saúde no sertão nordestino”*. Mestrado em psicologia clinica, PUC/SP, 2005 (“Biblioteca Nadir Figueiredo” / PUC-SP DM- 157.9/f481r).

Freire, P. *“Pedagogia da Autonomia”*. SP, Paz e Terra, 1997

Fundação SEADE, *“Estatísticas vitais do estado de São Paulo, SP, jul.2011, ano 11, n.5”*. Disponível: [HTTP://seade.gove.br/produtos/spdemog/index. php?Tipp=jul11](http://seade.gove.br/produtos/spdemog/index.php?Tipp=jul11)

Furtado, Emmanuel Teófilo. *Preconceito no trabalho e a discriminação por idade*.SP, ed. LTr, 2004.

Gatti, B. A, *“Habilidades cognitivas e competências sociais”*. Laboratorio Latino Americano de Evaluación de la Calidad de la Educación – Marco Conceptual, 2005.

Gentil, Pablo & **Frigotto**, Gaudêncio. *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 3. ed.-SP, ed. Cortez, 2002.

Giovanni, Geraldo Di. *“As estruturas Elementares das Políticas Públicas”*. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas- NEPP, UNICAMP, Caderno de pesquisa nº 82, 2009.

Goffman, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis, 1985.

Guerra, Alexandre. *”Inclusão Social com Geração de Ocupação e Renda”*.Osasco,SP: SDTI/PMO,2008.

Giddens, Anthony , *“As conseqüências da modernidade”* (tradução de Raul Fiker), São Paulo: Editora UNESP, 1991.

Hall, Stuart. *“A identidade na pós-modernidade. A identidade em questão”*. Rio de Janeiro, 2006.

Harvey, David. *Condição Pós – Moderna*, SP, Ed. Loyola, 1992.

Inácio, Sandra Regina da Luz. *“O Perfil do Empreendedor”*. SP, Lógica, 2004

Jacob, W. Jr; **Houzel**, S.H. *projeto Envelhecimento Cerebral- FMUSP*.

Jimenez, Susana Vasconcelos. *Trabalho, educação e Lutas de Classes*. Ceara Ed. Brasil Tropical. 2004.

Khalsa, Dharma. *“Longevidade do cérebro.”* RJ. Objetiva, 1997.

Kolb, Bryan & **Whishaw**, Ian Q. *“Neurociência do Comportamento”*. Ed. Manole,2002.

Koogan Freitas, *“Tratado de Geriatria e Gerontologia”*. Ed. Guanabara, RJ, 2002.

Lane & Godo. *Psicologia Social, O Homem em Movimento*. SP, Ed. Brasiliense, 1999.

Lessa, Sergio. *Lukács e a ontologia: Uma introdução*. Revista do Instituto de Estudos Socialista, 2001/Outubro -nº (05).

Lima, Lauro de Oliveira. *"Piaget para principiantes"*. S.P. Summus, 1980.

Lima, M. Pelloso. *"Gerontologia Educacional: uma pedagogia específica para idosos, uma concepção de velhice"*. SP. LTr, 2000.

Lopes, Ruth G. da Costa. *"Saúde na velhice: as interpretações sociais e os reflexos no uso do medicamento"*. SP, EDUC, 2000.

Lukács, Gyorgi. *"As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem"*. SP. Ed. Ciências Humanas, 1978.

Mariano K. E Mariano. M. " Governos subnacionais e integração regional : considerações teóricas (In : L.E.**Wanderley** e T. **Vigevant**)- integração Regional e MERCOSUL, SP, Edu/ Unesp/Fapesp.

Markert, Werner. *"Trabalho, comunicação e competência: contribuições para a construção crítica de um conceito e para a formação do profissional transformativo"*. Campinas, Autores Associados, 2004.

Martinez, Wladimir Novaes. *Direito dos idosos*. São Paulo, ed. LTr, 1997.

Mercadante, Elisabeth Frohlich. *"A Construção da Identidade da Subjetividade do Idoso"*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, PUC/São Paulo, 1997.

Mills, Wright. Texto: "O trabalho in A nova classe média; RJ; Ed.". Zahar Editores, 1969.

Monteiro, Mariza. *"Ideologia Alienacion e Identidad Nacional*. Universidade Central de Venezuela, Caracas, 1987".

Moragas, Ricardo. *"Gerontologia Social: Envelhecimento e Qualidade de vida"*. SP. Ed. Paulinas, 1997;

Morin, Edgar." *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios"*. Organizadores; Almeida, Maria da Conceição/ Carvalho, Edgard de Assis, SP, Cortez, 2002.

Neri, Anita Liberasso. *"Velhice Bem – Sucédida- Aspectos afetivos e cognitivos"*. Campinas, SP, 2004.

Offe, Claus. *"Capitalismo desorganizado: transformação contemporâneas do trabalho e da política"*, SP, Ed. Brasiliense, 1989.

Oliveira, J.B. E, *"O trabalho na velhice: Novas possibilidades"*, PUC/SP, 2006.

Oliveira, J.C. Albuquerque, F.R.; Lins, I.B. *Projeção da População do Brasil por sexo e idade para o período 1980 – 2050 Revisão 2004 – Metodologia e Resultados*. IBGE, RJ, 2004.

Oliveira, Marta Kohl de. “Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem”. SP, Ação Educativa, 2001.

Pereira, R.S.; Curioni, C.C. e **Veras, R.** “*Perfil demográfico da população idosa no Brasil e no Rio de Janeiro em 2002*”, 2003.

Philippi Jr, A. Silva, Neto, A. “*Interdisciplinaridade na ciência: tecnologia e Inovação*”. Ed. Manole, 2011.

Pochmann, Marcio. *Atlas da exclusão social no Brasil – Vol I e II*. SP, Cortez, 2003.

Pochmann, Marcio. “*Políticas Públicas Municipais: Desafio do desenvolvimento social*” SP, Data Sol, 2007.

Rego, Teresa Cristina. “*Vygotsky: uma perspectiva histórico – cultural da educação*”. Petrópolis/ RJ, Ed. Vozes, 1995.

Rifkin, Jeremy. “*O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*”. SP, Ed. Makron Books, 2001.

Rodrigues, Aracy Martins. *Indivíduo grupo e Sociedade*. Ed. Deep's, SP. 2005.

Sarriera, J. Castellá. *Desafios do mundo do trabalho*. Edipucrs, Porto Alegre, 2004.

Sennett, Richard. *A corrosão do caráter*. RJ. Ed Record, 1999.

Santos, Boaventura de Souza. “*A Crítica da Razão Indolente*”. Cortez, 2000.

Santos, Boaventura de Souza. “*A Globalização e as Ciências Sociais*”. Cortez, 2011.

Santos, Boaventura de Souza. “*Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*”. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

Santos Boaventura Souza: “*Produzir para viver, os caminhos da produção*”, Editora Record, SP, 2002

Santos, Boaventura de Sousa. “*Para uma pedagogia do conflito*”. In: Silva, Luiz Heron; Azevedo, José Clóvis de Santos, Edmilson Santos dos. Porto Alegre, 1996. p.15-33.

Santos, Boaventura Souza , “*A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna*” Revista Crítica de Ciências Sociais, Outubro 2005.

Simionatto, Ivete. Texto : “O social e o político no pensamento de Gramsci”, MG, *Fonte: Especial para Gramsci e o Brasil*, 1977.

Sposati, Aldaíza. *Proteção social de cidadania, inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal*. SP, Ed. Cortez. 2004.

Strey, Marlene Neves. *Psicologia Social Contemporânea*. RJ, Ed. Vozes, 1998.

Sussekund, Arnaldo. “*Convenções da OIT*” (*Capítulo: Aposentadoria por velhice, art.26, p.484*). SP, LTr, 1998.

Vieira, Liszt. “ Os Argonautas da cidadania; A sociedade civil na globalização “. RJ, Ed. Record,2001.

Touraine, Alain. “ Critica da modernidade, RJ, Vozes, 1994.

Touraine, Alain . “ Um Novo Paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

Trevisan, Leonardo/ **Castro**, Maria da Conceição de Araújo. *Transformações no Trabalho*. Ed. Olho d’água, SP, 2002.

Violin , Tarso Cabral.” *Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica*” . Belo Horizonte: Fórum, 2006.

Wanderley, Luiz Eduardo W.” *Existe Sociedade Civil contra – hegemônica ?*”. In: Vera Chaia e Eliel Machado (Orgs.), *Ciencias Sociais na atualidade – tempo e perspectiva*, São Paulo : Paulus, 2009.

Wanderley, Luiz Eduardo W. *Educação popular : metamorfose e veredas*” SP. Cortez, 2010.

Wanderley, Luiz Eduardo W.” *São Paulo no contexto da globalização*” *. Este artigo faz parte de uma pesquisa sobre “Gestão pública e inserção nternacional das cidades”, desenvolvida pelo Cedec/Unesp/FGV/PUC-SP. *Lua Nova*, São Paulo, 69: 173-203, 2006

Wanderley, Luiz Eduardo W.” *Uma Pedagogia da participação popular : analise da pratica educativa da educação de base*”,Campinas/SP, Autores Associados,2006.

Wanderley, Mariângela Belfiore. “*Refletindo sobre a noção de exclusão*”. In Revista Serviço Social e Sociedade, nº 55, ano XVIII,Novembro, Ed. Cortez, 1997.

Weber, Max. “ *A ética protestante e o espírito do capitalismo*”, tradução Jose Marcos Mariani de Macedo.SP,Companhia das letras, 2004.

www.kas.de/brasilien/pt/publications (Fundação Konrad Adenauer no Brasil)

www.politicaparapoliticos.com.br

www.nossasaopaulo.org.br

www.ibge.gov.br

www.ibict.br/liinc (Liinc em Revista, v.5, n.2, setembro, 2009, Rio de Janeiro, p. 148-151)

www.elsevier.com.br/josedornelas

www.who.int/substance_abuse/research_tools/whoqolbref/en/ (World Health Organization Quality of Life Instruments (WHOQOL-BREF))

Memorial Acadêmico e Profissional do Autor

O presente Memorial tem por objetivo descrever a trajetória acadêmica e profissional do autor, destacando atividades desenvolvidas, que deram origem a pretensão de perspectivas deste estudo: *A ação contra hegemônica da sociedade envelhecida, para a garantia da reprodução social, através do empreendedorismo.*

O interesse é registrar a evolução de um ideal fundado na representação dos trabalhadores, hoje envelhecidos, não adormecidos. Ao longo desta trajetória ocorreram mudanças dos processos sociais, na transformação capitalista, das últimas décadas, onde tivemos oportunidade de oferecer algumas contribuições aos movimentos sociais, fortalecendo a decisão de escolha do projeto em epígrafe.

Para tal, é valorizada a experiência de vida, sem a intenção de entender vaidade nas proposições desenvolvidas; a enumeração dos fatos ocorridos, é suficiente para convencer que a *Luta continua*.

No auge deste entusiasmo, busco lembranças da adolescência, como processo de vida, organizando na mente a ditadura militar, quando fazendo parte de uma família de classe média, fui carinhosamente amparado por meus pais.

Minha mãe, de perfil forte, sempre demonstrando atitude decidida, porém protetora dos filhos. Meu pai, homem seguro de si, deixando entender a todos seu poder viril e independência. Ambos instigaram as nossas possibilidades frente à sociedade competitiva... que não tem dó de violentar nosso caráter e nossa identidade.

Através dos ensinamentos de meus pais, que falavam sobre a importância do trabalho dando ênfase ao conhecimento, como a melhor herança que um homem pode ter. Seguindo esta orientação, entrei na universidade: a escolha foi o curso de psicologia, cujo ambiente acadêmico reunia diferentes idéias de militância contra hegemônica, ressaltando autonomia e liberdade, a ponto de me levar, na busca do entendimento da divisão social, à obra de Karl Marx; diante de seus pressupostos, optei pela especialização na psicologia social.

Formado e recém-efetivado numa empresa multinacional, fabricante de derivados de vidros, de origem francesa, fui direcionado às atividades do departamento de recursos humanos e relações trabalhistas e sindicais.

Fiz minha pós graduação, especializando-me nas áreas de gestão de pessoas e trabalhista. Durante algum tempo, vivenciei os movimentos sindicais e as

necessidades dos trabalhadores, até a dispensa coletiva do departamento, decorrente das políticas neoliberalistas que se iniciavam na matriz européia.

A forte crise do desemprego dos anos 80 registrou o avanço dos movimentos sindicais na Região do ABC, espalhando-se para as demais regiões. Nesta época, após alguns meses de desemprego, fui convidado a trabalhar como gerente do departamento de recursos humanos em outra empresa multinacional, desta vez, com Política Norte- Americana. Pela própria característica do cargo, assumi como preposto as bancas de negociação, para questões sindicais, relacionadas à categoria dos metalúrgicos.

Diante de especulações entre os atores sociais, percebi que os conflitos trabalhistas definiam-se por falta de diálogo e pela não equabilidade das ações políticas. Como por exemplo, o ponto de equilíbrio das necessidades das classes sociais, em particular, entre empregados e empregadores. A partir desta constatação, tive o impulso de reunir, periodicamente, profissionais das áreas de recursos humanos das empresas da região, tratando, nos encontros, assuntos considerados importantes nas relações trabalhistas.

As reuniões, antes consideradas informais, tornaram-se necessárias, levando à minha indicação Coordenador de Assuntos Trabalhistas e Sindicais na CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo / Delegacia Distrital na Zona Oeste, o que facilitou a disseminação de alguns ideais junto às empresas. Foram momentos tumultuados de greves políticas e transformação dos modelos produtivos.

As políticas neoliberalistas tinham por meta a busca de equilíbrio no lucro nas empresas e a mão de obra era o foco da redução do custo, com isso, as empresas de prestação de serviços e terceirização de profissionais, eram alternativas para aumentar a produtividade e diminuir os encargos trabalhistas.

Os sindicatos manifestaram seu repúdio, justificando que suas ações não visavam apenas o objetivo das greves, mas representavam os movimentos sociais contra hegemônicos em relação ao Estado mínimo, que reduzia os investimentos nas políticas públicas, como pode ser verificado na reportagem do jornal Diário Comércio & Indústria (São Paulo, 31 de Maio de 1990) com destaque para nossa atuação neste diálogo social.

CAT alerta contra falta de condições e proteção

José Teixeira Neto



Para os técnicos, o avanço brasileiro na área de saúde é lento

■ Katia Siqueira

“Os sindicalistas ficam preocupados em engordar os salários e esquecem de coisas mais importantes, como as condições do ambiente do trabalho, assistência médica e segurança. Melhor do que um cheque é o local em que se trabalha, os meios e os equipamentos de proteção que existem dentro da empresa para salvaguardar a vida dos operários. Por ocasião dos acordos coletivos, os sindicalistas devem elaborar uma pauta de reivindicações, onde além dos aumentos, reposição salarial, constem também benefícios na área de saúde e segurança.”

Tais constatações foram colocadas por técnicos da área de medicina e segurança do trabalho, na reunião da CAT - Comissão de Assuntos Trabalhistas - do Ciesp/Zona Oeste, realizada semana passada no auditório do Sesi, em São Paulo.

Participaram da mesa-redonda, coordenada pelo gerente de Recursos Humanos da Itel, Indústria de Transformadores Elétricos, José Bernardo Enéias de Oliveira, a coordenadora do Centro de Estudos do Trabalhador, Ana Marta Toly Capelli; a responsável pelo Setor de Epidemiologia do Sesi/COS-9, Angelina Vidic; e o representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e do DRT, José Francisco Campos.

Na ocasião, Capelli comentou que 60% da população metalúrgica, que em São Paulo tem uma base de 380 mil, apresentam problemas de audição ocasionados por inúmeras razões, entre as quais a não utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) em ambientes onde o ruído acaba prejudicando a audição dos operários. Dentre eles estão as serralherias, caldearias, vidrarias (trabalham com uma temperatura elevada constantemente).

CONSEQUÊNCIAS

O avanço brasileiro na área de saúde no trabalho é muito lento. No Exterior os patrões obrigam seus funcionários a usar os equipamentos de proteção porque sabem que um operário doente significa menos produção e consequentemente menor faturamento. “É por aí que precisamos começar a conscientizar o empresariado brasileiro.”

Ana Marta Capelli diz que os trabalhadores também precisam ser mais informados sobre as consequências de um trabalho insalubre. As multinacionais que operam no Brasil trazem de sua matriz a filosofia de oferecer um bom ambiente de trabalho, protegido

tos pelo Centro de Estudos do Trabalhador, os profissionais de 40 anos de idade, com 15 a 20 anos de profissão, têm demonstrado problemas de audição. É por isso, reforça a coordenadora, “que precisamos conscientizar também os sindicalistas para o fato de que a luta por salários é importante mas não pára aí. A parte saúde e segurança é muito importante. Em Hamburgo estão provando que aliada ao ruído está a tontura e depois a perda de audição. No Brasil existem doenças e acidentes que poderiam ser evitados com muito pouco”, assegura.

MÁ FISCALIZAÇÃO

Além da falta de conscientização dos empresários e trabalhadores brasileiros, há os técnicos em medicina do trabalho, pressionados entre o empregador, que exige rendimento e faturamento, e os trabalhadores, que antes de pensar no seu bem-estar procuram ganhar, mais não se preocupando em exceder seu horário de trabalho, esquecendo-se da proteção e de outros itens. E, ainda, os órgãos incumbidos de fiscalizar o cumprimento das leis também não exercem suas funções com eficácia. Infelizmente, explica Ana Marta Capelli, o sindicato sozinho não tem muita força no que diz respeito à saúde e segurança do trabalhador.

Ao falar sobre o problema, José Francisco Campos, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, conta que de 1970 a 1986 o Brasil registrou 24 milhões de acidentes de trabalho, dos quais 70 mil resultaram em morte.

Ele reforça a tese de que é preciso haver uma conscientização geral sobre o assunto, para que trabalhadores e empresários possam atuar mais tranquilos. Levando-se em conta o lado econômico será possível obter bons resultados com os patrões. Pois empregado parado representa despesa e faturamento menor.

José Francisco Campos lembrou que especialistas em coluna já alertaram para o fato de que a cada hora e meia fixa em uma determinada posição (em pé ou sentado) o indivíduo precisa movimentar-se, caso contrário vai ter problemas de coluna. Além deste caso outros problemas poderiam ser citados.

O gerente de Recursos Humanos da Itel, José Bernardo E. de Oliveira, acredita que os problemas poderiam ser solucionados se na mesa de negociação das categorias, além dos tradicionais negociadores também participassem os médicos sanitistas e os operários (denominados “chão de fá-

São Paulo, quinta-feira, 31 de maio de 1990

Diário Comércio & Indústria

DOI

O seminário ocorreu no SESI – Serviço Social da Indústria, reunindo, representantes, da esquerda para a direita, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgico, Saúde Pública; empregador através da minha pessoa e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro ; O tema central foi a qualidade de vida do trabalhador, questão inserida na melhoria do ambiente de trabalho, no que tange a saúde, Diminuição da carga horária, assédio moral exercido pelos chefes etc.

Este encontro foi provocado pela pressão para redução da mão de obra nas linhas de produção, bem como a omissão na compra dos equipamentos de proteção individual e coletivo , prejudicando a saúde do trabalhador, dado o controle excessivo no custo final do produto e a competitividade.

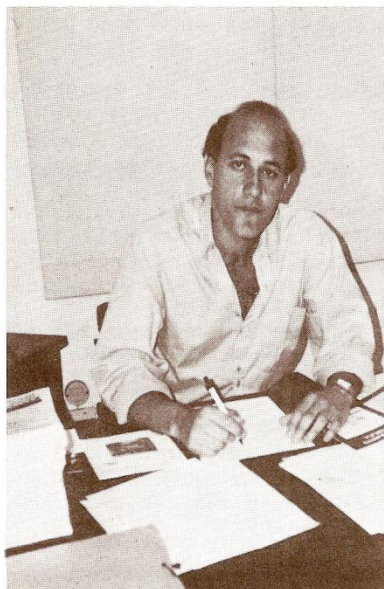
Diante desta situação, eclodiram inúmeros movimentos sociais, não ficando apenas no âmbito da representação dos trabalhadores, mas construção do diálogo social tripartite, criando câmeras setoriais, com o propósito de reunir trabalhadores, empregadores e estado , para discutir o rumo econômico do país.

Minhas atividades profissionais foram iniciadas na indústria, focadas nas áreas de recursos humanos, a frente de movimentos sociais e trabalhistas. Tive a oportunidade de assumir posições de executivas em algumas destas empresas e, independente do lado em que estava, sempre persegui a equidade entre classes sociais.

O diálogo social era a principal ferramenta e, tendo como princípio atingir metas e objetivos organizacionais das empresas, utilizava da motivação dos empregados. Diante desta condição, o critério chave para a produtividade era a participação ativa dos trabalhadores nos resultados propostos e a condução das habilidades de cada profissional, respeitando sua vocação, como princípio de satisfação. Assumi a bandeira sindical como veículo de mudanças e, fortalecido na experiência acumulada, atuei na formação de militâncias sindical, através da CNTI – Confederação dos Trabalhadores na Indústria, viajando pelo Brasil e levando a consciência de melhores condições de vida e de trabalho na luta pelos direitos.

ENTREVISTA

O DT entrevista Bernardo Enéias, gerente de Recursos Humanos da Itel- Indústria de Transformadores Elétricos, psicólogo e coordenador do C.A.T. Comissão de Assuntos Trabalhistas. Bernardo fala da Livre Negociação, do Futuro do Sindicalismo no Brasil e ainda da Posição do Sindicato em RH. Confira.



Pergunta:

O que você acha da Livre Negociação?

Resposta:

Livre Negociação é a melhor coisa que já inventaram, porém, sinto receio em avançar nesta prática, pois, enquanto existir a classe oprimida e dominante, deixamos de ter um entendimento por resultados e passamos a conviver no sistema reivindicatório/revolucionário, aí, liberdade de negociação deixa de ser livre,

tornando defensiva. Acredito que este não seja o objetivo da Livre Negociação e sim o de abrir o canal Facilitador na Eliminação de Conflitos.

Pergunta:

Fale do futuro do Sindicalismo no Brasil.

Resposta:

O sindicalismo no Brasil está tomando hoje uma nova postura. Existe a tendência de tomar o mesmo rumo dos sindicatos europeus, ou seja, se formar três grandes facções: a de esquerda; a de direita e a partidária. Todavia, todas voltadas ao social, porém com idealismos diferentes.

Pergunta:

Qual a posição do sindicato em RH?

Resposta:

O sindicato passa por uma mudança radical. Este fenômeno político/social visto sob o prisma de reestruturação, face as novas tendências de renovação, mexe com a cabeça dos associados, digo, dos trabalhadores, tornando-os mais conscientes e participativos. Pela própria lei natural de desenvolvimento os profissionais de Recursos Humanos mudam suas atitudes por obrigação, passando a ser conciliadores e mediadores, olhando para o sindicato não mais como ativistas ou comunistas e sim,

como representantes da massa trabalhadora onde eles, como empregados, também fazem parte desta entidade.

Pergunta:

Como você vê o profissional de RH como um todo?

Resposta:

Entendo nesta resposta a continuação da pergunta anterior. Nós profissionais também passamos por transformações e neste momento estamos em transição, deixando de ser teóricos e assumindo o lado prático, convivendo junto a nova realidade política e social. Recursos Humanos trata do homem e este é imprevisível, sendo assim, o profissional desta área passa a trabalhar por suposições e para torná-las o mais próximo da verdade, ele vai junto do trabalhador, sentindo e percebendo suas reações e emoções, logo esta nova Figura do Homem e do RH deixa de estar atrás da mesa indo para o Chão da Fábrica.

As transformações do modelo capitalista e a transição das leis trabalhistas eram cada vez mais presentes , a reforma da constituição de 1988, revendo questões sociais , a fundação de novas centrais sindicais, com a intenção do pacto social, faziam parte do cenário socioeconômico da época.

Tive oportunidade de conhecer e conviver com a queda e o auge de líderes sindicais, alguns políticos famosos da atualidade.

Tais transformações sociais e políticas fizeram com que os meus ideais tomassem força, sendo convidado a proferir palestras e, dentre os eventos de maior repercussão nacional, destaco o Primeiro Congresso Jurídico do Capital & Trabalho, na cidade de São Paulo, no qual estive como mediador dos debates que instigavam temas como: A reforma constitucional; O impacto nas mudanças do regime político e o futuro das relações capital e trabalho. Na composição da mesa estavam, da esquerda para direita, Dra Silvia Romano, representante da Delegacia Regional do Trabalho / SP; Ministro do Trabalho Almir Pazzianoto; José Bernardo Enéias de Oliveira, no centro, mediador; O Representante internacional da CIOSL – Confederação Internacional de Organização dos Sindicatos Livres e, Leônicio Martins Rodrigues da Universidade São Paulo (Fonte : Divulgador Trabalhista – Outubro de 1990, São Paulo) .

CONGRESSO CAPITAL & TRABALHO

Os Melhores Momentos do 1º Congresso Jurídico

O evento reuniu ilustres personalidades da área trabalhista para discutir propostas e temas de grande importância, como a reforma constitucional e o impacto das mudanças no regime político. Além disso traz um balanço das ações do governo e da prefeitura em favor do trabalhador.

1990

DA MESA DA ESQUERDA PARA DIREITA :

- ☐ **Silvia Romano (Representante do Ministério do Trabalho)**
- ☐ **Almir Pazzianoto (Ministro do Trabalho)**
- ☐ **José Bernardo Enéias de Oliveira (Formação Sindical)**
- ☐ **CIOSL –Confed. Intern. de Organizações dos Sindicatos Livres**
- ☐ **Leônicio Martins Rodrigues (USP- Universidade São Paulo)**

Este Congresso foi reconhecido marco de amplitude nacional, reunindo para o diálogo social uma plenária de diferentes representantes da sociedade: políticos; acadêmicos; empresários e trabalhadores. Reunidos debater o Neoliberalismo. O momento histórico ressaltou meus ideais, destacando o norte de meu interesse profissional e acadêmico.

Acumulei à trajetória profissional a experiência dos movimentos sindicais e sociais, chegando a diretor de relações industriais e sindicais, numa consultoria de grande porte e, após alguns anos, definitivamente, entrando no movimento sindical, quando, no ano de 1994, fundamos o IDPOMS – Instituto de Desenvolvimento Político/Organizacional, Preparação de Lideranças e Mediação Sindical, destacando a luta a favor das classes sociais menos favorecidas.

Nesta época defendíamos o desenvolvimento das políticas públicas, diante do poder neoliberalista, através de *novos modelos de negociação*, campanha que evoluiu, chegando a proposta da reforma trabalhista, como pode ser verificado a seguir no jornal “Folha de São Paulo”, de 12 de Junho de 1994.

Após dez anos preparando militâncias sindicais, o IDPOMS encerra suas atividades e, no decorrer do ano 2000, é fundado a Consultores D&B- Desenvolvimento Organizacional, Sindical, Treinamento e Processos Psicológicos, assumindo como sócio proprietário, trabalhando no desenvolvimento dos órgãos de representação, tanto de trabalhadores quanto de empregadores, com o objetivo de desenvolver e prestar consultoria junto aos sindicatos e organizações empresariais, tratando das mudanças sociais e do novo cenário capitalista e cultural da sociedade produtiva.

Dado o interesse nas questões sociais e culturais, em particular a projeção do envelhecimento da população mundial, conclui o Mestrado em Gerontologia Social pela PUC/SP, em 2005. Na mesma época, em ata registrada pela assembleia geral extraordinária da ANG/SP – Associação Nacional de Gerontologia de São Paulo, passei a representar o Núcleo de Estudos sobre Renda & Trabalho para Idosos, mobilizando alternativas em defesa do Estatuto do Idoso.

classifolha

EMPREGOS

Contrato Coletivo abre canal de negociação

Cercada pela desinformação, a maioria dos empresários, sindicalistas e empregados desconhece as vantagens que podem advir da adoção do contrato coletivo como forma de negociação. Uma delas é o aprimoramento das relações trabalhistas, tese de defesa que fazem as categorias que utilizam essa modalidade, como no caso dos ferroviários de São Paulo, que há 18 anos desenvolvem seus acordos baseados na negociação coletiva. No sindicato dos ferroviários as cláusulas acordadas são definitivas, independentemente de renegociação e só são alteradas quando as partes decidirem em conjunto e não são válidas mudanças unilaterais. Dessa maneira está aberto permanentemente o canal de conversação em ambos os lados, uma das características-chave do contrato coletivo. O acompanhamento é feito por comissão mista de consulta, formada por membros do sindicato e da empresa, que se reúne uma vez por mês e extraordinariamente, quando necessário. O esclarecimento de dúvidas sobre pontos convencionados é feito com auxílio das subcomissões, que atuam nas regionais e as encaminham à central, caso seja oportuno.

Por esse motivo, o contrato coletivo pressupõe o fortalecimento da estrutura e organização sindical. Por ter seu funcionamento determinado pela abertura de diálogo, é natural que a maturidade, conscientização e desejo de moralização das relações trabalhistas por todos os envolvidos sejam fundamentais para o andamento da proposta. São essas questões que emperram a adoção do contrato coletivo no Brasil, segundo especialistas. O representante do Instituto de Desenvolvimento Político/Organizacional, Preparação de Lideranças e Mediação Sindical (IDPOMS), José Bernardo Oliveira, acredita que falta preparação de ambos os lados para sentar e negociar. Sob o ponto de vista de Ademir Feiteiro, da Relacional Recursos Humanos, a culpa também é da concepção retrógrada das duas partes, em função do modelo celetista e de sua acomodação à Carta del Lavoro. Sua colocação faz sentido, quando se retrocede a 1943, época da criação da CLT e da implantação de leis e artigos que direcionavam o comportamento do trabalhador, afastava os conflitos da esfera das empresas, limitava a participação dos trabalhadores e restringia a atuação sindical.

Com toda essa interferência do Estado, o País caminhou para a defasagem no tratamento das questões trabalhistas. Nos moldes do contrato coletivo, o Estado passaria a ser garantidor da consecução e da prática. O papel da Justiça do Trabalho seria de zelar pelo cumprimento dos acordos e não dirimir conflitos e determinar salários, como ocorre hoje. Também seria positivo por desafogar o volume de processos para julgamento na Justiça do Trabalho, que, em média, demoram sete anos. O presidente do sindicato dos ferroviários, Rubens dos Santos Craveiro, confirma essa tese e destaca que 70% a 80% dos casos de reclamações trabalhistas seriam reduzidos com o contrato coletivo. Mas na opinião do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, a diversidade de situações trabalhistas e do nível de conscientização dos trabalhadores determina a necessidade da legislação e proteção da Justiça do Tra-

balho. Pazzianotto também opina que poucos têm clareza em relação a essa proposta e é obrigação dos mais experientes apontar vantagens e dificuldades. Nesse terreno, Craveiro julga necessário eliminar o clima de desconfiança mútua entre empregados e empregadores, o medo e a ignorância. "É necessário mudar a idéia de que o sindicato prioriza vantagens e o empresariado se interessa somente em lucrar", diz. Sem dúvida, é impossível abrir-se para a conversação com base em visões de que a vontade de um deva prevalecer sobre a do outro, em vez de enxergar a possibilidade de ganhos para ambos, como propõe a negociação coletiva.

É essa nova mentalidade que não se fortaleceu no Brasil, apesar de alguns sindicatos estarem adiantados, em função do aprendizado no Exterior, e para a qual alguns empresários ainda não acordaram, necessitando buscar informações e participar de palestras. "Acabar com o bicho papão, aprender fazendo e vivendo" é a saída, segundo José Bernardo. Mas a reformulação de posturas não é exclusividade do empresariado, mesmo porque na negociação do contrato coletivo estão envolvidos outros profissionais.

Do profissional de recursos humanos, em parte um representante dos interesses das empresas, seria exigida uma preparação mais aprofundada, pessoal e profissionalmente, fortalecendo sua bagagem profissional com informações, fatores psicológicos e a convivência. Sem ela, aliás, não é possível a proximidade e a evolução do contrato coletivo.

Um papel de destaque também estaria reservado às consultorias, já que caberia a elas ministrar cursos e treinar lideranças das partes. Sem, no entanto, reforçar ideologias políticas, preocupando-se em ensinar os envolvidos a colocar-se no lugar do outro. Isso visaria promover o entendimento, questão primordial da modalidade.

Algumas experiências internacionais mostram a viabilidade do contrato coletivo. Prova disso são a Alemanha, Estados Unidos, Japão e Itália. Também os vizinhos latinos como Venezuela, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Uruguai. "O reflexo positivo dessa experiência é que o funcionário até briga pela empresa e defende sua expansão", define Walter Antonio de Souza, também do IDPOMS. Na fase atual da economia brasileira e da busca de qualidade e produtividade crescente, esse seria mais um ponto favorável à adoção do contrato coletivo, levando em conta que a satisfação de ambos os lados traria a tão almejada integração de objetivos. Num contexto industrial poderia até mesmo representar a ativação da produção. Para atingir o alcance dessas metas existem várias fórmulas de contrato coletivo: por empresa, discutindo-se o que interessa aquele empregado especificamente; por região, por sindicato e até mesmo por país. Tudo pode ser incorporado às discussões desde regulamentos, formas de admissão de candidatos e participação na vida interna das empresas até questões sociais e econômicas.

IDPOMS - 214-2764

Relacional Recursos Humanos - 531-3852

Sindicato dos Ferroviários - 826-5299

Na sequência, em outubro de 2006 junto a professores e pesquisadores do Departamento de Gerontologia da PUC/SP, é fundado o “Observatório da Longevidade e do Envelhecimento”, cujo objetivo, dentre outros, é congrega estudiosos e pesquisadores do envelhecimento, incentivando postura acadêmica, interdisciplinar, comunitária e socializadora no setor científico, no sentido de promover estudos, pesquisa, formação e ações da população idosa.

Ao longo desta trajetória, tive a oportunidade de ser expositor internacional, nas Universidades de Havana / Cuba – tema: “Uma Introdução ao Enfoque Histórico e Cultural”; Avero/Portugal- Tema:” Educação e Trabalho”; Universidade Autônoma/ México DF- Tema; “La capacidad y La socialización envejecieron nuevo”.

No Brasil, percorrendo o processo globalizado, tenho desenvolvido aulas e palestras em universidades e sindicatos sobre empreendedorismo; empregabilidade; políticas pública e sindical, bem como outros temas, além da produção acadêmica, voltada a mudanças sociais e a novas competências da mão de obra.

A docência nos cursos de graduação e MBA- Master in Business Administration (Mestrado em Administração de Negócios, curso de formação de executivos), intensificaram o interesse de pesquisa na área e , reconhecendo a necessidade de aprofundar estudos em lutas de classes sociais e na exploração dos menos favorecidos, em especialmente no envelhecimento da sociedade, ingressei no programa de doutorado do Departamento de Ciências Sociais/ PUC-SP.

(Anexo 1- Questionario de Pesquisa de Campo)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Departamento do Programa de Estudos em Ciências Sociais
(Questionário de pesquisa de campo)

O objetivo desta pesquisa é identificar as perspectivas das ações socioeconômicas, política e cultura, para a transformação e reprodução social da sociedade envelhecida.

Nome :

Idade:

Endereço:

Sexo:

Profissão anterior a aposentadoria:

Escolaridade:

Profissão atual:

(VOCÊ PODE ESCOLHER NA MESMA QUESTÃO, MAIS DE UMA ALTERNATIVA)

1. Você tem interesse em alguma forma de renda fora a aposentadoria?
Sim
Não
2. Qual a forma de renda você prefere?
Registro em carteira
Negócio próprio
Por que ?
3. A sociedade, em sua opinião, respeita as pessoas com mais idade?
Sim
Não
4. O que significa para você, ter trabalho ou um negócio próprio na velhice?
Sustento próprio e da família
Sentir-se útil para sociedade
Preencher o tempo vago
Ter um nova profissão
Outros:
5. Quais dificuldades encontradas na busca de renda e trabalho, para a pessoa com mais idade?
Idade
Exigências do mercado de trabalho
Problemas de saúde
Falta de qualificação profissional
Falta de escolaridade
Não encontra dificuldades
Tem vergonha em relação aos mais jovens
6. Você acha importante a capacitação profissional para o idoso?
Sim
Não
7. O atual benefício da aposentadoria recebido por você, oferece qualidade de vida (Moradia; Saúde; Alimentação)?
Sim
Não
Não recebe este benefício
8. Qual o significado de autonomia para a pessoa com mais idade ?
Ter poder de decisão
Ser reconhecido pela sociedade
Ter saúde física e mental
Ter mais responsabilidade
9. Em sua opinião, a economia do Brasil, nos próximos anos vai melhorar para as pessoas com mais idade?
Sim
Não
Não sabe responder
10. É possível a pessoa com mais idade, desenvolver novos conhecimentos?
A mente esta cansada
Falta interesse
Sim é possível

Carta do Idoso



FORUNS REGIONAIS, MOVIMENTOS, ENTIDADES E REDES SOCIAIS

CIDADANIA DE FATO
SÃO PAULO - 2013

ENVELHECIMENTO
Ativo

APRESENTAÇÃO

Esta data é muito importante para todos nós, idosos, ao apresentarmos nossas necessidades ao poder público de nossa cidade. Faz exatamente 22 anos que estamos contribuindo e apontando as principais reivindicações para vivermos numa cidade humanizada e acolhedora para os mais velhos.

A primeira carta – Cidadania de Fato 1991, entregue à ex-prefeita Luiza Erundina, e a segunda Carta, entregue à ex-prefeita Marta Suplicy em 2001, contém vários temas que infelizmente até hoje não foram contemplados. Desta forma, decorridos 13 anos, estamos novamente sensibilizando as autoridades municipais para que considerem o envelhecimento como uma questão social abrangente e que, na melhor das hipóteses, todos passarão por ela.

 O Brasil é signatário da Assembleia Mundial de Madri, de 2002, comprometendo-se a desenvolver políticas públicas para o segmento dos idosos, e acreditamos que esta mesma responsabilidade deva, ser adotada pelos municípios, pois, afinal, é a instância mais perto de seus moradores!

Para realização deste documento tivemos a participação de várias lideranças dos fóruns regionais, entidades sociais, organizações não governamentais de nossa cidade, que trabalharam no sentido de ouvir e construir diretamente com a população suas necessidades. Para alguns locais foi trabalho de um ano todo, dentro dos preceitos democráticos, para que este documento fosse realmente representativo.

Assim, nós, o Grande Conselho Municipal do Idoso, Fóruns do Cidadão Idoso, Interfórum, Movimentos, Entidades e Redes Sociais, temos o grande prazer em passar para as mãos do Sr. Prefeito Fernando Haddad e de seu Secretariado a Carta do Idoso do Município de São Paulo – Cidadania de Fato 2013 cumprindo com nosso papel social e contribuindo para a efetivação de uma cidade mais justa e acolhedora para todas as idades!

ACARTA

Assistência Social

- ▶ Ampliação e fortalecimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com implantação de um por distrito administrativo, garantindo recursos humanos através de concurso público.
- ▶ Ampliação do número de famílias com pessoas idosas ou idosos sozinho no Cadastro Único do Governo Federal.
- ▶ Ampliação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, com a devida estrutura e número suficiente para a cobertura de situações de média e alta complexidade.
- ▶ Criação e implantação de Centro Dia em parceria com a Saúde, sendo um para cada subprefeitura.
- ▶ Ampliação das Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs sendo uma para cada subprefeitura da cidade de São Paulo, firmando protocolos entre a Assistência Social e Saúde, de modo a atender idosos com diferentes graus de dependência.
- ▶ Ampliação do Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa para todas as subprefeituras.
- ▶ Ampliação de novos serviços para pessoas idosas tais como: casas lares e repúblicas, inclusive para atendimento de idosos em situação de rua.
- ▶ Ampliação do número de serviços de Assistência Social à família e proteção social básica aos domicílios - SAFs na cidade de São Paulo.
- ▶ Ampliação do número de serviços destinados à população idosa em situação de rua - Centro de Acolhida Especial (moradas), garantindo capacidade máxima para 60 usuários.
- ▶ Abertura de processo de discussão e revisão do Centro de Referência e Cidadania para Idosos - CRECI em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Conselho Municipal de Assistência Social, Grande Conselho Municipal do Idoso, Fóruns Regionais do Cidadão Idoso e Rede de Defesa e Proteção do Idoso da Região Centro Oeste.
- ▶ Ampliação do número de Núcleos de Convivência para Idosos – NCI para a cidade de São Paulo.
- ▶ Articulação de Núcleos de Combate à Violência contra os Idosos, através de equipes multiprofissionais e intersetoriais.
- ▶ Articulação da Assistência Social com as áreas de cultura, educação e lazer, com objetivo de criar medidas de prevenção, evitando o isolamento social.

Educação, Cultural, Esporte e Lazer

- Criar programas municipais específicos e adequados de alfabetização à pessoa idosa.
- Buscar parcerias para garantir a participação dos idosos na vida cultural e esportiva da cidade, através das atividades nas linguagens artísticas, informática, jogos esportivos, universidades abertas, etc.
- Promover atividades físicas e esportivas adaptadas para idosos, com acompanhamento de profissionais especializados nos centros esportivos e nos centros educacionais unificados.
- Inclusão de temas ligados ao envelhecimento nas grades curriculares do município, promovendo conhecimento e educação.
- Estimular projetos no campo da memória, com ênfase na valorização do conhecimento da pessoa idosa e suas experiências, promovendo a intergeracionalidade.

Habitação

- Ampliação de oferta de programas habitacionais adequados aos idosos, levando-se em conta seus aspectos físicos, psicológicos, culturais e sociais.
- Levantamento dos cortiços onde residem idosos, com a verificação de sua situação social e de saúde.
- Levantamento dos índices de idosos em situação de vulnerabilidade, para construção de proposta habitacional.
- Promover alternativas de habitação adequada respondendo às demandas da região, tais como locação social ou parceria social.
- Garantir nos programas de habitação a reserva prevista por lei (5%) no atendimento à pessoa idosa.
- Coordenar esforços multisetoriais para apoiar a manutenção e integração das pessoas idosas com sua família e comunidade.

Organização e Participação Social

- Apoiar e fortalecer a participação dos idosos no controle social, através de seus mecanismos: fóruns regionais, redes, grupos, núcleos de convivência, movimentos populares.

- Inserir como um dos critérios de inscrição de candidatos ao GCMI a qualificação através de vivência e participação em movimentos sociais e experiências comunitárias anteriores dedicadas ao segmento.
- Regulamentar o Fundo Municipal do Idoso.
- Compor com o Grande Conselho Municipal do Idoso, Interfórum, Fóruns Regionais e demais movimentos sociais, um Comitê para acompanhar as ações da política pública municipal, exercendo o controle social.

Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI

- Garantir a efetiva participação dos representantes de governo junto ao GCMI.
- Garantir recursos humanos e materiais necessários ao seu funcionamento.
- Garantir canal de comunicação e interlocução direta com o poder público municipal, para definir prioridades aos idosos de acordo com as suas necessidades regionais.
- Garantir recursos para criação de banco de dados.
- Fornecer recursos financeiros para implementação de projetos visando à formação de novos conselheiros, inclusive subsidiando alimentação, se necessário.
- Garantir recursos para realização de seus programas e projetos.

Saúde

- Ampliação da rede de atenção básica, garantindo que o serviço de saúde se encontre próxima à residência do idoso.
- Ampliação da oferta de leitos geriátricos.
- Ampliação e consolidação das Unidades de Referência de Saúde do Idoso – URSI's (uma em cada Subprefeitura).
- Ampliação do Programa de Acompanhantes de Idosos – PAI, garantindo sua interface com a Assistência Social.
- Melhoria e ampliação do Programa de Saúde Bucal no município.
- Ampliação de unidades do Centro de Referência do Idoso – CRI, em parceria com o Governo Estadual.
- Criação de leitos de retaguarda para atender às demandas do idoso nos Hospitais de Referência da região.

- Capacitar as equipes para atender as especificidades do envelhecimento, possibilitando a melhoria das condições de vida da pessoa idosa.
- Ampliar a lista de aquisição de medicamentos de baixo custo e medicamentos de alto custo, seguindo os protocolos estabelecidos.
- Contratação de mais médicos com ênfase em Geriatria.
- Ampliar os ambulatórios de especialidades em todas as regiões, para que se evite grandes deslocamentos dos idosos para outras regiões.
- Ampliação da rede da Estratégia de Saúde da Família em todo o município, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde.
- Garantir e ampliar o atendimento das Unidades de Atendimento Domiciliar. - UAD

- Criação na rede pública de programa de cuidadores de idosos.
- Ampliar vagas em Instituição de Longa Permanência para a Pessoa Idosa – ILPI e instituições de retaguarda par idosos com dependência física e mental, em situações de saúde temporárias ou permanentes, bem como manter fiscalização e vigilância.
- Garantir o acesso aos programas de aparelhos auditivos, óculos e próteses.
- Ampliar ações preventivas e curativas nas áreas da Saúde Mental, e Reabilitação, com ênfase nas doenças neurodegenerativa e dependência química.

Segurança e Violência

- Melhorar a qualidade da segurança em todos os níveis, envolvendo a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar, de forma a diminuir a violência contra o idoso.
- Melhorar as condições de acessibilidade do idoso de forma a preservar sua integridade física.
- Divulgar a existência de órgãos de assistência jurídica ao idoso para orientação e prestação de serviços.
- Criar mais Delegacias por subprefeitura com infraestrutura para um bom atendimento: viaturas, assistente social e equipe especializada, garantindo mais eficiência e rapidez as demandas dos idosos.
- Cobrar maior eficiência e rapidez no DISQUE 100.
- Melhorar calçadas com rebaixamentos, iluminação e manutenção de vias públicas.
- Criar programas e ações de prevenção de violência contra a pessoa idosa.

Trabalho



- Realizar iniciativas que permitam a atualização, formação e qualificação para busca de geração de renda, incentivando a criação de programas de produção e de prestação de serviços, valorizando experiências e aptidões acumuladas.
- Criar espaços e promover parcerias para feiras comunitárias, com base nas economias solidárias, facilitando a comercialização de produtos.
- Ampliar serviços de informação e recolocação de profissionais, bem como capacitação nas diferentes áreas de atuação.

Transporte e Trânsito

- Adaptação dos transportes para as necessidades dos idosos, instalando escadas com degraus articuladas.
- Ampliação do "Programa Atende", voltado aos idosos com dificuldade de locomoção.
- Criar protocolo único para acesso ao transporte público.
- Estabelecer a idade de 60 anos, para homens e mulheres, para acesso ao benefício de gratuidade ao transporte público, conforme preconizado pelo Estatuto do Idoso.
- Garantir educação permanente para o trânsito e campanhas publicitárias na mídia, bem como capacitação para profissionais do transporte coletivo.
- Promover melhorias na acessibilidade das vias públicas, adequando o sistema de sinalização de ruas para garantir a travessia e locomoção seguras.
- Assegurar que as paradas de ônibus tenham cobertura, assentos e placas de itinerários.

Dezembro de 2013

Dispõe sobre a política nacional do idoso cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE

Art. 1º A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Art. 2º Considera-se idoso, para os efeitos desta Lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade.

CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

SEÇÃO I - DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A política nacional do idoso rege-se-á pelos seguintes princípios:

I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei.

SEÇÃO II - DAS DIRETRIZES

Art. 4º Constituem diretrizes da política nacional do idoso:

I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;

II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;

III - priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;

IV - descentralização político-administrativa;

V - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;

VI - implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível de governo;

VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;

VIII - priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços quando desabrigados e sem família;

IX - apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

Parágrafo único. É vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social.

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Art. 5º Competirá ao órgão ministerial responsável pela assistência e promoção social a coordenação geral da política nacional do idoso, com a participação dos conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso .

Art. 6º Os conselhos nacionais, estaduais, do distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área.

Art. 7º Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas. **(Nova redação dada pela LEI Nº 10.741 - DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 - DOU DE 03/10/2003)**

Redação original:

~~Art. 7º Compete aos conselhos de que trata o artigo anterior a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.~~

Art. 8º À União, por intermédio do ministério responsável pela assistência e promoção social, compete:

I - coordenar as ações relativas à política nacional do idoso;

II - participar na formulação, acompanhamento e avaliação da política nacional do idoso;

III - promover as articulações intraministeriais necessárias à implementação da política nacional do idoso;

IV - (VETADO)

V - elaborar a proposta orçamentário no âmbito da promoção e assistência social e submetê-la ao Conselho Nacional do Idoso.

Parágrafo único. Os ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho, previdência social, cultura, esporte e lazer devem elaborar proposta orçamentária no âmbito de suas assistências, visando ao financiamento de programas nacionais compatíveis com a política nacional do idoso.

Art. 9º (VETADO)

Parágrafo único. (VETADO)

CAPÍTULO IV - DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Art. 10. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos:

I - na área de promoção e assistência social:

a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais;

b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;

c) promover simpósios, seminários e encontros específicos;

d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;

e) promover a capacitação de recursos para atendimentos ao idoso;

II - na área de saúde:

a) garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde;

b) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas;

c) adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde;

d) elaborar normas de serviços geriátricos hospitalares;

e) desenvolver formas de cooperação entre as secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios e entre os Centros de Referências em geriatria e Gerontologia para treinamento de equipes interprofissionais;

f) incluir a Geriatria como especialidade clínica, para efeito de concursos públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais;

g) realizar estudos para o caráter epidemiológico de determinadas doenças do idoso, com vistas a prevenção, tratamento e reabilitação; e

h) criar serviços alternativos de saúde para idoso;

III - na área de educação:

a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;

- b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos casos superiores;
- d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;

f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber;

IV - na área de trabalho e previdência social:

- a) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado;
- b) priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários;
- c) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores públicos e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento;

V - na área de habitação e urbanismo:

- a) destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares;
- b) incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção;
- c) elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular;
- d) diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas;

VI - na área de justiça:

- a) promover e defender os direitos da pessoa idosa;
- b) zelar pela aplicação das normas sobre o idoso determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos;

VII - na área de cultura, esporte e lazer:

- a) garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
- b) propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional;
- c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividade culturais;
- d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividade físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.

§ 1º É assegurado ao idoso o direito de dispor de seus bens, proventos, pensões e benefícios, salvo nos casos de incapacidade judicialmente comprovada.

§ 2º Nos casos de comprovada incapacidade do idoso para gerir seus bens, ser-lhe-á nomeado Curador especial em Juízo.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO NACIONAL (Art. 11. Art. 12. Art. 13. Art. 14. Art. 15. Art. 16. Art. 17. Art. 18. (VETADOS)

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Os recursos financeiros necessários à implantação das ações às áreas de competência dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais serão consignados em seus respectivos orçamentos.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de janeiro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO

Leonor Barreto Franco

(Anexo 4 - LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.)

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I-Disposições Preliminares

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;

VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda. (Incluído pela Lei nº 11.765, de 2008).

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

§ 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.

§ 2º As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 5º A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade à pessoa física ou jurídica nos termos da lei.

Art. 6º Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

TÍTULO II-Dos Direitos Fundamentais

CAPÍTULO I -Do Direito à Vida

Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

CAPÍTULO II-Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – prática de esportes e de diversões;

V – participação na vida familiar e comunitária;

VI – participação na vida política, na forma da lei;

VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

CAPÍTULO III-Dos Alimentos

Art. 11. Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.

Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.

Art. 13. ~~As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.~~

Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil. (Redação dada pela Lei nº 11.737, de 2008)

Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

CAPÍTULO IV-Do Direito à Saúde

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

I – cadastramento da população idosa em base territorial;

II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;

III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;

IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;

V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.

§ 2º Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

§ 4º Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

§ 5º É vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos, hipótese na qual será admitido o seguinte procedimento: (Incluído pela Lei nº 12.896, de 2013)

I - quando de interesse do poder público, o agente promoverá o contato necessário com o idoso em sua residência; ou (Incluído pela Lei nº 12.896, de 2013)

II - quando de interesse do próprio idoso, este se fará representar por procurador legalmente constituído. (Incluído pela Lei nº 12.896, de 2013)

§ 6º É assegurado ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde,

contratado ou conveniado, que integre o Sistema Único de Saúde - SUS, para expedição do laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais e de isenção tributária. (Incluído pela Lei nº 12.896, de 2013)

Art. 16. Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

Art. 17. Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.

Parágrafo único. Não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita:

I – pelo curador, quando o idoso for interditado;

II – pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil;

III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar;

IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

Art. 18. As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de auto-ajuda.

~~Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra idoso serão obrigatoriamente comunicados pelos profissionais de saúde a quaisquer dos seguintes órgãos:~~

Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: (Redação dada pela Lei nº 12.461, de 2011)

I – autoridade policial;

II – Ministério Público;

III – Conselho Municipal do Idoso;

IV – Conselho Estadual do Idoso;

V – Conselho Nacional do Idoso.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico. (Incluído pela Lei nº 12.461, de 2011)

§ 2º Aplica-se, no que couber, à notificação compulsória prevista no **caput** deste artigo, o disposto na Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. (Incluído pela Lei nº 12.461, de 2011)

CAPÍTULO V-Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

CAPÍTULO VI-Da Profissionalização e do Trabalho

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

art27Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

I – profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;

II – preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;

III – estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

CAPÍTULO VII-Da Previdência Social

Art. 29. Os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, critérios de cálculo que preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados na mesma data de reajuste do salário-mínimo, **pro rata**, de acordo com suas respectivas datas de início ou do seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os critérios estabelecidos pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 30. A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.

Parágrafo único. O cálculo do valor do benefício previsto no **caput** observará o disposto no **caput** e § 2º do art. 3º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, ou, não havendo salários-de-contribuição recolhidos a partir da competência de julho de 1994, o disposto no art. 35 da Lei nº 8.213, de 1991.

Art. 31. O pagamento de parcelas relativas a benefícios, efetuado com atraso por responsabilidade da Previdência Social, será atualizado pelo mesmo índice utilizado para os reajustamentos dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, verificado no período compreendido entre o mês que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.

Art. 32. O Dia Mundial do Trabalho, 1º de Maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas.

CAPÍTULO VIII-Da Assistência Social

Art. 33. A assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

Art. 34. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas. (Vide Decreto nº 6.214, de 2007)

Parágrafo único. O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do **caput** não será computado para os fins do cálculo da renda familiar **per capita** a que se refere a Loas.

Art. 35. Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

§ 1º No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

§ 2º O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

§ 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o **caput** deste artigo.

Art. 36. O acolhimento de idosos em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais. (Vigência)

CAPÍTULO IX-Da Habitação

Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

§ 1º A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

§ 2º Toda instituição dedicada ao atendimento ao idoso fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

§ 3º As instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei.

Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

~~I – reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos;~~

I - reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos; (Redação dada pela Lei nº 12.418, de 2011)

II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;

III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;

IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

Parágrafo único. As unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo. (Incluído pela Lei nº 12.419, de 2011)

CAPÍTULO X-Do Transporte

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

§ 3º No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no **caput** deste artigo.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: (Regulamento) (Vide Decreto nº 5.934, de 2006)

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

~~Art. 42. É assegurada a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo.~~

Art. 42. São asseguradas a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo. (Redação dada pela Lei nº 12.899, de 2013)

TÍTULO III-Das Medidas de Proteção

CAPÍTULO I-Das Disposições Gerais

Art. 43. As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;

III – em razão de sua condição pessoal.

CAPÍTULO II-Das Medidas Específicas de Proteção

Art. 44. As medidas de proteção ao idoso previstas nesta Lei poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Art. 45. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I – encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;

II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III – requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar;

IV – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;

V – abrigo em entidade;

VI – abrigo temporário.

TÍTULO IV-Da Política de Atendimento ao Idoso

CAPÍTULO I-Disposições Gerais

Art. 46. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 47. São linhas de ação da política de atendimento:

I – políticas sociais básicas, previstas na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994;

II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitam;

III – serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV – serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;

V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos;

VI – mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento do idoso.

CAPÍTULO II-Das Entidades de Atendimento ao Idoso

Art. 48. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei nº 8.842, de 1994.

Parágrafo único. As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos:

I – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II – apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei;

III – estar regularmente constituída;

IV – demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

Art. 49. As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – atendimento personalizado e em pequenos grupos;

III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;

IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;

V – observância dos direitos e garantias dos idosos;

VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

Parágrafo único. O dirigente de instituição prestadora de atendimento ao idoso responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento do idoso, sem prejuízo das sanções administrativas.

Art. 50. Constituem obrigações das entidades de atendimento:

I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso;

II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos;

- III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente;
- IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade;
- V – oferecer atendimento personalizado;
- VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares;
- VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;
- VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso;
- IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;
- X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso;
- XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas;
- XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei;
- XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos;
- XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;
- XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;
- XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica.

Art. 51. As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita.

CAPÍTULO III-Da Fiscalização das Entidades de Atendimento

Art. 52. As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso serão fiscalizadas pelos Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.

Art. 53. O art. 7º da Lei nº 8.842, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas." (NR)

Art. 54. Será dada publicidade das prestações de contas dos recursos públicos e privados recebidos pelas entidades de atendimento.

Art. 55. As entidades de atendimento que descumprirem as determinações desta Lei ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, às seguintes penalidades, observado o devido processo legal:

I – as entidades governamentais:

- a) advertência;
- b) afastamento provisório de seus dirigentes;
- c) afastamento definitivo de seus dirigentes;
- d) fechamento de unidade ou interdição de programa;

II – as entidades não-governamentais:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas;
- d) interdição de unidade ou suspensão de programa;
- e) proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.

§ 1º Havendo danos aos idosos abrigados ou qualquer tipo de fraude em relação ao programa, caberá o afastamento provisório dos dirigentes ou a interdição da unidade e a suspensão do programa.

§ 2º A suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas ocorrerá quando verificada a má aplicação ou desvio de finalidade dos recursos.

§ 3º Na ocorrência de infração por entidade de atendimento, que coloque em risco os direitos assegurados nesta Lei, será o fato comunicado ao Ministério Público, para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária.

§ 4º Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o idoso, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da entidade.

CAPÍTULO IV-Das Infrações Administrativas

Art. 56. Deixar a entidade de atendimento de cumprir as determinações do art. 50 desta Lei:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), se o fato não for caracterizado como crime, podendo haver a interdição do estabelecimento até que sejam cumpridas as exigências legais.

Parágrafo único. No caso de interdição do estabelecimento de longa permanência, os idosos abrigados serão transferidos para outra instituição, a expensas do estabelecimento interditado, enquanto durar a interdição.

Art. 57. Deixar o profissional de saúde ou o responsável por estabelecimento de saúde ou instituição de longa permanência de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso de que tiver conhecimento:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 58. Deixar de cumprir as determinações desta Lei sobre a prioridade no atendimento ao idoso:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais) e multa civil a ser estipulada pelo juiz, conforme o dano sofrido pelo idoso.

CAPÍTULO V-Da Apuração Administrativa de Infração às

Normas de Proteção ao Idoso

Art. 59. Os valores monetários expressos no Capítulo IV serão atualizados anualmente, na forma da lei.

Art. 60. O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção ao idoso terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por duas testemunhas.

§ 1º No procedimento iniciado com o auto de infração poderão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração.

§ 2º Sempre que possível, à verificação da infração seguir-se-á a lavratura do auto, ou este será lavrado dentro de 24 (vinte e quatro) horas, por motivo justificado.

Art. 61. O autuado terá prazo de 10 (dez) dias para a apresentação da defesa, contado da data da intimação, que será feita:

I – pelo autuante, no instrumento de autuação, quando for lavrado na presença do infrator;

II – por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 62. Havendo risco para a vida ou à saúde do idoso, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

Art. 63. Nos casos em que não houver risco para a vida ou a saúde da pessoa idosa abrigada, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

CAPÍTULO VI-Da Apuração Judicial de Irregularidades em Entidade de Atendimento

Art. 64. Aplicam-se, subsidiariamente, ao procedimento administrativo de que trata este Capítulo as disposições das Leis nºs 6.437, de 20 de agosto de 1977, e 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 65. O procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não-governamental de atendimento ao idoso terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.

Art. 66. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade ou outras medidas que julgar adequadas, para evitar lesão aos direitos do idoso, mediante decisão fundamentada.

Art. 67. O dirigente da entidade será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

Art. 68. Apresentada a defesa, o juiz procederá na conformidade do art. 69 ou, se necessário, designará audiência de instrução e julgamento, deliberando sobre a necessidade de produção de outras provas.

§ 1º Salvo manifestação em audiência, as partes e o Ministério Público terão 5 (cinco) dias para oferecer alegações finais, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

§ 2º Em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará a autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, fixando-lhe prazo de 24 (vinte e quatro) horas para proceder à substituição.

§ 3º Antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento do mérito.

§ 4º A multa e a advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou ao responsável pelo programa de atendimento.

TÍTULO V-Do Acesso à Justiça

CAPÍTULO I-Disposições Gerais

Art. 69. Aplica-se, subsidiariamente, às disposições deste Capítulo, o procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil, naquilo que não contrarie os prazos previstos nesta Lei.

Art. 70. O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

CAPÍTULO II-Do Ministério Público

Art. 72. (VETADO)

Art. 73. As funções do Ministério Público, previstas nesta Lei, serão exercidas nos termos da respectiva Lei Orgânica.

Art. 74. Compete ao Ministério Público:

I – instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso;

II – promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficial em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

III – atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, conforme o disposto no art. 43 desta Lei;

IV – promover a revogação de instrumento procuratório do idoso, nas hipóteses previstas no art. 43 desta Lei, quando necessário ou o interesse público justificar;

V – instaurar procedimento administrativo e, para instruí-lo:

a) expedir notificações, colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado da pessoa notificada, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar;

b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

c) requisitar informações e documentos particulares de instituições privadas;

VI – instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, para a apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção ao idoso;

VII – zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

VIII – inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

IX – requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços de saúde, educacionais e de assistência social, públicos, para o desempenho de suas atribuições;

X – referendar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos previstos nesta Lei.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuser a lei.

§ 2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade e atribuições do Ministério Público.

§ 3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso.

Art. 75. Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta Lei, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis.

Art. 76. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Art. 77. A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

CAPÍTULO III-Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos

Art. 78. As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.

Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:

I – acesso às ações e serviços de saúde;

II – atendimento especializado ao idoso portador de deficiência ou com limitação incapacitante;

III – atendimento especializado ao idoso portador de doença infecto-contagiosa;

IV – serviço de assistência social visando ao amparo do idoso.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, próprios do idoso, protegidos em lei.

Art. 80. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

Art. 81. Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, consideram-se legitimados, concorrentemente:

I – o Ministério Público;

II – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

III – a Ordem dos Advogados do Brasil;

IV – as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa, dispensada a autorização da assembleia, se houver prévia autorização estatutária.

§ 1º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta Lei.

§ 2º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.

Art. 82. Para defesa dos interesses e direitos protegidos por esta Lei, são admissíveis todas as espécies de ação pertinentes.

Parágrafo único. Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de Poder Público, que lesem direito líquido e certo previsto nesta Lei, caberá ação mandamental, que se regerá pelas normas da lei do mandado de segurança.

Art. 83. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não-fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento.

§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, na forma do art. 273 do Código de Processo Civil.

§ 2º O juiz poderá, na hipótese do § 1º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente do pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 3º A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado.

Art. 84. Os valores das multas previstas nesta Lei reverterão ao Fundo do Idoso, onde houver, ou na falta deste, ao Fundo Municipal de Assistência Social, ficando vinculados ao atendimento ao idoso.

Parágrafo único. As multas não recolhidas até 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas por meio de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados em caso de inércia daquele.

Art. 85. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

Art. 86. Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder Público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.

Art. 87. Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada, igual iniciativa aos demais legitimados, como assistentes ou assumindo o pólo ativo, em caso de inércia desse órgão.

Art. 88. Nas ações de que trata este Capítulo, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

Parágrafo único. Não se imporá sucumbência ao Ministério Público.

Art. 89. Qualquer pessoa poderá, e o servidor deverá, provocar a iniciativa do Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os fatos que constituam objeto de ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

Art. 90. Os agentes públicos em geral, os juízes e tribunais, no exercício de suas funções, quando tiverem conhecimento de fatos que possam configurar crime de ação pública contra idoso ou ensejar a propositura de ação para sua defesa, devem encaminhar as peças pertinentes ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

Art. 91. Para instruir a petição inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, que serão fornecidas no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 92. O Ministério Público poderá instaurar sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

§ 1º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil ou de peças informativas, determinará o seu arquivamento, fazendo-o fundamentadamente.

§ 2º Os autos do inquérito civil ou as peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público.

§ 3º Até que seja homologado ou rejeitado o arquivamento, pelo Conselho Superior do Ministério Público ou por Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, as associações legitimadas poderão apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados ou anexados às peças de informação.

§ 4º Deixando o Conselho Superior ou a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público de homologar a promoção de arquivamento, será designado outro membro do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

TÍTULO VI-Dos Crimes

CAPÍTULO I-Disposições Gerais

Art. 93. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal. (Vide ADI 3.096-5 - STF)

CAPÍTULO II-Dos Crimes em Espécie

Art. 95. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente.

Art. 97. Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Art. 98. Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Art. 100. Constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa:

I – obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade;

II – negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho;

III – recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;

IV – deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

V – recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 101. Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente o idoso:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Art. 103. Negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 104. Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Art. 105. Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa do idoso:

Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Art. 106. Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 107. Coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 108. Lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

TÍTULO VII-Disposições Finais e Transitórias

Art. 109. Impedir ou embaraçar ato do representante do Ministério Público ou de qualquer outro agente fiscalizador:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 110. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 61.

.....

II -

.....

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida;

....." (NR)

"Art. 121.

.....
§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

....." (NR)

"Art. 133.

.....
§ 3º

.....
III – se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos." (NR)

"Art. 140.

.....
§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

..... (NR)

"Art. 141.

.....
IV – contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria.

....." (NR)

"Art. 148.

.....
§ 1º

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge do agente ou maior de 60 (sessenta) anos.

....." (NR)

"Art. 159.....

.....
§ 1º Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

....." (NR)

"Art. 183.....

.....
III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos." (NR)

"Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo:

....." (NR)

Art. 111. O O art. 21 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei das Contravenções Penais, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 21.....

.....
Parágrafo único. Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos." (NR)

Art. 112. O inciso II do § 4º do art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....
§ 4º

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

....." (NR)

Art. 113. O inciso III do art. 18 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18....."

III – se qualquer deles decorrer de associação ou visar a menores de 21 (vinte e um) anos ou a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou a quem tenha, por qualquer causa, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação:

....." (NR)

Art. 114. O art 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei." (NR)

Art. 115. O Orçamento da Seguridade Social destinará ao Fundo Nacional de Assistência Social, até que o Fundo Nacional do Idoso seja criado, os recursos necessários, em cada exercício financeiro, para aplicação em programas e ações relativos ao idoso.

Art. 116. Serão incluídos nos censos demográficos dados relativos à população idosa do País.

Art. 117. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei revendo os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, de forma a garantir que o acesso ao direito seja condizente com o estágio de desenvolvimento sócio-econômico alcançado pelo País.

Art. 118. Esta Lei entra em vigor decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, ressalvado o disposto no caput do art. 36, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2004.

Brasília, 1º de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Antonio Palocci Filho

Rubem Fonseca Filho

Humberto Sérgio Costa Lima

Guido Mantega

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Benedita Souza da Silva Sampaio

Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.10.2003

*

**(Anexo 5 - “Depoimento de um aposentado de 75 anos de idade,
com vontade de empreender”)**

Envelhecimento

De: "Carlos Barbosa" <barbosac@uol.com.br>

Para: <consultoresdb@terra.com.br>

Enviado em: Qui 9/04/15 14:49

Recebido em: Qui 9/04/15 14:50

Anexos: Apresentação Continuar.docx (2 MB);

Caro Jose Bernardo,

Consegui o seu e-mail no Portal do Envelhecimento onde você colabora, e como apesar da idade tenho muita saúde e disposição estou empenhado a ajudar outros do meu segmento de “profissionais aposentados”. Neste e-mail faço uma rápida pesquisa para validar minha premissa e pedir alguma indicação de parceria que você possa ter.

Antes uma breve explicação de quem sou. Um executivo aposentado de 75 anos. Ocupei cargos de bastante responsabilidade como executivo até 1995. Depois passei a atuar como consultor independente e o faço até hoje, porem com grande dificuldade na situação atual da economia.

Hoje, com receita financeira reduzida preciso complementar minha aposentadoria (INSS), mas o que mais me preocupa é a falta de trabalho que me leva a um sentimento de inutilidade, uma inconformidade em não aproveitar minha experiência acumulada em tantos anos de trabalho.

Conheço casos em que isto conduziu aposentados como eu a doença e finalmente a uma morte prematura. Eu gostaria de poder ajudar outros aposentados a evitar estas consequências.

Para isso, desenvolvi um programa (chamei-o de Continuar) e seu conceito vai mais detalhado em anexo, em um e-mail a ser enviado a Fundos de Pensão, empresas de RH com programas de recolocação e empresas com planos de preparação para aposentadoria. Mas resumidamente acho que a única solução para evitar a falta de dinheiro e este sentimento de inutilidade é TRABALHO. E sabemos que após os 50 anos, emprego é muito difícil.

Sobra portanto montar um pequeno negócio. Mas estudos e o Sebrae mostra que para ter sucesso em um empreendimento é necessário se gostar do que faz, encontrar uma oportunidade real, conhecer-se como empreendedor e fazer um plano de negocio. Assim desenvolvi um esboço do Continuar, um programa de 8 semanas de trabalho, que cobre todas estas fases até chegar a uma viabilidade econômica, antes de fazer um grande investimento (e eventualmente perde-lo!).

O que gostaria de pesquisar com você seria só sobre o grupo de “profissionais acima de 50 anos, aposentados (ou prestes a se aposentar) ou desempregados”. O que você acha?

1. Este sentimento de inutilidade e necessidade financeira será só meu ou existe com a maioria dos profissionais aposentados? Sim ou Não?
2. Empreender aos 75 anos recomenda parceria ou sociedade. Se existe mercado para o Continuar, você conhece alguém que poderia interessar-se em desenvolvê-lo comigo?

Agradeço sua colaboração e estou a sua disposição para qualquer contato referente ao assunto trabalho ou empreender após os 50 anos

Carlos Alberto Barbosa

(11) 2659-8752 / 9.9999-7501



Um caminho para levar de uma forma segura, uma pessoa na maturidade ao seu negócio próprio.

Como resultado de minha trajetória profissional, com 75 anos e forçado a aposentadorias há 20 anos, passeie por muitos dos problemas enfrentados por executivos após a aposentadoria, mas ainda com saúde e muita vontade de manter-se ativo. Adotei como missão, transformar vidas por meio do empreendedorismo, para que as pessoas sejam mais felizes realizando seus sonhos, mantendo-se produtivas e sentindo-se úteis.

Em nossos contatos com executivos com 50 anos ou mais, percebemos a grande ansiedade de profissionais mais maduros que procuram uma atividade profissional, mas que tem uma impossibilidade de uma recolocação como empregado, já que nesta idade não são normalmente aceitos no mercado de trabalho. Inconformados com a impossibilidade de um emprego formal, buscam no empreendedorismo uma saída para continuar uma vida ativa, útil a sociedade e também como uma necessária complementação da renda.

Infelizmente, a maior parte destas incursões em um novo negócio é frustrante e negativa, exaurindo ainda mais as economias de uma vida de trabalho. Cerca de 70% das empresas criadas, encerram suas atividades antes de 5 anos de vida, isto sem contar aquelas que embora com o CNPJ válido, permanecem dormentes. Estudos mostram que as razões desta alta mortalidade são uma escolha errada do negócio (não gostar do que faz), fazê-lo por necessidade e não por oportunidade, não conhecer-se como empreendedor e não fazer um plano de negócio, antes de investir no empreendimento.

*Assim, resolví aproveitar minha experiência como executivo que trabalhou com sucesso como Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios por 12 anos, foi consultor para pequenas empresas nos últimos 10 anos, foi um empreendedor com 3 negócios próprios, foi um facilitador de reuniões de pequenos empresários e é Coach e Mediador. Por tudo isso, criei o **Continuar** um programa que ajuda pessoas a encontrar um negócio que gostam, a identificar as oportunidades, a conhecer-se como empreendedor e a elaborar um plano de negócio.*

*O **Continuar** se desenvolve por 8 reuniões semanais, sempre no mesmo dia da semana, com grupos de 8 a 12 participantes, onde cada um individualmente tem a tarefa de desenvolver informações pertinentes ao seu negócio escolhido, trabalhando-o em todas as fases de um plano de negócio. Conhece-se também como empreendedor, reconhecendo suas características menos presentes e que recomendam a procura de funcionários ou sócios com a expertise que lhes falta. Termina com um plano de negócio que servirá de guia ao seu empreendimento ou podendo acontecer, que demonstra que uma boa ideia não é necessariamente um bom negócio. E neste caso ele não investe nem desperdiça seus recursos financeiros, mas repete o processo para uma outra alternativa de negócio.*

*O **Continuar** tem como foco, executivos com mais de 45 anos, desempregados, aposentados ou próximos desta fase e aqueles que sempre sonharam com o negócio próprio.*

Gostaríamos de poder detalhar estes programas em uma reunião e poder contar com seu auxílio para ajudar seus clientes, funcionários ou ex-funcionários com mais de 45 anos a serem felizes na sua maturidade.

Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.

Chico Xavier

Carlos Barbosa (11) 2659-8752/9.9999-7501